eucalipitais

Qual Rio Grande do Sul desejamos?

eucalipitais

Qual Rio Grande do Sul desejamos?

Organização Althen Teixeira Filho

Pelotas, RS | 2008

Sumário

O uso social da terra

Anexos

Introdução

Este livro surge no momento de uma grande crise financeira mundial.

Por conta desta "queda geral das bolsas", as empresas de celulose, que se apresentaram como salvadoras da economia gaúcha, afirmando geração de empregos e qualidade social, trazendo o tão desejado desenvolvimento por meio do plantio de suas "florestas", nos quatro cantos dos ecossistemas campestres do Pampa, se deram mal e decidiram abandonar muitos de seus investimentos. Mais cedo do que qualquer um poderia imaginar, caiu a máscara dos megainvestimentos, repetidamente apresentados como a "redenção da metade sul do Rio Grande do Sul".

O mundo neoliberal, que sempre defendeu um mercado livre, auto-regulador e um Estado mínimo, hoje se fragmenta numa disenteria avassaladora. O sistema vem "dando descarga" em trilhões de dólares e muitos correm desesperados e sem rumo, procurando manter as calças, porque a carteira e a identidade já não mais possuem. Os governos dos Estados Unidos e Europa empenham-se em ressuscitar o sistema financeiro moribundo, injetando energia aos trilhões de euros. Os eternos "países emergentes", com promessas de ascender ao primeiro mundo, sempre subalternos, enfileiram-se para ajudar a pagar a conta da irresponsabilidade, e o governo brasileiro, mais uma vez, repassa aos engravatados os bilhões de dólares que faltam à saúde, educação, saneamento, segurança e ao necessário conforto e tranqüilidade do brasileiro.

Porém, ninguém sabe o tamanho do problema ocasionado pela crise, mas o insaciável sistema financeiro trata de ameaçar o mundo com a fome, como se o mundo já não albergasse a morte vinda da fome. Várias regiões do Brasil conjugam este verbo em fú-

nebre história sempre explorada pelos políticos, enterrando mortos em valas de doenças, subnutrição e abandono material e humano.

Especificamente sobre o assunto tratado neste livro, sabe-se que as empresas Votorantim Celulose e Papel e Aracruz, de mãos dadas, informam já nos primeiros dias a perda de quatro bilhões de reais, "volatilizados" na ciranda financeira global. A empresa Stora Enzo também relata a suspensão da maior parte dos projetos silviculturais e fabris. E mais uma vez buscam o velho amparo do fiel Estado com desculpas esfarrapadas. O que para muitos certamente seria, já está suspenso, e se poderia vir a sê-lo, tem chance de não ser mais.

A seqüência de irresponsabilidades é assombrosa!

Onde foram parar os empréstimos bilionários repassados pelo BNDES com o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador para estas empresas? E os impostos, cobrados ao depauperamento dos cidadãos, mas calculados com isenção para este agronegócio, para que serviram? E os tratamentos diferenciados dos governos que se escamoteiam das responsabilidades sociais, preferindo concentrar gastos em atividades que beneficiam empresas com lucros bilionários e deixando vilas com esgotos a céu aberto? Quem nos presta contas destas insanidades?

O governo do RS assombra os gaúchos com as mesmas atitudes protecionistas para quem vem de alhures, contudo, castiga com intolerância, falta de diálogo e criminosa violência os movimentos sociais gaúchos, legitimamente constituídos e de notória representatividade social. Marca a história pampeana, de forma insustentável e contrária ao interesse público, uma administração isolada e com tanta subserviência ao interesse privado, a ponto de trocar o meio ambiente pelo lucro de outros. E os administradores do Piratini não andam sós, pois têm a companhia da imprensa comercial, que repete em alto e bom tom as lorotas e bravatas empresariais. Já o Ministério Público, frente a estes acontecimentos, tem-se apresentado particularmente desinteressado e inábil para fazer valer, de forma célere, seu poder-dever constitucional de tutelar o meio ambiente e, assim, barrar o avanço das papeleiras no seu aspecto social e ambientalmente degradante. Entretanto, coincide com a ela-

boração desta "Introdução" o afastamento de mais um titular da Secretaria do Meio Ambiente do atual governo e a decisão de magistrados de que o "Zoneamento Ambiental" válido é o que considera os índices de restrição elaborados pelos técnicos da Fundação Estadual do Meio Ambiente, e não o pseudozoneamento aprovado de forma irregular, na calada da noite do dia 9 de abril de 2008, corroborando que este governo não tem e nem sabe o que é uma proposta de política ambiental.

Nosso hino canta que "Sirvam nossas façanhas de modelo a toda a terra..."! Mas que façanhas são estas que nos oferecem?

Até quando estaremos reféns deste grande esquema que desconsidera as leis, a democracia, a vocação local, a policultura, as pequenas economias sustentáveis dos mercados locais e a biodiversidade, tão rica e negligenciada, constituída pelos biomas brasileiros, em especial o Pampa? Países emergentes como o Brasil, que não rompeu a dependência desse cassino financeiro das *commodities*, como no caso da celulose, agora poderá ter a chance de refletir e estancar a sangria dos bilhões dos cofres públicos, via BNDES, para regar estes projetos de pseudodesenvolvimento, que favorecem os de sempre. É necessário, por parte da sociedade, o debate, a indignação, o engajamento, a proposição, a articulação e a luta pela defesa de nossos valores gaúchos, brasileiros, da sociobiodiversidade e da verdadeira sustentabilidade da vida, em suas mais variadas formas e se sobrepujando ao capital, mas não o contrário.

Este é um livro respaldado por seminários, debates abertos feitos por professores de quatro Universidades Federais do RS (Pelotas, Santa Maria, Rio Grande e Porto Alegre), UNIJUÍ, pesquisadores da Embrapa Clima Temperado, economistas e com a participação livre de todos. Várias vezes reunidos, discutimos um tema "que quer ser controverso", mas não o é. Trata-se da proposta de inundar o Estado com oceânicas lavouras de eucalipto e das empresas papeleiras, melhor denominadas de "pasteiras".

Para a "apresentação do problema" abordado, convidamos o Dom Frei Luiz Flávio Cappio, Bispo Diocesano de Barra/BA, que por duas vezes desenvolveu longos e penosos períodos de orações e vigílias como forma de contrapor-se à transposição do Rio São

Francisco. Dom Cappio faz "uma ponte de luz" e nos mostra com clareza que o capitalismo selvagem e cruel que explora o homem do norte ao sul do país é o mesmo, com a mesma devassidão, mentira e extremo desrespeito ao homem e natureza. Por esta resistência pacífica, recebeu o Prêmio pela Paz da "Pax Christi Internacional" (*2008 Pax Christi International Peace Award*). Ao final do livro colocamos, como anexo, a manifestação feita por ele em audiência pública no Senado Federal, quando expôs o drama vivido pelas comunidades rebeirinhas do "Velho Chico".

Os capítulos são responsabilidade direta de cada autor e, não obstante estarem seqüenciados, certamente não comungamos da mesma opinião em todos os tópicos. Entretanto, todos somos unânimes em afirmar: as "pasteiras" não visam o desenvolvimento do RS e suas lavouras de eucalipto espalham-se como um terrível espectro sobre o pampa diverso e também na Mata Atlântica, corretamente denominadas de "desertos verdes" ou "florestas do silêncio". O nosso Rio Grande do Sul está sendo desfigurado só para atender sociedades altamente consumidoras de papel.

Oferecemos reflexões baseadas em informações que são omitidas por governos, políticos e instituições. Nossa preocupação é desenvolver debates qualificados, baseados em argumentos e informações, que até podem ser contraditórias, entretanto, não na propaganda enganosa ou em tratamentos depreciativos de sermos "pelo atraso do RS" ou "do quanto pior melhor".

Este livro será distribuído gratuitamente às escolas de primeiro e segundo graus, bibliotecas, universidades, centros de pesquisa e disponível sem custos na internet (www.semapirs.com.br / www.sintrajufe.org.br / www.sticap.org.br).

Nosso financiamento vem de sindicatos de empregados que, cientes e conscientes do desemprego, suas conseqüências e destruição que estas lavouras já ocasionam, repassaram a necessária ajuda. Para estes, nosso sincero agradecimento pelo apoio.

Ao leitor, grato pela atenção e desejamos proveitosas reflexões.

Apresentação do “problema”

O homem encontra-se frente a um momento decisório jamais vivido.

Este planeta azulado de um universo divino, estrela do firmamento, privilegiado em belezas e riquezas de toda a ordem, que sempre nos ofereceu sustento e conforto, já agoniza, há longa data, frente à insana exploração humana.

O momento é grave e pede a nossa reflexão mais séria. O momento exige conscientização, para que lutemos contra a destruição de nossa biodiversidade, de nossos rios, de nossa gente e contra a arrogância dos que querem transformar tudo em mercadoria e moeda de troca.

Nosso orbe exige momentos de revitalização, cessando a degradação dos solos, da vegetação e das águas, como vem ocorrendo nos cerrados, na diversidade das matas atlântica, amazônica e no nosso pampa gaúcho. O nosso planeta pede alento, um pouco de paz e um pouco de sossego para recuperar a vitalidade. Pede investimento.

Temos que nos servir das nossas nascentes, florestas, reservas minerais com consciência e respeito. Cortar rios com barragens, desmatar para carvoarias, poluir com esgotos e agrotóxicos, plantar para não gerar alimento têm sido tarefas impostas como “necessárias para o nosso desenvolvimento”. Porém, na realidade, a transposição irresponsável do Rio São Francisco e as oceânicas lavouras de eucalipto não são pensadas para a melhoria de vida das pessoas, mas são, isto sim, projetos ardilosos para aumentar a fortuna dos mais ricos, não obstante gerarem a destruição da natureza, o desemprego, a miséria, a fome, a sede. Ambas animam-se nos sentimentos primitivos do “lobo” que em nós habita: avareza, egoísmo, soberba.

Vemos com espanto a ação de estímulo e apoio de políticos e administradores para com estes projetos, e não conseguimos conter o assombro quando estes poderosos festejam a demonstração de subserviência do Judiciário. Uma vez eleitos já não mais atendem ao compromisso ético com o povo, mas vão curvar-se aos interesses particulares que lhes financiou a campanha. Em ações egoístas e avarentas, os poderosos fazem com que sejam os pobres os que mais sofram as inconseqüências do uso irresponsável que eles fazem da mãe Terra. Suas ações fazem com que o abandonado homem do campo, também abandone a sua terra, aumentando os cinturões de degradação social nas cidades.

São os que quase não têm terra, bebem águas podres de barreiros e de açudes, não têm a mínima infra-estrutura para enfrentar o clima do semi-árido, que estariam fora do projeto de transposição. O gaúcho, o campesino, o pequeno agricultor, esquecidos e distantes por estradas mal cuidadas é que já vêm pagando o desumano preço destas lavouras de especulação financeira. Portanto, é não só uma questão técnica de produção, mas de ética de relação.

A transposição do São Francisco fará com que o povo, principalmente das cidades, subsidie os usos econômicos, como a irrigação de frutas nobres, criação de camarão e produção de aço, destinadas à exportação. Também os desertos verdes apóiam-se na mesma injustiça, plantando e colhendo mediante mecanização, exportando a barata pasta de celulose, às custas do desemprego do homem do campo, da destruição da terra, da angústia já vivida por muitos de como será o amanhã. Tudo isto financiado com dinheiro e apoio logístico do governo federal e estadual. Assim já acontece com a energia, que é mais barata para as empresas e bem mais cara para nós. Assim é com estes projetos financiados com o dinheiro público, mas a reforma agrária não anda. Essas são as verdadeiras finalidades destas irresponsáveis obras, escondida de vocês.

É preciso respeitar a população, que suporta o ônus de todos os projetos impostos à mãe natureza. As pessoas merecem consideração e respeito.

Exige-se a suspensão de tais projetos degradantes.

Nossa luta é contínua e está firmada no fundamento que a tudo sustenta: a fé no Deus da vida e na ação organizada dos cidadãos, pois bênçãos de Deus derramam-se equanimemente sobre todos. Nossa luta maior é garantir a vida, como é a luta do rio São Francisco e de seu povo, para garantir acesso à água e ao verdadeiro desenvolvimento para o conjunto das populações de todo o semi-árido, não só uma parte dele. Esta mesma luta se soma para que um Estado, antes o "celeiro do Brasil", dê dignidade ao homem do campo, produza alimento, gere abundância aos que necessitam, receba a devida e exigida atenção de políticas públicas. Isso vale uma vida e sou feliz por me dedicar a esta causa em defesa do homem e da natureza, como parte de minha entrega ao Deus da Vida, à Água Viva que é Jesus, e que se dá àqueles que vivem massacrados pelas estruturas que geram a opressão e a morte.

Ouçamos os sons da nossa mãe Terra no farfalhar das árvores, no sopro dos ventos, na canção dos pássaros, no fragor das ondas. Por que escutarmos cada vez mais tornados, maremotos ou o silêncio angustiante da falta de vida dos desertos verdes? "*Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância*" (João, 10, 10). Fiz dessas palavras centrais do Evangelho meu lema de bispo. Só quero ser fiel a elas, com a radicalidade que estas questões exigem.

Portanto, não estou contra o sagrado direito à água, ao uso do chão. Muito pelo contrário, pois já coloquei minha vida em risco para que estes direitos não sejam mais uma vez manipulados, chantageados, desvirtuados e desrespeitados, como sempre foram. Luto por soluções verdadeiras para a vida plena do povo sertanejo – isso tem sido minha vida de 33 anos como padre e bispo do sertão. Engajo-me na luta contra as florestas do silêncio; abençoados os que se insurgem por esclarecer os danos dos desertos verdes. São gestos de amor à vida, à justiça e à igualdade, seja aí, seja aqui no São Francisco, longe ou perto do rio.

Assim sendo, não basta dizer "não" à transposição e às lavouras de eucalipto. É preciso um plano de desenvolvimento verdadeiramente sustentável, que beneficie toda a população. Um bom plano exige que se pense o semi-árido e o pampa em toda sua ex-

tensão, respeitando suas características e aptidões, com toda sua diversidade geográfica, social e ambiental.

O que precisamos, de norte ao sul do Brasil, é construir uma nova mentalidade a respeito da água, do solo, combater o desperdício, valorizar o que já temos, para que nada falte à reprodução da vida, não só a humana. Precisamos repensar o que estamos fazendo dos bens da terra, repensar os rumos do Brasil e do mundo; ou estaremos condenados à destruição de nossa casa e à nossa própria extinção, contra o Projeto de Deus.

Isto é muito importante, se quisermos construir algo de sólido e consistente em contraposição aos projetos loucos de políticos e governos que, pedindo ao povo votos em confiança, eleitos passam a atender aos interesses dos que lhes pagaram as campanhas.

Falar a mesma coisa. Possuir uma linguagem única. Propor as mesmas iniciativas. Construir o mesmo projeto alternativo. Isto nos fará fortes, imbatíveis, pois contamos com as melhores cabeças propositivas a partir do profundo conhecimento de que são portadores. Nossas diversidades de especializações nos fazem abrangentes e nos possibilitam falar com autoridade nos mais variados campos que o assunto exige.

Temos que construir um grande mutirão nacional, continental, vivendo um momento ímpar de intensa comunhão e exercício de solidariedade, para que o povo se levante e reacenda em seu coração a consciência da força da união; que crianças e jovens cantem cantos de esperança e gritos de ordem com braços erguidos e olhos mirando o futuro que almejamos para o nosso Brasil querido. Um futuro onde todos, todos sem exceção de ninguém, tenham pão para comer, água para beber, terra para trabalhar, dignidade e cidadania.

Nosso planeta, nossa casa, nossa benção.

Dom Frei Luiz Flávio Cappio

OFM, Bispo Diocesano de Barra / BA

Aspectos Introdutórios

O Guia da Corporação "Verde"

Carlos Gustavo Tornquist

A iniciativa de editar uma publicação com uma visão crítica sobre o projeto de Governo que vem incentivando a expansão da silvicultura sobre o Pampa é extremamente oportuna. A versão oficial sobre este programa eleva-o a condição de redentor da mal falada "Metade Sul" do estado. Falta a análise ampla e profunda, e especialmente, independente. Não como negar que os interesses corporativos têm enorme peso nesta conjuntura politico-econômica. Fatos recentes na Província, especialmente após a posse do atual Governo – que já vinham-se delineando desde o início de 2005 ? fizeram-me lembrar de uma newsletter americana sobre resíduos tóxicos e contaminação ambiental[1], na qual era apresentado o resultado de um interessante "exercício mental" proposto aos leitores: se colocar no lugar dos executivos e "spin doctors" das corporações no trato das questões ambientais, imaginar quais os argumentos e as estratégias utilizadas para manter o status quo sem dilema de consciência, escapar da fiscalização ambiental (se existente...), reverter ações judiciais e, principalmente evitar ao máximo "sujar" nomes e marcas junto à sociedade.

Na época, o eng. químico Zeno Simon (técnico da CORSAN e ex-vice-presidente da AGAPAN, falecido em 1996) e eu deba-

[1] RACHEL Hazardous Waste News (n° 347 22/07/93), editado pela Environmental Research Foundation de Nova Jersey, EUA. Hoje chamado Rachel Democracy & Health News (www.rachel.org).

temos longamente a idéia de traduzir e divulgar aquele texto. Estávamos apreensivos, pois, na Província de São Pedro, sempre "longe demais das capitais", poderíamos estar trazendo poderosas ferramentas para uma certa fração menos atinada dos poluidores de plantão. Naquele momento, recém saídos da discussão em torno do licenciamento da expansão da RioCell em Guaíba, decidimos que a sociedade gaúcha poderia se beneficiar daquele texto – ou, pelo menos os cidadãos que buscam uma análise mais profunda da realidade e do que corre nos bastidores do poder.

A leitura daquela newsletter à luz da política econômica e ambiental vigente – em última análise, não há como seperá-las- mostra que estas estratégias que se delineavam na década de 90 agora foram absolutamente incorporadas à lógica interna das corporações. Hoje temos como pano de fundo um Estado "quebrado", uma governadora paulista e, salvo raríssimas exceções, "um deserto de homens e idéias...", como teria dito J.F. de Assis Brasil há quase 100 anos... Numa perspectiva histórica: até o fim do século passado, desde Roessler e Lutzenberger, os gaúchos exerceram liderança no pensamento ecológico nacional, ganhando até notoriedade internacional. Entretanto, o milênio nos pôs em marcha ré, chegando ao estado atual das coisas... só falta efetivamente apagar a luz do sistema ambiental estatal... ao que tudo indica fadado a se tornar um cartório ambiental. O próprio Movimento Ecológico já viu dias melhores...

O bordão da vez é "flexibilizar a legislação" e "agilizar licenças" em nome de investimentos polpudos para o "desenvolvimento sustentável". E dane-se a letra da leis que demandam planejamento, monitoramento, zoneamento, politicas públicas de longo prazo!... Neste ano de 2007, vimos uma "dança das cadeiras" no órgão ambiental, com gente do Ministério Público assumindo funções executivas, uma "força-tarefa" da Assembléia Legislativa tentando interferir no licenciamento ambiental, e, correndo por fora, uma "tropa de choque" composta por várias entidades de classe, realizando intenso lobby a favor de um modelo desenvolvimentista à la década de 70... Um porta-voz deste lobby chegou a sugerir que o eucalipto fosse alçado ao status de "cidadão", provavelmente já con-

tando votos na próxima campanha[2]... Tudo isso acontencendo sob os aplausos de velhos "sabujos" da imprensa local.

As causas últimas do que vem se passando no estado certamente são muitas e certamente complexas, mas me ocorreu uma explicação singela: "a maldição de Davos". Já me explico: algumas vezes neste milênio tivemos aqui em Porto Alegre, às margens do Guaíba, um encontro de muitos daqueles que imaginam e lutam por "um outro Mundo possível", o Forum Social Mundial. Ora, as idéias por trás deste são radicalmente contrárias ao paradigma da reunião anual "oficial" na Suíça, o World Economic Forum, que pode ser simplificado por "crescer, crescer, crescer"? como já foi dito, a mesma " ideologia" da célula de câncer. Pois suspeito que foi de lá de Davos que partiu alguma reza braba, alguma praga bem mandada, que nos relegou à situação atual. Ou seja, vivemos a consumação de um ato de vingaça contra o Estado e a cidade que hospedou alguns punhados de cabeças que ousaram (e ainda ousam...) pensar diferente...

Dado este contexto, achei que cabia uma atualização e reedição do texto publicado no Boletim Ambientalista AgirAzul de janeiro-fevereiro de 1994, chamado então de "O Pensamento Anti-Ecológico: Guia para um Poluidor Bem-Sucedido".

Quem (sobre) viver, verá...

? ? ?

---

[2] Ferron, R. "Eucalipto, Cidadão Exemplar" Partes I e II. Conselho em Revista. CREA-RS, no 36 e 38, 2007.

“Um estado totalitário realmente
eficiente seria aquele em que um
todo-poderoso executivo dos chefes
políticos e seu exército de gerentes
controlam uma população de escravos que não precisam de coerção
porque adoram o servilismo”.

Aldous Huxley,

prefácio de “Adminável Mundo Novo”.

Um guia para a corporação verde

Ao leitor desavisado, informamos que as idéias, sugestões e recomendações que postulamos abaixo sobre a questão ambiental no âmbito corporativo não são apenas propostas acadêmicas, muito menos fruto de elocubrações teóricas por parte de consultores descompromissados que vão e vêm... Muito pelo contrário, tem sido testadas na prática pelos quatro cantos do planeta. Ainda que vivamos um tempo de vacas gordas no macrocenário nas finanças globais, considere que esta informação será parte fundamental de uma estratégia de sobrevivência em situações locais adversas ou para os tempos bicudos que por certo virão...

A Opinião Pública

A premissa básica em lidar com a população em geral é negar terminantemente que problemas ambientais são reais, significativos e evitáveis. Isto é essencial. Se parte significativa da população acreditar que estamos ameaçando sua saúde ou a qualidade ambiental da região ou mesmo do planeta, e que existem alternativas reais e concretas ao paradigma tecnoindustrial, estaremos correndo grave

perigo. A vacina contra este pensamento é a fé na tecnologia, que deve ser sistematicamente inculcada e sempre reforçada.Esta postura justifica uma campanha articulada, em várias frentes. Para concretizá-la, utilize todos os meios de comunicação disponíveis, e esteja preparado para os novos que estão sendo desenvolvidos.

Quanto ao conteúdo: É importante que não seja feita distinção entre Ciência e Tecnologia. Quanto mais "científico" for o tom de suas campanhas, melhor. O científicismo é dado por muitos números, cifras retumbantes e muito "discurso competente"[3]. Identifique aliados na Academia e patrocine livros e edições multimídia com autoria de nomes eméritos, professores PhDs e consultores com algum vínculo acadêmico. Não esqueça de omitir a veradeira dimensão deste vínculo, que pode enfraquecer sua idoneidade. Lembre-se que "consultor" ou "assessor" deve preferencialmente ser chamado de "professor" ou "doutor" - a opinião pública desconfia dos primeiros e é normalmente simpática aos últimos.

Neste esforço de difusão da informação, mensagem de fundo deve por em dúvida a crença em denúncias ou evidências de que os ecossistemas naturais (ou até mesmo ambientes modificados pelo homem como os agroecossistemas) corram perigo e estejam ameaçados por nossas atividades. Por exemplo, não deixe de enfatizar que a "dose faz o veneno" - que pequenas contaminações por substâncias químicas tenham qualquer importância e que causem dano significativo ao ser humano e outros organismos.

Realize e patrocine simpósios, seminários e congressos sobre os temas ligados ao seu negócio ou cenários macroeconômicos, sempre com forte viés ambiental. Todo o cuidado é pouco na seleção dos palestrantes e debatedores. Nunca arrisque a predominância de alguma visão divergente dos seus interesses. Uma boa conversa na hora de convidar os participantes resolve muita coisa... De qualquer forma, tente evitar temas candentes do momento, preferindo investir em cientistas esotéricos ou filósofos obscuros. "Empacote-os" como gênios universais, e garanta ampla divulgação de qualquer

---

[3] Cf. a filósofa Marilena Chauí, o discurso competente é o "discurso instituído". É aquele no qual "não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância."

afirmação ou enunciado que possa ser vinculado positivamente a sua atuação e ao seu ponto-de-vista.

Se a Academia local se mobilizar, a linha tecnocientífica pode se tornar ineficaz... Mas pelos menos as sementes da dúvida terão sido semeadas. Qualquer dúvida, por mais insignificante que seja, confunde o público e atrasa reações do Estado, mobilização popular ou ações jurídicas mais incisivas. Por exemplo, a imprensa sempre apresentará ambos os lados em uma questões científica mesmo que um lado tenha apenas 1 % de probabilidade de ocorrência e o outro 99%. Ao se omitir este aspecto estatístico, ambas as alternativas terão mais ou mesmo o mesmo peso perante a opinião pública! Neste sentido, referências citando renomadas universidades e centros de pesquisa do exterior, sábios avulsos e teorias pretéritas têm um impacto fulminante, mesmo que sejam distorcidas, inaplicáveis ou até falsas. Francamente: se necessário for, minta. Mentirinhas brancas, essas que não fazem mal a ninguém... Não que mentir seja recomendável, mas às vezes, a mentira é a melhor maneira de semear a dúvida, dividir os críticos e conquistar pontos na imprensa. Jornalistas e seus editores estão sempre pressionados por matérias no menor tempo possível, e a maioria raramente verifica declarações mais técnicas - aceitam, ou pelo menos publicam, o que é dito pelo seu “valor de face”... Assim, uma mentirinha vai muito longe. Além disso, desmentidos raramente têm o mesmo destaque dado às afirmações originais, mesmo que determinadas pela Justiça.

Mire-se no exemplo das indústria do tabaco, que ainda consegue encontrar indivíduos com cara-de-pau suficiente para olhar direto na camera de vídeo e dizer: “Não tenho conhecimento de evidências conclusivas ligando o prazer de exercer o direito de fumar ao câncer”. Ou da indústria química, que consegue gente para declarar sem pestanejar que “as medidas mitigatórias que estamos adotando garantem que os riscos ambientais do nosso empreendimento serão nulos”. Em síntese, o que importa não é a verdade, mas a verossimilhança. E falar bonito ajuda uma barbaridade...

Procrastine o inevitável. Aprenda aqui também com indústria do tabaco, que se mantém por mais de 40 anos desde os primeiros estudos sobre câncer e cigarro, e continua faturando alto.

Para tanto, utilize-se da filantropia em doses maciças: apoie as artes e os esportes, crie escolas e pague bolsas de estudo para estudantes pobres, adote uma praça e um atleta. Para muitos destes, seu apoio pode se tornar imprescindível... serão seus marqueteiros eternos. No âmbito do Meio Ambiente, patrocine principalmente o plantio de árvores e distribuia mudas sempre que puder. Muitas mudas. Cubra a cidade com o "verde" das mudas de árvores. Sementes não ajudam muito...

Quando fatos políticos, sociais ou econômicos contrários ao seu negócio surgirem, contra-ataque insuflando na imprensa local a etiquetagem dos críticos com clichés: ecochatos, catastrofistas, desocupados, profetas do Apocalipse, xiitas, quimicófobos, neohippies, "naturebas", ou simplesmente "burros[4]".

O Executivo

Dentro do possível, mantenha boas relações com os órgãos ambientais do Estado em todos os níveis. Na linha da filantropia e "responsabilidade social", além das iniciativas indicadas acima, copatrocine eventos, festas, a produção e distribuição de calendários (carregue nas cores e imagens da Natureza!), agendas, canetas e bonés.

Quando tiver que implementar estudos de impacto ambiental, não corra riscos. Gastar muito aqui é gastar menos depois... Contrate equipes experientes, que produzam imensos volumes de dados e apresentações bem montadas, e que utilizem metodologias e modelos de concepção complexas e pouco conhecidos para os quais os órgãos oficiais não estejam preparados. Se isso for questionado, pague cursos de atualização e viagens educacionais. Jamais forneça algo que possa ser usado contra seus projetos e negócios.

Quando o processo de licenciamento de suas atividades envolver a realização de audiências públicas, seja precavido. Como medida diversionária, realize previamente "palestras de informações

[4] veja por exemplo, os artigos do "Conselho em Revista" já citados, e o artigo de Melvis Barrios Jr, ZH, Caderno de Economia, 25/04/93

ao público", que deverão ser ações de marketing corporativo. Aqui você apresentará sua versão dos fatos um público seleto – seus convidados. Assegure-se da presença de lideranças locais e principalmente políticos. Ao abrir o Q&A[5], assegure perguntas curtas, sem permitir discursos emocionados ou contundentes, e respostas bem articuladas, com muitos números e figuras, assegurando, sem se comprometer, um futuro belo e promissor, muito "verde".

Nas audiências públicas formais, influa ao máximo na pauta. Idealmente o público deve ter pouco tempo para falar, devendo ser restrito o tempo de duração do evento. Apresente sua parte no início e garanta que seus apoiadores se manifestem antes da imprensa sair do local - repórteres sempre tem pressa e invariavelmente saem antes do fim de qualquer evento, só registrando o que é mais visível e palatável. Distribua brochuras coloridas e brindes variados, transformando estes eventos oficiais em ações de marketing. Lote a platéia com pessoas de sua confiança; providencie belas promotoras de eventos distribuindo material de divulgação sobre sua empresa e seu projeto. Quando for apresentar o projeto, lance mão de toda a parafernália multimídia: apresentações glamourosas em telões ou displays de plasma, com animações e trilha sonora com artistas locais... Para defender sua posição, traga especialistas de todas as partes, inclusive do exterior, de preferência que não falem português, e traduza suas posições com o viés mais alinhada possível ao seu projeto e posicionamento no mercado. Resumindo, monte um circo! Mas mantenha a aparência de um processo democrático. Aparentar ser democrático é importante.

Na sua empresa, quando receber visitas de inspeção on monitoramento, mostre-se interessado e disponível para resolver as sugestões dos técnicos, prometa realizar tudo o que for solicitado. Mostre-se compreensivo com a eterna "falta de verba". Seja bastante político, soterre-os com belas palavras, carregando na noblesse oblige. Nos bastidores, enrole, procrastine, conteste, peça anistia, recorra das decisões sempre que possível.

Eventualmente poderão surgir "colaboradores" irreversivelmente idealistas no seu quadro funcional, que divirjam de práti-

[5] Question and Anwers - sessão de perguntas e respostas

cas e procedimentos em sua organização. Aja rápido: neutralize este tipo de sedição, pois se ela se alastrar, tempos difíceis virão. Mas evite demissões - elas podem criar mártires. Tente despachar a oposição garantindo troca de setor ou unidade, estágios e cursos de de longa duração no exterior.

O Parlamento

Invista em lobby. Não corra riscos, apóie candidatos cobrindo todo o arco-íris ideológico. A direita normalmente somos nós mesmos, o que dispensa maiores cuidados; na esquerda, muitos acham que "ecologia é coisa de burguês", que os ecologistas causam desemprego, não tem propostas concretas de desenvolvimento econômico e social... Por definição, o centro é incerto, e pode apoiar projetos, leis ou inquéritos parlamentares que nos prejudiquem. Isso definitivamente não serve.

Parlamentares que repetem insistentemente em um discurso pró-desenvolvimento genérico e vago são muito úteis. Mantenha-os em suas mailing lists. O patrocínio de honrarias oficiais para organizações ecológicas, sessões solenes para homenagear ecologistas, fundações com nomes de insetos, aves ou mamíferos multicoloridos, plantio de mudas de árvores e flores em praças e avenidas durante eventos ou efemérides, uso de papel reciclado em gabinetes oficiais, são procedimentos politicamente corretos e contam pontos (e, eventualmente votos) junto ao povo. Afinal, a causa "verde" está na moda.

Estimule e apóie legislação ambiental complexa e impraticável com todos os meios disponíveis. Isto divide o Movimento Ecológico, desacredita o Estado ao congestiona a burocracia – este último aspecto parece contraditório, mas lembre-se que nosso lobby junto ao Executivo possibilitará contornar este gargalo quando for conveniente. Mais importante, um cenário estatal confuso ajuda a convencer a população de que qualquer mudança ou avanço nas instituições públicas é improvável e até impossível. Com isto, ganha força a proposta do "Estado Mínimo" – na prática, o "Estado Fraco", o paraíso na Terra!

A Justiça

Mova ações legais dissuasivas contra indivíduos ou grupos que defendam questões socioambientais, mesmo que não haja chance de ganhar a causa. No caso de sua empresa ser ré, não deixe por menos: contrate as melhores e mais famosas bancas de advogados. Defenda vigorosamente seu direito inalienável de adquirir, fabricar e vender qualquer bem ou produto, independente de quem ou quantos possam se sentir prejudicados. Esta é a essência da verdadeira economia de mercado e o espírito dos tempos modernos. A menos que os prejudicados acabem sendo muitos... aí você deve pensar em abandonar o produto ou mesmo trocar de setor...Afinal, uma mudança de ares é sempre bom, não?

A Ciência

Financie pesquisa científica, mas somente aquela que trate especificamente de itens de seu portfólio – e cujos resultados você já mais ou menos antecipa – ou de temas absolutamente periféricos e irrelevantes à sua área central de atuação, para evitar surpresas desagradáveis... Esteja pronto para "engavetar" qualquer resultado negativo ou dúbio. A opinião pública tem vaga noção do que é central e relevante, mas não pode ouvir informações negativas associada ao seu negócio. Se informação negativa vazar, divulgue amplamente que são resultados provisórios e inconclusivos. E imediatamente busque um novo 1aboratório, pesquisador ou instituição mais confiável...

O apoio às ciências e a pesquisa lhe conferirá uma imagem de empresário responsável e preocupado com a sociedade contemporânea. Além disso, servirá de defesa quando for questionado sobre suas ações. É muito mais convincente dizer: "Nossas pesquisas demonstram claramente..." do que "Há indícios de que..."

Quando pressionado para abandonar alguma tecnologia, contraponha com patrocínio de pesquisas ultra-sofisticadas e de longa duração. Nesse ínterim, siga amortizando os investimentos feitos nas velhas tecnologias sob a justificativa de estar investindo

em "desenvolvimento de novas tecnologias", que serão utilizadas "assim que forem economicamente viáveis".

Algumas Táticas Acessórias

Ao iniciar novos projetos, é compensador enfatizar dúvidas sobre a validade, a pertinência e necessidade de programas, projetos e legislacão ambiental. Afirme que eles prejudicam a economia, são inúteis e causam desemprego ao limitar novos empreendimentos. Isto poderá garantir aliados inesperados - os trabalhadores. A maior parte dos sindicatos nos apoiarão sempre que a palavra emprego entrar em pauta. Procure estabelecer um antagonismo entre emprego e a questão ambiental. Se, mais tarde, tudo isto mostrar ser infundado, não se preocupe, poucos vão se lembrar destas coisas.

Dilua responsabilidades, diversificando alvos: esconda seus negócios sob uma teia de subsidárias, filia, joint-ventures, terceirizações, etc. em vez de apenas uma grande empresa. Lembre-se de Golias (o Mercado) e transforme-se inúmeros Davis.

Sempre que possível, evite aparecer em encontros públicos ou em qualquer confrontação direta com a comunidade, a menos que já esteja garatinda a presença de apoiadores. É preciso um milagre para vencer uma confrontação pública. A menos que a situação beire a violência. Trazer seguranças parrudos podem parecer grosseria, mas que funciona, funciona.

O Macrocenário

Defenda insistentemente acordos bi-, tri-, multilaterais de livre comércio, além de todas as formas de desregulamentação, pois isso é essencial para a manutenção e a expansão dos negócios. Ainda precisamos destes acordos. Quando causam caos fiscal e diplomático, desempregos e toda a sorte de confusão, quem leva a culpa são os governos. Quanto mais convencermos as pessoas de que a raiz de todos os problemas é o Estado e os governos, melhor ...

Além disso, estes acordos tendem a nivelar por baixo as questões ambientais ao misturarem países nos quais o tratamento destes temas oscila entre o sofrível e o péssimo.

Distraia a atenção com relações às suas ações corporativas e de mercado, apoiando porta-vozes na imprensa que instilem a visão de que a sociedade é a únicaculpada pelo estilo de vida que leva (vide indústria do tabaco). Convença a opinião pública que é ridículo militar em prol de qualquer modelo alternativo socioeconômico ao paradigma do crescimento ilimitado. Confronte qualquer renovação, incuta o medo de um mundo diferente, que, se "sociedade alternativa" dos ecologistas vier a acontecer, será um estranho e cinzento mundo povoado por barbudos raquíticos, consumidores insaciáveis de cereais integrais, andando de bicicleta ou em veículos movidos à gordura reutilizada por ruas esburacadas.

Divulgue que tudo o que era necessário para melhorar as condições sociais e ambientais já está sendo feito, e de que nada melhor é possível, como já dizia o Dr. Pangloss: "Vivemos no melhor dos mundos"[6].

É fundamental que a população pense que as coisas sempre foram como hoje, e que sempre assim serão...

Recomendação Final

Maquile-se de verde. Repita todo o dia, ao acordar:"Sou "do verde"!". Verde é simpático. Verde é bom. Verde ainda é (em muitos lugares) a cor do dinheiro...

[6] Personagem criado por Voltaire em "Candido" (1759).

Carlos Gustavo Tornquist

É pós-doutor junto ao Setor de Manejo e Conservação do Solo e Água, na Fac Agronomia (UFRGS).
É doutor em Ciencia do Solo pela mesma universidade, mestre em Ciência do Solo pela Texas A&M University (College Station, Texas, EUA), e graduado em Agronomia pela UFRGS. Foi membro da Diretoria e atualmente é conselheiro da AGAPAN (Ass. Gaucha de Proteção ao Ambiente Natural). Trabalhou como consultor junto a unidade de preparação do Projeto RS Biodiversidade (2005-2006).

Eucalipto ou Pau-Brasil?

Althen Teixeira Filho

O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro, que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.

Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

"O analfabeto político"

Bertold Brecht (1898-1956)

1. Introdução

O interesse sobre o tema que iremos discorrer, fora de nossa área de atuação na universidade, surgiu após escutar afirmações de algumas pessoas, que estariam querendo "reflorestar o RS", assim como pelo volume crescente de informações jornalísticas sobre o tema. Para alcançar o doce "paraíso paisagístico-desenvolvimentista" prometido, tínhamos tão somente de seguir o rumo indicado por três empresas: Votorantim Celulose e Papel (VCP), Aracruz e Stora Enso.

No início de ano de 2006 atuávamos coordenando o Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia (GTC&T) da Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas - ADUFPel-SSind. e, através dele, organizamos seminários e debates, oportunizando a necessária formação de opinião da comunidade universitária neste tema tão controverso. A bem da verdade, a maioria das pessoas favoráveis às plantações negaram-se a participar, como a Votorantim Celulose e Papel (VCP) e uns poucos políticos, notadamente os que receberam apoio financeiro para as suas campanhas de eleição/reeleição.

Esta busca por conhecimento ofereceu-nos uma visão não abordada pela "mídia comercial" e pelas empresas. Pelo contrário, expusemos o que eles lutam para esconder e o conteúdo de nossas falas fez com que muitos nos incluíssem no grupo dos "ecochatos", "dos que desejam o atraso da metade Sul", "dos que não defendem a criação do emprego", "do quanto pior melhor".

E o ataque foi e é feroz e depreciativo. Um radialista de Porto Alegre, num programa matinal que tem apoio financeiro da Aracruz, afirmou que "se fôssemos seguir estes ecologistas, ainda estaríamos nos limpando com sabugos", criando conflitos onde não existem. Afirmam que "para se ter desenvolvimento e emprego, temos que abrir mão de algumas questões ambientais", criando uma lógica burra, vesga e sem o mínimo de bom senso. A contradição real é: "para que o meu empreendimento tenha lucro e quanto maior melhor, eu preciso desconsiderar cuidados com o meio ambiente; e dane-se o resto". Porém, afirmamos que é plenamente possível ter-se desenvolvimento respeitando a natureza e a espécie hu-

mana. Quem vem "pagando mais caro", pelos desequilíbrios climáticos, são as populações mais carentes dos países mais pobres.

Estes jargões e depreciações sempre foram utilizados pelos que, com argumentos fracos ou na ausência destes, fogem dos debates e desqualificam pessoas. Lembremo-nos que os que lutavam contra as privatizações do Presidente Fernando Henrique foram logo taxados de "jurássicos", em alusão ao filme da moda. Hoje, todos comentam, inclusive os velhos críticos, a "bandalheira" que foi mais este capítulo do governo FHC. ("Alguns percebem pela manhã, o que outros só conseguem à tarde", diz o ditado chinês).

Temos a clara consciência de que o eucalipto desempenha um grande papel no Rio Grande do Sul, mas que ele não serve para papel. Tem nos oferecido calor no inverno através da sua lenha, auxilia na dispersão da luz quando utilizada como postes, facilita o nosso transporte rural vigando pontes, separa o nosso gado elevando cercas, alberga abrigo na construção de galpões e casas, mas, acima de tudo, protege nossas matas naturais já tão exploradas, liberando-as de tarefas tão importantes.

Esta é a nossa visão do "eucalipto".

Mas o que debatemos, não é isto.

O que debatemos é o plano de plantio de imensas lavouras de eucalipto, com o objetivo de produzir, neste momento, tão somente papel. Este é um projeto construído pela imposição financeira de empresas transnacionais, que têm entre suas metas o "domínio do mercado mundial", fato claramente destacado por eles mesmos. Para tal, usam e abusam de atitudes predatórias ao meio ambiente, desconsideram em absoluto questões humanísticas e sociais, "investem" pesadamente na política e em propaganda, tudo para aumentar a fortuna de quem já a possui.

O que combatemos é a imposição "goela abaixo" de um projeto que não traz os benefícios aludidos e que não objetiva atender, num quesito sequer, os interesses da região sul. A degradação do solo, o agravamento do penoso problema social, a continuidade da destruição da natureza, o abandono político da região, cidades aneladas por cinturões de miséria são criminosamente escondidos

ou minimizados por novos "capitães do mato". Neste momento de grandes contradições, deixam de lado a necessária prudência e precaução para, interesseira, atabalhoada e ilegalmente, pisotearem as Constituições Federal e Estadual, protagonizando uma fraude histórica. Literalmente vemos "patas na Constituição" e, em muitas situações, com a inegável letargia do próprio judiciário.

O que combatemos são mentiras descaradas, repetidas por formadores de opinião tagarelas, que não buscam informações qualificadas. Para eles não interessa que somente um terço da produção mundial de papel serve para escrever ou imprimir e que a maior parte serve para publicidade e propaganda não autorizada, ou seja, recebemos em casa sem ter pedido. Quando dizem que este papel serve para educação é mentira, pois a Finlândia, que tem uma taxa de alfabetização de 99%, consome 324 kg/pessoa/ano, enquanto que o Vietnam, com taxa de 93%, consome somente 15 kg/pessoa/ano.

Este projeto assim planificado e imposto é colonialista em essência e princípios, é falso na sua proposta de geração de emprego, é mentiroso quando apresentado como "a redenção da metade Sul" e "a descoberta fantástica de aptidão que temos pela silvicultura". Muitos dos seus defensores fantasiam-se de cientistas, falam como políticos, fingem imparcialidade, aconselham com sabedoria, contudo, mostram um despreparo cultural admirável e não conseguem nem esconder interesses particulares. Suas ponderações conceituais são absurdas a ponto de chamar o projeto de "florestamento" e "reflorestamento". Tais pessoas são ou têm-nos por trouxas.

O presente capítulo é uma narrativa do que vivemos, vimos, aprendemos, presenciamos, numa "visão política" deste deplorável projeto. Esperamos poder colaborar modestamente na difusão das barbaridades que vêm ocorrendo, na esperança de que possamos minimizar os seus terríveis danos e que, no futuro, os filhos de um Estado tão altivo e orgulhoso de suas tradições, possam evitar que algo deste matiz volte a ocorrer. Não podemos esquecer que esta vampirização do solo, dos recursos naturais, dos trabalhadores, ocorre em outros Estados brasileiros, como o Espírito Santo, Bahia, São Paulo, Amazonas, Pará, Minas Gerais. Também não podemos esquecer dos "hermanos" da América Latina, fazendo-se necessária a

nossa aproximação efetiva para combater este câncer que se alastra pelo solo do nosso continente.

Esta é uma guerra antiga que ora se trava nas lavouras de eucalipto, continua contra a soja transgênica, aprofunda-se na construção de barragens para usinas, alarga-se na cana de açúcar (que já foi doce) e se atualiza no milho transgênico, o mesmo que a França rechaçou. Mas muitos dos nossos "cientistas", que dominam maravilhosas técnicas laboratoriais tanto quanto carecem de cultura, são melhores que os deles, sabem muito mais e, agrupados em pomposas comissões, liberam, liberam, liberam sob aplausos de "giga" indústrias, como as papeleiras e "monsantos".

Por fim, antes de abordarmos o tema proposto, informamos que este capítulo ficou pronto em fevereiro de 2008, mas devido ao volume de informações e dramaticidade de alguns acontecimentos ocorridos, procedemos a uma revisão em setembro do mesmo ano.

Desta forma, entendemo-nos numa guerra antiga, que luta contra o Brasil em rédeas, a cabresto; esta é a secular guerra contra o projeto de Brasil colônia.

1.1 As primeiras informações

Aproximadamente em março de 2006 estávamos participando de mais um programa radiofônico, o "Pelotas 13 Horas", coordenado pelo jornalista Clayton Rocha, quando dois entrevistados manifestaram-se preocupados com o Rio Grande do Sul. Desejavam proteger as matas, a natureza, meio ambiente, rios e, nos seus argumentos, afirmavam apresentar um projeto de "reflorestamento" da metade sul do Estado. Ficamos, por instantes, entusiasmados com a preocupação e ação. Entretanto, em seguida completaram; "*vamos reflorestar com eucaliptos*" (sic)! Imediatamente nosso entusiasmo transformou-se em indagações e preocupações.

Pensamos, como médico veterinário e anatomista de formação – sete anos desde a especialização até o pós-doutoramento,

que estivéssemos afastados dos aspectos atuais sobre a conceituação de "floresta", "meio ambiente" ou "diversidade animal".

A partir dessa época a discussão foi ficando cada vez mais intensa, mas o que mais se observava era a desinformação e desinteresse.

E este foi o início do período do "garimpo" dos grandes patronos do monocultivo. Apresentavam-se como os grandes defensores do progresso, rebaixando os que se contrapunham como os "contrários ao desenvolvimento e ao progresso da metade sul". Com ironia indagavam acusatoriamente: "*Então vocês também são contra o arroz e a soja? Porque pode um e não pode o outro? Não são todas monoculturas?*" Tudo isto com o óbvio e amplo apoio da imprensa "comercial".

Insistentemente os "capitães do mato" reafirmavam a maravilha do projeto; seqüestro de carbono, milhões em impostos, geração de milhares de empregos, toneladas de mel ao ano, desenvolvimento para a região, madeira para a indústria moveleira, teremos uma fábrica de papel, exportaremos papel, entre outras bobagens.

Então, através do GTC&T (Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia) acima referido, pautamos a discussão e, em seguida, organizamos em outubro de 2006 o primeiro seminário sobre o tema.

Todo o evento foi filmado e, mediante contato, pode ser obtido junto à ADUFPel.

No primeiro dia do seminário chamou a atenção o fato de que as pessoas que atenderam ao convite da ADUFPel não foram só professores, técnicos administrativos e estudantes, mas também, e em número significativo, cidadãos, que buscavam informações de todo o tipo. Obviamente queriam aquilo que os órgãos responsáveis têm obrigação em lhes oferecer, mas continuam negando até hoje: informações.

O segundo dia foi marcado por três fatos.

Inicialmente foi a ausência da Votorantim Celulose e Papel (VCP).

No dia 6 de setembro de 2006 telefonamos para a VCP, explicando que desejávamos convidar alguém da empresa para falar num seminário sobre o projeto. Indicaram-nos uma funcionária (como estamos debatendo o projeto, não citaremos nomes de empregados da empresa, evitando pessoalidades), que no momento encontrava-se ausente. De posse do endereço, enviamos correspondência explicando nossos propósitos e convite, com o cuidado que fosse entregue mediante um "Aviso de Recebimento", ou seja, eles confirmaram havê-lo recebido. Porém, não pudemos contar com a empresa, que sequer mandou resposta ao convite.

Em substituição, oportunizamos que uma advogada apresentasse um caso transitado e julgado, onde a VCP foi condenada por usar um herbicida total (Roundup) em grandes quantidades e a aproximadamente 20 m da residência dos caseiros da propriedade, tornando necessária a internação hospitalar, inclusive do filho, devido à intoxicação. O laudo técnico solicitado pela justiça evidenciou que também haviam utilizado o mesmo veneno em fontes de água e muito próximo dos rios. A condenação, para a qual não havia recurso, ainda não fora paga, embora já acumulasse um total significativo.

Complementando, apresentamos o vídeo "Cruzando o deserto verde", do **Movimento Alerta Contra o Deserto Verde**, que descreve em detalhes o que o mesmo projeto está ocasionando no Espírito Santo e sul da Bahia. Recomendamos aos leitores assistir este vídeo no endereço constante no rodapé.[7]

No momento central da noite, tivemos a surpresa de ouvir uma fala extremamente deseducada, criticando grosseiramente o que fazíamos -- oferecer informações. Queriam o que querem até hoje -- enganar a população.

O terceiro acontecimento foi o surgimento de uma pessoa que, insistentemente, propunha "*que nós não teríamos força para combater estas empresas e deveríamos nos unir e pensar no bem da região e deveríamos fazer deste limão uma limonada*". Embora tenha feito um tremendo esforço para parecer neutro, ficou óbvio

[7] http://www.wrm.org.uy/.

que era um "enviado", com o propósito de tentar desestabilizar ou ser "a palavra da conciliação".

O comportamento da imprensa escrita foi "anêmico". Apesar de saber da vinda de pessoas com expressão nacional e mesmo depois de termos dado entrevista nos dois jornais para informar sobre o evento, um adotou o silêncio e o outro publicou a seqüência de falas erroneamente.

O encontro foi providencial para lançar as primeiras luzes sobre o que era o processo, o que se avizinhava, qual era o poder que estávamos enfrentando. O sindicato recebeu elogios pela organização e realização da tarefa. Também organizamos um resumo e com ele participamos do "3. Deutsche-Brasilianisches Symposium – Nachhaltige Entwicklung" (3 Simpósio Alemão-Brasileiro – Desenvolvimento Sustentável), atividade que será descrita adiante.

Este seminário deu-nos qualificação, passamos a falar com mais autoridade sobre o projeto de monocultura e, até, do eucalipto em si. Com entusiasmo e sabedores do que se avizinhava, rebatíamos qualificadamente as "primeiras grandes mentiras".

Iniciávamos uma luta desigual, entendendo estar numa "frente de batalha", contra um inimigo poderoso, tanto pelos bilhões que acumula, quanto pelos milhões que distribui.

O segundo evento do qual participamos foi em conjunto com a Seção de Docentes da Universidade Federal de Santa Maria, num "Seminário Estadual – Rumos na luta contra o deserto verde – Esta terra tem dono".

Por fim, em outubro de 2007 organizamos o segundo seminário em Pelotas, intitulado "O papel do eucalipto no Rio Grande do Sul". Como no primeiro, este debate ofereceu à comunidade universitária e pelotense "duas faces de uma mesma moeda", sendo convidados palestrantes contrários e favoráveis ao monocultivo.

Para o primeiro dia teríamos a discussão política sobre o tema, já que alguns parlamentares defendem que o mesmo é gerador de empregos e desenvolvimentista para a região, enquanto que outros afirmam ao contrário. Porém, a parlamentar Deputada Esta-

dual Leila Fetter não tinha agenda e o Deputado Nelson Härter, embora os vários contatos, não deu resposta. O prefeito de Canguçu alegou que poderia ser chamado a Brasília e que não poderia confirmar. Ou seja, não tínhamos políticos que falassem favoravelmente e, para que não tivéssemos duas falas "favoráveis", restou-nos rogar compreensão do Deputado Bohn Gass e, de certa forma, "desconvidá-lo" ou liberá-lo do compromisso de falar contrariamente ao projeto. Só o vereador Ivan Duarte participou.

Outro convite que deve ser citado foi o enviado para o professor Mauro Schumacher, da Universidade Federal da Santa Maria, que deveria abordar o tema do plantio consorciado. Porém, como nos informou, viajaria para a Alemanha na época do seminário com propósitos científicos e, embora também tivéssemos insistentemente solicitado através de telefonemas e ele tivesse se comprometido, não indicou qualquer nome do seu laboratório para abordar o tema.

Só uma pessoa aceitou falar favoravelmente ao projeto, que foi o professor Vilmar Luciano Mattei, da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Para que conste, também surgiu nesta atividade o propositor de "fazer deste limão uma limonada".

As palestras gravadas também se encontram na ADUFPel.

E foi deste segundo seminário que surgiu a idéia de organizarmos as falas, de tal forma que compusessem um livro sobre o tema. Inicialmente foram contatados os palestrantes, mas depois a proposta frutificou e buscamos outros parceiros que complementariam e qualificariam o livro. Assim, de sete capítulos iniciais, hoje temos 19, inclusive com a inserção da interpretação irônica e qualificada de cartunistas do RS.

2. As empresas ou "A" empresa

Com quem estamos lidando?

Qual o poder que enfrentamos?

Quem são estas empresas?

São realmente três ou só uma?

Qual é o "*modus operandi*" delas?

Vamos por partes.

Segundo notícias veiculadas pela imprensa do RS, soube-se que três empresas de papel e celulose estariam interessadas em desenvolver um projeto de plantio de "florestas", também apelidado de "reflorestamentos".

Para tanto, entremeados de "espírito humanitário" e de "grandes preocupações com a metade sul do RS", dispunham-se, segundo Licença de Operação (LO) 3713/2005 DL – FEPAM a "*promover a operação relativa à atividade de: silvicultura em sistema de integração, com o eucalipto de espécie exótica arbórea (*eucalipto) *em* ***78 propriedades agrícolas, em uma área total de 62.910.11 ha*** (grifo nosso, lembrando que só a VCP já informa oficialmente trabalhar com 210 mil ha), *localizada na Bacia Hidrográfica dos Rios Piratini / São Gonçalo / Mangueira, Bacia Hidrográfica dos Rios Camaquã / Rio Jaguarão / Rio Negro, Região Fitoecológica da* ***Savana,*** *Formação Savana Arbórea Aberta*" (grifo nosso, lembrando que, se é "savana", obviamente não condiz com floresta).

2.1 A Votorantim Celulose e Papel (VCP)

A Votorantim Celulose e Papel[8] (apresenta-se no boletim "Metade sul – Estudo de Impacto Ambiental", como um grupo "*100 % brasileiro, em atividade há 90 anos, com lucro líquido de R$ 4,4 bilhões em 2006, investimentos de 3,5 bilhões em 2006, que investirá R$ 25,7 bilhões no setor industrial nos próximos anos*".

É claro que esta idéia de "100% brasileira" seduz e desperta nosso "sentimento pátrio", porém, é outra grande lorota. Empresas deste tamanho não são 100% de ninguém, pertencendo à oferta de ocasião das bolsas. Quem desejar arriscar, que se arrisque. Enquanto

[8] http://www.vcp.com.br

surge um milionário, outro vai à bancarrota. Este é o tal de "mercado"; este é uma grande "casa de apostas"!

E a VCP está permanentemente em atividade, buscando expansão em todos os setores, investindo e recebendo investimento. Recebe fortunas do nosso BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ao que se sabe sacadas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com base no falso argumento da "geração de emprego".

Um fato importante que deve ser salientado, é que a miscigenação ocorrida entre o governo do Estado do RS e a VCP0 é tão intensa, que muitas vezes não se sabe quem é quem, numa relação que gera descuidos ao necessário e exigido regramento legal. Assim como as Licenças de Implantação, as de Operação são liberadas no "anda-que-anda". Tanto é que a AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nª 2007.71.00.034718-7/RS, busca retirar da FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) a responsabilidade da emissão de licenças ambientais, repassando-a para o IBAMA. Este processo tem como rés a FEPAM, Stora Enso, VCP, Aracruz, Derflin Agropecuária, o BNDES e Azenglever Agropecuária Ltda. A decisão desta ação, proferida liminarmente pela Juíza Federal Substituta, Clarides Rahmeier, de fato cassou da FEPAM a possibilidade de emitir tais licenças.

Logo após esta sentença, a prepotente e audaciosa VCP fez publicar na sua página[9] uma desaforada ameaça à Juíza Clarides Rahmeier, nos seguintes termos: "*A juíza federal substituta Clarides Rahmeier que se prepare para o chumbo grosso que vem por aí*". Ou seja, a juíza também estava na "frente de batalha" e já a estavam mirando com *"chumbo grosso*".

Dias depois, revertida a decisão liminar da juíza, lê-se nova nota da VCP[10], reproduzindo matéria jornalística por parte de advogado (Zero Hora – 03/12/2007) nos seguintes termos: "*Com estes argumentos* (que suspenderam a liminar), *aliados ao fato de ser indiscutível a grave lesão à ordem pública estadual e à tão almejada segurança jurídica, suspendeu os efeitos da liminar*". O atilado de-

9 (http://www.vcp.com.br/losango/PTB/noticias/noticias_naMidia_071114_Liminar%20da%20J.asp),
10 (http://www.vcp.com.br/losango/ptb/noticias/noticias_naMidia_071203_Empreendimen.asp)

fensor da VCP, mas distraído observador da lei, menciona "*almejada segurança jurídica*", mas esquece a Constituição Federal e Estadual, desrespeitadas e aviltadas pelas empresas, que plantaram antes do "Zoneamento" e antes de terem um EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente).

Adiante o mesmo assevera: "... *que nosso Estado continue hábil a licenciar o plantio de espécies exóticas, o que, certamente, alavancará a nossa sofrida economia...*". Mas foi a grande "habilidade" do governo do Estado na liberação do licenciamento, que ocasionou a dita ação (se é que ele entendeu).

E o "*modus operandi*" da VCP é este; descuidos para com o regramento legal, emitir estudos constestáveis (como veremos adiante) e arrogância.

Por fim, citamos que o capítulo "Os privilégios tributários do deserto verde", do economista Rodrigo Ávila, desmistifica mais esta mentira do "recolhimento de impostos".

2.2 A VCP pela própria VCP

Ainda remanescente da atividade sindical, atuamos representando a ADUFPel na Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim (ALM).

> [Ela] *atua como instituição voltada para o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim - lado brasileiro..., e apoia o desenvolvimento de pequenas propriedades agrícolas, com menos de 100 ha, envolvendo açudagem, piscicultura, fruticultura irrigada, rede de abastecimento urbano, dentre outros. Além disso, cabe à ALM a responsabilidade pela operação e manutenção da Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo, pela administração da Barragem e do Distrito de Irrigação do Arroio Chasqueiro e pela operação de parte da Rede Hidrometeoro-*

lógica e de Qualidade da Água do lado brasileiro da Bacia da Lagoa Mirim".

Mediante convite, tivemos a presença de um engenheiro da VCP, que explanou os planos e projetos para o RS.

Como a ALM é uma instituição pública, com reuniões abertas, reproduzimos alguns trechos das falas, que constam na ata aprovada.

Plantio "morro abaixo":

Pergunta: "(um dos presentes) *Por que o plantio é realizado morro abaixo?; que presenciou processos erosivos em razão disso; que seria para drenagem e em razão de outras culturas; que não gosta muito disso*".

Resposta: "[...] *concorda que a plantação não fosse morro abaixo, mas o motivo seria a facilidade da colheita; que isso é motivo de divergências internas: isso vai constar na licença*".

P: "*O Presidente disse que mantém a preocupação com o sistema de plantio morro abaixo; que o Comitê poderia encaminhar essa preocupação no sentido de que isso seja alterado e que a justificativa da facilidade da colheita pela máquina é inaceitável; que o sistema agro-silvopastoril fosse conduzido de forma a evitar a erosão e ser manejado de modo sustentável*".

R: "*O palestrante respondeu que concordava, mas que continuaria sendo dessa maneira*".

Morte de animais silvestres:

P: "*[...] o pessoal de fora* (os produtores rurais) *estava notando que muitos tatus apareciam mortos e que isso seria atribuído ao veneno para formiga*";

R: "*Os tatus poderão ter problemas, por conta dos venenos que são postos para matar as formigas, mas ainda não existe constatação; vão contratar especialistas para trabalhar com a extinção das espécies*".

Consumo de água:

P: (um dos presentes) "*Leu no livro do Prof. Wálter e na revista do CREA, que ele mantém a posição de que o consumo de água na silvicultura reduz a disponibilidade hídrica das microbacias de 15% a 20%; que alerta ao Comitê sobre as culturas que são grandes consumidoras e recursos hídricos; que pelo EIA-RIMA haveria pontos complicados*";

R: "*Paula Lima é consultor da VCP sobre recursos hídricos e ele determina a possibilidade de ocupação; ele tem considerado os últimos plantios bons em relação às microbacias; que estão referidos no EIA-RIMA; existem áreas da VCP que não serão plantadas*".

P: "O representante da ADUFPEL perguntou se: *o palestrante reside neste estado; se leu o EIA-RIMA da VCP; vê contradições quanto ao consumo de água no item em que compara o eucalipto com espécies nativas; que vê isso como um viés científico quando o EIA-RIMA compara o consumo de água do eucalipto com árvores de biomas completamente diferentes, o eucalipto vindo da Austrália com árvores da Mata Atlântica e da Amazônia*".

R: "......".

P: (uma pessoa presente) "[...] *disse que o EIA deveria ter comparado o eucalipto com pasto e não com árvores de outras regiões para ponderar sobre consumo de recurso hídrico; questionou se o Comitê poderá determinar o uso da água, se no caso do pasto concorrer com o eucalipto não exigiria a este a outorga?; se em algum outro lugar fizeram outorga*?"

R: "*O palestrante disse: não há outorga; a restrição de área interfere no planejamento, mas não no licenciamento".*

Destoca:

P: "*como é feita a destoca?*"

R: "[...] *a destoca é feita mediante a colocação de uma bactéria que destrói o toco e que a experiência noutros estados é de que é acelerado o apodrecimento da raiz, do toco; ... a experiência das áreas que estão plantadas há mais de 70 anos indica que a produtividade só tem aumentado; que no segundo corte o toco já está podre; o solo tem se recuperado*;

P: "O representante da ADUFPEL perguntou: *qual a bactéria que apodrece o toco?; como fica a recuperação química e orgânica do solo?*".

R: "*Não é colocada a bactéria, mas são as bactérias que já existem no local que são acionadas pelo nitrogênio e fazem a destruição do toco*".

Mais impactos

P: "*Que impacto a VCP vê no Herval?; e as estradas?*"

R: "*Tem controle por município; que em Pedro Osório teve drástica diminuição de desemprego, chegando a quase 0%; que há divisão de ICM pela fábrica; que a arrecadação do município aumenta consideravelmente; que a fórmula tributária é excelente; que as estradas a VCP vai negociando com compensação*".

São florestas?

P: "O representante da ADUFPEL ... pergunta: *o palestrante entende a silvicultura como uma forma de florestamento*"?

R: "[...] *realmente nunca vai ser floresta, floresta; não se trata de uma floresta de espécies múltiplas*".

Zoneamento:

P: "*Sobre o zoneamento, que tinha sido apontado como problemático na audiência pública no Teatro Guarani, hoje não estaria mais sendo considerado tão problemático*"

R: "O palestrante disse: *o atual zoneamento é igual*";

P: (uma pessoa ponderou que): "*Quanto ao zoneamento parece ter havido uma preocupação séria quanto à silvicultura, porque impacto sempre haverá...*"

R: "O palestrante disse: [...] *acha o zoneamento bem feito, é ecológico e não entra no aspecto econômico; que o estado foi bem dividido em paisagens naturais para estabelecer unidades de conservação; a FEPAM pecou porque exagerou nas restrições e isso foi o que arrepiou o pessoal; que na nova versão teriam retirado os percentuais e que isso ficou a cargo do licenciador; tecnicamente sempre achou bem feito, mas que o final era restritivo e injustificado; o licenciador deverá limitar; deveria haver um grande inventário de silvicultura".*

P: "[...] *no caso de não ter sido modificado o zoneamento a VCP manteria o projeto?*"

R: "O palestrante disse que*: não iriam implementar mais plantações e a fábrica de celulose, mas que seria mantido as que já existem; talvez o primeiro zoneamento tenha sido precipitado, mas que futuramente vai haver a fixação dos percentuais; que a intenção de preservação são boas e que as restrições não eram justificadas*".

Alterações genéticas

P: " *As árvores são modificadas geneticamente?*"

R: "O palestrante respondeu: *não há espécies modificadas geneticamente; são tratadas em outro clima e solo; são reproduzidas a partir de pedaços vegetais, por isso são clones e não transgênicos*".

A fábrica

P: "*Onde será a fábrica?*"

R: "O palestrante disse: *Sobre o local da fábrica sugere que seja chamado o diretor tecnofabril, Carlos Monteiro para que ele apresente os dados, já que ele é o responsável*".

P: "*Qual o destino dos resíduos das fábricas?*"

R: "O palestrante disse*: Isso é da competência do Sr. Carlos Monteiro; que a fábrica ainda não estaria planejada por necessitar de grande planejamento*".

Impressões gerais

P: (uma pessoa argumentou): "*Era a primeira vez que participava de uma reunião em que a VCP não veio com um batalhão de operações especiais e que isso o tranqüilizava; perguntou o que a VCP acha da notícia veiculada pela Agência Chasque de Notícias, que relata que a Ana Pellini se apresentou no lugar de um técnico que faz os estudos e que ela retirou dados técnicos do zoneamento, dados estes cruciais e que a FEPAM e a Fundação Zoobotânica estão alijados do projeto?; que não sabe como a população poderá acreditar numa empresa que está ligada a crimes ambientais no Brasil?; como vai receber os certificados de qualidade cometendo crimes ambientais?; e sobre o zoneamento que foi vetado não democraticamente?; como o palestrante se sente em relação a isso?*"

R: "O palestrante respondeu: *A VCP nunca reclamou quanto ao zoneamento; as licenças pressupõem vistorias e que podem exigir diminuição da área; que a VCP vem cumprindo o zoneamento e o que lhe é exigido na licença; o CEA pode vistoriar as áreas; abrir as porteiras é a melhor maneira da sociedade vistoriar, fiscalizar e acreditar; o melhor jeito de confiar é vendo de perto e acompanhando; o Ministério Público faz vistorias; com as ONGs ainda não se tem muito relacionamento; que estão tratando com a FEPAM de Porto Alegre porque assim foi indicado; o Comitê também deve opinar e participar; também acha que tudo isso poderia ter sido feito antes*".

Manejo

P: (um dos presentes) "Perguntou: *se é verdade que o desbaste não estaria sendo priorizado; como estaria sendo feito o baldeio, o manejo agronômico, a aplicação de glifosato na lavoura, se não há espaçamento; ouve falar que há grandes aplicações de agrotóxicos e que há queixas disso; qual o tempo de replantio?; e qual a rotação de cultivo?*"

R: "O palestrante respondeu: *não há desbaste e na colheita o trator recolhe e leva; o eucalipto que está aí serve para fazer madeira serrada; que só trabalha a árvore; o resíduo florestal fica no solo e é complementado com adubação; é um bom sistema para a conservação de solos; o glifosato deveria ser só no primeiro ano; que, se houve, foi um erro ou receio de alguma infestação; mas que não seria necessário, que seria um mau manejo*".

P: "[...] *como fica a classificação do solo com o eucalipto e se o solo de boa qualidade é plantado?*"

R: "O palestrante disse: *Estão evitando plantar nos melhores solos, mas que existem plantações em solos próprios para a produção de alimentos; que o eucalipto vai bem em solos não tão bons; a procura é por solos que não sejam de primeira classificação*".

P: "*Quanto a possibilidade de produção de mel"?*

R: "O palestrante disse que: *estão trabalhando para a produção de mel, porque dinheiro mesmo o pessoal* (os particulares que plantam para a VCP) *só vai ver em sete anos*".

Pessoalmente, a apresentação pareceu-me descompromissada, sem élan, pulando vários figuras, sem interesse, transparecendo não ter sido estudada. Mas lá estava a mecanização já no plantio com tratores, a afirmação de que plantam no RS há quatro anos (sem o EIA-RIMA). Mas nas "perguntas e respostas" a descontração tomou conta e algumas colocações importantes surgiram.

Pensamos em grifar algumas citações, mas desistimos. Um leitor minimamente atento saberá perceber o real significado do projeto.

2.3 Aracruz

A busca de informações sobre a Aracruz Celulose e Papel nos revela a seguinte composição acionária:

28 % Lorentzen
28 % Votorantim
\+ 28 % Banco Safra
12.5% BNDES
3.5% pequenos grupos
ARACRUZ

Ou seja, o grupo Lorentzem, que também é dono da Stora Enso, que atua junto com a VCP, que faz parceria com bancos, é um dos donos, não minoritário, da Aracruz.

E como é o "*modus operandi*" da Aracruz? Idêntico ao das suas gêmeas! Se não, vejamos nesta reportagem que reproduzimos parcialmente.

> "*Entre os dias 10 e 13 de maio, a cidade de Viena será a sede da 4º Cúpula de Chefes de Estado e Governo da América Latina e Caribe e da União Européia. Paralelamente, movimentos sociais, organizações não-governamentais e redes internacionais vão se concentrar numa contra-cúpula, denominada Enlaçando Alternativas. Ali, farão o Tribunal das Transnacionais, em que algumas corporações transnacionais serão julgadas pelo movimento*

global. Diferente de tribunais simbólicos, o tribunal de Viena pretende reunir elementos que poderão se desdobrar em processos contra estas empresas na Justiça de vários países. No caso do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as ONGs Fase e Terra de Direitos poderão utilizar estes elementos para desencadear ações contra a Aracruz Celulose. Para isso, levarão a Viena acusações contra a empresa.

A forte reação social contra a Aracruz Celulose veio à tona com a ação do Movimento das Mulheres Camponesas, ligado à Via Campesina Brasil, na sede da empresa no Rio Grande do Sul. O primeiro olhar da maioria dos formadores de opinião notou apenas a parte visível do acontecimento, o que trouxe para aquelas mulheres o estigma da criminalização. Faltou, contudo, notar o histórico de crimes e violações a direitos fundamentais praticados pela Aracruz em seus quase 40 anos de instalação no Brasil. Por isso, as três organizações citadas estarão em Viena para marcar o caráter delituoso desta empresa no Brasil durante os julgamentos do Tribunal das Transnacionais. Serão ali divulgados fatos relativos à violação do artigo 231 da Constituição Federal brasileira, referente ao direito à terra indígena e à violação do artigo 68 das disposições transitórias da Constituição, referente a terras quilombolas. Além disso, serão analisados os casos de processos trabalhistas movidos contra a empresa por ex-empregados vítimas de envenenamento por agrotóxico, mutilação por motosserra e demissões irregulares. Através de documentos que já estão em poder destas organizações e que já foram enviados ao governo federal, o Tribunal das Transnacionais vai analisar o processo de ocupação de cerca de 375 mil hectares de terra,

principalmente no Espírito Santo, pela Aracruz. Nos últimos 35 anos, fraudes documentais em cartórios do interior deram à Aracruz a oportunidade de tomar terras que não eram suas. Pertenciam, tradicionalmente, a dois povos indígenas (Tupinikim e Guarani) e a remanescentes de quilombos do norte do ES A entrada da empresa implicou na expulsão de diversas comunidades tradicionais, mas também de pequenos agricultores, meeiros e outros grupos sociais. Além disso, iniciou-se ali um processo de desmatamento que certamente vem contribuindo para que a Mata Atlântica tenha hoje apenas 7% de seu tamanho original. Isto porque dos 375 mil hectares da Aracruz, 247 mil são dedicados à monocultura do eucalipto.

(*Fausto Oliveira - assessor de imprensa da ONG Fase fausto@fase.org.br; Fátima Mello - Diretora da ONG Fase fmello@fase.org.br; Maria Rita Reis, da ONG Terra de Direitos, em Viena mariarita@terradedireitos.org.br; Gonzalo Berrón, da Aliança Social Continental, em Viena*)".

Mas vale a pena atentarmos para esta outra notícia.

"Jornal vê desertificação no ES, mas não as causas: eucalipto e cana

Século Diário (Vitória -ES) 17/06/2008

O jornal A Gazeta descobriu, finalmente, que o Espírito Santo está sendo transformado em deserto, apontando que são 600 mil hectares neste processo. Mas não conseguiu enxergar duas das principais causas da desertificação, que são as monoculturas do eucalipto e cana-de-açúcar. A reportagem do jornal foi publicada na sua edição de

domingo (15). A reportagem, em três páginas, aponta que a degradação se acentua pelos processos produtivos adotados, entre os quais a destruição da vegetação nativa e as pastagens improdutivas. Também cita corretamente o déficit hídrico em algumas áreas e o conflito já instalado pelo uso da água. A informação de que são 600 mil hectares em processo de desertificação é oficial. Não entra na conta grande parte das pastagens, improdutivas, de uso intensivo em sua maioria. Em geral estas pastagens não têm árvores, o que dificulta a infiltração da água das chuvas. No Espírito Santo existem 1.800.000 hectares de pastos, a quase totalidade com baixo aproveitamento.

Nestas pastagens poderiam ser plantadas 360 milhões de árvores nativas, caso fosse utilizado o chamado sistema agrossilvipastoril. O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) chegou a paralisar uma pesquisa sobre o sistema agrossilvipastoril, quando os plantios do capim e das árvores já haviam sido feitos. O projeto exigia cerca de R$ 10 mil para implantação da infra-estrutura quando foi abandonado. Os plantios convencionais dos pastos, inclusive formados com aração da terra morro abaixo, também causam desertificação. E o Incaper e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) ignoram os sistemas agroecológicos. Na realidade, a desertificação no Espírito Santo vem se acelerando..., a começar pelo fato de o governo ter colocado esses dois órgãos a serviço do agronegócio. Fomentam o plantio de eucalipto, que já cobre e desertifica 300 mil hectares, como informam os agricultores (210 mil hectares, segundo o governo). A quase totalidade destes eucaliptais é da Aracruz Celulose e de agricultores que colocaram suas terras a serviço da

> *empresa, no Programa Produtor Florestal. Além de degradar a terra, o eucalipto é voraz consumidor de água, agravando o problema em todo o Estado, principalmente no norte e noroeste.*

Ainda no ES citamos a comunidade Pau-brasil, mencionada numa das excelentes reportagens do jornalista Lúcio Vaz, do Correio Braziliense (que concorre a uma premiação nacional pela qualificação das matérias), contando que os índios da localidade recebem a sua água de carros pipas, tendo em vista a desertificação que o local sofreu com as lavouras de eucalipto.

Estes índios estão na mesma situação dos agricultores uruguaios, "*abandonados pelos políticos*", como veremos adiante.

2.4 A Stora Enso

A Stora Enzo apresenta-se, segundo o seu endereço eletrônico na internet,[11] como uma empresa sueco-finlandesa, que está "reduzindo a emissão de CO2".

É interessante observar que todas elas são "verdes", politicamente a cor da moda. Todas defendem o meio ambiente, amam a natureza, defendem os animais domésticos e silvestres, lutam pela recuperação do meio-ambiente, têm como única meta o "desenvolvimento sustentável". Mas, ao observarmos sua atuação acionária no Brasil, encontramos a seguinte equação:

50% Aracruz

\+ 50% Stora Enso

Veracel

[11] http://www.storaenso.com/CDAvgn/main/0,,1_-1000-3218-,00.html?p=true

No tempo que escrevemos esta parte do capítulo (junho, julho de 2008), tem-se como grande debate a "Zona de Fronteira", que é uma faixa que se estende ao longo da fronteira oeste, adentrando 150 km no território nacional. Para que uma empresa estrangeira possa atuar nesta extensão, ela deve respeitar a lei 6634/79, que só concede o direito ao uso desta faixa, se a multinacional tiver autorização do Conselho de Segurança Nacional, subordinado à presidência da República.

Porém, a Stora Enso comprou terras na região de Rosário do Sul, que dista aproximadamente 90 km da fronteira e plantou alguns hectares de eucalipto na denominada Fazenda Tarumã. Uma vez descoberta a aquisição ilegal, a sueco-finlandeza respondeu com "invencionice comercial", mostrando que o "jeitinho" não é coisa de brasileiro, conforme narra a notícia abaixo:

> *"Multinacional age ilegalmente*
>
> *A Stora Enso adquiriu as terras em nome da empresa Derflin, que é o braço da multinacional para produzir matérias-primas. Como a Derflin também é estrangeira não conseguiu legalizar as áreas. Por isso, a Stora Enso criou uma empresa laranja: a agropecuária Azenglever, de propriedade de dois brasileiros: João Fernando Borges e Otávio Pontes (diretor florestal e vice-presidente da Stora Enso para a América Latina, respectivamente).* ***Eles são atualmente os maiores latifundiários do RS. Cerca de 50 fazendas, totalizando mais de 45 mil hectares, já estão registradas em nome da Agropecuária Azenglever****. Entre essas áreas, está a Tarumã, ocupada pelas mulheres camponesas. Há um inquérito na Polícia Federal responsável*

> *para investigar o crime, mas a empresa continua agindo livremente"* (grifo nosso)[12].

Corrobora-se, então, que todas as empresas têm a mesma conduta; **Danem-se as leis**! A filial brasileira da Stora Enso já está envolvida com a polícia e nós, reles cidadãos, pessoas comuns, nos perguntamos; **E a lei**? E eles respondem: **Que leis**? Os fatos, publicados fartamente na imprensa e de conhecimento geral do público, **ainda estão sendo investigados**.

Também interessante, é que a empresa semeia eucalipto e miraculosamente colhe "laranjas". Isto é um grande avanço genético!

E cabe a pergunta; se ocorrer esta alteração da "Zona de Fronteira", isto validará a compra de terras já feitas? Certamente eles já têm planos para dar um "jeitinho" nisso, também.

Neste âmbito, verifica-se a ação de alguns parlamentares, advogados, professores, atuando como verdadeiros súditos dos interesses da distante Suécia, uma monarquia constitucional parlamentarista. Entre estes vassalos, alguns se encontram inclusive no Rio Grande do Sul e, pior, são pessoas que dizem e outros que juraram defender interesses brasileiros. Nas eleições comprometeram-se com a preservação do nosso pampa e agora implantam o feudo. Antes iriam acudir o povo e no momento acastelam a realeza. De "base eleitoral" fomos transformados em bobos da corte. Em golpe audacioso e supimpa, querem alterar o regramento da Constituição Federal, diminuindo a área de "Zona de Fronteira", para que a Stora Enso possa aparentar legalidade nas terras que já comprou ilegalmente, favorecendo interesses monárquicos em detrimento dos gaúchos. Num momento mundial nevrálgico por busca de alimento, que alimenta a inflação dos mais pobres, querem concentrar a propriedade da terra para produzir papel, impondo que o povo curve-

---

[12]http://br.groups.yahoo.com/group/ProGTfpeapop/message/97;_ylc=X3oDMTJwY2hoNDF0BF9TAzk3NDkwNDM2BGdycElkAzIxMzU2NjI2BGdycHNwSWQDMjEzNzExNDMxNwRtc2dJZAM5NwRzZWMDZG1zZwRzbGsDdm1zZwRzdGltZQMxMjA0ODA2NDU3

se às monárquicas lavouras, que, convenhamos, de estômago vazio fica bem mais fácil.

É óbvio que esta alteração constitucional é de interesse único e exclusivo da Stora Enso, mas não do RS. Para desvirtuar, lançam artimanhas e usam e abusam das lorotas recorrentes da geração de empregos, desenvolvimento da região sul, investimentos e não agressão ao meio ambiente, tratando os gaúchos como se trouxas fossem. Juraram lealdade ao nacional; ajoelham-se à monarquia. Apertaram mãos pedindo votos; beijam mãos oferecendo serviços. Para servir à realeza, constroem um cinturão de miséria e desemprego ao redor das cidades.

Por fim, caso este negócio de lavouras de eucalipto não dê certo, a empresa poderá especializar-se em vender água, já que suas terras localizam-se estrategicamente (que coincidência!!!) sobre uma das vertentes do Aqüífero Guarani.

Depois desta rápida análise, vê-se que uma empresa pertence à outra, cuja outra pertence à uma. Ou seja, as empresas formam um grande grupo transnacional e defendem interesses que são unos. Não existe competição entre as elas, tanto é que, antes de virem para o RS, já tinham combinado uma divisão do Estado, predando cada uma no seu espaço.

Esta informação é importante para o agricultor que decidir trabalhar no plantio de "florestas". Não existirá competição de preço ou disputa de mercadoria entre a VCP, Aracruz e Stora Enzo. No futuro não adiantará dizer que "*não vou vender minha safra para a VCP, que está pagando pouco. Vou procurar a Aracruz*". E não esqueçam; dinheiro mesmo, só de sete em sete anos!

Assim, devido à intrincada relação que buscam esconder, propomos um nome a esta nova empresa que se desnuda desavergonhadamente ao grande público: está no grande mercado a "**Storavotoaraensorantincruz**".

4. O seminário na Alemanha

Como ex-bolsista do Deustche Akademische Austauschdienst (DAAD), instituição do governo alemão, que oferece bolsas de estudo na Alemanha, temos contato com algumas entidades germânicas. Por conta disto, recebemos um boletim informando sobre um simpósio que ocorreria na Alemanha, intitulado "3. Deutsche-Brasilianisches Symposium – Nachhaltige Entwicklung" (3° Simpósio Alemão-Brasileiro – Desenvolvimento Sustentável). O evento realizou-se na cidade de Freiburg, durante a comemoração dos 550 anos da Albert-Ludwigs-Universität.

Do primeiro seminário da ADUFPel-SSind., elaboramos um artigo, que enviado e aceito, permitiu-nos nova ida à Alemanha.

O trabalho apresentado imediatamente antes do nosso intitulava-se "The potential of the Brazilian Eucalypt sawnwood at the world market" (O potencial da madeira serrada do eucalipto brasileiro no mercado mundial) de autoria de Leiff Nutto (Institut für Forstbenutzung und Forstliche Arbeitswissenschaft, Universität Freiburg) e de Peter Spathelf (Angewandter Waldbau, Fachbereich Forstwirtschaft, Fachhochschule Eberswalde). O apresentador (Leiff Nutto) discorreu inicialmente sobre a distribuição quantitativa de eucaliptais plantados no mundo, passando pela velocidade de crescimento do eucalipto no Brasil, explorado para obter celulose, combustível e carvão. Também, citava que nos últimos anos estabeleceu-se no país o mercado de painéis e móveis buscando árvores com dimensões maiores e com utilizações mais qualificadas. As razões desta alteração dever-se-ia a: um excesso de oferta de polpa de eucalipto (diminuindo o preço do mesmo); diminuição da oferta de madeira de árvores nativas utilizadas na construção, vindas da Ásia, África e América do Sul devido à super-exploração e maior proteção das florestas; aspectos ambientalistas para o uso de madeira de florestas tropicais; o avanço genético e de técnicas de processamento do eucalipto, resolvendo problemas de secagem e rachaduras. Para este último tópico mostrou a imagem de uma tábua de eucalipto com uma longa rachadura e citou; "*esta tábua não nos serve. Temos que alterar estes eucaliptos geneticamente, a fim de que evitemos este tipo de problema*".

Entre as preocupações momentâneas percebemos a lógica colonialista da proposta – propunham produzir o eucalipto no Brasil, onde nós pagaríamos pelo dano ambiental, nós venderíamos madeira serrada – matéria prima barata, e compraríamos os móveis produzidos por eles, bens notadamente mais caros". Todo o custo conosco; todo o lucro com eles. Por um instante pensamos se não **estavam confundindo eucalipto com pau-brasil**.

Minutos depois, com microfone na lapela, iniciamos a apresentação agradecendo o suporte financeiro do evento – pagaram-nos hotel e mais alguns auxílios.

Para que o leitor saiba, apresentamos, resumidamente, o que se segue:

1. O trabalho resumia seminário que abordara o tema da monocultura de eucalipto.

2. O projeto das empresas Votorantim Celulose e Papel, Stora Enso e Aracruz dizia respeito a plantações de eucaliptos, acácia e pinus, mas, principalmente, do primeiro para a produção de papel, com a implantação de uma fábrica de papel. Entre as promessas estava a criação de milhares de empregos, desenvolvimento da indústria moveleira, produção de mel, milhões em impostos e, em décadas, era a grande chance de desenvolvimento da metade sul.

3. As plantações já estavam sendo feitas sem EIA-RIMA, contrariando Constituição Estadual e Federal, comprometendo rios, fontes, florestas da região, assim como florestas ciliares, com ocorrência de famílias envenenadas por conta de potentes herbicidas totais.

4. Segundo trabalho desenvolvido no Uruguai, esta era uma atividade rural que menos criava empregos.

5. O consumo de água de 70 mil hectares seria três vezes maior que a média da precipitação pluviométrica da região de plantio.

6. Que o preço para um agricultor fazer a retirada dos tocos (destoca) após a colheita dos eucaliptos teria um custo, que ultrapassava o valor da própria terra.

7. A população ainda não tinha conhecimento dos dados fundamentais sobre a fábrica, tais como localização, tipo e quantidade de produção de papel, local de liberação dos dejetos, muito embora a Constituição exija o repasse de tais informações. Porém, mesmo assim, apresentávamos o possível local da fábrica e liberação dos dejetos, o que servia como um registro histórico de como a empresa escondia/omitia informações.

8. Que as empresas no denominado "mercado de ações" formavam um só grupo, que seria por nós denominado de "Storavotoaraenzorantincruz", o qual recebe um apoio "desleal" do BNDES, pois lhes repassa empréstimos com juros de 1 a 2% ao ano e com 7 anos de carência, muitas vezes sacados do FAT.

9. Que, em muitos casos, os plantadores só tinham garantia de preço para a primeira safra e estariam sujeitos às imposições comerciais de um só conglomerado, a "Storavotoaraenzorantincruz".

10. Nos processos eleitorais as empresas tinham apoiado os principais candidatos, tendo repassado na eleição de 2004 (prefeitos, deputados estaduais, governadores) a soma de R$ 6.963.329,07, existindo a "bancada da celulose" na Assembléia Legislativa do RS.

11. Que milhões de eucaliptos juntos não formam uma floresta; até crianças sabiam.

12. Da forma como se apresentava o projeto seria um péssimo negócio para o RS; com princípios desumanos, cruéis e selvagens; com relações político-financeiras muito controversas; e uma cloaca mortal.

Terminamos mostrando uma foto da Lagoa do Peixe, sul do RS, como uma denúncia, onde surgiam vários Pinus tomando conta da região, fato que dificultava o trabalho dos pescadores locais.

Durante a apresentação chamou-nos a atenção as expressões de um alemão, que apresentara no dia anterior o trabalho que desenvolvia com índios na Amazônia. Seus sorrisos irônicos não pareciam ser em relação à nossa pessoa, mas ao ambiente em si. Tal fato alertou-nos e refletíamos a quais interesses atendiam as pessoas que estavam no evento? Qual o propósito? O que defendiam? Qual o real objetivo do simpósio?

A resposta não tardou.

Imediatamente ao final da apresentação o Professor Doutor Peter Trüby, da Albert-Ludwigs-Universität Freiburg, pediu a palavra e manifestou-se aproximadamente nestes termos: "*Eu vim para cá muito curioso. Eu queria saber o que seriam estes "Desertos Verdes", mas a sua apresentação foi tão ruim, tão confusa que eu fiquei sem entender o que são estes "Desertos Verdes". Os seus dados são confusos, ultrapassados, estão errados, não servem para nada. Uma vergonha. Aliás, é uma pena que o senhor esteja aqui conosco. É uma lástima que o senhor tenha vindo para a Alemanha. Foi um erro nosso aceitar o seu trabalho para ser apresentado neste Simpósio*". E sentou-se.

Durante sua fala não sentimos qualquer embaraço, pelo contrário, mas assombrou-nos constatar um "*Herrn Professor*" lançar anátemas, grosserias e pertencer a uma instituição que comemorava 550 anos, surgida anterior ao descobrimento do Brasil.

Após a fala do Prof. Trüby os presentes passaram por alguns segundos de um desconfortável silêncio, findo pelo "Chairman", quando perguntou se havia mais perguntas. Como ninguém se manifestava, pedimos a palavra, ao que ele redargüiu um tanto contrariado: "*O senhor vai querer realmente responder?*" Dissemos que: "*O trabalho foi apresentado, não fui contestado com dados. Agradecemos a atenção de todos. Obrigado*". E iniciou a pausa para o café, intervalos que alguns insistem dentro do Brasil de chamar, idiotamente, de "Coffebreak".

Mais tarde, pouco antes do jantar do Simpósio, estávamos conversando com o professor Mauro Schumacher, da Universidade Federal de Santa Maria, quando o prof. Trüby aproximou-se. Agora sorridente e simpático, disse que na Alemanha as manifestações nos encontros científicos eram mais duras, mais fortes e que ele não tinha pessoalmente nada contra mim, muito pelo contrário. Respondi-lhe que já havia morado na Alemanha, que participara de alguns congressos, mas que nunca havia presenciado uma manifestação tão deselegante como a dele e, já que ele não havia entendido bem a minha apresentação, eu o desafiava a passar um vídeo que tinha comigo, intitulado "Cruzando o deserto verde". A resposta dele foi de um despreparo tático admirável, pois disse-me: "*Professor, eu sei que o senhor está errado, porque eu já visitei algumas plantações de eucalipto no RS e conheço bem a realidade. Conheço o trabalho da Votorantim, e sei que o senhor está errado. Eu aceito o seu desafio e amanhã apresentaremos o seu vídeo na pausa para o café, como o senhor sugere*".

O professor Schumacher, ao nosso lado, disse que também gostaria de assistir ao vídeo. Para registro, informo que não vi mais o prof. Trüby pelo resto do Simpósio.

Frente ao sumiço, falamos com o organizador do evento, o Professor Doutor Ernst Hildebrand, solicitando a autorização para a apresentação do vídeo, conforme ele havia se comprometido. O

Prof. Hidebrand afirmou que não iria apresentar nada, que o programa do seminário estava completo e não faria acréscimos. Iniciou um diálogo dizendo que também achava que eu estava errado e, mais educadamente, reafirmou que a minha apresentação fora um equívoco. Aproveitei para perguntar, sendo ele da área, se considerava estas extensas plantações de eucalipto como "florestas". Respondeu-me: "*Sim, são florestas. Veja bem, nós estamos na Floresta Negra, uma área conhecida na Alemanha, muito famosa no mundo todo, mas ela não é mais o que era no passado. As árvores antigas não estão mais aqui, foram substituídas por novas árvores, mas é a Floresta Negra*". Redargui, lembrando da necessidade de biodiversidade nas "florestas". Deu o típico "soprinho" alemão e disse: "*Não, não precisa esta biodiversidade*". Agradeci a atenção, retirei-me por entender que o diálogo não avançaria e pesquisei os professores na internet.

O Dr. Leif Nutto, que discorreu sobre o "potencial da madeira serrada do eucalipto brasileiro" aparecia como docente da mesma Albert-Ludwigs-Universität Freiburg e com uma linha de pesquisa geograficamente bastante ampla. Estudava diferentes espécies de eucaliptos em Portugal, Galícia, Chile e Brasil.

O Professor Doutor Peter Trüby mais uma vez nos surpreendeu. Ao ler as suas "Pesquisas atuais" vi que uma delas intitulava-se: "*Shifting cultivation in Rio Grande do Sud (Brasilien): Nachhaltige Nutzungsform*?" (sic). A tradução desta mistura de línguas seria: "**Alterando cultivos no Rio Grande do Sul (Brasil): Formas de exploração duradouras?**" Ou seja, bem claro e sem titubeios: ele pesquisava de lá "alterar a forma como trabalhamos os nossos cultivos aqui no RS". Não pude deixar de lembrar da sua grosseria extremada de dizer na presença de quase uma centena de pessoas, que a nossa presença no simpósio era um equívoco, mas tinha a audácia de pesquisar alterações de cultivos na minha terra, no meu chão!

O verdadeiro projeto para o RS

Assim, evidencia-se, que o verdadeiro projeto para o RS é transformá-lo num grande eucaliptal e quanto maior melhor, visando atender três propósitos específicos.

O primeiro objetivo assumido é a produção de papel, mas já nisto mentiam quanto à área que iriam plantar. A primeira notícia alardeava que seriam ocupados um espaço de aproximadamente 100 mil hc, para depois, até o atual Secretário do Meio Ambiente propagandear 1 milhão (e disse como se isto fosse bom!).

Também neste primeiro momento anunciaram a construção de uma só fábrica (disputada por prefeitos sedentos de projeção política), para depois serem três. Somemos estas três, mais a quadruplicação da fábrica da Aracruz em Guaíba, mais a da Stora Enso (ainda não sabemos local nem tamanho), mais da de Frey Bentos no Uruguai, e a nossa região sul será a cloaca do mundo.

O segundo objetivo, que até agora só foi citado muito superficialmente (até como uma armadilha), é que este projeto poderia alavancar uma indústria madeireira, que teríamos serrarias, pequenas indústrias, entre outros. Não obstante, também afirmavam que o eucalipto plantado era clonado, mudas especiais com fibras adequadas à produção de papel. Mas então, se assim o fosse, não servia para madeira!? Ou uma ou outra!

Sabemos agora que querem a "uma" e a "outra"!

No trabalho apresentado em Freiburg sobre "madeira serrada do RS", foi afirmado que o eucalipto existente não serve para a construção de móveis, ainda necessitando de ajustes genéticos que evitem rachaduras, para que se possa "atender o mercado mundial". Estas pesquisas são financiadas pelo BNDES, que emprestou R$ 39.2 milhões à VCP, que repassou esta dinheirama para as Empresas *Alellyx* e *CanaVialis*, pertencente ao seu grupo.

O terceiro objetivo é a produção de álcool celulósico. Aliás, o que já vem sendo dito há dois anos, agora a própria VCP assume publicamente, que está desenvolvendo estudos neste sentido; obter álcool a partir do eucalipto.

Mas o fato não é tão simples assim.

No *I Symposium on Celullosic Ethanol* (I Simpósio de etanol celulósico - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – Setembro/08), ocorreu a palestra intitulada *The eucalypt as a source of ethanol celullosic* (O eucalipto como fonte do etanol celulósico). O professor do **Departamento de Genética** (grifo nosso) da Esalq, Carlos A. Labate (USP) informa que:

> [...] *a indústria florestal brasileira, uma das melhores do mundo e que serve de referência para vários países, está interessada em entender como a biomassa do eucalipto pode ser usada para a produção de etanol*". "*Uma quantidade razoável de casca é dispensada no solo com o corte da madeira, algo em torno de 20 toneladas por hectare. Ao ser fermentado ao longo dos anos,* ***esse material libera gases do efeito estufa***, (disse Labate à Agência FAPESP) (grifo nosso).

Labate mostrou estudos conduzidos por sua equipe no Laboratório Max Feffer de Genética de Plantas, que comprovam que a composição da casca do eucalipto é mais favorável do que o bagaço da cana em termos de açúcares fermentáveis.

No final a reportagem cita:

> *A previsão para 2015 é que essa área plantada de eucalipto cresça para 4,3 milhões de hectares. Uma das razões desse crescimento é a forte demanda da China por papel e o Brasil deve aproveitar essa oportunidade de crescimento da plantação para a extração de energia da biomassa.*

Como é possível verificar, ciência e cultura não andam necessariamente juntas.

Assim, diante destas constatações, podemos ter pelo menos uma pálida idéia do que fato planejam para o RS. Obviamente, como tática comercial não contam tudo, não informam a população dos reais objetivos, pois, se assim procedessem, teriam a população de um Estado contra eles.

O próximo passo do projeto será a introdução de árvores geneticamente modificadas, para que não produzam florações (crescem mais rápido), que não rachem (para que o mundo tenha madeira serrada), visando alteração de fibras para melhorar a qualidade do papel e o lucro e, quem sabe, até árvores que produzam os seus próprios "inseticidas" (na literatura chamadas de "*Bt toxins*"). Tudo isto será oportunamente justificado e estimulado por vários cientistas comerciais. E esta é outra tática de implantação; aos poucos!

Projeto RS Colônia!!!

5. A Storavotoaraensorantincruz e a política

Este é um debate que transtorna alguns políticos, como pode ser evidenciado ao longo deste capítulo.

A Aracruz declara que: "*Contribuímos para o amadurecimento do processo democrático com o incentivo à participação de todos os atores sociais que compõem o conjunto de forças de um determinado espaço*".

Grande lorota.

Vamos aos fatos.

A consulta ao "site" do Superior Tribunal Eleitoral" (www.tse.gov.br) possibilita o acesso às declarações financeiras dos candidatos no último processo eleitoral ao governo do Estado do Rio Grande do Sul (2006).

Esta narrativa não pretende, de forma alguma, elaborar qualquer juízo de valor ou atribuir qualificação aos candidatos, pelo contrário. Fizeram uso dos valores repassados dentro da lei, foram declarados os gastos de campanha e, desta forma, os candidatos merecem nosso respeito, embora o desejo de alguns, para que sejam feitas investigações sobre aquisição de bens de alguns políticos.

Mas, se legalmente correto, por óbvio, também demonstra inequivocamente os compromissos assumidos de uns para com os outros, compromissos estes que não podem se materializar em favorecimentos diferenciados de qualquer natureza, pois aí sim, brota o lado negativo e interesseiro desta dualidade.

Imaginamos que as "doadoras" repassem o apoio financeiro com motivação diversa, como afinidade pessoal ou por comungar dos mesmos ideais políticos, o que também alcançaria o partido ou coligação. Mas, para patrocinar o processo democrático, mais justo na nossa vida republicana, os recursos deveriam ser repassados ao Estado, que dividiria o valor entre os candidatos.

Ao acessarmos as informações de cada uma das pasteiras (papeleiras), vemos que elas repassaram valores aos políticos dos estados onde elas atuam, no caso, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Bahia. Os valores doados estão no quadro abaixo:

Empresa	Valor em R$
Aracruz	5.523.353,26
Votorantim Celulose e Papel	1.254.825,10
Stora Enso	185.150,71
Total	6.963.329,07

Quadro demonstrativo dos valores em Reais repassados pelas empresas de celulose a políticos no processo eleitoral para a escolha de Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital: Ano 2006.

Quase **sete milhões de reais** doados a indivíduos não constroem a democracia!

No processo eleitoral do RS tivemos no primeiro turno dez candidatos. Destes, três mantiveram-se "na ponta", apresentando programas diferentes, eram de partidos diferentes, com alianças diferentes, cuja disputa acirrada nunca indicou com clareza qual deles alcançaria o segundo turno, e a tensão foi até os últimos instantes. Os dois escolhidos para o segundo turno demonstravam e declaravam profundo antagonismo programático, de princípios, de legenda, de afinidade e, não há exagero, de simpatia.

Para dar objetividade, elaboramos a tabela abaixo, com o valor doado aos três principais candidatos ao governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Candidato	Valor recebido
Rigoto	251.901,94
Yeda	505.617,84
Olívio	184.974,78

Gráfico demonstrando em R$ o valor aproximado repassado ao longo do tempo aos candidatos no processo de escolha de governador ao RS, no ano de 2006 – valor em mil de reais.

A análise do mesmo evidencia a busca pelo vencedor. As empresas apoiaram, de um total de dez, tão somente quatro candidatos, destacando-se Rigotto, Yeda, Olívio. Tal financiamento contradiz com a afirmativa de que atuaram apoiando a democracia, pois se assim o fosse, auxiliariam com igual valor todos os candidatos.

Particularmente entendemos que o governo do RS e os políticos subvencionados estão respondendo com distinção indevida ao auxílio recebido. Seus apoios têm grande verossimilhança com as atitudes dos políticos uruguaios, identificada na reportagem do jornalista Lúcio Vaz, do Correio Braziliense e que é apresentada no seu todo devido aos esclarecimentos contidos.

"Plantação de eucaliptos deixa riachos secos no Uruguai

Por Lúcio Vaz - Correio Braziliense

Reportagem do Correio percorreu cidades do país vizinho e constatou: subsistência de agricultores está ameaçada por florestas de eucaliptos

Mercedes e Fray Bentos, Uruguai – A invasão dos pampas pelos maciços de eucaliptos começou pelo Uruguai, onde atuam as multinacionais Botnia (finlandesa) e Ence (espanhola). ... ***O governo e os empresários locais*** (grifo nosso) *saúdam a nova frente econômica, como acontece no Rio Grande do Sul, mas os efeitos dos "desertos verdes" de eucaliptos já são sentidos por agricultores na região de Mercedes, no departamento de Durazno.*

O Movimento de Agricultores Rurais de Mercedes, que reúne cerca de 150 produtores, já negocia com o governo uma pauta de reivindicações, onde exigem que nenhum eucalipto mais seja plantado, a desativação da fábrica de celulose, a solução dos problemas de água nas terras dos vizinhos das florestas e a revisão da legislação ambiental, que não impõem limites nem restrições à atuação das multinacionais do setor. O Correio esteve em contato com agricultores e pecuaristas no distrito de Cerro Alegre na semana passada. As florestas locais são mais adensadas do que no Brasil, com maciços bem mais extensos. Encontramos pilhas de toras de eucaliptos que se entendiam por até um quilômetro.

A região sofre com a falta de água. Mesmo proprietários rurais que arrendaram terras para as multinacionais pressionam o governo para resolver o problema, mas não falam abertamente sobre o assunto. Dezenas de agricultores já deixaram a localidade, ou porque venderam suas terras ou porque não conseguem mais uma boa produtividade. A despesa com a operação de bombas d'água encarece

o custo de produção. A escola mantida pela intendência de Mercedes contava com 60 alunos há poucos anos. Hoje, não passam de 20. Encontramos várias casas abandonadas perto da estrada que margeia as florestas da Florestal Oriental e da Eu Flores, que abastecem as multinacionais.

Falta de água

O pequeno produtor Humberto Mesquita, de 77 anos, luta para manter as cem cabeças de gado que cria em 75 hectares. Neste ano, também plantou soja, mas a lavoura está praticamente perdida: "Não vale nada. Há muita falta de água. Todos dizem que é por causa dos eucaliptos. Não chove desde dezembro, mas até o ano passado eu conseguia água", comenta o produtor, mostrando a floresta na linha do horizonte. Ele indica o nome de outro produtor, "meia légua adiante (cerca de três quilômetros)", que teria mais informações sobre a escassez de água.

Chegamos em três casas abandonadas antes de descobrir a propriedade indicada. Mas o agricultor não quer falar. Arrendou parte da sua terra para as papeleiras. Indica o nome de Vitor Riva, distante mais alguns quilômetros. Nos perdemos nas estreitas e empoeiradas estradas de terra batida. Mas logo aparece a sua chácara. Riva afirma que as florestas foram plantadas em 1987: "Em 1994 começou a escassez de água. Secaram as canhadas (vale entre duas coxilhas, ou colinas), os banhados, os riachuelos (riachos). Pedimos ao governo que não florestem mais. Secaram todos os poços. Só alcançamos água em poços com profundidade de 48 metros".

Apesar das dificuldades, a colheita de abóboras foi boa. Mas Riva tem outras preocupações.

“As florestas trouxeram muitas pragas, como a chara (cobra cruzeira) e o zorro (um canino selvagem), que come os cordeiros”, conta. Ele também teme pelo futuro: “A terra fica inutilizada com os eucaliptos”.

Mesmo com tudo isto o governo (políticos) e empresários saúdam o projeto!

6 A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM)

A FEPAM ocupa um lugar nodal nesta história toda. Como no vórtice de um furacão, foi sacudida de um lado para ou outro e brutalmente destratada pelo governo do Estado.

Não pretendemos historiar fatos, mas lembramos que, logo ao assumir, a governadora indicou “uma amiga de 20 anos” como Secretária Estadual do Meio Ambiente. Foi pouco para a pressão feita pelas papeleiras, que desgostosos com “a demora na liberação de licenças”, nomearam pessoa de sua confiança, não só para este cargo, como também para a direção da FEPAM. Aliás, o Diretor-Presidente da FEPAM saiu, por que cometeu o “crime” de ter autorizado a publicação do Zoneamento Ambiental elaborado pelos técnicos do órgão.

As novas direções SEMA – (Secretaria de Estado de Meio Ambiente), FEPAM, empresas, agora entrosadas, formam um “trator administrativo”, levando de roldão tudo o que lhes obstaculizava. O “encaixe” é tal que, em muitas situações, não se distingue quem é quem, quem fala por quem.

As licenças, qualquer licença, são obtidas com a agilidade que os negócios necessitam, mas não com critérios técnicos que a prudência e bom senso exigem. E isto é comemorado.

Mesmo cientes de graves denúncias, como no EIA-RIMA da VCP e a ampliação da fábrica da Aracruz, a SEMA e FEPAM nada fazem para averiguá-las. Nem disfarçar. Pior, segundo transpa-

rece na imprensa, os que seguem o princípio da precaução, quanto ao meio ambiente, sofrem sanções.

Um primeiro exemplo.

"*RS: Fepam descumpre lei e beneficia Aracruz Celulose*

Por Paula Cassandra, da CHASQUE Agência de Notícias

Porto Alegre (RS) –

Na última terça-feira (01), a Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul concedeu Licença de Implantação para a quadruplicação da fábrica da Aracruz, em Guaíba, na região metropolitana. No entanto, a Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre não foi consultada, como é previsto em lei.

Segundo a Lei Federal 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o licenciamento para empreendimentos com impacto ambiental só pode ser concedido após autorização do órgão responsável pela unidade de conservação afetada em um raio de 10 km.

É o caso do Parque Natural do Morro do Osso, que apesar de ficar em Porto Alegre está em área próxima à fábrica da Aracruz, do outro lado do rio Guaíba. A gerente do Parque, Maria Carmem Bastos, afirma que sem o estudo e relatório de impacto ambiental, não é possível determinar os danos que o Morro do Osso vai sofrer. No entanto, Maria prevê que os impactos serão poluição e a migração de aves.

"Provavelmente o impacto vai chegar até aqui através do ar, dos poluentes que vão ser largados no ar, e também pode acontecer alguma influência através da água e, claro, quando se diminui uma área de vegetação nativa, os animais daquela região que está sendo impactada vão migrar para outros lugares", diz.

Maria acredita que nos próximos dias o Conselho Municipal do Meio Ambiente (Comam) vai convocar a Fepam para levantar as causas que motivaram o descumprimento da lei. Para ela, a licença vai ser anulada e a Smam receberá os documentos da Aracruz para avaliar os impactos do empreendimento.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Aracruz Celulose, mas não teve retorno até o fechamento da matéria. A Fepam também foi contatada, mas afirmou que não se manifestará até receber a notificação do Comam.

Um segundo exemplo que oferecemos consta no "*Seminário sobre Faixa de Fronteira – Kit de Imprensa*", onde se lê;

"*O Semapi, que representa os técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), por exemplo, impetrou no Ministério Público Estadual denúncias contra a licença prévia emitida pela Fundação governamental à empresa Aracruz Celulose. O Semapi afirmou que a Fepam concedeu licença prévia para a ampliação da empresa Aracruz Celulose sem a aprovação dos seus técnicos e que estes ainda teriam sido transferidos para o laboratório da Fundação por terem emitido os pareceres contrários.*

"COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala 121 – Ala "A" - Piso Superior

E este negócio de liberação "liberalizou-se" tanto no RS, que no mesmo "*Kit de Imprensa*" lê-se:

> "*Como se não bastasse, o Procurador Geral da República, Antonio Fernando Souza entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN 4074) contra a possibilidade do Governo Yeda autorizar projetos sem licenciamento ambiental regular. O procurador-geral sustenta que, da forma como a proposta de zoneamento que o Governo Estadual está propondo, é abrir brechas para a falta de necessidade de estudos técnicos de impacto ambiental*".

Pessoalmente, e sem nunca perder a esperança na justiça, elaboramos e entregamos ao Ministério Público Estadual (MPE) em Pelotas, um arrazoado pedindo o afastamento da atual Diretora-Presidente da FEPAM, centrando nossas razões nos seguintes fatos:

1." No dia 7 de novembro de 2007, protocolamos, na sede da FEPAM em Pelotas, pedido ao Gerente Regional do órgão, solicitando que disponibilizasse uma cópia digital do EIA-RIMA da VCP, conforme determina o "*Acesso a Informação Ambiental (LEI Nº 10.650/03): Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sisnama, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas à;* (segue)".

2." Desde a "Audiência Pública" (dezembro de 2007) a Diretora-Presidente da FEPAM tem conhecimento de graves denúncias sobre o EIA-RIMA da VCP, não tendo, desde então, esclarecido os fatos.

3." Sabe a Diretora-Presidente da FEPAM de que os plantios das lavouras de eucalipto não vêm obedecendo a todas as determinações do TAC, mas, mesmo assim, continua emitindo licenciamento ambiental para o monocultivo de árvore exótica.

Terminamos como em todos os arrazoados, escrevendo ao final; "*Se perdermos a esperança nas instituições, restar-nos-á responder com barbárie à barbárie que ora vemos?*"

Este arrazoado foi enviado para o MPE de Porto Alegre e, meses depois, quando soubemos que algumas ONG's haviam entrado na justiça com o mesmo pedido, telefonamos para a este local buscando informações, quando ficou acertado nosso depoimento. Lá fomos ouvidos por duas promotoras, que não tinham este e outros arrazoados que entregáramos meses antes em Pelotas. O que citamos não foi considerado relevante, como: três universidades federais do RS não participaram da elaboração do EIA-RIMA, contrariando o que publicava a VCP, o que pode levar a erro do órgão licenciador; que a direção da FEPAM sabia destas contestações não havia esclarecido-as, contrariando a lei que garante o acesso a informação ambiental; em contratos de pesquisa, supostamente para fundamentar o EIA-RIMA, existiriam cláusulas de sigilo do trabalho e que só seria publicado o que a VCP autorizasse, o que novamente contraria lei de acesso a informação ambiental e mancha a transparência que tais processos públicos devem apresentar, sob pena de nulidade; tais contratos em nenhum momento citavam o propósito do EIA-RIMA; que o próprio EIA-RIMA indicava o perigo de extinção de espécies já consideradas em perigo, entre outros.

Surpreso, só escutávamos uma das promotoras exigir, depois de cada colocação; "*Mostre algum problema no EIA-RIMA, alguma coisa errada!*", como se o apresentado não bastasse, pelo menos, para uma investigação.

Por fim, perguntaram-nos; "*Pois bem professor, o que o senhor acha que aconteceria se este EIA-RIMA fosse anulado*"? Respondi-lhes que teríamos justiça, a defesa do homem do campo, da natureza, das questões sociais desprezadas, do emprego, da verdade, do RS como um todo, além do que, a CF e a lei ambiental seriam cumpridas e o MP atenderia o seu papel de fiscal da lei. Também, se fosse preciso, denunciaríamos em cortes internacionais as irregularidades das plantações. Não obtive réplica e a conversa de quase uma hora ficou reduzida a meia folha de testemunho.

7 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Como já tivemos oportunidade de ver, esta instituição é uma das proprietárias da Aracruz, com 12,5% das ações. Sua atuação nesta área "florestal" é invariavelmente ocultada pela imprensa comercial.

Sob a falsa alegação de que estes eucaliptais "geram emprego", o BNDES repassa, com prejuizo ao erário público, elevados empréstimos, sendo os valores sacados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Alega o banco que está protegendo o trabalhador.

Os juros para o setor do "florestamento" oscila entre 1 a 2%, com um período de carência de sete anos.

Pergunta-se;

1." Qual o trabalhador rural que não desejaria uma ajuda destas?

2." Por que o banco também não subvenciona os agricultores com os mesmos valores?

3." Isto é justo para com o setor agrícola – pequenos e médios agricultores?

Atentemos para a notícia abaixo.

BNDES aprova R$ 39,2 mi para Votorantim

O BNDES aprovou nesta quinta o financiamento de TRINTA E NOVE MILHÕES E DUZENTOS MIL reais para as empresas Alellyx e Canvialis, do Grupo Votorantim. Os recursos serão aplicados em pesquisas genéticas em variedades de cana-de-açúcar, citros e eucalipto (Agência de Notícias Chasque 06/07/07 – Boletim Diário)

Este empréstimo comprova que a aproximação destas empresas com as universidades é para a posse do logotipo das instituições, transparecendo um "cientificismo" nas suas ações. Até algumas pessoas ligadas às universidades acreditam que as empresas desejam desenvolver um trabalho sério.

Esta outra notícia também desmascara, como se preciso fosse, o aviltante apoio do BNDES a estas empresas.

Porto Alegre - O dinheiro público disponibilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas de celulose tem permitido a expansão do setor no país. Em reunião com empresários de papel e celulose, o presidente do BNDES, Demian Fiocca, afirmou que o Banco irá elevar em 17% ao ano os investimentos no setor. O aumento equivale a investimentos de R$ 20 bilhões de reais, ficando para o banco financiar R$ 11,7 bilhões desse total.

No entanto, a estimativa do setor é de que os investimentos aumentem ainda mais, devido ao fechamento de fábricas de papel e celulose na Europa e América do Norte. Um novo projeto da Votorantim Celulose, que já têm quase 50

mil hectares de terras compradas no Rio Grande do Sul, deverá aumentar a capacidade de produção em 1,2 milhão de toneladas de celulose. Já a Aracruz prevê investimentos de R$ 660 milhões em florestas de eucaliptos nas áreas gaúchas e no aumento de produção de celulose no Espírito Santo. Ainda há a empresa sueco-finlandesa Stora Enso, que comprou 50 mil hectares de terra no Estado do Sul.

Recursos que na opinião de movimentos sociais e ambientalistas são indevidamente empregados. A maior parte do dinheiro disponibilizado pelo BNDES para estas empresas provém do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As organizações alegam que o dinheiro concedido às empresas de celulose para gerarem emprego não é revertido nos postos de trabalho que as empresas prometem. Levantamentos realizados pela organização não-governamental Fase, do Espírito Santo, aponta que a Aracruz gerou apenas um emprego direto a cada 122 hectares de eucalipto plantado. Nas fábricas de celulose da mesma empresa, o índice continuou baixo devido à alta informatização. Além disso, os juros cobrados pelo crédito do BNDES é de 2% ao ano, quatro vezes menor do que os 8,75% cobrado do agricultor que retira crédito do Pronaf.

De acordo com o relatório anual da instituição, no ano passado o BNDES repassou cerca de R$ 4,5 bilhões às empresas de celulose. Os projetos que arrecadaram mais dinheiro foram o da Aracruz na Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul; da Votorantim Celulose em São Paulo e no Rio Grande do Sul; e da Veracel, na Bahia.

(21/09/2006 17:18 - Celulose avança com dinheiro público-Reportagem: Raquel Casiraghi) [13]

Tais repasses nos fazem imaginar que estas empresas estão submersas em dívidas, que vão demitir, fechar filiais, que trabalham no limite das suas disponibilidades financeiras. Mas, segundo informações das mesmas, eis suas parcas disponibilidades e limites do "caixa".

Votorantim	Aracruz
2004 lucro de R$ 790 milhões	2003 lucro de R$ 870 milhões
2005 lucro de R$ 549 milhões	2004 lucro de R$ 1.068 bilhão
2006 lucro de R$ 4.4 bilhões	2004 lucro de R$ 1.168 bilhão

Quadro demonstrativo do lucro líquido declarado pelas empresas

O BNDES financia com o Fundo de Amparo ao Trabalhador, um setor com lucros bilionários, com juros e prazos inferiores aos oferecidos ao trabalhador brasileiro. Ratifica-se, assim, que este é um projeto para aumentar a fortuna dos ricos.

Por fim, algumas ponderações pontuais sobre a "geração de emprego", que a expansão da fábrica da Aracruz no RS irá promover:

1. Já sabemos que foi afastada a técnica da FEPAM que cometeu o "crime" de pedir mais informações sobre o impacto que esta fábrica ocasionaria no meio ambiente.

2. Conforme também foi noticiado, 60% do valor exigido para este negócio foi repassado pelo BNDES, fato não propalado pela imprensa negocial.

3. Para expandir suas atividades, a Aracruz amplia suas lavouras no belo e hospitaleiro município de São Sepé, junto às nascentes dos rios da região.

---

[13] http://www.agenciachasque.com.br/boletinsaudio2.php?idtitulo=3c7acdd86cc472f65ec8ddcd2a14eeaa

4. Na plantação desta área vê-se frentes de trabalho, mas com a geração de, ao que se sabe, dois empregos.

5. O transporte da madeira até a fábrica será feito prejudicando nossas estradas.

6. Os poucos empregos gerados localizar-se-ão no município de Guaíba e grande Porto Alegre, ficando, **mais uma vez, a "abandonada metade sul, abandonada".**

7. Como o papel produzido é para exportação, a fábrica terá uma série de vantagens tributárias (vide capítulo do economista Rodrigo Ávila – Os privilégios tributários do Deserto Verde).

8. Os lucros gerados serão enviados ao exterior, sempre em recordes bilionários.

9. São Sepé ficará com a sua terra devastada, vivendo de promessas.

8 O estudo de impacto ambiental (EIA) e o relatório de impacto sobre o meio ambiente (RIMA) da VCP

8.1 A autenticidade questionada

Assim que foi anunciada a liberação do EIA-RIMA da VCP fomos à FEPAM. Fomos como cidadão, como professor universitário e como sindicalista, analisando as implicações socioeconômicas para a região.

Porém, a empresa e a direção da FEPAM têm bloqueado o acesso ao serviço elaborado, dificultando a leitura e, pior, alardeou nos jornais que para a audiência pública "*só aceitariam questionamentos técnicos*". A situação que procuraram criar, e com apoio jornalístico, foi de desqualificar a atuação cidadão nesta audiência.

É importante que saibamos que a Constituição Federal outorga ao povo este poder decisório final. Se a comunidade decidir

que não querem os eucaliptais, porque não gostam da paisagem resultante, deve-se respeitar e acatar esta decisão.

Examinemos a autenticidade do EIA-RIMA pois, logo ao primeiro olhar, chamou-nos a atenção dois pontos.

O primeiro é que estava estampado o logotipo de várias instituições, como a UFPel, FURG e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), como instituições partícipes do trabalho.

Depois nos surpreendeu ao depararmos com 14 volumes e nem uma só cópia digital para os interessados. Lembramo-nos, como não poderia deixar de ser, de que dos técnicos da FEPAM foi exigida distribuição digital e na Internet do "Zoneamento". Mais uma vez o velho e surrado "dois pesos duas medidas".

Sobrepostas, as pastas formavam uma pilha de aproximadamente um metro. Na leitura verificamos informações dispersas, sem importância, prolixas, formando um documento "cortina de fumaça". Na impossibilidade de analisar o todo, buscamos os pontos que nos interessavam – consumo de água, geração de emprego, danos ao solo. Mas esbarramos em fotos de colégios, criancinhas brincando, bonecos gigantes. Lembremo-nos; o tempo era curtíssimo e não disponibilizaram cópias digitais. Fizemos o que foi possível.

Na saída assinamos a "lista de presença", atitude que, sem sabermos, qualificou-nos para falar em primeiro lugar na Audiência Pública. Aliás, depois que a FEPAM determinou que as manifestações no dia do debate teriam ordenamento naquele fichário, no último dia permitido de análise, surgiram vários interessados "na análise do trabalho". Os atores preparavam-se para o teatro da Audiência Pública.

Para confirmar o envolvimento das universidades, enviamos ofício ao Magnífico Reitor da UFPel, solicitando acesso a todos os convênios entre esta, qualquer Fundação de Apoio e a VCP. Dias depois recebemos 15 convênios para examinar. Um deles assinava o Reitor da UFPel, a Fundação Delfim Mendes da Silveira (FDMS) e a VCP e, os demais, somente as duas últimas.

No documento assinado pelo reitor havia uma cláusula impondo que a UFPel só poderia publicar algum resultado "*desde que expressamente autorizada pela **CONTRATANTE***" (sic). A ilegalidade desta exigência era grosseira e crassa, pois o servidor público deve "*obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*" (Constituição Federal, Capítulo VII - Da Administração pública Seção I - Disposições Gerais Art. 37).

Buscamos alertar o reitor do problema, que só teve oportunidade de se manifestar oficialmente no dia deste evento, denunciando unilateralmente os contratos nesta situação e, por obrigação legal, indicou à FEPAM a retirada do logotipo da UFPel do EIA-RIMA.

Aliás, três pontos: primeiro é que todas as propostas contratuais foram examinadas pela assessoria jurídica da VCP, pois tinham o carimbo da mesma; segundo é que esta assessoria ou tem um despreparo jurídico fenomenal, ou eles realmente recomendam a celebração de convênios com graves ilegalidades; terceiro e mais provável, é que os dois anteriores são verdadeiros. Imaginamos se uma empresa destas proporções costuma celebrar contratos desta forma tão leviana?

Então, a VCP não tinha mais a UFPel como parceira.

Nos contratos VCP/FDMS três fatos repetiam-se nos 15 documentos.

Primeiro, a obrigatoriedade de sigilo de intenções e que só fosse publicado o autorizado pela VCP, ou seja, **o que não interessava à VCP não seria publicado**! Segundo, é que nas pesquisas desenvolvidas não constavam o propósito da elaboração do EIA-RIMA, jamais citam este fato, sendo, então, estudos isolados, que em nenhum momento encadeavam-se para conceber o estudo em questão. Terceiro, é que os professores que desenvolveriam os estudos ali designados não haviam assinado qualquer documento.

Para nós ficou claro que a VCP havia se afastado dos compromissos com a FDMS, ao citar que a UFPel era partícipe do EIA-RIMA.

Inquietava-nos saber se as outras instituições haviam realmente participado do EIA-RIMA.

Na busca destas respostas, telefonamos diretamente para o Reitor da FURG e dele obtivemos a autorização de acesso aos documentos contratuais entre esta universidade e a VCP. Aliás, não poderia ser de outra forma, uma vez que são contratos públicos.

Nestes via-se que a VCP estava representada pela companhia Jaakko Poyry, "*o maior provedor do mundo de serviços de consultoria e engenharia ao setor florestal, com operações em mais de 30 países, inclusive o Brasil* [14]". Na primeira página do contrato lia-se: "***Proposta comercial para a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA – para a instalação de uma fábrica de celulose, pasta mecânica branqueada e papel na região Sul do Rio Grande do Sul***". Ou seja, a VCP informava que a FURG havia colaborado na elaboração do **EIA-RIMA da plantação**, quando, na realidade, a relação contratual **era para o EIA-RIMA da fábrica**. Outro "equívoco" no trabalho da VCP.

Lembramo-nos imediatamente da Audiência Pública, quando orientaram os presentes enfaticamente: "*Não aceitaremos perguntas sobre a fábrica. Especificamente para a fábrica existe um outro EIA-RIMA, pois é um trabalho diferente*". "Denunciaram-se".

Então, a VCP não tinha mais a UFPel, a FDMS nem a FURG no seu EIA-RIMA.

Com relação à Universidade Federal de Santa Maria, no dia 8 de maio de 2008 enviamos o ofício n. 019/08, "*solicitando gentilmente as cópias dos contratos existentes entre esta Universidade e as empresas de celulose (Stora Enso, Aracruz e Votorantim Celulose e Papel), que visem a realização de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente*". No dia 19 de maio recebemos o ofício N. 315/2008 – GR, informando que, "*consultado o Departamento de Ciências Florestais – CCR/UFSM, recebi*

---

[14] http://www.celuloseonline.com.br/pagina/pagina.asp?iditem=3084.

daquele setor a informação de que "o DCF não teve participação na elaboração nem na execução de projetos deste tipo".

Então, a VCP não tinha mais a UFPel, a FDMS, a FURG nem a UFSM no seu EIA-RIMA.

E agora?

Com a palavra a FEPAM e o poder judiciário, que já sabem de longa data e que têm a obrigação de investigar. Da primeira sabemos o que esperar e da segunda temos que esperar.

E nos contratos com as outras instituições constantes no trabalho, será que existe o sigilo e triagem de resultados que só interessam à VCP? Será que os contratos são para a elaboração do EIA-RIMA, ou são um amontoado de pesquisas dispersas?

8.2 Uma análise de conteúdo

Inicialmente lembramos: até hoje não temos sequer a resposta do EIA-RIMA digital que pedimos à FEPAM/Pelotas em dezembro de 2007.

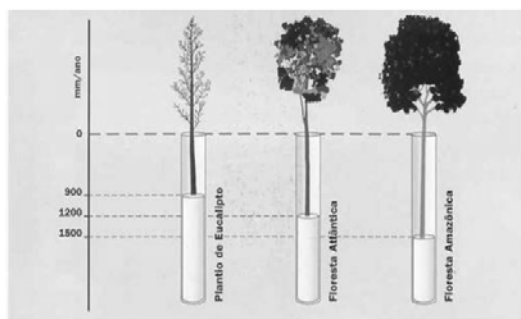
Depois afirmamos: foi absolutamente impossível analisar o extenso conteúdo deste estudo desde a sua publicação até a audiência. Algumas informações são contraditórias e equivocadas, mas, pasmemos, as grandes mentiras deste processo podem ser desmascaradas consultando este EIA-RIMA. Aos fatos:

Neste trabalho está posta claramente a intenção de substituir atividades típicas do RS pelos eucaliptais.

No Volume 1, Tomo 1, página 7, está escrito: "*Ressalta-se que, **com a saída da pecuária** haverá diminuição da contaminação por coliformes nas microbacias internas às fazendas com plantio. Além disto, haverá uma proteção efetiva das matas ciliares e das Áreas de Preservação Permanente, principalmente no entorno de mananciais, **que anteriormente eram utilizadas para agricultura e pecuária extensiva***" (grifo nosso).

Ao substituir agricultura e pecuária por marciais lavouras de eucaliptos, desemprega-se o veterinário, o agrônomo, o engenheiro agrícola, botânicos, biólogos, entre outros. Lembrarmos da pesquisa "*Alterando cultivos no Rio Grande do Sul (Brasil): Formas de exploração duradouras"?* "Eles" definindo lá, o que nós devemos fazer aqui!

A discussão sobre o consumo de água é irresponsável e fraudulenta, sem método ou lógica sérios. Na página 7 lê-se: "*Além disto, conforme esquema abaixo, se compararmos com o consumo de água em florestas temos:*".

Além disto, conforme esquema abaixo, se compararmos com o consumo de água em florestas temos:

De acordo com o balanço hídrico apresentado no Diagnóstico ambiental, o consumo das plantações serão compatíveis com a oferta de água local, sendo os excedentes muito semelhantes nas bacias L30 Boici (37% a mais), L40A – Arroio Grande (40% a mais), L40B – Piratini (40% a mais) e L60 – Jaguarão (25% a mais).

Ressalta-se que, com a saída da pecuária haverá diminuição da contaminação por

Na figura vê-se a comparação de três árvores, onde só o eucalipto está identificado, mas não as outras duas. A relação estabelecida na figurinha "comprova" que o eucalipto "não consome tanta

água como as demais", impondo ao leitor o raciocínio de que é possível o seu plantio sem os problemas hídricos que "os críticos costumam alegar". Grifamos "imposição", pois é este o objetivo da "figurinha", uma vez que o raciocínio elaborado é falso e grotesco. Se não, vejamos:

1." Só está identificada uma árvore, o eucalipto, e não sabemos quais são as outras.

2." Comparam uma árvore da Amazônia, que não sabemos qual é, com outra da mata Atlântica que também não sabemos qual é, com o eucalipto, que é originário da Austrália, de oceânica distância da Amazônia, floresta Atlântica e do RS.

3." Propositadamente não citam que o nosso bioma não apresenta os mesmos maciços florestais que os referenciados.

4." Num imaginário fantasioso, desvirtuam que a comparação deveria ser feita com árvores da região, mas principalmente com as gramíneas, que consomem muito menos água que os eucaliptais.

5." No mesmo ritmo de fábula comparam florestas com lavouras de eucaliptos, num claro escracho para com o leitor.

6." Da comparação de árvores que não sabemos quais são, pertencentes a biomas diferentes – aliás, um deles de nós separado por um oceano, **inferem que o eucalipto pode ser plantado no RS, sem qualquer problema hídrico**.

Este "estudo" do consumo de água feito pela VCP, novamente nos proporciona três tipos de raciocínios: primeiro é que a pessoa que elaborou este raciocínio é muitíssimo despreparada; segundo que nos acham (população) muito burros; e terceiro, é que as duas são verdadeiras. Optamos pela terceira.

Adiante.

No Volume III, Tomo I, no item "2.2.3.4 Fauna", especificamente "Aves", lê-se;

> *"Geranoaetus melanoleucus (águia-chilena). Considerada ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul, incluída na categoria "Vulnerável. As principais ameaças à águia-chilena no Estado são a perda de hábitat devido à acelerada expansão dos plantios de pínus no Planalto Nordeste e a caça clandestina (BENCKE et al., 2003). Não foi possível mapear a distribuição potencial dessa espécie, visto que a águia-chilena é uma ave que possui território amplo e pouco associada a algum tipo específico de vegetação.*
>
> *Circus cinereus (gavião-cinza). Espécie ameaçada de extinção em nível nacional... Uma das principais ameaças à espécie é a perda de hábitats devido à expansão urbana, implantação de atividades agropecuárias e plantio de espécies arbóreas exóticas (BENCKE et al., 2003).*
>
> *Sarkidiornis melanotos (pato-de-crista). Considerada ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul, estando incluída na categoria "Vulnerável" (BENCKE et al., 2003... As principais ameaças à espécie no Rio Grande do Sul são a caça clandestina e a perda de hábitats, através da conversão de banhados, várzeas e margens de rios em áreas destinadas à agricultura e pecuária".*

Embora reproduzindo somente estas três espécies de aves, mais de duas dezenas aparecem como ameaçadas de extinção, além de peixes e lagartos.

Notemos o absurdo com que é construído este documento: impõe restrições ao projeto, mas não leva em consideração o que está escrito. Afirma inequivocamente o perigo de extinção de espécies, mas implanta o projeto. Então, se a direção da FEPAM afirma

que leu o documento, ela atua criminosamente, desconsiderando sua função.

Além disto, temos que ponderar; quem participou da elaboração deste Estudo de Impacto Ambiental foi despreparado, ingênuo ou tinha puro interesse financeiro? Lembramo-nos dos compromissos jurados nas nossas formaturas, que sempre miram defender o indivíduo, o meio ambiente, respeito, ética! Ou tudo é só festa?

No que diz respeito à preparação do solo, verifica-se outro (sempre mais um) desrespeito às normas legais/contratuais. A Licença de Operação N. 3713/2005-DL, constante como cópia no EIA-RIMA no "Anexo 1, Volume 1, Tomo 1", impõe no item 4 - "*quanto ao manejo silvicultural*", mais especificamente no sub-item 4.5., os seguintes compromissos; "*nas operações que requeiram movimento de solo com implementos agrícolas (arados, grades, subsoladores)* ***deverão ser seguidas recomendações técnicas visando a conservação do mesmo, minimizando processos erosivos com a construção de terraços e cultivo em curva de nível onde se fizer necessário***" (grifo nosso).

Mas no Volume V, Tomo I, página 18, está escrito "*A prática adotada em alguns locais e preparo do solo "morro abaixo" pode causar erosão em algumas fazendas*". Na página 19: "*Testar e adotar modelos que substituam ou neutralizem os efeitos do preparo de solos "morro abaixo", como adoção de preparo intermitente, terraços e outras alternativas*".

Mas eles não adotam, como verificamos na figura abaixo, onde já ocorre a erosão (setas):

Comparemos com a ata da Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim, já citada;

P: "*O Presidente disse que mantém a preocupação com o sistema de plantio morro abaixo; que o Comitê poderia encaminhar essa preocupação no sentido de que isso seja alterado e que a justificativa da facilidade da colheita pela máquina é inaceitável; que o sistema agro-silvopastoril fosse conduzido de forma a evitar a erosão e ser manejado de modo sustentável*".

R: "*O palestrante respondeu que concordava, mas que continuaria sendo dessa maneira*".

De volta ao informativo "Metade Sul", lê-se na última página, na pergunta 1: "*A região corre o risco de ficar sem água por conta das florestas de eucalipto*". A resposta é impositiva e taxativa: "*Não. As análises feitas mostram que há água suficiente em todas as bacias envolvidas no projeto*". Porém, este dado contrasta com o que está escrito no Volume 1, Tomo 1, página 7 do EIA-RIMA, onde se lê: "*De acordo com o balanço hídrico apresentado no Diagnóstico ambiental, o consumo das plantações serão compatíveis com a oferta de água local, sendo os excedentes muito semelhantes nas bacias L30 Boici (37% a mais), L40A – Arroio Grande (40% a mais), L40B – Piratini (40% a mais) e L60 – Jaguarão (25% a mais)*".

"*Ser compatível*" significaria "ter água na medida exata para ...", "nem mais, nem menos"; Então, de acordo com a VCP, na região de Bagé, Ulha Negra, Pinheiro Machado e Pelotas, os mananciais de água estão na quantidade exata para serem utilizadas pela população e pelas monoculturas de eucaliptos!

Analisemos estes dados!

Na manchete principal do jornal "Diário Popular" (quinta-feira, 10 de janeiro de 2008) lê-se que a "*Estiagem provoca perdas quase totais nas lavouras*". Ou seja, nem havíamos chegado na metade do verão e a falta de chuvas já castigava a região de Pelotas, onde a própria VCP calcula que existe água na quantidade exata para a população e para as árvores. Sabe-se que no EIA-RIMA não existe o cálculo do consumo de água e disponibilidades hídricas para outras culturas nem para outras indústrias que se instalarem na região. Então, a VCP **não pode afirmar** que não irá faltar água! E se este período de estiagem, como já aconteceu várias vezes, alongar-se? Como, em sã consciência, afirmar que não vai faltar água? E o princípio jurídico da precaução?

VCP e governo do Estado do RS são partícipes deste desrespeito ambiental.

A Lei nª 11.520 do Estado do Rio Grande do Sul, impõe no seu Artigo 121 – "*...o gerenciamento das águas pelo Poder Público Estadual será levado a cabo pelo Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH, com base numa Política Estadual de Recursos Hídricos, obedecendo aos seguintes preceitos: Parágrafo III - **a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas assegurando o prioritário abastecimento das populações humanas** e permitindo a continuidade e desenvolvimento das atividades econômicas*" (grifo nosso).

Agora é impossível fazer cumprir a lei. As políticas de precaução não foram implantadas e, já na falta de água, não há reversão. A prioridade do uso de água pela população não pode ser garantido, impondo que esta utilize a água "restante".

E o desrespeito para com o cidadão é contínuo e inimaginável. Noutra pergunta deste "Informativo", lê-se: "*Haverá algum*

tipo de mudança nas águas subterrâneas e superficiais da região?" Resposta; "*A única alteração será um aumento no volume de água próxima à superfície*". Assim, contrapondo-se a periódicos científicos nacionais e internacionais, que informam desaparecimento de rios, nascentes, charcos, o eucalipto da VCP "*aumenta o volume de água na* superfície".

Assim, esta é tão somente uma breve análise do EIA-RIMA da VCP, para demonstrar a sua inconsistência científica, abordagem superficial, interpretação equivocada, desrespeito à cidadania, entre outras. Porém, deve-se reconhecer que desempenha um papel político importante, servindo como uma desculpa esfarrapada para que a FEPAM aprove indevidamente milhares de hectares ao plantio.

9 Audiências Públicas

9.1 Câmara de Vereadores de Pelotas

O vereador Ivan Duarte (PT) foi o primeiro a pedir uma audiência pública, a fim de que a comunidade pudesse conhecer e discutir o Zoneamento elaborado pelos técnicos da FEPAM e a apresentação coube ao engenheiro agrônomo Paulo Duarte.

Nas dependências da câmara alguns estudantes da UFPel distribuíam folhetos, com nome e o valor de alguns políticos haviam recebido das três empresas de celulose nas campanhas do processo eleitoral de 2004.

Depois da apresentação da FEPAM, deu-se início às falas isoladas, onde cada cidadão tinha o direito aos três minutos de sempre. Apesar de se elaborar raciocínios com lógica, não se consegue transmitir muitas informações ou desenvolver uma idéia a contento neste período. Além de abordar aspectos gerais, pela primeira vez, citamos que políticos foram "supridos com verbas" advindas das empresas, o que não os tornavam imorais ou faltosos com a lei, mas demonstrava os compromissos assumidos durante a campanha.

Lemos a tabela já citada, onde a governadora Yeda Crusius aparecia com um total de R$ 504.557,45.

Imediatamente surgiram aplausos e vaias, tumulto estabelecido, alguns dos políticos presentes pedindo que mostrássemos o quanto sabíamos do eucalipto, mas não aqueles números. Uma pessoa eleita, e que estava na lista, falou, mas não muito baixo, para outra que a ladeava: "*se for assim eu vou embora; não fico*".

Como resultado desta e de todas as audiências, constata-se que os políticos não querem debater as implicações sócio-ambientais. Querem as técnicas, onde as mentiras são mais facilmente propaladas.

9.2 Apresentação do Zoneamento da FEPAM

Antecedeu este ato comentários de que alguns movimentos se fariam presentes, como a Força Sindical, CUT e MST, o que criava uma certa "tensão". A FEPAM, omissa, não informava o regramento que regeria o processo. Era uma terra de ninguém.

Com início marcado para às 21 horas, chegamos às 18 horas e, mesmo longe do "Theatro Guarany", local do evento, ouvimos palavras de ordem vindas de carros de som, rua interrompida, aglomerações e empurrões junto às portas ainda fechadas.

A quase totalidade dos presentes eram ligados à Força Sindical, que literalmente coordenavam tudo no lado de fora. Faziam cara feia para quem não identificavam e colegas nossos da UFPel foram impedidos de entrar.

Depois da "seleção" promovida pela "Força", o ingresso ao interior do "Theatro" era precedido de uma revista pela tropa de choque da Brigada Militar, sendo proibido o porte de qualquer objeto considerado perigoso. Por conta disto e da chuva, guarda-chuvas eram abandonados num monte crescente no lado de fora. Inclusive o nosso.

Como sempre muitas falas iniciais.

Os políticos subvencionados pelas empresas faziam críticas aos técnicos da FEPAM, alegando que o Zoneamento era tremendamente restritivo, não obstante as empresas solicitassem à época 100 mil hectares e o estudo liberava um milhão. Esta fala era por que as corporações já haviam comprado imensas áreas em locais que não foram liberadas.

A "Força" revezava-se em discursos de apoio à VCP, à "geração de empregos", desenvolvimento da região. Surgiram ONGs que exibiam o boné da "Força", ostentação inclusive de seus dirigentes maiores.

E novamente os três minutos "cidadãos"!

Falamos próximo à meia-noite e ainda existia um número expressivo de inscritos.

O "clima" desta foi o mesmo das outras audiências; quem falava contra era vaiado pela maioria que "desejava emprego".

Resultado prático da atividade; nenhum. Resultado midiático; "prefeitos, políticos e trabalhadores verificaram que o Zoneamento era restritivo e deveria ser revisto".

9.3 A "interiorização" da Assembléia Legislativa

Quando ocorreu a "XV Feira Nacional do Doce" (FENADOCE) em Pelotas, a Assembléia Legislativa do RS promoveu a "interiorização" da mesma, fazendo uma sessão especial na cidade. Em pauta, entre outros, a "silvicultura".

Ao início dos trabalhos falou a presidente da "Nossa Caixa" e dois agrônomos (por que falaram?) por quase duas horas, salientando os benefícios dos eucaliptais. Os organizadores nem tentaram dissimular as ações de tendenciosidade.

Depois as "falas populares" que duravam três minutos de "lustro democrático".

Na nossa fala ponderamos que aquilo era um simulacro de audiência e que:

1. O projeto não iria criar os "milhares de empregos" prometidos (citamos fontes).

2. Uma das apresentações anteriores defendendo a "silvicultura" havia utilizado fotos modificadas digitalmente.

3. O governo do Estado defendia o projeto das papeleiras, mas recolheria pouquíssimos tributos por conta de isenções e, também, cumpria um compromisso com aqueles que lhes repassara mais de R$ 500 mil durante o processo eleitoral (novo tumulto, aplausos, vaias, gritos e, que coincidência, o mesmo político da Câmara de Vereadores interrompendo e pedindo que eu falasse sobre o eucalipto).

4. A região aguardava que, na próxima "interiorização", os deputados pudessem noticiar o asfaltamento da "Federaca" (estrada no interior do município por onde escoa boa parte da produção rural e que não é asfaltada), pois esta obra inequivocamente beneficiaria o homem do campo.

Na saída fomos chamados por uma repórter da Assembléia, querendo saber o que era "esta tal de Federeca". Recomendamos que ela falasse com o deputado estadual da região, pois imaginava que ele teria algo a acrescentar.

9.4 Apresentação do EIA-RIMA da VCP

Na entrada do local do evento encontramos o forte esquema de segurança de sempre, com policiais do Batalhão de Choque revistando todos e a presença massiva de trabalhadores da VCP e da Força Sindical, manifestando-se "em defesa da empregabilidade".

Lembramo-nos do filme "*Eles não usam black tie*".

No caminho, um corredor com várias mesas ocupadas por "*universitários tentando fazer o seu trabalho*" (sic), pedindo nomes e entregando "mimos"; uma sacola plástica com propagandas da empresa e um bloco (com alívio vimos que não tinham colares e espelhinhos).

No auditório viam-se cadeiras forradas de branco ("túmulos branco por fora?"), um palco com iluminação impecável, bem montado, som harmonicamente distribuído em várias caixas, água mineral à vontade, garçons paramentados para a mesa dos trabalhos. Tudo bem planejado no teatro, mas uma peça mal escrita (teria sido o escritor e dono da VCP o autor?).

Uma das primeiras palestrantes foi a senhora Ana Pellini, a Diretora-Presidente-Publicitária da FEPAM, que elogiou o trabalho da VCP pela sua altíssima qualidade, por fazer um diagnóstico perfeito do pampa, por apresentar preocupações com a água, com a qualidade do ar e, ... Não precisava falar mais nada, pois já tínhamos certeza de não havia lido o EIA-RIMA. Possivelmente só tivesse visto os 14 volumes do mesmo.

E a Diretora-Presidente-Anunciante falava, falava e repentinamente pareceu lembrar-se; quem, exatamente naquele dia, faria aniversário? Ninguém mais, ninguém menos que José Lutzenberger. Que tremenda coincidência!!! Como pôde o destino sobrepor duas datas tão significativas? Era o máximo. Palmas, palmas, palmas...

Então, aproveitou a oportunidade para anunciar, por determinação do secretário do meio ambiente, Dr. Otaviano Brener de Moraes, a elaboração de decreto criando a Unidade de Conservação do Pampa, lembrando e homenageando, claro, o "inesquecível Lutzembreger". Para reforçar o ato, afirmou a Palestrante-Merchandising-Presidente que **esta era uma ação em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente** e "lascou" o nome da Unidade de "José Lutzemberger".

Esta manifestação, então notícia, foi assim distribuída pela Assessoria de Comunicação da FEPAM no seu "*site*":

> "*SEMA/FEPAM anuncia a criação da Unidade de Conservação do Pampa (18/12/2007) Francisco Simões Pires coordenou a audiência pública em Pelotas*
>
> *Duas mil pessoas acompanharam a apresentação do EIA-RIMA apresentado pela*

VCP (Votorantim). O anúncio da elaboração de decreto criando a Unidade de Conservação do Pampa foi o destaque da audiência pública sobre o plantio florestal da VCP Florestal S. A. (Votorantim) em Pelotas, que reuniu duas mil pessoas no ginásio do SEST/SENAT. A informação foi divulgada pela diretora-presidenta da FEPAM, Ana Maria Pellini, atendendo determinação do secretário do Meio Ambiente (SEMA), Otaviano Moraes, em memória ao ambientalista José Lutzemberger, que completaria 81 anos no dia 17 de dezembro. A audiência pública foi coordenada pelo secretário adjunto da SEMA, Francisco Simões Pires".

E, no dia seguinte, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) fez publicar uma outra nota, onde se lia:

"***Nota de esclarecimento***

Com relação à matéria divulgada em veículos de imprensa do RS em 18/12 sob o título "SEMA/FEPAM anuncia a criação da Unidade de Conservação do Pampa", o Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Biodiversidade e Florestas esclarece: Sobre a afirmação da diretora-presidente da FEPAM, Ana Pellini, de que "será feita parceria com o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, que irá repassar recursos para a consagração da nova unidade de conservação", ***o MMA informa que não há neste momento nenhuma negociação ou tratativa nesse sentido***" (grifo nosso).

E este fiasco não surgiu num só jornal comercial, é claro!

Estes eventos desastrosos corroboram que o atual Secretário do Meio Ambiente e Diretora da FEPAM ficam nos cargos, porque fazem exatamente o que as empresas exigem. Estes erros grosseiros só são aceitos porque atuam como cargos de confiança das empresas!

E voltemos à Audiência.

Outros componentes da mesa falaram (e por que falaram?). O deputado estadual da região, que recebeu R$ 10.000.00 da VCP para a sua campanha, seguiu a mesma linha de elogios, manifestando o mesmo nível de conhecimentos da presidente-publicitária. Afirmou que aquele EIA-RIMA era um documento sério, confiável, com bases científicas e realizado **com o apoio das universidades**. Sem citar diretamente o "Zoneamento", tecia comparações para desfazer do trabalho dos técnicos da FEPAM. E alardeou, como o prefeito de Pelotas, que defendia a região, que defendia a criação de empregos.

O ato seguinte da peça foi a apresentação "EIA-RIMA VCP/FEPAM" (sopinha de letras?) foi encenada por um técnico da VCP, "dramatizando" o estudo realizado. E iniciou assim:

"E aí pessoal da VCP?!!

"ôôôô".

"O que é isto pessoal? Mais forte!!!"

"ÔÔÔÔÔÔôôôô"

"Agora sim (festa nas arquibancadas)!".

E reafirmou que "**as universidades**" haviam colaborado na realização do trabalho, fazendo uso da projeção dos logotipos das mesmas. Mostrou um filme de uma linda fábrica (altamente mecanizada e com pouquíssimos empregados à vista) informou a criação de 300 empregos diretos (1,5 trabalhador por 1000 hectares), lembrou que o mundo precisava de papel (mas não nós do RS!), que trabalhavam para a exportação (onde foi parar o setor moveleiro?) e

continuou passando por "informações" do EIA-RIMA. Ratificava argumentos que depunham contra o projeto, mas, palmas e palmas do "pessoal da VCP e da Força".

Terminado o ato, encenava agora o sub-secretário da SEMA, chamando-nos por termos sido a primeira pessoa que analisou, na FEPAM, os alfarrábios apelidados EIA-RIMA.

Após breve problema de microfonia iniciamos a nossa fala:

> [...] *lamentando que, até aquele momento, a direção da FEPAM ainda não nos havia disponibilizado ou sequer dado resposta ao nosso pedido em novembro, de obtenção de uma cópia digital do EIA-RIMA. Mas que a mesma direção havia exigido que seus técnicos tivessem tal cuidado e que o "Zoneamento" pode ser consultado na "Internet". Por outro lado, estranhávamos que até aquele momento a mesa ainda não havia lido documento enviado pelo reitor da UFPel, onde constavam informações importantes para aquele evento. Assim, exigíamos que ele lesse tal ofício antes de dar continuidade aos trabalhos.*

A resposta? "*Ah, me passou*!"

Fez a leitura sem que o cronômetro fosse interrompido, diminuindo o nosso tempo de fala.

Prezado Senhor.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho, pelo presente, desautorizar o uso do logotipo e o nome da Universidade Federal de Pelotas nos documentos referentes ao Estudo de Impacto Ambiental – Empreendimento de Silvicultura e seu respectivo relatório – RIMA. Assina o Reitor.

Retomamos a palavra para dar continuidade:

> *Então senhor, este EIA-RIMA da VCP está ferido de morte. Não tem mais sentido esta audiência. De agora em diante teremos um palco, com atores pagos pela VCP, tão somente para executar uma peça, um simulacro de "ciência". De agora em diante, se isto fosse um trabalho sério, estaríamos analisando se os dados apresentados são verdadeiros ou não, se os dados apresentados são confiáveis ou não.*
>
> *Temos em mãos os contratos entre a VCP e a FDMS,* (Fundação Delfim Mendes da Silveira) *onde em todos existem cláusulas que exigem sigilo da atividade conjunta e, nada mais nada menos, de que só será publicado o que a VCP autorizar. Então, sem que paire dúvidas, por força de contrato, absolutamente nada do que está publicado tem validade, pois foi apresentado "somente o que a VCP autorizou publicar". Quais as informações que não constam neste trabalho? O que escondeu e o que interessa à VCP esconder? Como confiar em dados que sofreram seleção? Se isto fosse um trabalho sério, teríamos uma interrupção.*

Neste momento fomos surpreendidos por aplausos, o que evidenciava que nem todos eram casais "VCP-Força".

> *Este EIA-RIMA dá respaldo às nossas preocupações, pois 1,5 emprego por mil hectares mostra que um dos primeiros impactos sociais que teremos na região, será o desemprego. Também está evidenciado no trabalho que, em*

algumas locais, não haverá disponibilidade hídrica satisfatória, que dê tranqüilidade de suprimento à população. Da nossa parte entendemos que esta audiência acabou e, se tivermos a continuidade, de agora em diante teremos materializada uma farsa, um simulacro, um jogo de cartas marcadas. Que todos tenham um bom espetáculo, uma boa peça. Nós nos retiramos por não concordar com este espetáculo circense.

Antes desta fala fomos entrevistados por uma jornalista do jornal "Diário Popular" e enfatizamos que lá estávamos como cidadão e não representávamos ninguém da UFPel. Surpreendentemente o jornal do dia seguinte estampava na capa a "denúncia" do reitor, não como rompimento unilateral de contrato, mas como "alarde" e que havíamos falado em nome do Reitor. Já no dia seguinte enviamos ofício à reitoria corrigindo esta informação falsa.

Mas o DP continuou repetindo esta inverdade (Qual o motivo? Desqualificar-nos?). No dia 19 de dezembro entregamos um ofício ao jornal solicitando a retificação da matéria, mas no dia 21 voltava a notícia.

Após a audiência, encaminhamos à FEPAM um arrazoado solicitando a nulidade do EIA-RIMA e ao Ministério Público Federal (MPF) e MPE pedíamos investigação dos acontecimentos. Em todos os processos estavam apensados os documentos comprobatórios da nossa denúncia.

E, como resultado final da "audiência pública", pode-se dizer que:

1. A direção da FEPAM não esboçou a mínima reação e deu tranqüila continuidade ao espetáculo.

2. Ratificando a teatralidade do evento, a direção da FEPAM não explicou ou publicou qualquer nota ou esclarecimento sobre as denuncias por nós apresentadas.

3. O evento serviu somente para materializar o apoio do Governo do Estado/FEPAM ao EIA-RIMA da VCP, alcançando o imaginário da criação de uma "Unidade de Conservação do Pampa".

4. Continua o apoio da imprensa comercial riograndense ao projeto da VCP.

5. O atual o Secretário do Meio Ambiente assumiu para apoiar as papeleiras.

6. Confirma que as "Audiências Públicas" foram encenações, encaminhadas fantasiosamente para atender à legislação.

7. Já não se fala mais nas "tais audiências". Elas definham no esquecimento e exaurem-se pela omissão do Estado e Judiciário, que não lhes dão conseqüência.

8. Continua o RS sendo vampirizado por milhões de árvores plantadas ilegalmente, que servem para aumentar a fortuna de quem já tem, cujas raízes sugam nossa água, nossos nutrientes, nossa energia, nossa tradição.

10 A geração de empregos

A "empregabilidade" é sempre apresentada como um dos pilares do projeto. "*Milhares de empregos serão gerados*", bradam os capitães do mato e a VCP afirma que em algumas cidades, as lavouras de eucalipto acabaram com o desemprego. Os que são contra o projeto "*querem o atraso da região sul, são do quanto pior melhor*".

Abaixo, apresentamos um estudo realizado no nosso vizinho Uruguai, com o sentido de comparar a geração de emprego nas diferentes atividades agrícolas.

El cenzo Nacional Agropecuario del Uruguai (2000):

Forestación	4,49 t.p./ mil ha.
Ganadería extensiva	5,84 t. p. / mil ha.
Arroz	7,75 t.p. / mil ha.
Ganadería ovinos	9,18 t.p. / mil ha.
Cultivos cerealeros e industriales	10 t.p. / mil ha.
Ganadería lechera	22 t.p. / mil ha.
Suinocultura	128 t.p. / mil ha.
Horticultura	133 t.p. / mil ha.
Viticultura:	165 t.p. / mil ha.
Avicultura	211 t.p. / mil ha.
Autoconsumo (subsist.):	262 t.p. / mil ha.

t.p. = trabajadores permanentes / mil hectares

Assim, comparando somente os dois extremos, temos para a "Forestación" (florestamento) a fixação de 4,49 trabalhadores permanentes por 1000 hectares e, para o autoconsumo (agricultura familiar), são gerados 262 trabalhadores permanentes no mesmo espaço. Ou seja, se **substituirmos a agricultura familiar pelas lavouras de eucalipto, teremos desempregados um total de 257,51 trabalhadores por 1000 hc.**

E o que diz a VCP? No boletim distribuído no dia da audiência pública na cidade de Pelotas (*Metade Sul - Estudo de Impacto Ambiental*) em "Geração de empregos" calculam: 300 diretos e 2.200 indiretos em 200 mil hectares, ou seja, em 1000 hectares serão gerados 1,5 empregos. O desemprego será pior do que no Uruguai.

Ao acessarmos no "site" do "YouTube" o vídeo "máquinas de corte de eucalipto", veremos que, em segundos, máquinas sofisticadas e computadorizadas derrubam, desgalham e cortam em toras árvores imensas. Emprego, só o do operador, que terá a responsabilidade de operar um equipamento de aproximadamente 400 mil dólares. Por certo os trabalhadores deste equipamento não serão os nossos, pois nesse boletim também consta que, "***na medida do possível,*** *a VCP irá priorizar o preenchimento de vagas com mão-de-obra local*" (grifo nosso). Ficamos com o velho e conhecido trabalho de bóia-fria para o plantio e limpeza dos campos após a co-

lheita, como faz a Aracruz no ES, terceirizando a limpeza dos campos após a colheita, empregando carvoeiros mediante salários miseráveis.

Lembramos do Volume 1, Tomo 1, página 7, do EIA-RIMA que cita "*a saída da pecuária*" e as áreas "*que anteriormente eram utilizadas para agricultura e pecuária extensiva*", assim como o trabalho científico da universidade de Freiburg, "*Alterando cultivos no Rio Grande do Sul (Brasil): Formas de exploração duradouras"?* Ou seja, o homem do campo irá sofre muito com estas alterações. Não obstante o Conselho Regional de Medicina Veterinária já estar atento ao problema, outros conselhos e sindicatos parecem ignorar suas responsabilidades representativas.

Algo importante é que o desemprego nesta área é crescente. Às notícias.

> *"Helsinque, 17/06/2008 – Trabalhadores finlandeses demitidos e camponeses sem terra brasileiros se converteram em inesperados aliados na luta por seus meios de vida. Ambos enfrentam a gigante florestal sueco-finlandesa Stora Enso. A empresa adquiriu 2.500 hectares de terra no Rio Grande do Sul para plantar eucalipto destinado à produção de celulose e papel. Isto expulsará camponeses de suas terras e colocará em perigo a produção de alimentos, segundo ativistas. A companhia também é alvo de críticas na Finlândia, onde fechou uma fábrica de celulose em abril, o que representou demissão de 200 trabalhadores na pequena cidade de Kemijärvi.*
>
> *Ambiente-Brasil: O eucalipto que veio do frio - 17/06/2008 - 12h06*
>
> *Por Linus Atarah, da IPS*"

> *"A empresa enfrenta outros conflitos na frente doméstica finlandesa. O governo da Finlândia, acionista majoritário da empresa, com 37%, se recusou a intervir quando a direção decidiu fechar a fábrica de Kemjärvi. "Infelizmente, existe agora um governo de centro-direita e sua política é de não intervir nas empresas controladas pelo Estado", disse à IPS Juha Pikkarainen, líder do Massaliike, grupo de trabalhadores demitidos formado para lutar contra o fechamento da unidade.*
>
> *Mais de cem operários que não foram transferidos para outras unidades em outros pontos do país permanecerão desempregados, acrescentou Pikkarainen. "Mas os mais prejudicados são os donos das plantações da área, pois ficaram sem mercado para sua madeira. Milhões de dólares investidos irão por água abaixo", ressaltou.*
>
> *(IPS/ Envolverde).*

Mundialmente estas notícias de desemprego e fechamento de fábricas são mais e mais comuns.

11 A política de implantação deste e de outros "negócios"

As grandes negociatas são precedidas e justificadas mediante mirabolantes projetos midiáticos, e os das papeleiras não fogem à regra.

Chegaram com o "velho discurso novo" da "aptidão agrícola nunca antes percebida, a melhor alternativa para o desenvolvimento do sul do RS, com empregos, futuro promissor, milhões

em tributos, exportações, progresso pulsando"... É sempre o velho e surrado "agora vai"!

Uma das grandes mentiras deste projeto é chamá-lo de "florestamento", muito embora até profissionais o façam.

Abaixo reproduzimos uma Declaração dos profissionais e estudantes florestais As monoculturas de árvores não são florestas "Declaração dos profissionais e estudantes florestais".

Os que quiserem aderir

No mundo inteiro os governos estão promovendo, ativamente, a expansão em grande escala das monoculturas, apesar dos graves impactos socioambientais já constatados em plantações dessa natureza. Os que impulsionam esse modelo afirmam que as monoculturas são florestas, o que não é a realidade. As monoculturas não são florestas. Lamentavelmente, muitos de nossos colegas florestais apóiam esse modelo, e as nossas instituições de ensino continuam preparando novas gerações de profissionais florestais formados para perpetuar e ampliar esse modelo florestal que pretende ver florestas onde elas não existem.

É por isso que consideramos necessário afirmar publicamente que, não apenas as monoculturas não são florestas, mas também que tais plantações resultam ou resultaram na destruição das nossas florestas nativas e de outros ecossistemas igualmente valiosos.

No mundo inteiro, aqueles que conhecem melhor sobre este assunto são as comunidades locais, que sofrem diretamente com os impactos, tais como:

- perda da biodiversidade (alimentar, medicinal, calorífica, artesanal, potencial de construção, entre outros);

- alteração do ciclo hidrológico, que resulta na diminuição e esgotamento de fontes de água, como o aumento de inundações e deslizamentos;

- diminuição da produção de alimentos;

- degradação do solo;

- perda de culturas indígenas e tradicionais que dependem dos ecossistemas originais;

- conflitos com empresas florestais que ocupam terras indígenas e outras comunidades tradicionais;

- diminuição de fontes de emprego em zonas de tradição agropecuária;

- expulsão da população rural;

- perda da paisagem em locais turísticos.

Por esse motivo, os profissionais florestais que aspiram à conservação das florestas e que reconhecem os direitos básicos dos povos que ali habitam devem ficar ao lado daqueles que verdadeiramente defendem as florestas – as comunidades locais – além de se opor à expansão dessas monoculturas.

Queremos ressaltar que este processo não se iniciou hoje, tendo como ponto de partida o Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre. Naquela ocasião, um grupo de estudantes e profissionais, de vários países, acordou na necessidade de "outra formação florestal, relacionada com uma forma diferente de ver o mun-

do, na qual as florestas sejam vistas não apenas como madeira, mas como o que são: ecossistemas diversos de flora, fauna e povos da floresta". Como parte dessa linha de pensamento, os participantes se manifestaram claramente "contrários às implantações de extensas monoculturas ou plantações homogêneas de árvores".

Fazemos então um chamamento aos estudantes e profissionais florestais a aderir à presente declaração e a iniciar um processo, dentro e fora dos centros de ensino, que nos permita fazer o que neste momento pensamos que iríamos fazer ao entrar nesta profissão: defender as florestas e os povos que dependem das mesmas[15].

O que será que a **Storavotoaraensorantincruz** pode nos oferecer?

Primeiro devemos ter em conta que os centros decisórios de tais políticas encontram-se longe do RS e os planejamentos e encaminhamentos todos já foram tomados. Eles já estão na "fase dois", que é a implantação. Para eles, somos reles "agentes passivos" de um projeto que não se baseia na observância da lei, no respeito ao cidadão, no cuidado com a natureza e no respeito à tradição. Seu elemento motriz é um "rolo compressor" financeiro, comprando tudo e todos que podem.

Assim foi com vários lançamentos que revolucionaram o mercado.

O DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) foi um pesticida usado intensamente, surgido em 1874[16], que combatia os mosquitos que causavam a malária e o tifo. Foi apresentado como "*um benfeitor de toda a humanidade,... saudável e seguro,... que beneficia a in-*

---

[15] (http://www.wrm.org.uy/plantaciones/forestais.html)
[16] (http://sociologicalimages.blogspot.com/2008/02/ddt-is-good-for-me-e-e.html)

dústria, fazenda e lares". Foi retirado do mercado pelo sem número de mortes que ocasionou. Quem se lembra?

A indústria do tabaco já tem uma história longa e conhecida, sendo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) adverte que, continuada a atual tendência, haverá mais de um milhão de mortes no século XXI.

A Coca-Cola Zero e "*Diet*" são adoçadas com o químico Aspartame, da indústria Monsanto, e informações farmacológicas relacionam seu uso ao surgimento do Mal de Parkinson. Mas tomamos e damos aos nossos filhos sob o argumento de que "não engorda". Phill Angell, empregado da Monsanto afirmou: "*A Monsanto não deve dar a garantia do certificado de segurança de alimento biotecnológico. Nosso interesse é vender o tanto quanto for possível. Assumir a sua segurança é tarefa do Food and Drog Administration - FDA*" (New York Times, 25/10/98).

A indústria farmacêutica, que deveria produzir para salvar e qualificar vidas, está mais preocupada em tonificar os seus negócios. A "*Shering*" produziu um contraceptivo que ficou conhecido como a "pílula de farinha", o anticoncepcional Microvlar, que era, na realidade, farinha prensada e vendida em cartelas. Não contendo o hormônio que cobrava, foi condenada pelo Superior Tribunal de Justiça a pagar um milhão de Reais às grávidas enganadas. Defendeu-se com uma proposta de **ressarcimento**; assumiria o compromisso de restituir-lhes **o valor correspondente à cartela**!

Hoje a VCP vai até as escolas para dar presentes às crianças, explora estas imagens, e desenvolve "projetos humanitários", como restauro de bibliotecas e campanhas de alfabetização são hipocritamente alardeados.

Tem gente que acredita, mas é o lucro acima de tudo.

12 O que fazer?

Obviamente que não pretendemos indicar os caminhos que o RS, assim como outros estados que têm o mesmo projeto, devam

tomar. Mas não desenvolver algumas das atividades indicadas, já é um bom caminho.

O problema central deste tópico é que alguns dos responsáveis por fazer algo pelo RS, têm tido atitudes antagônicas aos interesses do Estado: executivo atua como parceiro das empresas; o judiciário vai de compadre; legislativo infiltrado pela "bancada da celulose".

Os projetos de interesse para o RS têm que surgir de propostas de governos pensadas em processos eleitorais, mas que, ao final, o eleito não atenda ao financiador, mas ao povo.

O modelo agrário brasileiro tem que deixar de ser "químico dependente" (inseticidas, pesticidas, agrotóxicos, herbicidas totais e fertilizantes importados) e os órgãos de pesquisa e desenvolvimento têm obrigação de desenvolver técnicas baratas, simples e eficazes para os agricultores.

Reportagem informa que o "*Brasil importa agrotóxico vetado no exterior*" (Folha, sábado, 23/08/08 – Cotidiano) e que, "*até julho, o país importou mais de 6.000 toneladas de substâncias que foram proibidas nos próprios países onde são produzidas*". Segundo informação da Organização Mundial de Saúde, esses produtos podem causar problemas no sistema nervoso, câncer e danos ao sistema reprodutivo. Mas, mesmo proibidos em toda a União Européia, aqui são aplicados na banana, feijão, algodão, amendoim, trigo, tomate, repolho, fumo, cenoura, batata, cacau, café, arroz, alho, soja, maçã, milho, pêra, pastagens, pêssego, couve, feijão, uva, entre outros.

Os "Conselhos" que liberam o plantio e uso indiscriminado de transgênicos (como é o caso do milho transgênico que foi proibido na França, mas liberado no Brasil) têm que ser composto por indivíduos que, além de dominar técnicas laboratoriais, também tenham um mínimo de cultura, para entender as conseqüências das suas atitudes. Não exigiríamos erudição, mas um nível de conhecimento geral e de responsabilidade social mínimos, que não colocasse em risco o nosso patrimônio genético, submetesse o homem do campo aos interesses das grandes corporações, entre outros.

Reconhecemos que a EMBRAPA de Pelotas e de Bagé (não cito as demais por não conhecê-las) desenvolvem excelente plano de atendimento e orientação aos pequenos agricultores, que devem ser estimulados e ampliados. Neste âmbito, recomendo a leitura dos capítulos dos pesquisadores Costa Gomes (Pelotas) e Marcos Borba (Bagé).

Embora não sejamos conhecedor profundo, pelo ainda pouco que estudamos, podemos perceber que o programa agrário brasileiro é colonialista cada vez mais dependente de iniciativas internacionais. Será o mesmo "eucalipto ou pau-brasil?"

A melhor coisa para fazer agora, neste instante, é dizer não a este projeto ilegal, desumano, insano e colonialista.

Caso esta árvore possa ser utilizada como madeira serrada para a indústria moveleira, construção de casas, então que seja utilizada pelos gaúchos. Pensar em exportação de matéria prima é um pensamento ultrapassado e beócio.

E a utilização como papel? Nós temos papel suficiente para o nosso consumo. Argumentar que o Brasil precisa exportar para atender às necessidades do mundo é argumento vassalo. As empresas ficam com o lucro, o "mundo" com o papel e nós com o prejuízo.

Quanto ao papel que já dispomos, devemos aprender como melhor utilizá-lo e reutilizá-lo, sem desperdícios. Dos jovens estudantes aos velhos professores devemos exigir bom senso, uso racional de caderno, blocos, folhas, evitando desperdícios. Muitos estudantes fazem cópias de cadernos inteiros só para "estudarem" para a prova da manhã seguinte, quando estudam; depois jogam fora. Professores copiam artigos que não lêem. A prática tão comum utilizada em informática de "imprime para ver como fica" deve acabar.

As embalagens devem ser melhores utilizadas, também evitando desperdícios. O comércio em geral, feiras livres, mas os supermercados em particular, entopem a população com sacolas plásticas, produzindo lixo numa velocidade e quantidade inconseqüentes.

Temos que retomar o hábito de sairmos com sacolas reutilizáveis, que é muito mais econômico e saudável.

O momento que vivemos é de grandes alterações, que irão nos exigir grandes adaptações, tanto mais cruéis e ferozes quanto maior for a nossa agressão ao meio ambiente.

Cabe a cada um de nós a melhora do coletivo.

Post Scriptum (PS)

Durante a redação deste capítulo, a imprensa noticia que 900 mulheres da Via Campesina, "invadiram" uma plantação de eucaliptos da Stora Enzo. Lembremo-nos que, como empresa estrangeira, ela não poderia comprar áreas que distassem menos de 150 km da fronteira. Pois é o caso da localização deste eucaliptal, plantado a 80 km do Uruguai.

Como a proposta do livro também é o registro do acontecimento histórico, reproduzimos algumas reportagens jornalísticas, fazendo uma sinopse das notícias. Caso a alguém tenha interesse, relacionamos a fonte para a sua busca.

"Mulheres da Via Campesina ocupam área ilegal da Stora Enso no RS[17]

Cerca de 900 mulheres da Via Campesina ocuparam a fazenda Tarumã, de 2.100 hectares, no município de Rosário do Sul, a aproximadamente 400 km de Porto Alegre, na manhã desta terça-feira (04/03), quando iniciaram o corte de eucaliptos e o plantio de árvores nativas em área que pertence à empresa sueco finlandesa Stora Enso. A transnacional estrangeira,

[17] <http://br.groups.yahoo.com/group/ProGTfpeapop/message/97;_ylc=X3oDMTJwY2hoNDF0BF9TAzk3NDkwNDM2BGdycElkAzIxMzU2NjI2BGdycHNwSWQDMjEzNzExNDMxNwRtc2dJZAM5NwRzZWMDZG1zZwRzbGsDdm1zZwRzdGltZQMxMjA0ODA2NDU3>

pela legislação brasileira (lei nª 6.634 de 1979; e o artigo 20, parágrafo 2 da Constituição Federal), não pode adquirir terras em uma faixa de 150 km da fronteira do Brasil com outros países. No entanto, a transnacional vem comprando dezenas de áreas no Rio Grande do Sul, próximo da fronteira com Uruguai onde a empresa também tem plantios.

A meta é formar uma base florestal de mais de 100 mil hectares e implantar fábricas na região.

Em nota distribuída à imprensa as mulheres declaram o seguinte: "Nossa ação é legítima. A Stora Enso é que é ilegal. Plantar esse deserto verde na faixa de fronteira é um crime contra a lei de nosso país, contra o bioma pampa e contra a soberania alimentar de nosso estado que está cada vez mais sem terra para produzir alimentos. Estamos arrancando o que ruim e plantando o que é bom para o meio ambiente e para o povo gaúcho".

Multinacional age ilegalmente.

A Stora Enso adquiriu as terras em nome da empresa Derflin, que é o braço da multinacional para produzir matérias-primas. Como a Derflin também é estrangeira não conseguiu legalizar as áreas. Por isso, a Stora Enso criou uma empresa laranja: a agropecuária Azenglever, de propriedade de dois brasileiros: João Fernando Borges e Otávio Pontes (diretor florestal e vice-presidente da Stora Enso para a América Latina, respectivamente). Eles são atualmente os maiores latifundiários do RS. Cerca de 50 fazendas, totalizando mais de 45 mil hectares, já estão registradas em nome da Agrope-

cuária Azenglever. Entre essas áreas, está a Tarumã, ocupada pelas mulheres camponesas. Há um inquérito na Polícia Federal responsável para investigar o crime, mas a empresa continua agindo livremente.

Zero Hora - Quarta-feira, 5/03/08, Manchete de capa

"Invasoras com face oculta

A exemplo de ações em março anteriores, movimento de agricultoras depreda plantio de eucaliptos da Stora Enso em Rosário do Sul. Pág. 27

Ronan Dannenberg

Depois de destruírem eucaliptos da empresa na Fazenda Tarumã, centenas de integrantes do movimento resistiram à ação de retirada da Brigada Militar, que usou balas de borracha e bombas de efeito moral.

A confusão não foi a primeira do dia. Outro incidente ocorreu às 11h, quando a BM tentou furar um bloqueio dos invasores. Policiais sacaram armas, e as mulheres ameaçaram revidar com golpes de foices e facões.

O protesto era contra o plantio de eucalipto, considerado ilegal pelo grupo, por estar na faixa de fronteira.

A empresa afirma que está com um processo de autorização no Conselho de Defesa Nacional para escrituração da propriedade localizada na área de fronteira. A medida é necessária porque Stora Enso é estrangeira. Como o

> *processo de autorização é demorado – e para evitar que a área ficasse sem registro -, as terras foram registradas em nome da empresa brasileira de capital nacional Azenglever, o que deve permanecer até o final do processo.*

Acompanha a notícia a foto de um confronto, onde um soldado segura uma foice e outro aponta uma arma para alguém encoberto.

Zero Hora - Quinta-feira, 6/03/08, Pág. 36

MST bloqueia oito rodovias gaúchas

> *Também houve manifestações no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, durante a entrega do Troféu Ana Terra, evento que contou com a presença da governadora Yeda Crusius.*
>
> *Uma mulher se levantou da platéia, expôs um dos seios e simulou amamentar um esqueleto de plástico. Aos gritos, dizia que o esqueleto simbolizava um bebê faminto. A mulher foi retirada do teatro para que o evento pudesse continuar.*
>
> *Yeda entregou o troféu Ana Terra para 24 mulheres como parte da programação do Dia Internacional da Mulher. Do lado de fora, manifestantes exibiam cartazes que hostilizavam a governadora, obrigada a usar a porta dos fundos para entrar no local.*

Entrevista / Cel. Paulo R. Mendes / Subcomandante Geral da BM

“Delinqüente é delinqüente”

“Zero Hora – Houve violência contra as mulheres da Via Campesina? De que tipo?

Paulo Roberto Mendes *– Não. Mas ninguém saiu com uma flor na mão. Tentamos conversar, mas não foi possível.*

ZH – Na retirada, segundo o movimento, pessoas ficaram feridas. Como isto aconteceu?

Mendes *– Não é do meu conhecimento. Sei que o meu pessoal ficou. Um PM foi atingido no braço, com golpe de foice.*

ZH – Qual o limite do uso da força policial para conter quem resiste à desocupação?

Mendes *– A atitude de quem está do outro lado. Trabalhamos com ação e reação.*

ZH – Foram usados pela BM os mesmos métodos para retirada de homens?

Mendes *– Delinqüente é tudo delinqüente”.*

Diário Popular - Quarta-feira, 5/03/08, Manchete de capa

Brigada retira mulheres de área da Stora Enso

A fazenda em Rosário do Sul foi invadido nem pela Via Campesina, para protes-

tar contra o plantio de eucalipto e redução da faixa de fronteira.

Página 18

Houve conflito no início da noite de ontem na Fazendo Tarumã, da Stora Enso, em Rosário do Sul, invadida por 500 mulheres ligadas à Via Campesina. A Brigada Militar admitiu o uso de balas de borracha e de bombas de efeito moral contra as manifestantes que resistiam à saída. Os policiais conseguiram conter o tumulto e a área foi desocupada. Como havia um interdito proibitório emitido previamente pela justiça, a Brigada Militar não dependia de uma nova ordem de reintegração de posse para desocupar a área.

"From: WRM - World Rainforest Movement wrm@wrm.org.uy - Date: 07/03/2008 12:15 - Subject: [gentewrm] Condenar repressão a mulheres da Via Campesina To: gentewrm@wrm.org.uy

Polícia brasileira reprime mulheres camponesas para defender plantações florestais da sueco-finlandesa Stora Enso

A sueco-finlandesa Stora Enso tem comprado e estabelecido plantações de eucalipto no Estado do Rio Grande do Sul, dentro da área fronteiriça com o Uruguai. Isso implica que empresa tem atuado ilegalmente, violando disposições legais que proíbem a aquisição de terras por estrangeiros em áreas de fronteira localizadas em uma faixa de 150 km do país limítrofe.

Para denunciar essa situação, 900 mulheres integrantes da Via Campesina ocuparam em 4 de março – no quadro da semana do Dia Internacional da Mulher - uma área de 2000 hectares da Stora Enso, localizada nessa faixa fronteiriça. O objetivo da ocupação era denunciar a apropriação ilegal de território brasileiro para o estabelecimento dos agronegócios e suas monoculturas e pela defesa da soberania alimentar.

Rapidamente chegou a resposta repressiva, que através de um contingente da Brigada Militar, que, obedecendo ordens da governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, não poupou pancadas, humilhações, destruição e até prisão. 800 mulheres foram detidas e separadas de seus filhos pequenos, os que foram obrigados a deitar-se no chão com as mãos na cabeça; mais de 50 mulheres estão feridas. Os acampamentos foram destruídos e as ferramentas de trabalho apreendidas.

A rapidez da reação do governo do Rio Grande em apoio à Stora Enso se explica em grande parte pelo fato de que a campanha eleitoral da atual governadora foi em parte financiada (conforme dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral), pelas empresas da celulose Aracruz, Votorantim e ... Stora Enso. Os favores se pagam, apesar de que isso implique repressão e criminalização de mulheres e crianças que lutam pela soberania alimentar presente e para as gerações futuras.

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais repudia a ação violenta do Estado em aliança com a Stora Enso e se solidariza com as mulheres da Via Campesina que, como elas

mesmas dizem, carregam com elas "a energia e a coragem de milhares de camponesas que no mundo inteiro lutam contra a mercantilização das riquezas naturais e da vida".

Convidamos os que quiserem expressar seu repúdio, para que enviem uma carta à governadora Yeda Crusius. Seu e-mail é: gabinete-governadora@gg.rs.gov.br. (segue modelo de carta para facilitar a ação).

Para expressar a solidariedade com as mulheres da Via Campesina, podem escrever para o seguinte e-mail: mstrs@mst.org.br"

Folha de São Paulo - Quarta-feira, 5/08/08, pág. A10 – Brasil)

Mais de 500 trabalhadoras rurais do movimento Via Campesina invadiram ontem a fazenda Tarumâ em Rosário do Sul (390 km de Porto Alegre), que pertence à empresa finlandesa Stora Enso.

Durante o dia, a PM cercou a fazenda e realizou a operação de retirada às 18h. Repórteres e fotógrafos foram retirados da área e ficaram a 11 km do local da invasão quando a operação foi feita. A polícia não soube justificar a medida. O subcomandante da Brigada Militar no Rio Grande do Sul, coronel Paulo Mendes, que coordenou a operação, confirmou que foram usadas bombas de efeito moral e balas de borracha. Cães e cavalos também foram utilizados na operação que contou com 50 policiais. O coronel não soube dizer se alguma manifestante sofreu ferimentos.

No "Outro lado" *A empresa diz que cumpre as leis do Brasil.*

Da agência Folha, em Rosário do Sul

A Stora Enso disse, por meio da assessoria de imprensa, que cumpre a legislação brasileira e que não cometeu irregularidades no país. A multinacional finlandesa nega que a empresa Azenglever seja laranja, como acusam os movimentos sociais e como suspeita o Ministério Público Federal.

Segundo a Stora Enso, a criação da Azenglever era necessária por uma "questão jurídica" e para viabilizar a compra de terras no Rio Grande do Sul.

"Folha de São Paulo - Quinta-feira, 6/08/08, pág. A8 – Brasil)

Retirada de sem-terra deixa no RS deixa 69 feridos

Gilmar Penteado

Número equivale a mais de 10% das manifestantes que invadiram a fazenda; ouvidor diz que ação da PM deve ser investigada

Sete grávidas e dez crianças estão entre as atendidas por hospitais da região; um oficial foi ferido e PM nega ter havido abuso em ação

Gilmar Penteado

....

Segundo o Hospital Santa Casa de Santana do Livramento, 58 mulheres (sete grávidas), e dez crianças foram atendidas com lesões causadas por balas de borracha, estilhaços de bomba, sabre (espada de cavalaria da PM e pisões de cavalos).

....

O coronel Mendes e o coronel Binsfeld negam o abuso. "Usamos todos os instrumentos não-letais previstos. Seria muito pior se usássemos armas de verdade", disse Binsfeld".

"Folha de São Paulo - Sexta-feira, 7/03/08, pág. A10 – Brasil - *PM não vai tolerar baderna do RS, diz coronel - Gilmar Penteado*

Acusado de truculento pela Via Campesina, o subcomandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, coronel Paulo Roberto Mendes, disse que a polícia não vai permitir "baderna" no Estado e que a imprensa não deve ter acesso a ações de retirada de invasores por medida de segurança.

"Queriam o quê, que entregássemos flores?", questionou ele.

Governadora tucana não fala sobre a violência do polícia".

Ao lado da reportagem existe uma foto de uma mulher, apresentando 42 marcas de ferimentos por balas de borracha ou estilhaço das mesmas.

"Papeleiras doaram mais de meio milhão de reais para a campanha da governadora Yeda Crusius[18]

07/03/2008 - Desertos Verdes

Papeleiras doaram mais de meio milhão de reais para a campanha da governadora Yeda Crusius.

Maraísa Talaska Porto mostrou no senado os ferimentos provocados pela Brigada Militar na desocupação da fazenda da Stora Enso, em Rosário do Sul. Segundo o MST, isso explica a pressa do Governo do Estado, que com a força da Brigada Militar desocupou a fazenda Tarumã, da Stora Enso, no mesmo dia em que ela foi invadida por 900 mulheres da Via Campesina, terça-feira, no RS.

Porto Alegre, RS - As três principais empresas de celulose em atuação no Rio Grande do Sul doaram juntas mais de meio milhão de reais para a campanha da então candidata Yeda Crusius ao Governo do Estado. Entre elas, a empresa finlandesa Stora Enso, acusada pelos Sem Terra e ambientalistas de comprar ilegalmente terras na faixa de fronteira para plantio de eucalipto.

Como foi proibida, sem justificativa, a permanência da imprensa no local, tendo sido os repórteres afastados 11 km do local do confronto, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul emitiu a seguinte "nota".

---

[18] www.ecoagencia.com.br/index.php?option=content&task=view&id=3061&Itemid=2

“Nota Oficial

Na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, o **Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul** denuncia o impedimento, por parte da Brigada Militar, do exercício profissional de **jornalistas** na cobertura da ocupação, pelas mulheres da Via Campesina, da Fazenda Tarumã, em **Rosário do Sul**. Repórteres fotográficos e cinematográficos foram impedidos de registrar a agressão sofrida por mulheres e crianças que estavam na manifestação, inclusive tendo equipamentos profissionais apreendidos. Outra **jornalista** foi retirada do local pelos policiais.

Vivemos em uma sociedade democrática de direito e não vamos aceitar as velhas práticas do período da ditadura militar. O Código de Ética dos **Jornalistas**, em seu artigo 2ª, inciso V, aponta que "a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à auto-censura são delitos contra a sociedade". O mesmo Código também identifica, no artigo 6ª, ser "dever do profissional opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão".

A Secretaria de Segurança do Estado deve explicações sobre esse fato não só aos jornalistas agredidos no seu direito de trabalhar, mas a toda a sociedade, que foi impedida de ser livremente informada. As constantes denúncias que chegam ao **Sindicato** revelam que ameaças aos **jornalistas** têm sido prática constante por parte da Brigada Militar.

O **Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS** está atento a esse tipo de comportamento e levará o caso à Federação de Periodistas da América Latina e Caribe que, já em sua Carta de **Lima**, Peru, de dezembro de 2007, exigia dos governos assumir a responsabilidade de garantir a todos os **jornalistas** o direito à vida, ao trabalho digno, à liberdade de expressão e o direito cidadão à informação.

*** Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS**

Publicado por Assessoria de Imprensa às 15:58"

Após esta análise, vê-se que o mesmo acontecimento em diferentes jornais, mostram notícias diferentes. O conteúdo informativo não é totalmente diverso, mas faz com que o leitor "navegue na corrente ideológica" do jornal, que não consegue esconder nem evitar de emitir a "notícia-opinião".

A forma bruta e truculenta como as mulheres foram retiradas do local é minimizada e até subtraída, não parecendo uma informação importante. Uma notícia que omite o uso de cavalos, cães, tiros, bombas e até sabres, tem a clara intenção de divulgar somente uma parte dos fatos, numa "notícia-opinião-sentença".

Também, e muito importante, é que dois jornais, que afirmam ter ampla circulação e até de serem formadores de opinião no RS, não citam que a própria imprensa foi proibida de trabalhar, repórteres tiveram material apreendido e foram retirados previamente à ação da BM e mantidos a 11 km do confronto. Ignoram a própria nota acima, emitida pelo Sindicato de Jornalistas do RS.

Outro registro é a "notícia-justificativa", explicando que com "*um interdito proibitório emitido previamente pela justiça, a Brigada Militar não dependia de uma nova ordem de reintegração de posse para desocupar a área".*

E aqui outra questão nodal; a justiça não precisa dar a ordem, mas soldados obedecem às ordens que recebem! Quem deu a ordem de desocupação? Foi o comandante que, sabedor da ocupação, tomou a iniciativa da ação, levando sua tropa e equipamentos. Ou foi ao local obedecendo ordens? A Brigada Militar recebe ordens do chefe de governo, que é a governadora!

É importante salientar que "interdito proibitório" não autoriza a pancadaria. Uma força policial, quando trava confronto com uma manifestação popular, deve estar bem treinada para, antes de tudo, ordenar tais manifestações, como também devidamente educada para saber como e quando usar adequadamente seu poderio de força, mas não o seu poder bélico. Ao retirar os repórteres da área, já antecipava claramente as suas intenções de brutalidade. Tra-

tar mulheres com bombas de efeito moral, balas de borracha, cães, cavalos, sabres é empregar força notadamente desproporcional.

Os que desejarem assistir um pouco do que foi o ato, podem acessar os endereços no rodapé[19].

Um último fato por demais escandaloso deve ser ressaltado; o uso de uma empresa "laranja" ser destaque de manchetes jornalísticas e a Stora Enso assumir publicamente. Jornais lançarem mãos da "notícia-justificativa" e, apoiando-a abertamente, esquecem os escândalos brasilienses da mesma técnica do uso de "laranjas", que eles exploram e condenam para vender suas edições. Nem a finlandesa Stora Enso nega o fato, pelo contrário, explica tergiversando, como desrespeita a Constituição Federal, e o **Ministério Público ainda investiga se a empresa burla as leis brasileiras.** E a **justiça (?) emite um interdito proibitório que salvaguarda os "direitos" de uma empresa estrangeira, que assumidamente faz transações comerciais que a Constituição Federal proíbe, enquanto brasileiras são expulsas do seu solo**.

Assim, mais uma vez, repete-se a praxe de chamar forças policiais para **restabelecer a ordem!**

Mas, que diabos de "ordem" estamos falando?

Se fosse a **ordem jurídica**, teriam feito o "massacre da serra elétrica" nas árvores, prendido quem desrespeita a Constituição Federal e Estadual, mas não sapecado as mulheres!

Se fosse a **ordenação social**, deveriam ter ajudado as mulheres a fixar raízes familiares na terra invadida financeiramente!

Se fossem restabelecer a **ordenação ecológica**, teriam arrancado a daninha plantação e protegido o bioma pampa!

Se fossem restabelecer a **ordem agronômica** teriam acudido o salinizado solo e ordenado a recomposição orgânica do mesmo.

Se fossem restabelecer a **ordem de prioridade** de uso do solo, teriam pensado na produção de alimentos.

---

[19] http://br.youtube.com/watch?v=4g5V0VzPf28 e http://br.youtube.com/watch?v=ZLu4QATtdJI

Se fossem preocupar-se com a **ordenação hídrica**, teriam socorrido os desidratados solos e os já parcos mananciais.

Mas, mesmo frente a tantas ordenações prioritárias e urgentes, a **ordem** imposta pela força de pancadaria é a **ordem econômica**. O resto é "bagunça"! Aquelas mulheres já tinham sido julgadas de antemão e consideradas culpadas, por um sistema judicial comprometido, que alberga interesses de alhures, mas não nacionais.

Que tempos estes em que os advogados aprendem a tergiversar na defesa de clientes que pagam bem, e juízes que aplicam os rigores e imposições da lei ao povo que deveria ser protegido, mas não têm a coragem de aplicar as mesmas exigências para os ricos e poderosos.

O solo pátrio não deveria servir de abrigo aos brasileiros?

Abaixo os sem-terra, baderneiros esfomeados; vida tranqüila às lavouras de eucalipto, protegidas pelo poder econômico!

Esta mulherada é de altíssima periculosidade. Vá que elas mostrem e convençam as pessoas que esta **ordem econômica** reinante é um privilégio para poucos! Vá que as pessoas percebam que estão sendo enganadas! Vá que este negócio de se revoltar contra a opressão tenha adeptos.

Um perigo!

Siglas

ADUFPel – Associação de docentes da Universidade Federal de Pelotas

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção Ambiental

ALM – Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

DAAD - Deustche Akademische Austauschdienst

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FDMS - Fundação Delfim Mendes da Silveira

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

GTC&T - Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

RIMA - Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

VCP -Votorantim Celulose e Papel

Althen Teixeira Filho

Médico Veterinário formado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Especialização e Mestrado em Anatomia Comparada dos Animais Domésticos na Universidade de São Paulo; Doutor em Anatomia Humana pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Pós-Doutorado em Anatomia na Medizinische Universität zu Lübeck, Alemanha; Bolsista do Deutche Akademische Austauschdienst (DAAD).

Presidente da Associação de Docentes da UFPel (ADUFPel) por duas gestões e coordenador do Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia (GTC&T) por três anos. (althen@ufpel.tche.br)

Os privilégios tributários do Deserto Verde

Rodrigo Vieira de Ávila

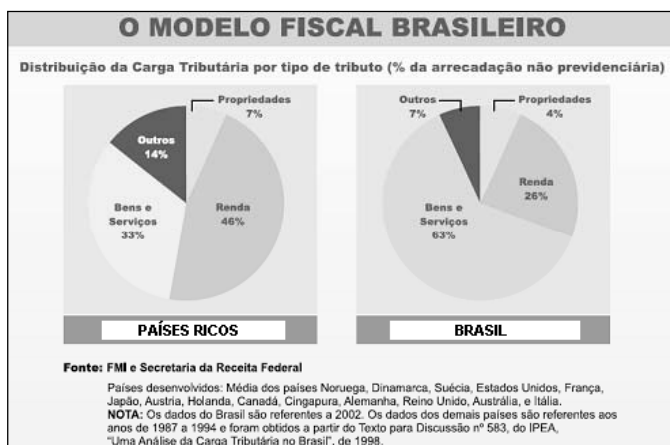
1 - Introdução

A atividade de produção de celulose causa sérios danos sociais e ambientais e, apesar disso, conta ainda com diversos privilégios tributários. Enquanto os trabalhadores e consumidores pagam pesados tributos, até mesmo sobre produtos essenciais à sobrevivência, os exportadores, em geral, se beneficiam de diversos privilégios tributários, que serão detalhados no decorrer deste capítulo.

Primeiramente, faremos uma análise da estrutura tributária no país, que penaliza os mais pobres, enquanto poupa os mais ricos e os exportadores. Posteriormente, analisaremos com maior profundidade quais são as isenções tributárias para os exportadores e para as grandes empresas em geral, as quais são usufruídas pelo setor de celulose.

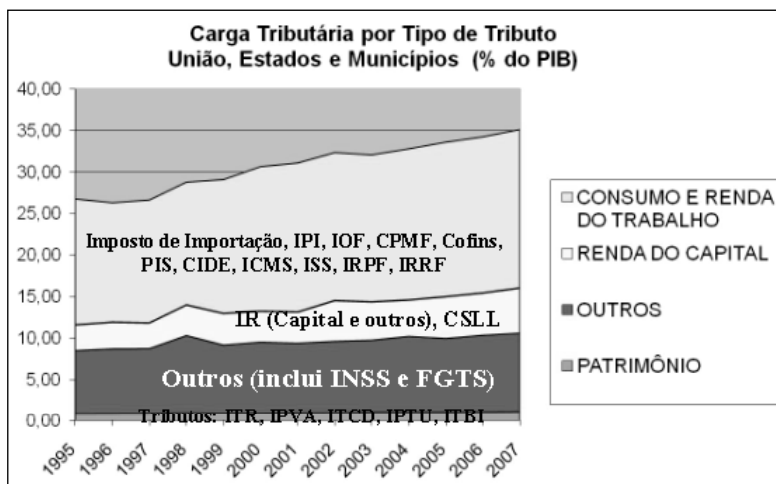
Após, será analisado o caso da instalação da empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP) no Rio Grande do Sul, e, por fim, são elencadas as propostas de alternativas para esta realidade.

2 - A injusta estrutura tributária brasileira

O Brasil é um país com grande concentração de renda e riqueza. Nos países ricos, há muito tempo este problema é minorado através do estabelecimento de tributos incidentes sobre a renda e propriedade, enquanto, paradoxalmente, no Brasil a tributação onera, preponderantemente, o consumo e o salário. As grandes rendas e riquezas não são suficientemente tributadas em nosso país, situação esta refletida no gráfico abaixo.

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

O gráfico abaixo também mostra que a maior parte dos tributos arrecadados no país incide sobre o consumo ou sobre a renda do trabalho, ou seja, onera principalmente os trabalhadores e consumidores de baixa renda. Este processo tem se intensificado a partir do final dos anos 90, quando o governo FHC fechou mais um acordo com o FMI, que impôs aumentos de tributos para o pagamento da dívida pública.

De 1995 a 2007, a parcela azul do gráfico a seguir (tributos sobre o consumo e sobre a renda do trabalho) aumentou 3,92% do PIB, enquanto os tributos sobre a renda do capital subiram apenas

2,33% do PIB. Observa-se que os tributos sobre o patrimônio ocupam parte insignificante no gráfico.

Fonte: Secretaria da Receita Federal, Banco Central, Confaz. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Obs: A carga tributária municipal de 2007 foi estimada, mantendo-se a carga de 2006.

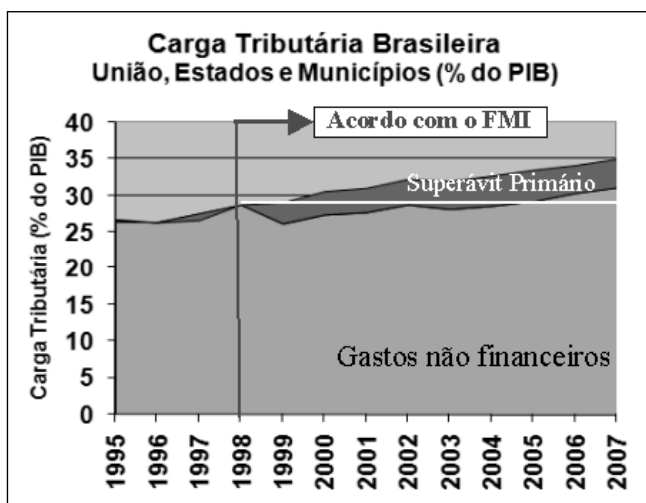
Considerou-se a nova série do PIB, divulgada pelo IBGE em março de 2007.

Esta estrutura tributária é extremamente injusta, uma vez que privilegia tributos incidentes sobre o faturamento ou valor agregado das empresas, que são automaticamente repassados aos preços. Já no caso dos tributos incidentes sobre a renda (lucro) ou patrimônio, estes serão compatíveis com a capacidade contributiva de cada empresa, e, portanto, terão menor propensão a serem repassados aos consumidores.

A adoção deste tipo de tributação exemplifica bem a opção que os sucessivos governos têm feito nos últimos anos: uma arrecadação fácil, em cima dos trabalhadores e consumidores mais pobres, que não têm como escapar da tributação. Enquanto isso, as fortunas, latifúndios e grandes rendas não são suficientemente tributados, uma vez que, para tanto, o Estado necessitaria fortalecer a

fiscalização e revogar as crescentes isenções e brechas legais que beneficiam os mais ricos.

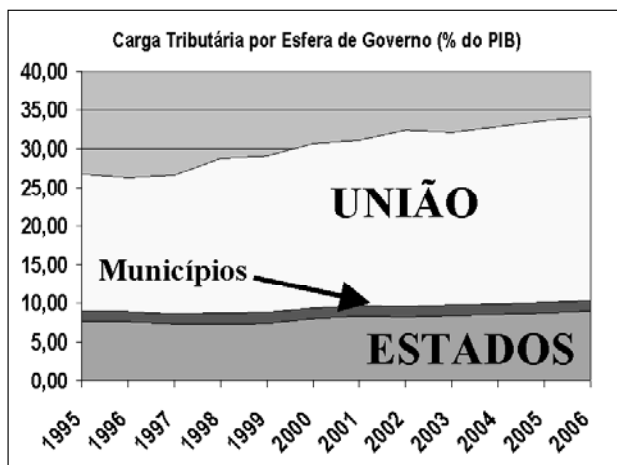
A carga tributária tem sido aumentada de modo a se obter os recursos para o pagamento da dívida. Isto pode ser identificado no gráfico abaixo. Verifica-se que a maior parte do aumento da carga tributária se deveu ao crescimento do superávit primário, após o Acordo com o FMI, em 1998.

Este aumento na carga – para pagar a dívida - se dá através do aprofundamento deste modelo de tributação injusto, e ocorre ao mesmo tempo em que se concedem grandes privilégios fiscais aos setores mais ricos, especialmente ao grande capital e aos exportadores.

Fonte: SRF, Banco Central, Confaz. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida
Considerou-se a nova série do PIB, divulgada pelo IBGE em março de 2007.

3 – A concentração das receitas na esfera federal

A necessidade de a União realizar superávit primário leva à concentração das receitas na esfera federal. Isto se deu através da instituição ou aumento das chamadas "contribuições", não reparti-

das com estados e municípios. Os eventos que mais concorreram para isso foram a criação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) em 1997, o aumento da alíquota da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) de 2% para 3% em 1998, a criação da COFINS-Importação em 2004, além da criação da CIDE, em 2002.

O gráfico a seguir mostra o resultado deste processo. A União cresceu sua fatia do bolo tributário em quase 6% do PIB, enquanto a participação dos estados e municípios permaneceu praticamente estagnada. Isto se deu também devido à Lei Kandir, de 1996, que isentou de ICMS as exportações de produtos primários e semi-elaborados, causando grande prejuízo aos estados e municípios, entes beneficiários deste imposto. O governo federal havia prometido ressarcir os entes federados deste prejuízo, porém, tais compensações foram muito inferiores às perdas.

Fonte: SRF, Banco Central, Confaz. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida
Considerou-se a nova série do PIB, divulgada pelo IBGE em março de 2007.

É bem verdade que a União repassa parte de sua arrecadação para os entes federados, através das transferências legais e vo-

luntárias. Porém, mesmo considerando tais transferências, a participação dos estados na receita disponível global se reduziu, de 27,59% em 1995 para 25,75% em 2005, enquanto a União cresceu sua fatia: 56,38% para 57,89% (Fonte: Secretaria da Receita Federal).

Também deve ser considerada neste cálculo a cobrança, pela União, de cerca de R$ 25 bilhões anuais referentes a juros e amortizações das dívidas dos estados e municípios, assumidas no final dos anos 90 pela esfera federal. Estas dívidas apresentaram crescimento enorme nas últimas duas décadas, devido à própria política de juros altíssimos estabelecidos pela esfera federal.

Além do mais, este repasse de recursos da União para os entes federados obriga estes últimos ao cumprimento de determinadas exigências, tais como as da Lei de Responsabilidade Fiscal (que limita os gastos sociais em favor do pagamento da dívida), ou mesmo a realização de políticas danosas, como as reformas da previdência. Isto também leva os estados e municípios a estarem sempre de "pires na mão" diante da União, para tentar obter, por exemplo, os parcos recursos da compensação da Lei Kandir.

4 – Isenção das exportações: o falso consenso

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores e consumidores são sujeitos a todas estas injustiças tributárias, tendo de pagar pesados tributos quando compram bens, até mesmo os essenciais à sobrevivência, os exportadores estão livres dos principais tributos.

Os exportadores são isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - estadual) e do ISS (Imposto sobre Serviços – municipal), sendo que ainda podem ser ressarcidos pelo que pagarem de todos estes tributos na compra de equipamentos e insumos para sua produção.

No caso específico da produção de celulose para exportação, as fábricas não pagam nem mesmo o ICMS sobre a energia elétrica utilizada. Ou seja, enquanto os consumidores residenciais pagam um ICMS altíssimo, as indústrias exportadoras de celulose, que consomem muita energia, não pagam nada.

Outro grande privilégio para estas empresas foi estabelecido pela Lei 9.249/1995, que concedeu generosas isenções fiscais ao grande capital, seja ele exportador ou não. O artigo 9° desta lei permitiu às empresas deduzirem de seus lucros – reduzindo, portanto, a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – o montante de juros que teriam pago caso todo o seu capital tivesse sido tomado emprestado. Tal dedução denomina-se "Dedução de Juros sobre Capital Próprio", e beneficia principalmente as grandes empresas capitalizadas.

O Artigo 10 da mesma Lei 9.249/1995 isentou de Imposto de Renda os lucros e dividendos distribuídos aos sócios, estejam eles no Brasil ou no exterior, ou seja, beneficiando também as transnacionais do setor de celulose.

Outro grande privilégio dos empresários do ramo agroindustrial brasileiro em geral é a atual sistemática do Imposto Territorial Rural (ITR). Atualmente, o ITR arrecada apenas cerca de R$ 400 milhões anuais no Brasil inteiro, o que é um valor muito baixo, equivalente, por exemplo, à arrecadação de IPTU de um bairro de São Paulo. Isto é inaceitável, em um país que possui uma das maiores concentrações de terra do mundo. Isto ocorre porque as alíquotas não são punitivas aos empresários que exercem atividades que causam danos ao meio ambiente como, por exemplo, o reflorestamento para a produção de celulose. Além do mais, não há fiscais suficientes para avaliarem o valor dos imóveis, que são declarados pelos contribuintes, e servem de base de cálculo para o imposto.

Ou seja: as empresas exportadoras de celulose não pagam IPI, PIS, COFINS nem ICMS, pagam muito pouco ITR, e quando apuram seu lucro, podem utilizar artifícios para reduzir o pagamento de IRPJ. E quando distribuem estes lucros aos sócios, estes não pagam nada de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), ao mesmo tempo em que o trabalhador assalariado paga um pesado IRPF, e os consumidores de baixa renda pagam todos estes tributos acima citados.

Somente a isenção de ICMS incidente sobre produtos exportados produz uma perda de receita de cerca de R$ 12 bilhões anuais aos estados, recursos estes que estão fazendo muita falta para

a complementação dos recursos para a saúde e educação públicas, funções também cumpridas em grande parte pela esfera estadual. Por outro lado, as principais empresas beneficiadas com esta isenção teriam plena capacidade de voltar a pagar este tributo, uma vez que têm sido beneficiadas com a explosão dos preços das *commodities* nos últimos anos. A título de exemplo, a Vale do Rio Doce, principal exportadora de minérios do Brasil, apresentou lucro recorde de R$ 20 bilhões em 2007, e teria, portanto, plena capacidade de arcar com o ICMS.

Atualmente, a isenção tributária sobre os produtos exportados é vista por muitos como um "consenso", e que nenhum país pode "exportar impostos", pois senão suas vendas externas "perderiam a competitividade". Porém, a realidade é bem diferente. Como os preços das *commoditties* são ditados pelo mercado internacional, e se encontram muito acima dos custos de produção do setor primário-exportador (que por isso apresenta lucratividade enorme), não há razão alguma para se alegar que a instituição de tributos sobre os produtos exportados tiraria a competitividade das empresas exportadoras.

A experiência de vários países também desmente este falso consenso em torno da isenção tributária das exportações. Dia 27 de dezembro de 2007, o governo chinês aumentou o imposto de exportação de diversos metais, de modo a desestimular as indústrias de uso intensivo de energias como carvão, cobre e alumínio. Enquanto isso, o Brasil está aprofundando um modelo primário-exportador, que depreda o meio ambiente e consome grande quantidade de energia.

Outros países também vêm implantando medidas que oneram a exportação, principalmente devido à atual crise dos alimentos, de modo a manter os produtos no país e assim reduzir os preços no mercado interno e evitar o desabastecimento. Ou seja: a instituição de tributos sobre as exportações é uma prerrogativa importantíssima dos governos, que desta forma podem, a partir da política tributária, garantir melhores condições econômicas, sociais e ambientais para o país. Enquanto isso, o governo brasileiro continua alegando que a isenção tributária das exportações é um dogma inquestionável.

5 - O caso da instalação da Votorantim Celulose e Papel (VCP) no Rio Grande do Sul

Um caso que exemplifica bem esta ausência de tributação sobre as grandes empresas de celulose é o da construção, prevista a partir de 2009, da fábrica da empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP) nos municípios de Rio Grande ou Arroio Grande, no estado do Rio Grande do Sul.

Como a fábrica será voltada para a exportação, não pagará nenhum dos tributos anteriormente citados, principalmente o ICMS. Por esta razão, o único benefício para a receita do município-sede da fábrica seria um aumento na parcela do ICMS do Estado, que é repartido aos municípios gaúchos. Atualmente, 25% do ICMS é distribuído aos municípios, de acordo com o valor adicionado de cada cidade. Com a instalação da fábrica no município, seu valor adicionado iria crescer e, portanto, a cidade teria direito a uma parcela maior do bolo de 25% do ICMS distribuído a todos os municípios. Porém, este bolo de ICMS geral do Estado irá permanecer o mesmo, pois a fábrica não paga ICMS. Na realidade, o que ocorreria seria apenas a redistribuição do ICMS já existente no estado, para o município-sede da fábrica, enquanto os demais municípios do RS perderiam.

Na tentativa de amenizar esta injustiça, a VCP estimulou que fosse realizado um acordo entre o governo do Estado e os municípios que sediariam a fábrica e as florestas (fornecedoras de matéria prima) no sentido de que este valor adicionado decorrente da instalação da fábrica pudesse ser dividido entre todos eles. Metade deste valor adicionado iria para o município-sede da fábrica, e a outra metade para os cerca de 30 municípios fornecedores de matéria-prima.

Este arranjo foi estimulado pela própria VCP, na tentativa de legitimar o projeto diante da sociedade e dos prefeitos da região, de modo a procurar difundir que a empresa gera benefícios aos municípios, ataca as desigualdades regionais, e quer evitar que os "benefícios" do projeto fiquem apenas com o município sede da empresa. Diversas reportagens foram publicadas na imprensa, di-

vulgando a distribuição dos ganhos dos municípios com a instalação da Votorantim Celulose e Papel (VCP), dando a entender que a VCP seria a promotora destes ganhos. Quando, na realidade, se trata, na verdade, de "cortesia com o chapéu alheio", ou seja, estes "benefícios" a estes municípios serão custeados não pela VCP, mas através da redução da receita de ICMS em todos os outros municípios gaúchos, que perderão participação no bolo de 25% do ICMS arrecadado pelo Estado.

6 – Alternativas

Diante dessa situação, é necessário lutar por justiça tributária, de modo a penalizar aqueles que acumulam grandes rendas e riquezas, especialmente aqueles que executam atividades econômicas danosas ao meio ambiente e à sociedade. É preciso revogar a isenção de tributos para os produtos exportados, principalmente aqueles primários e semi-elaborados, que tomam o espaço da agricultura familiar, produtora de alimentos para o mercado interno.

Esta situação torna-se ainda mais grave em meio à crise mundial dos alimentos, que coloca em xeque todo este modelo agrícola proveniente da Revolução Verde, de grandes monoculturas para exportação, e que utiliza pesados insumos agrícolas, geralmente importados e derivados do petróleo. Enquanto a estrutura tributária favorecer este tipo de atividade, continuaremos a ver as terras brasileiras sendo compradas por grandes empresas, muitas delas estrangeiras, com o objetivo de exportar. Enquanto isso, a segurança alimentar do país vai ficando cada vez mais frágil e dependente do especulativo mercado mundial de *commodities*.

É preciso também revogar as isenções aos lucros do grande capital, e reformular o ITR, com uma maior fiscalização e alíquotas punitivas para atividades danosas ao meio ambiente, como a monocultura e o deserto verde.

Por fim, é necessária uma mudança no modelo econômico implementado pelos sucessivos governos, que se utilizam das terras do país para produzir não alimentos, mas dólares, para cumprir

com os questionáveis compromissos com o exterior, principalmente a dívida pública, as remessas de lucros das transnacionais e a fuga de capitais especulativos para o exterior, em tempos de crise financeira global.

Rodrigo Vieira de Ávila

Economista da Auditoria Cidadã da Dívida / Rede Jubileu Sul Brasil. Mestre em Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA/UFRRJ. auditoriacidada@terra.com.br

Desertos verdes e latifúndios na história da campanha do Rio Grande do Sul.

Paulo A. Zarth

Os campos nativos do Rio Grande do Sul, que constituem a região da campanha no sul e parte do norte, têm como principal característica histórica a formação de latifúndios pastoris. Esta forma de ocupação do espaço é uma das origens de diversos problemas sociais, considerando a elevada concentração de terras e a forte exclusão social. Após a ocupação da região pelos europeus a partir do século 16, os povos indígenas que ocupavam estas terras foram gradativamente eliminados através de sucessivas guerras e por meio da sua incorporação na nova formação social implantada por portugueses e espanhóis. Deste modo, desapareceram os minuanos, os tapes, os charruas entre outros. Um marco histórico fundamental na trágica linha de tempo das sociedades indígenas é a guerra guaranítica de meados do século 18 com a destruição dos povos missioneiros e a morte do lendário Sepé Tiaraju, líder dos Guarani.

A destruição dos povos indígenas foi uma forma de limpeza dos campos, imposta para a formação de grandes estâncias de criação de gado controladas por portugueses ou espanhóis e seus descendentes. Ao longo do tempo, foi se consolidando um novo tipo de sociedade nos campos do Rio Grande do Sul composta por criadores de gado, que se utilizavam de trabalhadores escravos importados do continente africano e de peões remanescentes das tribos indígenas miscigenadas com europeus.

A apropriação dos campos com base em grandes propriedades foi logo percebida como um grande problema para as autoridades administrativas portuguesas. A alta concentração fundiária era um forte obstáculo do ponto de vista militar pela sua conseqüente densidade demográfica muito baixa e pela pouca produção agrícola, indispensável para o abastecimento das tropas militares nesta região marcada por guerras constantes pelo controle da bacia do rio da Prata.

Desertos

A palavra **deserto** que utilizamos hoje, junto com a palavra "verde", para designar as conseqüências da monocultura de eucaliptos nos campos da campanha e nos campos de cima da serra já foi utilizada no século 18, como metáfora para um território submetido aos interesses econômicos e políticos de grandes proprietários rurais, que preferiam usar a terra de forma extensiva, com pouca gente e muitos animais pastoreando em campos quase sem fim. A famosa frase do inglês Thomas Morus "as ovelhas comem os homens" poderia ser parafraseada no Rio Grande do Sul para "as vacas comem os homens".

Deserto foi a palavra utilizada no século 18 pelo coronel português Francisco João Roscio para retratar a realidade da ocupação dos campos riograndenses, na forma de imensos latifúndios. A visão do militar fazia sentido se considerarmos que os povos indígenas que havia poucas décadas antes circulavam livremente pela região, foram praticamente eliminados pelos exércitos ibéricos e o território apossado por poucos latifundiários, dando origem a um território de baixa densidade demográfica, sem gente para recrutar e sem alimentos para abastecer as tropas. O relatório de 1785 é bastante claro:

> "As terras fechadas ou terminadas entre as raias declaradas nesta relação, todas estão povoadas, **mas todas desertas**. Cada morador não se contenta com poucas léguas de terra, entendendo

> que todas lhe serão precisas, ainda, que só se servem de uma insignificante parte junto à sua cabana, e por isso, ainda que *toda a* **campanha está deserta,** todos os campos estão dados e tem senhorio." (grifo nosso)[20]

O relatório do coronel Roscio não é um documento isolado, pois confirma as preocupações do governador do território, José Custódio de Sá e Faria, que mandou publicar, em 1764, um Edital no qual denuncia alguns moradores com as seguintes palavras:

> "Chamam à posse de grandes porções de terrenos que não lhes toca, possuindo cada um o que quer segundo a sua vontade e ambição lhe dita, em grave prejuízo dos mais moradores que ainda que pobre seriam mais úteis ao serviço de S. M. e seus Reais Direitos se tivesse terra que lavrar"[21].

Além da preocupação estratégica e militar, as denúncias das autoridades do século 18 indicam o início da formação de camponeses sem-terra, "os que não possuem um palmo", no dizer do oficial Manoel Antônio de Magalhães, que denunciou em 1808 que:

> "[...] o abuso que há desta capitania de terem alguns moradores tomado três, quatro sesmarias com dez, doze e mais léguas de terras é prejudicialíssimo não só a S. A. R., mas aos povos em ge-

[20]ROSCIO, João Francisco. "Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro até o Distrito e Governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observações e notícias que alcancei nas Jornadas que fiz ao Dito Continente nos Annos de 1774 a 1775." In: CÉSAR, Guilhermino (org.) Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: URGS, 1981, p. 160

[21] Edital de 8-09-1764, do Governador J. C. S. Faria. Transcrito In: RÜDIGER, Sebalt. Colonização e Propriedade de Terras no Rio Grande do Sul. Século XVIII. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, SEC, 1965, p. 27.

> ral; ao mesmo tempo que há famílias que não possuem um palmo..."[22]

Antônio Gonçalves Chaves, conhecido proprietário de uma grande charqueada em Pelotas do século 19, não poupou palavras para denunciar as arbitrariedades ocorridas nos governos de Sebastião Xavier (1780-1801) e Paulo José da Silva Gama (1803-1810). Nesta época havia um forte incentivo do governo português no sentido de ocupar as terras conquistadas aos espanhóis, após a expulsão destes em 1777. Desta forma, muitos indivíduos com certas posses ocupavam campos, mas, posteriormente, o governo arbitrário dos comandantes militares tomava essas terras e distribuí-as em favor de outros, conforme Antônio G. Chaves denuncia: "Considerava em pouca coisa os direitos de primeira posse e dava suas informações ao Vice-Rei do Estado sempre favoráveis a seus validos e afilhados." A posse destas terras em favor dos afilhados incluía a expulsão das "famílias, gados e bens de qualquer natureza, por escoltas militares."[23]

Para disciplinar o acesso à terra, quando até então valia a vontade do mais forte, o novo governador D. Diogo de Souza mandou divulgar uma espécie de regulamento onde se refere explicitamente aos desmandos mencionados acima:

> "[...] sendo notórias as violências com que várias pessoas poderosas, de seu motu ou capeadas de despachos informes, tem expulsado de muitas terras os primeiros possuidores delas e sucessores destes, posto que houvessem sem título sólido; e sendo igualmente manifesto o escandaloso comércio que tem manejado, apropriando-se de di-

---

[22]MAGALHÃES, Manoel Antônio. "Almanaque da Villa de Porto Alegre, com Reflexões sobre o Estado da Capitania do Rio Grande do Sul (1808)." In: Revista do Instituto Histórico, Geográphico e Ethnográphico do Brasil. Tomo XXX, 1ª Parte, Vol. 34, Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1867, pp. 43-55.

[23] CHAVES, Antônio José Gonçalves. Memórias Economo-Políticas Sobre a Administração Pública do Brasil. Porto Alegre: Cia. União de Seguros, Coleção ERUS, 1978, p. 94. A edição original é da Typographia Nacional. Rio de Janeiro. 1822 (1ª, 2ª e 3ª memória) e 1823 (4ª Memória). A 5ª Memória foi publicada na Typographia de Silva Porto. Rio de Janeiro. 1823. Op. Cit. p.182.

> ferentes terras por aqueles ou diversos modos que a sagaz ambição lhes subministra"[24].

A forma de apropriação das terras no Rio Grande do Sul e seus efeitos sociais também impressionaram o famoso cientista francês Auguste de Saint-Hilaire. No seu diário de 6 de março de 1822 ele escreveu com indignação estas frases sobre o marechal Chagas:

> "Já passei por três estâncias que pertencem ao Marechal Chagas e, entre chácaras e estâncias, ele possui oito na Província das Missões. Avalia-se em 24 léguas a extensão de terreno que podem ocupar. Todas essas terras foram compradas, mas a preços muito baixos e, a se acreditar na voz do povo, foi o medo que, por mais de uma vez, obrigou os proprietários a vendê-las. Mas, admitindo-se que tal meio coercitivo não tenha jamais sido empregado, é preciso ainda convir que é escandaloso um comandante de província tornar-se, durante seu governo, possuidor de tamanha extensão de terras, ao passo que deixava seus administrados em total abandono. [...] Escandaloso, ainda, que seus empregados não contribuíssem para o serviço militar, enquanto pais de família, os mais úteis, eram arrancados por anos inteiros do convívio de seus lares, do cultivo de suas terras e criação de seu gado..."[25]

Deserto foi a palavra utilizada também em meados do século 19 pelo presidente da província, para denunciar a concentração de terras de um lado e a conseqüente existência de sem-terras de outro. Nesse caso já não é apenas por motivos militares e estratégicos, mas sim pela falta de uma agricultura que desse conta do abastecimento interno para superar os problemas de carestia e da falta

---

[24] Cf Chaves. Op. cit. pp 185/186.

[25] SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins livreiro. 2002. 4.a edição. p. 289. (tradução de Adroaldo Mesquita da Costa)

crônica de alimentos. Francisco José de Souza Soares de Andrea, no seu relatório de 1849, escreve claramente que

> "[...] um dos obstáculos que se em oposto nesta província ao desenvolvimento da agricultura é a existência de grandes fazendas, ou antes, de **grandes desertos**, cujos donos cuidando só e mal da criação tem o direito de repelir de seus campos as famílias desvalidas que não tem aonde se conservar em pé."[26]

As queixas de autoridades, de empresários e de viajantes fazem sentido se observarmos os dados estatísticos históricos que apontam para uma elevada concentração fundiária e baixa densidade demográfica. A população era muito pequena nos séculos 18 e 19 e a densidade demográfica baixíssima para os padrões atuais, mas, apesar disso, já começavam a aparecer pessoas com dificuldade de acesso à terra, revelando a alta concentração fundiária. Uma estatística de 1785 confirma essas denúncias contra o latifúndio. Segundo os dados, mais de 50% dos estabelecimentos recenseados possuíam área superior a 1.000 hectares e 37.5% possuíam área superior a 5.000 hectares. A tabela abaixo nos dá uma idéia mais detalhada sobre a estrutura agrária registrada em 1785:

Distribuição da propriedade territorial no RS – 1785

Área	Nº Estabelecimentos	%
Menos de 20	53	6,30
De 20 a 50	02	0,24
De 50 a 100	22	2,61
De 100 a 200	03	0,35
De 200 a 500	177	21,05
De 5000 a 1000	36	4,28
De 1000 a 5000	232	27,56

[26] Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ten.gen. Francisco José de Souza Soares Andrea. Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1ºde Junho de 1849. (Manuscrito. Museu da Assembléia Legislativa do RS).

De 5000 a 10000	143	17
De 10000 a 20000	151	17,05
Mais de 20000	22	2,61
TOTAIS	841	100

FONTE: Relação dos moradores que têm campos e animais no continente. Correspondência com os governadores do continente do Rio Grande. A.N., cod. 104, Vol. 6 e 7 In: SANTOS, Corcino Medeiros dos. Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul. Século XVIII. São Paulo: Nacional. Brasília: INL, Vol. 379, 1984, p. 54.

Em estudo recente, apresentado no programa de pós-graduação em História da UFRGS, Graciela Bonassa Garcia investigou os conflitos entre sem-terras e grandes proprietários que constam nos processos judiciais do século 19, no município de Alegrete. Os processos revelam a existência de sem-terras e suas dificuldades em instalar-se com suas famílias na imensidão dos campos daquele município.[27] As dificuldades impostas pelos proprietários era uma forma de forçá-los a se submeterem como peões baratos nas lidas da estância, quase como um favor do estancieiro. O mesmo estudo confirma com base em informações consistentes a presença de uma significativa população de pequenos criadores de gado, que representavam pelo menos 70% dos moradores na década de 1870. A autora conclui, com informações sólidas, que “ao lado dessa estrutura já conhecida de estâncias trabalhadas por peões, temos muito escravos e, acima de tudo, uma larga margem de homens livres pobres que, com seus pequenos rebanhos, delineavam uma estrutura agrária que não se resumia ao universo das grandes estâncias”.[28] Esta população sofria enormes dificuldades para se reproduzir diante dos latifúndios que ocupavam a maior parte das terras do município e cujos proprietários freqüentemente recorriam às autoridades para despejá-la de suas estâncias.

Por força da lei de terras de 1850, os donos de terras foram convocados para fazer o registro nas paróquias dos municípios, dando origem ao primeiro censo fundiário do país. Graciela Bonas-

---

[27] GARCIA, Graciela Bonassa. O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: dissertação de mestrado apresentada no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.
[28] GARCIA, op.cit. p. 178

sa Garcia, em sua análise do registro paroquial de terras de Alegrete, verificou que 99.2% da área do município estava concentrada em propriedades com mais de 1000 hectares. Se considerarmos os proprietários com mais de 5000 hectares estes possuíam 78,66 % das terras[29].

Uma análise do registro paroquial do município de Bagé de 1855, cujo território abrangia uma área significativa da região da campanha, nos dá uma idéia da concentração fundiária nesta região. Os dados do registro de terras indicam que mais de 90% da área indicada pertencia a proprietários com mais de 1000 hectares e 73,43 % com mais de 5000 hectares.

Registro Paroquial de terras de Bagé -1855

Hectares	Nº de registros	Área	% da área
1-50	41	644	0,09
51-100	13	972	0,13
101-500	43	9048	1,21
501-1000	8	4799	0,64
1001-5000	62	183807	24,50
5001-10000	30	211905	28,23
Mais de 10000	19	339193	45,20
Sem indicação	70	-	-
Total	286	750368	100

Fonte: Livros do registro paroquial de terras de Bagé 1855-56. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Saltando para meados do século 20, o geógrafo do IBGE, Nilo Bernardes, escreveu em seu estudo sobre a campanha que "o único sinal constante da ocupação são os aramados que recortam grandes glebas de pasto. De quando em vez se divisam as choupanas dos posteiros-peões que, com suas famílias, residem em pontos afastados cuidando dos pastos e dos animais"[30]. Ele não usou a palavra deserto, mas a descrição da paisagem remete para uma imagem desértica do ponto de vista social e demográfico.

[29] GARCIA, Graciela Bonassa. Op. cit. p. 90.

[30] BERNARDES, Nilo. BERNARDES, Nilo. Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. In: Boletim Geográfico IBGE. Rio de Janeiro: Nº.171. Novembro e Dezembro de 1962 e Nº.172 Janeiro e Fevereiro de 1963. Reeditado pela editora da UNIJUÍ e AGB, 1997. p 84

Com estas denúncias, que remontam aos séculos 18 e 19, queremos evidenciar que o problema do desenvolvimento econômico e social da campanha tem suas origens na forma de apropriação da terra. Não é por acaso e nem novidade que esta região é palco de sérios conflitos de luta pela terra nos dias de hoje. Trata-se de um problema anunciado e denunciado há muito tempo e ainda não resolvido.

População do Rio Grande do Sul

Ano	Livres	Escravos	Total	% escravos
1798	19.904	11.740	31.644	37,10 (1)
1802	23.751	12.970	36.721	35,32 (1)
1803	-	-	59.142	(2)
1814	50.045	| 20.611	70.656	29,17 (2)
1846	-	-	149.363	- (2)
1847	118.882	-	-	- (2)
1858	213.533	71.911	285.444	25,19 (2)
1859	211.667	70.880	282.547	25,08 (2)
1862	315.306	77.419	392.725	19,70 (2)
1872	367.022	67.791	434.813	15,56 (3)
1890	897.455	-	897.455	- (4)
1900	1.149.070	-	1.149.070	- (4)

FONTES: 1) Reflexões políticas [...] sobre o estado atual da capital do Rio Grande do Sul. Arquivo do IHGB, l. 43. doc. 9, Apud: Santos, Corcino M. Op. cit., p. 37 2) CAMARGO, A. Eleutherio de. Quadro Statístico da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.Typ. do Jornal do Commercio. 1868. p.75 e Apennso ao Quadro Statístico e Geográfico da Província de S. Pedro do RGS. 1868. AHRS. 3) Recenseamento da População do Império. Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. III, 145, 6, 11. 4) FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Op. Cit.

Reforma agrária: uma antiga proposta do século 19

Os documentos históricos não se limitam apenas a denúncias, pois também surgiram propostas de reforma agrária formuladas por pessoas influentes do ponto de vista político e econômico. Um exemplo importante é a proposta de José Bonifácio de Andra-

da e Silva, um dos principais mentores do processo de independência do país em 1822, que criticava o latifúndio, afirmando que este atrapalhava o desenvolvimento da agricultura. Para corrigir o problema, sugeriu que as sesmarias se limitassem a cerca de 1089 hectares, propondo, inclusive, o retorno das terras já doadas e não cultivadas para o domínio do governo. No lugar da gratuidade então vigente, José Bonifácio recomendava que as terras fossem vendidas e os recursos arrecadados destinados a promover a colonização das terras florestais com europeus pobres, índios, mulatos e negros foros, entregando-lhes gratuitamente terrenos para plantarem[31].

No Rio Grande do sul, uma proposta de reforma foi feita pelo empresário Antônio José Gonçalves Chaves. Em suas Memórias Ecônomo-Políticas de 1822/23, com sugestões para a administração pública do Brasil, propôs uma redistribuição da terra, na forma de pequenas propriedades, com o objetivo de incentivar a agricultura e melhorar a qualidade técnica da produção. O sistema em vigor, em sua opinião, era um verdadeiro absurdo. Chaves sugeriu a distribuição das terras devolutas aos lavradores sob lotes ou datas de 500 braças quadradas (121 hectares) e no caso de não existirem terras devolutas, o programa sugeria a desapropriação de parte das terras pela qual os beneficiados pagariam em prazos longos[32].

Com propostas baseadas em suas leituras do liberalismo europeu, Chaves era também contrário à escravidão, apesar de possuir vários cativos em sua charqueada em Pelotas. Mas não eram apenas suas idéias liberais que o posicionavam contra o escravismo; também lhe preocupava o perigo de uma rebelião negra tal qual ocorrera na Bahia, conforme lembra o autor. Considerava ainda que o escravo era o principal sustentáculo do latifúndio e que eliminá-lo era indispensável para viabilizar seu projeto de redistribuição de terras[33].

---

31 ANDRADA e SILVA, José Bonifácio de. In: Obras Científicas, Políticas e Sociais coligidas e reproduzidas por Edgar de Cerqueira Falcão. Vol. II. s.l., s.d., p. 100.

32 CHAVES, op.cit. p.99

33 CHAVES, Antônio José Gonçalves. Memórias Economo-Políticas Sobre a Administração Pública do Brasil. Porto Alegre: Cia. União de Seguros, Coleção ERUS, 1978, p. 94. A edição original é da Typographia Nacional. Rio de Janeiro. 1822 (1ª, 2ª e 3ª memória) e 1823 (4ª Memória). A 5ª Memória foi publicada na Typographia de Silva Porto. Rio de Janeiro. 1823.

Sucessivos governos do Rio Grande do Sul sugeriram e implantaram projetos de colonização com imigrantes europeus para constituir um grupo de pequenos agricultores que resolvesse os problemas ocasionados pelos latifúndios. No entanto, os grandes proprietários da campanha se negavam a admitir essa solução. Um exemplo que chama atenção é uma correspondência da câmara municipal de Bagé, ao governo da província, respondendo negativamente sobre a possibilidade de colonizar terra naquele município.

A correspondência com data 1847 informava ao governo que "crê esta câmara não haver lugares onde se possa estabelecer colônias, sem prejudicar os atuais habitantes..."[34] O mais notório nessa posição é que a população de Bagé naquele ano era de apenas 2.910 habitantes livres![35] Os dados de 1846 indicavam 2288 pessoas livres, 1208 escravos e 8 libertos.[36] Estas informações revelam claramente que os latifundiários não estavam dispostos em aceitar que alterassem a estrutura fundiária da campanha.

Acumulação de riquezas com o trabalho dos escravos

Esta elevada concentração de terras associada à baixa oferta de mão de obra livre exigia dos proprietários a utilização de trabalhadores escravos importados do continente africano. Os estudos recentes, realizados nos centros de pesquisa histórica, revelam que a grande estância riograndense, ainda que utilizasse algum trabalhador livre assalariado, sustentou-se no trabalho escravo. A seguir, apresentamos alguns indicadores da presença da escravidão no Rio Grande do Sul, pois esta forma de trabalho foi fundamental para a manutenção do latifúndio pastoril. Nos dados do gráfico abaixo, relativos a 1874, o Rio Grande aparece em terceiro lugar no *ranking* nacional, considerando a proporção de escravos na população.

---

[34]. Correspondência da Câmara Municipal de Bagé. 1847. Arquivo Histórico do RS (AHRS).
[35]. Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censo 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 61.
[36] Fundação de Economia e Estatística op. cit. p 59.

Províncias com maior proporção de população escrava - Brasil 1874

Província	Livres	Escravos	Total	% Escravos
RJ	456.850	301 352	758 202	39,7
ES	59 748	22 297	81 775	27,6
RS	364 002	98 450	462 452	21,3
MA	284 101	74 598	358 699	20,8
SP	680 742	174 622	855 364	20,4
SE	139 812	33 064	172 872	19,1
MG	1 642 449	311 304	1 953 753	15,9
BRASIL	8 220 620	1540 829	9 761 449	15,8

Fonte: Diretoria Geral de Estatística, Relatório e Trabalhos Estatísticos. Rio de Janeiro. 1875. pp. 46-62. Relatório do Ministério da Agricultura. 10 de Maio de 1883. p.10. In: CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 2. ed., p. 345

Os dados acima se referem ao conjunto das atividades econômicas tanto urbanas como rurais. Uma análise mais detalhada, com base nos inventários *post mortem* de diversos municípios, revela que em Bagé 64,2% dos estancieiros se valia do trabalho escravo para tocar as atividades das suas propriedades.

Escravos nos inventários *Post-Mortem* Rio Grande do Sul - 1811 – 1881

Município	Nº de inventários	Proprietários com escravos	%	Total de escravos	Média escravos
Bagé	28	18	64,2	89	4,9
Cruz Alta	95	34	35,7	168	4,9
Pelotas	37	23	62,1	200	8,6
Rio grande	63	39	61,9	279	7,1
Rio Pardo	32	26	81,2	216	8,3
São borja	19	10	52,6	47	4,7
S. Leopoldo	26	7	26,9	25	3,5
Total	300	157	52,3	1024	6,5

Fonte: Inventários post-mortem. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

No município de Alegrete, a maioria dos estancieiros possuía escravos em suas estâncias. De acordo com as pesquisas de Luís Augusto Farinatti, nos inventários *post mortem* entre 1831 e 1870,

a média de criadores que possuíam trabalhadores cativos oscilava entre 68% a 85% no período analisado. A tabela abaixo, organizada pelo autor, informa ainda que todos os grandes criadores, com mais de 2000 reses, utilizavam o trabalho escravo. A maior parte desses trabalhadores escravos é mencionada como "campeiros" e "roceiros", indicando que trabalhavam diretamente nas atividades pastoris ou nas roças para produção de alimentos para abastecer a estância[37].

Percentuais de criadores de gado que possuíam escravos

(Alegrete, 1831-1870)

	1831-1840	1841-1850	1851-60	1861-1870
mais de 2.000 reses	100%	100%	100%	100%
de 501 a 2.000	100%	100%	88,9%	83,3%
até 500 reses	60,0%	66,7%	80,6%	58,8%
TOTAL	85,7%	81,8%	84,7%	68,1%
Média de escravos por inventário	9	7	6	5

Fonte: 181 inventários *post mortem.* Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. 1831 a 1870. APRS. In: FARINATTI, Luís Augusto Ebling: Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. Março de 2007 (tese de doutorado). P. 317

Pouca gente e muito gado

A elevada concentração de terras na região da campanha, e, de um modo geral, nos municípios ligados à pecuária do Norte, constitui-se historicamente num grave problema social. A barreira do latifúndio pastoril deu origem à dicotomia campo de pasta-

37 FARINATTI, Luís Augusto Ebling: *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro.Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. Março de 2007 (tese de doutorado).p. 303.

gens/floresta como fenômeno importante no processo de ocupação e apropriação do solo e da formação da estrutura agrária do Rio Grande do Sul. Este tema foi objeto de um estudo clássico realizado em 1955 pelo geógrafo Nilo Bernardes. Em "Bases Geográficas do Povoamento no Estado do Rio Grande do Sul", Bernardes observou que "correlacionando-se estas diferenças de paisagem com as densidades demográficas, o resultado é chocante. Em poucos quilômetros, passa-se de uma área de 30 ou 40 habitantes por quilômetro quadrado para outra de 3 ou 5, por exemplo"[38].

Uma estatística com dados do ano 1900 revela com nitidez as diferenças demográficas entre os municípios de origem pastoril e os originados das colônias de imigrantes. Alguns municípios da campanha apresentavam índices 3,18 hab/km^2 em Santana do Livramento, 4,07 hab/km^2 em Bagé e 2,45 hab/km^2 em Alegrete, muito abaixo dos números de Caxias do Sul; 23,41 hab/km^2; de Santa Cruz do Sul, 11,64 hab/km^2 e de São Leopoldo 23,81 hab/km^2. Estes dados estatísticos revelam que a colonização resolveu com sucesso o problema da baixa densidade demográfica, reclamada durante décadas pelas autoridades locais.

Em 1950, de acordo com os dados organizados pelo geógrafo Nilo Bernardes, a zona da campanha possuía uma densidade demográfica média de apenas 3,08 habitantes por quilômetro quadrado; na região dos campos do nordeste (Vacaria, São Francisco de Paula e arredores) a densidade média era de 5,45 hab/km2 e nos campos das missões, 6,36 hab/km2. Nas regiões coloniais os índices subiam para mais de 20 hab/km2 na média e em alguns municípios alcançava mais de 60 hab/km2.[39] A conseqüência dessa forma de ocupação dos campos, era a expulsão dos excedentes vegetativos da população rural da campanha que "vai engrossar o contingente que se desloca constantemente para as cidades, originando graves problemas sociais"[40].

---

[38] BERNARDES, op. Cit. p.32
[39] BERNARDES, Op. cit. pp. 117/134
[40] BERNARDES, Op. cit. p. 85

Nilo Bernardes observou, ainda, que estas condições não estavam relacionadas com o relevo ou a presença de grandes rios ou com o clima, como é comum observar em outros locais do planeta. As diferentes paisagens culturais estavam delimitadas pela presença do campo nativo ou da floresta. O autor confirma estas afirmações com uma série de dados demográficos e da estrutura agrária, pelos quais se percebe nitidamente a baixa densidade das zonas de campo nativo em relação às áreas de florestas, estas, no caso, transformadas em colônias com pequenos estabelecimentos agrícolas. A concepção social do uso da terra era nitidamente diferente entre a campanha e a zona colonial:

> "[...] na vastidão daqueles campos, o espaço não se avalia em função dos habitantes que pode conter e sustentar. Não se diz como na zona agrícola: tantos hectares podem sustentar uma família de tantas pessoas. As áreas são referidas, antes de mais nada, tendo em vista sua possível lotação de cabeças de gado..."[41]

Agricultura na campanha

A pesquisa de Nilo Bernardes não deixou de observar a tendência de expansão da agricultura de trigo e arroz em algumas áreas da campanha. No entanto, estas culturas estavam muito longe do modelo ideal sugerido pelo autor, que consistia no consórcio entre pecuária e lavoura, através de um sistema intensivo de rotação de culturas, aproveitando o adubo orgânico fornecido pela pecuária.

> "[...] todos os viajantes que tem percorrido o sul do país pasmam-se com essa aberrante dualidade econômica e social. Para muitos, isto não apre-

[41] BERNARDES, op.cit. p 84.

> senta senão uma fase, transitória talvez, na evolução do povoamento. Subestimando a força dos fatores culturais e dos interesses imediatos em jogo, julgavam esses visitantes que tal anomalia não poderia subsistir por muito tempo"[42]

Na conclusão do seu estudo, o geógrafo afirma que "o que conduziu a permanência desta separação tão rígida das duas formas econômicas não foi a imposição dos fatores naturais, mas, sim, a persistência da tradição cultural"[43].

Observa-se nas palavras do geógrafo do IBGE uma concepção de uso do espaço agrário coerente com o pensamento geográfico da época, baseado no manejo adequado de recursos naturais fornecidos espontaneamente. Não se vislumbrava claramente ainda a vigorosa expansão da agricultura na forma de monocultura altamente mecanizada e uso de insumos químicos, como viria a ocorrer com a soja, por exemplo, que transcendeu a zona colonial e se instalou em áreas de campo nativo de Norte a Sul. Os resultados econômicos da monocultura capitalista gradativamente quebrariam a tradição cultural dos grandes estancieiros de gado.

Conclusão

A história da campanha riograndense e, de um modo geral, dos campos do Norte, é marcada fortemente pelo latifúndio pastoril que deu origem a graves problemas sociais e de desenvolvimento. Desde o início da ocupação, ou da invasão européia estabeleceu-se um grupo dominante que se apropriou de imensas áreas de campo, numa dimensão tão grande que impressionava autoridades militares, viajantes, cientistas, empresários e políticos, com lucidez suficiente para enxergar o absurdo de tal situação. **Deserto** foi a palavra utilizada em diversos textos históricos para designar o vazio demográfico originado pelos latifúndios da campanha que limitavam a ocupação de pessoas nesta área.

---

[42] BERNARDES, op.cit p. 90.
[43] BERNARDES, op.cit p 103.

Aos olhos de hoje, chega a ser estranho observar que num contexto de baixíssima densidade demográfica e imensa áreas de terras férteis existiam famílias de sem-terras e conflitos agrários pela posse da terra. Isto era possível porque as terras eram ocupadas por gado criado de forma extensiva, implicando na fórmula: quanto mais terra, mais animais no pasto nativo. Não se pode esquecer também a destruição dos povos indígenas de forma trágica e violenta, que foram varridos dos campos. Os que sobraram foram incorporados de forma subalterna como peões e agregados das estâncias.

Diante de propriedades imensas, impossíveis de serem administradas por uma só família de proprietários, recorreu-se ao trabalho escravo e à exploração do trabalho de peões e agregados, estes admitidos como moradores de favor em alguns cantos das estâncias.

A existência de pequenos criadores e agricultores que ocupavam pequena proporção do território da campanha revelam as dificuldades destas famílias em adquirir terras para sua reprodução. Destas, sairiam os peões que mais tarde substituiriam os escravos nas grandes estâncias pastoris. A oferta de mão-de-obra barata possibilitou a manutenção dos latifúndios.

A introdução de grandes lavouras de arroz em algumas áreas da campanha e outras culturas recentes não atenderam às propostas de reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar, socialmente mais justa para a sociedade brasileira.

Os desertos que agora chamamos de “verde” parecem que vão continuar com a introdução da monocultura de eucaliptos, que além de ocupar o espaço de famílias de sem-terras gerarão sérios problemas ambientais. O deserto verde de hoje tende a ser pior que o deserto denunciado pelos antigos governantes da província.

Paulo Afonso Zarth

É professor no curso de História e no curso de Mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. (Ijuí, RS). Mestre e Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Autor de diversos artigos especializados sobre história agrária e sobre ensino de história. Publicou pela editora da Unijuí os livros: História Agrária do Planalto Gaúcho - 1850/1920. (1997) e Do Arcaico ao Moderno-História do Rio Grande do Sul Rural do século XIX. (2002)

O meio ambiente, a legalidade e a ética desrespeitados

A pau e água

Antônio Libório Philomena

A ordem comercial

Jacques Attali (2008) é direto e fluido quando cronologicamente descreve a história da humanidade e os poderes dominantes que controlam as riquezas.

Ordem Ritual – autoridade religiosa

Ordem Imperial – autoridade militar

e a

Ordem Comercial – autoridade é a economia.

Nestas ordens se encaixam ideais teológicos, territoriais e individualistas, e as riquezas são gastas em sacrifícios, monumentos e em investimentos produtivos, respectivamente. No planeta ocorre a ação destes poderes dominantes em diferentes Ordens, mas de uma maneira sistemática onde "o senhor se torna escravo, o soldado substitui o sacerdote, o comerciante substitui o soldado" (ATTALI, 2008).

Não existe dúvida do que acontece agora no Rio Grande do Sul onde a Ordem Comercial se instalou e pode livre e solta aboca-

nhar as "riquezas escondidas", que são imensas, até na dita "Zona Sul, empobrecida, do Estado do Rio Grande do Sul".

Na Economia, um chavão é clássico: "There is no free lunch" ou seja, mesmo que esta Economia arcaica teime em dizer que este lado gaúcho seja "pobre", as empresas multinacionais vêm explorar o básico de sempre: terra e água. É tanta riqueza natural, que mesmo uma tecnologia ultrapassada (a indústria de celulose e papel) e ineficiente consegue os benefícios da Economia da Ordem Comercial. Nos países do terceiro mundo – os em desenvolvimento – isso acontece mais fácil, inclusive com a conivência de um sistema político pobre em idéias e ideais. As crises de ética, educação, segurança, saúde, emprego, moradia e de crescimento por que passam as regiões, terminam com qualquer filtro crítico sobre os empreendimentos "bilionários". Nem a justiça consegue segurar o filtro da precaução. A ordem Comercial não reconhece estes filtros "contra o crescimento" e além do mais, instituições não precisam ter ética ou moral. As propagandas ditas "verdes e sustentáveis" são exemplos atuais contundentes, inclusive com gaiteiros e violeiros apoiando o transformismo nativista. Um certo programa da mídia televisiva mostrava um quadro típico com a seguinte pergunta: "quem quer dinheiro?".

Em diferentes frentes, crescem críticas a esta Ordem Comercial. São gráficos, fotografias, charges, reportagens, reuniões e trabalhos, que teimam em dizer o que a Ordem Comercial não quer ouvir. Afinal, a mídia também deveria fazer parte dos filtros, mas convivem muito com opiniões e propagandas pagas. A maior parte dos repórteres é o que se alcunha de "repórter econômico" (sendo muitos deles oriundos do setor futebolístico!). Mas até aí a Ordem permite. Repórteres investigativos e/ou ecológicos, já mudam a permissão. Dá para se contar nos dedos!

O extrativismo insustentável

Mesmo sem conhecer os detalhes técnicos dos projetos, que são mantidos em segredo a sete chaves, existem dados suficientes para registrar os passivos socioambientais destes empreendimentos.

Na mídia abundam propagandas milionárias sobre as "coisas boas" dessas indústrias e o bonito papel delas até para o mundo.

E por que não se discutiram os problemas? Eles não existem? A falta de discussão já é um mau sinal e denuncia um caminho perigoso num país com alto nível de corrupção como o Brasil (72ª lugar de 180 países analisados pela ONG Transparência Internacional).

Por outro lado, o histórico da indústria papeleira no mundo é bem conhecido e não existe nada de novo tanto no setor florestal, como no industrial. Isto facilita uma síntese robusta dos passivos e da valoração ambiental, esta última, peça rara nos ultrapassados EIA/RIMAs, que tanto deixam a desejar.

Mesmo sendo uma atividade industrial arcaica, novos métodos científicos esmiúçam os potenciais de dano em nível micro, meso e macro dessas atividades. Também existem trabalhos ecológicos importantes nos países "de origem" das indústrias papeleiras: Suécia, Noruega e Finlândia (não é por acaso que a biodiversidade florestal desses países nórdicos é baixa). A necessidade de novas metodologias de análise e síntese do quadro atual dos países, que se relacionam comercialmente nesta era globalizada, é uma exigência vital, pois além da dinâmica intensa das modificações político-financeiras, uma visão diferençada se faz necessária pelos inadequados resultados expressos nos estudos econômicos cansativamente apresentados (em geral, quanto será aplicado e quantos empregos serão oferecidos – quase sempre dados inflados e sem comprovação transparente nenhuma).

No caso específico das indústrias papeleiras, a exploração agregada nas trocas comerciais entre Brasil e os três países nórdicos, citados acima, envolvem um quadro de transferência de riquezas maiores que o frágil sistema econômico possa identificar e/ou controlar. Não é novidade que alguns autores (entre eles a minha preferida, Hazel Henderson) já citem a economia como uma pseudo-ciência.

Para colocar, por exemplo, a Suécia em comparação contextual com o Brasil num plano ecológico-econômico, mas calculado com índices sistêmicos, baseado na eMergia (DOBERTY, ODUM e

NILSSON, 1992) chega-se à conclusão de que não existe um item que seja benéfico ao Brasil no negócio das papeleiras. A começar pelo Brasil ser mais rural que a Suécia e conseqüentemente ter mais energia solar por unidade monetária. Isso resulta num menor PIB e numa grande parte da economia baseada numa produção ambiental (que a economia tradicional não consegue valorar monetariamente). Assim, o Brasil tem uma unidade monetária que representa muito mais recursos. Nas trocas comerciais com países cuja unidade monetária é mantida por menos recursos, o Brasil fica em desvantagem. Isto significa que a Suécia, por exemplo, se beneficia das trocas de bens e serviços (mesmo pagando em dólares) com o Brasil.

Tabela1 – Índices sistêmicos calculados em emergia

País	% Recursos Naturais (emergia)	Emergia solar importada Emergia solar exportada	Emergia solar indivíduos	Densi-dade de potência solar
Suécia	34	1,35	30	62
Brasil	91	0,98	15	2

Fonte: Doherti et al., 1992.

Nesta Tabela 1, fica explícito que a Suécia utiliza apenas 34% dos seus recursos naturais (aqui computados o sol, o vento, a chuva, o solo e todos os outros parâmetros abióticos e bióticos dos ecossistemas suecos) na produção de bens e serviços. Como estratégia comercial ela explora os recursos naturais brasileiros que vêm agregados nos itens comerciais trocados (na pasta de papel, por exemplo) e ao mesmo tempo ela exporta apenas produtos acabados e os serviços humanos associados (mantendo o desemprego em baixa).

Já em 1988 a Suécia pagava 280 bilhões de Coroas Suecas pelos importados, mas faturava 304 bilhões nas exportações, compondo 9% de liquidez na balança monetária internacional. Assim a Suécia faturou na verdade 1,4 vezes, e não 9%, se calcularmos pela eMergia das importações pelas exportações. Estas diferenças reper-

cutem quando a análise é puramente econômica ou sistêmica (via eMergia).

A maior parte dos países industrializados (tidos como desenvolvidos) explora os recursos naturais abundantes e não monetarizados dos países rurais/naturais a tal ponto que a densidade da potência solar (emergia solar/m²/ano) é muito maior na Suécia do que no Brasil (vide última coluna da Tabela 1). Ou seja a transferência de natureza do Brasil e de outros países à Suécia é tão avassaladora, que por metro quadrado tem 30 vezes mais potência solar neste país nórdico (62,1E11SEJ/m²/ano) do que num país tropical como o Brasil (2,08 E11SEJ/m²/ano).

A eMergia, conceito desenvolvido por Howard T. Odum na década de 1980 computa os insumos diretos e indiretos, calculados desde o sol, que formam o ciclo de vida dos produtos e serviços. A unidade é o Joule Equivalente Solar (SEJ). Já na década de 1990, começou a surgir no Canadá uma metodologia também sistêmica, indexadora da sustentabilidade dos bens, serviços e países: a Pegada Ecológica (WACKERNAGEL and REES, 1996). A unidade desta nova metodologia é a área e por isso tem sido muito utilizada e útil.

É de interesse averiguar a Pegada Ecológica dos três países nórdicos em relação ao Brasil.

A Tabela 2 abaixo retrata a Pegada Ecológica *per capita* (quanto de natureza o indivíduo precisa para viver numa certa qualidade de vida), a biocapacidade por pessoa (quanto de natureza ainda tem para cada pessoa) e o *déficit* ou a reserva.

Tabela 2 - Demanda e Suprimento Ecológico nos Países

País	PE/ ***percapita*** (ha/ind)	Biocapacidade (haglobal/ind)	Diferenças (ha/ind)
Brasil	2,1	9,9	+7,8
Finlândia	7,6	12,0	+4,4
Suécia	6,1	9,6	+3,5
Noruega	5,8	6,8	+1,0

Fonte: WWF 2006.

Com a Pegada Ecológica, construída sobre uma matriz de consumo humano e sobre a produtividade natural, pode-se observar mais detalhadamente o perfil dos países. Notar que a Pegada Ecológica média planetária é de 2,23 hectares por pessoa, sendo a Pegada brasileira dentro da média, enquanto os três países nórdicos estão muito além. A Noruega inclusive já está com o consumo humano nacional chegando à capacidade limite dos ecossistemas noruegueses. Não seria surpresa se eles viessem ao Brasil ampliar a Pegada Ecológica deles. Assim eles podem preservar o pouco que resta do território norueguês e em contrapartida usar toda a biocapacidade do Brasil! Uma das provas interessantes desta estratégia é o consumo de água: a Noruega consome 1% enquanto a Suécia e a Finlândia 2%.

Considerações finais

A sinalização cada vez mais clara dos limites biofísicos do Planeta traz à tona um debate ético ambiental que tem resultado em novas análises diferençadas dos velhos problemas. Conceitos como eMergia e Pegada Ecológica se completam para melhor explicar os objetivos da nova justiça ambiental – trocas equalitárias para a manutenção da paz.

Literatura citada

ATTALI, J. *Uma breve história do futuro.* Novo Século. 2008. 223 p.

DOHERTI, S., ODUM, H. and NILLSON, P. 1992. Systems Analysis of the solar emergy basis for forest alternatives in Sweden. Swedish Univ. Agr. Sciences. 112 p.

WACKERNAGEL, M. and REES, W. *Our ecological footprint.* New Society Publishers. 1996. 160 p.

WWF. *Living Planet Report.* Global Footprint Network. WWF International.2006. 40 p.

Antônio Libório Philomena

Graduação - Oceanologia - Fundação Universidade do Rio Grande - FURG /RS (1971-1974) Especialização - Ecologia Humana -Universidade Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS /RS (1975-1976) Mestrado - Ciências Marinhas - Louisiana State University - LSU /Baton Rouge (USA) (1977-1979) Doutorado - Ecologia - University of Georgia - UGA /Athens (USA) (1984-1988). Professor Titular da FURG. alphilo@mikrus.com.br

Cultivando a flexibilização do Direito Ambiental, colhendo monoculturas: o Pampa em contraste com a monotonia

Antonio C. P. Soler
Eugênia A. Dias

O ordenamento jurídico ambiental brasileiro é considerado referência pelo tratamento protecionista dispensado à natureza[44], dado como avançado quando comparado a sistemas legais estrangeiros[45], geograficamente próximos ou mesmo distantes[46].

Tal aspecto legal foi consideravelmente incrementado pela Constituição Federal de 88 (CF/88), denominada por alguns autores[47] de Constituição Verde ou Ambientalista. Uma vez que a res-

---

[44] A concepção de natureza utilizada no presente artigo é mais ampla que o conceito de meio ambiente, previsto no inciso I, art. 3º, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei 6938/81: "conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;". A natureza é entendida como o "conjunto indissociável de relacionamentos dos sistemas vivos e não vivos entre si, em alusão ao conceito de Ecologia, cunhado pela primeira vez em 1866, por Ernest Haeckel, um darwinista alemão. Ele entendeu a Ecologia como sendo o estudo do inter-retro-relacionamento de todos os sistemas vivos e não vivos entre si e com o seu ambiente" (DIAS, 2008, p.14).

[45] Nota-se que a recente aprovada Constituição Boliviana confere direitos a seres vivos, e não somente aos animais humanos, como segue: "Artículo 33 - Las personas tienen derecho a un medio ambiente saludable, protegido y equilibrado. El ejercicio de este derecho debe permitir a los individuos y colectividades de las presentes y futuras generaciones, además de otros seres vivos, desarrollarse de manera normal y permanente" (http://abi.bo/coyuntura/asamblea/nueva_cpe_aprobada_en_grande_en_detalle_y_en_revision.pdf).

[46] Assim como a Bolívia, a França, em 2005, constitucionalizou a temática ambiental. (CANOTILHO; LEITE, 2007, p.62).

[47] É o caso de Jose Afonso da Silva (1994).

ponsabilidade civil objetiva, a criação de espaços territoriais protegidos, a vedação da prática de crueldade a animais, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), bem como o direito fundamental das pessoas ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, estão presentes no seu texto. Fazem companhia a tais institutos constitucionais, os Princípios Gerais da Atividade Econômica[48], dentre os quais destacamos:

> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
>
> VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental[49] dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (CF/88).

Atende, assim, ao Princípio do Desenvolvimento Sustentável, considerado formador do Direito Ambiental (DA) por parte da doutrina, apesar de que, em seu nome, paradoxalmente, tenham-se tomado decisões administrativas ilegais e inconstitucionais.

Parte desse título “verde jurídico” atribuído ao Brasil é conseqüência de um período histórico marcado por movimentos pacifistas e questionamentos da ordem estabelecida, notadamente em conexão direta com o estilo de vida consumista/urbano. Nesse momento da história do DA brasileiro, o governo federal claramente optou por uma política de desenvolvido alicerçada numa postura pró-industrialização e produtivista, ainda que isso resultasse em po-

---

[48] Título VII, Capítulo I, da CF/88.

[49] O conceito jurídico de impacto ambiental está expresso no artigo 1º, da Resolução 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), como segue: “Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais”.

luição[50] e/ou degradação ambiental[51]. Esse foi o posicionamento governamental revelado e assumido pela missão brasileira na I Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, no ano de 1972. A participação da comitiva brasileira nesta Conferência norteou-se por tentar cativar empresas estrangeiras a "investirem" em terras brasileiras. Nossos "diplomatas" usaram o fato da inexistência de leis ambientais rigorosas no Brasil como atrativo para os "investidores".

> As empresas que aqui se instalassem não teriam que se preocupar com gastos em equipamentos, sistemas ou pessoal especializado para evitar impactos ambientais negativos de sua atividade industrial, o que certamente lhe economizaria muitos dólares. Propagandeou-se, no exterior, a aceitação pelo Brasil da poluição industrial. Situação testemunhada ocularmente na Europa por Carlos Minc e relatada da seguinte forma: em "1974, quando eu estava exilado e estudava em Paris, vi estupefacto um out-door de propaganda do governo brasileiro convidando os investidores estrangeiros para virem poluir o Brasil, pois aqui não havia qualquer controle ou penalidade para a poluição. É de matar..." (SOLER, 1996, p.70).

A produção legislativa ambiental daí resultante, ainda que tutelasse os recursos naturais, cuja expressão preferimos abandonar e em seu lugar empregar "elementos naturais[52]", funda-se numa visão, para dizer o menos, repartida e reducionista de natureza, afas-

---

[50] Conforme a PNMA, o conceito jurídico de poluição é a "degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos" (art. 3º, III).
[51] Conforme a PNMA, o conceito jurídico de degradação é a "alteração adversa das características do meio ambiente" (art. 3º, II).
[52] Será usada a expressão elementos naturais ao contrário da usual "recursos naturais", por entender que esta última guarda valores economicistas, produtivista e antropocêntricos.

tada dos valores encontrados no conceito de Ecologia Profunda, apresentado em 1973, por Arne Naess. Segundo Dias (2008, p.51):

> O cerne da Ecologia Profunda ou *Deep Ecology* é a rejeição ao dualismo histórico entre animais humanos e Natureza, propondo uma relação baseada no ecocentrismo, que:
>
> [...] reconhece um valor intrínseco à natureza, no qual as preocupações dos seres humanos voltam para terra considerada como casa comum, numa visão sistêmica. Embora os seres humanos dependam do resto da natureza, são parte dela, inseparáveis, não estando em condições de superioridade. Assim a natureza tem um valor em si (MILARÉ; COIMBRA, 2004, p.16).

Estocolmo foi marcado pelo seu viés antropocêntrico, ou seja, considerou o homem grande e primeiro beneficiado de suas decisões e resultados, como podemos aduzir do Princípio 1, o qual transcrevo:

> O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesmo (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO, 1972).

Não poderia ser de outra forma. A política ambiental dos países vinculados a ONU, ainda que de maneira diversa, foi influenciada pelos debates e, principalmente, pelas decisões que aconteceram em Estocolmo, como é caso do Brasil, onde podemos encontrar já à época, sinais de tal retumbância no Poder Executivo e Legislativo. No entanto, em referência ao Judiciário, a influência de Estocolmo chegou tardiamente, se utilizarmos como paradigma os outros Poderes constitutivos do Estado e até setores não estatais, como o produtivista, nitidamente divergente e opositor às políticas das Organizações Não-Governamentais (ONGs) ecológicas, estas contemporâneas à Conferência da ONU de 72.

Assim é que, no ano seguinte à referida Conferência, o governo brasileiro criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior, através do Decreto 73030/73, "orientada para a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais"[53]. Conclui-se pela leitura de tal Decreto a sua manifesta opção pela instrumentalização da natureza, refletida na teoria conservacionista[54], a qual é "frequentemente tida como precursora do Desenvolvimento Sustentável" (DIAS, 2008, p. 41). A par da criação da SEMA, com o mesmo escopo de amenizar as críticas à postura conferencial referida, outras medidas foram adotadas pelo Executivo federal; evidente que proporcionalmente ínfimas em relação aos impactos ambientais resultantes de seu chamamento poluidor.

Já no espaço da produção legislativa, a visão antropocêntrica de natureza, presente na Conferência de 1972, foi recebida ("de braços abertos") pelo DA brasileiro e, assim, reproduzida em diversos diplomas legais. É o caso, por exemplo, da lei da PNMA. Tal diploma legal, considerada um marco no ordenamento legal nacional (SOLER, 1996, p. 72), no seu art. 2ª, dispôs:

> A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da

[53] Art. 1º, do Decreto 73030/73.

[54] Escola do pensamento ecológico que "surgiu nos EUA com a visão utilitária central de defender os princípios da era progressista, através do uso múltiplo da terra e da gestão científica, em um contexto de transformação da Natureza em mercadoria" (DIEGUES, 1996, p.29 *apud* DIAS, 2008, p. 41).

> qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Quanto ao judiciário, não cabem registros de mesma relevância ambiental que encontramos no Executivo e Legislativo. O mesmo pode dizer do setor produtivista, o qual, em tal período da ecologia política nacional, de forma absolutamente predominante, sequer aceitava ouvir sobre as externalidades ecológicas decorrentes de suas atividades capitalistas, quiçá, combatê-las. Atualmente, de forma diversa, o tema é encontrado no dia-a-dia dos negócios, majoritariamente motivada por interesses mais ligados ao *marketing*, à manutenção e à ampliação do lucro, do que por consciência ecológica ou solidariedade geracional[55] e intrageracional, prevista no art. 225, da CF/88.

Desde quando o termo Desenvolvimento Sustentável (DS) foi registrado mundialmente pela primeira vez, no documento intitulado Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland[56], em 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), as análises e propostas para modificar a relação destruidora da natureza pela sociedade passaram a ser dominadas por tal conceito, fomentado pela ONU, conquistando espaços governamentais, sendo assimilado e reproduzido pelas ONGs ecológicas e, posteriormente, pelas empresas.

Cabe aqui destacar que o conceito de DS[57] proposto pelo Relatório citado, consiste naquele desenvolvimento capaz de garan-

---

55 Solidariedade geracional refere-se ao compromisso das presentes gerações humanas para com as futuras.

56 Tinha como presidente a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlen Brundtland, daí a denominação do Relatório.

57 A Lei 6585/08, que institui o II Plano Diretor de Rio Grande, município localizado na área de influência das plantações de árvores, em seu art. 8º, adotou o seguinte: "para os fins deste Plano Diretor e da legislação pertinente, considera-se sustentabilidade o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações". Merece menção o conceito adotado pelo Programa Mar de Dentro (PMD), do governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS): "desenvolvimento ecologicamente sus-

tir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem também às suas, o qual foi constitucionalizado no ordenamento pátrio, como segue:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF/88, art. 225, *caput*).

Porém, o conceito de DS não é pacificamente aceito. Daqueles[58] que se juntam a uma corrente que o critica, emanam vozes alegando ser esse um conceito aberto, claramente antropocêntrico, de cunho economicista, uma vez que não divide a preocupação e cuidado para com as outras formas de vida, como é dispensada à humana. Ademais, argumentam ser explicitamente instrumental, pois o DS será aquele que atenderá as necessidades[59] humanas, necessidades essas alcançadas pela exploração, na maioria dos casos, aniquiladora da natureza.

Apesar da procedência de tais contestações, não há como ignorar que o DS ganhou maior relevância vinte anos após a Conferência de Estocolmo, no Rio de Janeiro, durante a ECO-92[60], e mantém-se quase que inabalado. Ele vem conquistando a ONU e os seus documentos, como a Declaração do Milênio, a seguir:

> Consideramos que determinados valores fundamentais são essenciais para as relações internaci-

---

tentável e socialmente justo, aquele entendido, minimamente, como capaz de gerar emprego, distribuir renda, preservar o ambiente (cultural e natural), construir um estado não autoritário, eficiente e com serviços de qualidade, garantir os direitos fundamentais das pessoas e promover a participação popular, despertando a consciência ecológica e o sentimento da solidariedade." (Governo do Estado do RS, 2000).

58 LEFF, 2001; CASTRI, 2002; DIAS, 2008, dentre outros.

59 Uma outra imprecisão é o conceito de "necessidade".

60 Oficialmente denominada de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD).

> onais no século XXI. Entre eles figuram: respeito pela natureza. É necessário actuar com prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as imensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os actuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações (ONU, 2000).

Contudo, a influência dos valores constitutivos do DS não se restringe à ONU e suas manifestações. Ela é verificada igualmente na gestão ambiental nas chamadas esferas pública e privada[61]. Não são raros os projetos e programas governamentais que o elegem como método e meta. Da mesma forma, não são poucas as empresas (grandes, pequenas e/ou médias) que o exaltam, o qual já auferiu a estatura do "politicamente correto" (SOLER, 2007).

Mesmo que o DS tenha ganhado (e ganhou) a inegável dimensão que adquiriu na vida dos animais humanos (e não humanos), a sua força não vai muito além da esfera teórica. Na maioria dos casos práticos não passa de um simulacro, o qual não corresponde com o discurso. Todavia, tal constatação não é facilmente verificada no local, assim como no plano planetário, apesar de suas conseqüências serem sentidas pela maioria da população humana da Terra[62]. Diversos mecanismos são utilizados na dissimulação da degradação ambiental e para a crença de que a economia mundial pratica o DS, reforçando o mito de que essa é a solução social e ambiental hegemonicamente para todos os ecossistemas e sistemas políticos do planeta, bem como para todas as culturas.

---

[61] Entendo que ambas se complementam.

[62] "Do total da população urbana do planeta, 76% são favelados em países pobres, como o Brasil. Número esse maior do que a população total dos países ricos (Canadá, EUA, Japão e europeus). E mais, 20 % da população mundial consome a maior parte da natureza (¾), sobrando apenas ¼ para os demais 80%. A degradação é proporcional ao consumo. Quem consome mais, degrada mais." (SOLER, 2007).

Nesse cenário, o sistema jurídico e as estruturas públicas de poder aparecem destacadamente entre aquelas capazes de organizar e assegurar tal crença, outorgando-lhe uma aparência de adequação e normalidade, mesmo quando lhe fogem, na essência e na prática.

Os avanços obtidos internacional e internamente no DA, mesmo que antropocêntricos e conservacionistas supra comprovados, contraditoriamente, não se equalizam com a prática econômica dominante, ainda que essa majoritariamente se diga perseguidora do DS -- uma barreira ao desenvolvimento. É assim que o DA tem sido encarado. E ele o é de fato, mas somente para os que ferem o interesse público e colaboram para ilicitude ambiental, ou seja, os poluidores e degradadores, estejam eles na esfera privada ou na pública. Daí decorre a social e ambientalmente inservível e velha defesa, quando não imposição, de um afastamento do Estado da atividade econômica e da administração pública ambiental, ou seja, flexibilizar ou até suprimir as regras ambientais, para que o mercado se "auto-regule", o que já sabemos, é um mito em agonia.

Diversos exemplos podem ser avocados como ilustração. No âmbito mundial, a postura dos Estados Unidos pelo não cumprimento do Protocolo de Kioto. No Brasil, o Projeto de Lei (PL) 3057[63], que propõe uma extinção dissimulada das áreas de preservação permanentes (APPs).

No bioma pampa[64], na metade sul do Rio Grande do Sul (RS)[65], o caso emblemático de flexibilização das normas ambien-

---

63 Está entre as propostas do Grupo de Trabalho de Direito Ambiental (GTDA) do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), coordenado pelo Centro de Estudos Ambientais: "Arquivar imediatamente o PL 3057/00, que altera a Lei de Parcelamento de Solos e pretende reduzir substancialmente a tutela jurídica das Áreas de Preservação Permanente (APP) e ameaça à permanência dos ocupantes de baixa renda em áreas compatíveis com a realização da dignidade da pessoa humana e a tutela jurídica ambiental." (FBOMS, 2008, p.64).

64 O pampa ocupa 17,6 milhões de hectares do RS, o que equivale à cerca de 60% de sua área total, sendo caracterizado por vegetação campestre. Somente 39% de sua área total é constituída por campos originais. "Estimativas recentes indicam que esta região é composta de pelo menos 3.000 plantas vasculares, com 450 espécies de gramíneas e 150 de leguminosas, além de 385 aves e 90 mamíferos *(Nabinger, 2007)*, sendo parte destas espécies chamadas endêmicas, pois só ocorrem neste ecossistema. É por isto que os campos pampeanos, na sua composição de flora e fauna, podem ser considerados tão importantes quanto uma floresta tropical, para a conservação da biodiversidade planetária." (NÚCLEO AMIGOS DA TERRA [NAT], 2007, p. 10).

65 O bioma pampa somente ocorre no Brasil Uruguai e Argentina.

tais[66], não só pelo seu alardeado "choque" na fracassada e injusta economia da região, ou pela sua já comprovada capacidade de remodelar a estrutura de poder governamental[67], mas, principalmente, pela sua ação transformadora da natureza, é o da atividade de monocultivo ou plantações de árvores, indevidamente chamada de florestamento e/ou reflorestamento pelos seus feitores e colaboradores. No pampa gaúcho[68], três mega-empresas[69] do setor da celulose e do papel (também chamadas de papeleiras) pretendem chegar, seja em áreas contínuas e/ou descontínuas, a marca de um milhão de hectares cobertos por plantações de árvores, agravadamente exóticas[70], nos termos publicamente anunciados.

Antes de ir adiante, cabe aqui advogar para o fim da confusão intencional (ou não) de conceitos envolvidos no debate sobre os Desertos Verdes (DV's), assim batizadas tais plantações de árvores pelas ONGs ecológicas[71] e movimentos sociais que alertam sobre as suas conseqüências negativas, nas dimensões social e ambiental[72].

A referida "confusão", no plano jurídico, se justificava pela ausência ou incompletude da definição legal de florestas, apesar do primeiro Código Florestal Brasileiro datar de 1934. Todavia, no plano da ecologia e ciências afins, o desconhecimento ou tal confusão, desde sempre, foi inaceitável.

---

[66] Importante ver a obra "Direito Ambiental, Proibição de Retrocesso" do professor da PUC-RS, Carlos Alberto Molinaro.

[67] [...] tanto na direção dos órgãos ambientais, uma vez que já houve troca de secretários de estado e dirigentes do segundo escalão, como nos regramentos que deles emanam. Nos últimos anos foram expedidas várias normas relativas à plantação de árvores, como a Portaria FEPAM 22/2005, Portaria FEPAM 68/06, a Portaria SEMA 09/07, a Portaria FEPAM 32/07, Portaria FEPAM 35/07, a Resolução do Conselho de Administração FEPAM 01/07 e a Portaria 55/07.

[68] Cabe ressaltar que, assim como o pampa gaúcho, o debate sobre os Desertos Verdes, e o seu inerente conflito, não se dá somente em solo brasileiro. Recentemente um desentendimento internacional entre a Argentina e o Uruguai foi produzido, quando da implantação de uma "papeleira" no Uruguai.

[69] Votorantim Celulose e Papel (VCP), Stora Enso e Aracruz.

[70] Eucaliptos, pinheiros e acácias.

[71] É o caso Centro de Estudos Ambientais (CEA), primeira ONG ecológica da região sul do RS (1983), que através de seus militantes e voluntários informam à coletividade sobre os impactos sociais e ecológicos dos DVs.

[72] As principais seriam: diminuição da biodiversidade pampeana e a alteração no ciclo da água, bem como drástica modificação da paisagem.

Com a entrada em vigência do Código Estadual de Meio Ambiente do RS (CEMA), a Lei Estadual 11520/00, essa lacuna legal se preencheu. Assim, conceitua floresta o inciso XXV, do art. 14 do CEMA: "associação de espécies vegetais arbóreas nos diversos estágios sucessionais, onde coexistem outras espécies da flora e da fauna, que variam em função das condições climáticas e ecológicas [...]".

As "florestas, as matas, constituem ecossistemas extremamente complexos. Cada qual é um sistema de plantas, animais e micro-organismos que interagem entre si e com os elementos inanimados de seu meio", ensina José Afonso da Silva (1994, p. 111).

Na esteira, lembra oportunamente Paulo de Bessa Antunes: "a matéria referente à preservação das florestas remete-nos para as graves questões da biodiversidade" (2000, p. 245). Ainda, [...] "as florestas tropicais cobrem 6% da superfície da Terra mas abrigam entre 50% a 80% das espécies terrestres de plantas e animais." (DIAMOND, 2006, pág. 299). Não encontramos essa diversidade nas plantações comerciais de árvores.

Nesse sentido, reflorestar é fazer a floresta novamente, na qual a biodiversidade é um elemento constitutivo fundamental, ecologicamente inafastável, incorporado no direito ambiental gaúcho positivado. Segundo o Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales (2008), a

> [...] diferencia del bosque, una plantación comercial a gran escala se compone de:
>
> - una o pocas especies de árboles (a menudo exóticos), plantados en bloques homogéneos de la misma edad
>
> - muy escasas especies de flora y fauna.

Contudo, os danos sociais e ecológicos apontados não são objetos de debate e esclarecimento adequado, quer seja no processo

de avaliação dos impactos ambientais, quer seja na ausência de publicização, cuja obrigação do Estado é garantir, via Audiências Públicas (APs) apropriadas; por exemplo, conforme orienta o Acesso à Informação Ambiental, outro princípio formador do DA. Nesse aspecto, tais mega-empresas e seus colaboradores lembram a comentada postura, da passada década de 1970, refratária ao aprofundamento do debate ecológico e social.

Ocorre com constância indesejada a ausência, previamente anunciada ou de última hora, dos empreendedores em eventos organizados pelas ONGs e movimentos sociais, para o esclarecimento do conflito. É bem verdade que por iniciativa de algumas dessas mega-empresas, deu-se início aos chamados Diálogos Florestais, que poderiam ser apropriadamente denominados de Monólogos Monoculturais, pois não asseguram uma participação eqüitativa das visões contrária e favorável às plantações de árvores. Cabe destacar que a representatividade ínfima de ONGs ecológicas que a ele aderem, o fazem sem anuência do respectivo coletivo[73], o que torna questionável sua legitimidade e duvidosa sua eficácia.

Justamente com o objetivo de identificar, avaliar, evitar, minimizar e/ou suprimir tais impactos ambientais e sociais, que podem ser de difícil aferição (e o são muitas vezes) e/ou dissimulados, é que o DA brasileiro instituiu algumas regras e mecanismos. Nesse conjunto, se destaca o licenciamento ambiental e a sua revisão, os quais são instrumentos juridicamente consagrados da PNMA[74], no plano doutrinário e legal, constituindo-se numa das mais eficazes formas de tutela ambiental ao alcance do Estado, abarcado pelo Princípio da Obrigatoriedade da Intervenção do Poder Público.

A propósito, ao comentar tal princípio, o Professor Paulo Afonso Leme Machado, cujas apresentações são desnecessárias, oportunamente lembra que "a Declaração do Rio de Janeiro/92, em seus 27 princípios, menciona pelo menos vinte vezes o termo 'Estados', dizendo no *Princípio 11*: 'Os Estados deverão promulgar leis

---

[73] É o caso da maioria absoluta das ONGs que integram a Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente do RS (APEDEMA-RS). Outro caso é o da Rede Mata Atlântica (RMA).
[74] É o que estabelece o inciso IV, art. 9º da PNMA.

eficazes sobre o meio ambiente'" (MACHADO, 2003, p.87). E complementa:

> Os Estados, tanto em nível interno, como internacional, em seu comportamento com relação ao meio ambiente, segundo a boa governança, estão vinculados aos princípios da sadia qualidade de vida, do acesso aos recursos ambientais, da precaução, da prevenção, da reparação, da informação e da participação. Dessa forma deve diminuir a esfera de discricionariedade estatal, não sendo os Estados absolutos perante o meio ambiente (MACHADO, 2003, p.92).

Ajudados pelos ensinamentos acima, podemos concluir que não cabe ao Estado se afastar dos conflitos e da gestão ambiental e, menos ainda, mitigar seu cuidado para com a natureza, distanciando ou até suprimindo as regras postas de proteção ambiental. Ferem os Princípios Constitucionais da Moralidade e da Legalidade[75] condutas estatais intencionais ou não, que resultam em favorecimentos indevidos de obras e atividades que não observam a norma ambiental. Ao contrário, o Estado pode e deve sim estar presente na defesa constitucional do ambiente ecologicamente equilibrado. Aqui a máxima neo-liberal, "menos Estado, mais mercado", definitivamente não cabe.

Por outro lado, o que deve ser combatido é a socialmente descontrolada discricionariedade do Estado na gestão ambiental, a qual quanto maior se manifesta, igualmente se engrandece a sujeição do interesse público ambiental aos interesses privados do capital, ou aos interesses corporativos do serviço público e à corrupção. Daí, não podemos nos deparar com outro produto que não seja o desvio de finalidade da gestão pública ambiental e, por fim, o afas-

---

[75] "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência" (Art. 37, da CF/88).

tamento da tutela jurídica da natureza, prevista em diplomas internacionais e nacionais[76].

O agir da administração pública de forma discricionária, e mesmo vinculada, se longe do acompanhamento dos colegiados ambientais, tem levado a exigências ambientais freqüentemente contestadas pelos empreendedores e, o que é pior, muitas inadequadas e/ou insuficientes para proteção ambiental, não só no plano federal e estadual, mas, e principalmente, nos casos da chamada municipalização do licenciamento ambiental[77].

É uma garantia maior e necessária de proteção ambiental, a presença do Estado no combate à exploração econômica e socialmente restrita da natureza e às suas conseqüências sociais e ecológicas negativas, desde que de forma vinculada e com acompanhamento pelos colegiados ambientais, em atendimento ao Princípio da Participação.

Destarte, salvo as exceções expressas em lei específica, inobstante ao disposto no mencionado art. 170 da CF/88, toda e qualquer obra e/ou atividade deve ser submetida a procedimentos públicos, nos quais se destacam as análises prévias dos impactos ambientais pelo órgão licenciador municipal, estadual e/ou federal, conforme as competências e atribuições legais, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Isso é o que estabelece a PNMA, em seu art. 10[78], plenamente recepcionado pela CF/88[79]:

---

[76] Vide o recente caso investigado pela Polícia Federal de Santa Cantarina, batizado de Moeda Verde, no qual resultou mais de cinqüenta indiciados, envolvendo funcionários públicos na liberação irregular de construções na Ilha de Florianópolis (http://www.ambienteja.info/2008/ver_cliente.asp?id=127861).

[77] O RS é o estado brasileiro que conta com o maior número de municípios, habilitados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente do RS (CONSEMA/RS), que realizam o licenciamento ambiental. Segundo a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM), totalizam 206 (http://www.fepam.rs.gov.br/central/licenc_munic.asp).

[78] Redação dada pela Lei 7804/89.

[79] Art. 225 da CF/88.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV – "exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade."

> A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis (PNMA, 1989).

Ademais, juntamente com as atividades relacionadas como dependentes de EPIA e do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA)[80], para pleito de licenciamento e (somente aí) posterior execução, como: estradas de rodagem; oleodutos; gasodutos; barragem; abertura de canais para navegação; transposição de bacias; aterros sanitários e distritos industriais. Encontramos a exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares, conforme a Resolução 001/86 do CONAMA; assim como os projetos agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 hectares ou menores, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental, conforme Resolução 11/86 CONAMA.

No caso, a plantação de árvores pode ser concomitantemente consideradas como "exploração econômica da madeira" e "projetos agropecuários", ou seja, pelo critério atividade o EPIA/RIMA é duplamente exigível para o posterior licenciamento ambiental e início da atividade.

Apesar de diplomas internacionais internalizados pelo Brasil e da CF/88 no inciso IV, parágrafo 1ª, do seu art. 225, textualmente estabelecer a obrigatoriedade do EPIA "para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente", não foi assim que se deu a implantação

[80] Artigo 2º, da Resolução CONAMA 01/86, alterada pela Resolução CONAMA 11/86.

da atividade de silvicultura ou de plantações de árvores no RS. Primeiramente o órgão licenciador (FEPAM) emitiu a licença ambiental[81] para depois "exigir" o Estudo de Impacto Ambiental[82], que evidentemente lhe retira a qualidade fundamental de anterioridade.

Não é diferente a imposição prevista na Constituição do Estado do RS[83] e no CEMA[84], assim como no ordenamento jurídico local de diversos municípios inseridos no bioma pampa. É o caso da Lei Orgânica Municipal (LOM) de Rio Grande, cujo inciso XVII, do parágrafo único, do art. 195, estabelece:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido.
>
> Parágrafo Único - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
>
> XVII- exigir, na forma da lei, de instituição oficial competente, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, bem como a realização de análise de risco em atividades já implantadas, a que se darão publicidade (LOM, 1990).

---

81 LO FEPAM N.° 3713/2005-DL, de 29 de julho de 2005.

82 Oficio/DIRTEC FEPAM 4571/2005, de 08 de dezembro de 2005.

83 Estabelece o inciso V, do parágrafo 1º, do art. 251 que o Estado deve: "exigir estudo de impacto ambiental com alternativas de localização, para a operação de obras ou atividades públicas ou privadas que possam causar degradação ou transformação no meio ambiente, dando a esse estudo a indispensável publicidade".

84 Diz o art. 71 da Lei Estadual 11520/00 (CEMA): "o licenciamento para a construção, instalação, ampliação, alteração e operação de empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados de significativo potencial de degradação ou poluição, dependerá da apresentação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), ao qual se dará publicidade, pelo órgão ambiental competente, garantida a realização de audiência pública, quando couber".

Em que pese não constar do Volume VI, intitulado "Prognóstico Ambiental – Legislação e Planos Governamentais", constitutivo do EIA/RIMA[85] da VCP, é também regra local do Município de Jaguarão, situado na Bacia Hidrográfica do Rio Jaguarão, área de influência direta do empreendimento analisado:

> Para instalação, construção, reconstrução, reforma, conversão, ampliação ou adaptação de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários ou de prestação de serviços, cujas atividades possam causar danos de qualquer natureza ao meio ambiente, é obrigatória a realização de estudo de impacto ambiental (EIA) anterior ao seu licenciamento pelo órgão competente, seguido de elaboração de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), quando exigido pela legislação federal ou estadual pertinente. (art. 10, da Lei Complementar 02/02, que institui o Código de Meio Ambiente e de Posturas).

Diante dos princípios formadores do DA, notadamente o da Prevenção e o da Precaução[86], e de tal conjunto de leis (federais, estaduais e municipais), incluídas a Constituição Federal e a Estadual do RS, que exigem o EPIA/RIMA quando da ocorrência de impacto ambiental significativo, parece não haver motivação e, menos ainda, fundamentação legal para o órgão ambiental assim não proceder diante da atividade agropecuária de plantação comercial de árvores, ainda mais quando se propõe a cobrir grandes extensões

---

[85] O EIA/RIMA da VCP é composto por seis volumes e doze tomos, assim divididos:
Volume I – Caracterização do Empreendimento: Tomo I – Sumário Executivo e Tomo II – Caracterização; Volume II – Diagnóstico Ambiental – Meio Físico: Tomo I – Meteorologia e Recursos Hídricos e Tomo II - Solos, Geologia, Geomorfologia e Aptidão Agrícola; Volume III – Diagnóstico Ambiental – Meio Biótico: Tomo I – Área de Influência Indireta e Tomo II – Área de Influência Direta; Volume IV – Diagnóstico Ambiental – Meio Antrópico: Tomo I – Sócio-Economia e Tomo II – Arqueologia e Antropologia; Volume V – Avaliação de Impactos: Tomo I Prognóstico Ambiental – Qualitativo, Tomo II - Prognóstico Ambiental – Quantitativo e Tomo III – Programas Ambientais e Conclusão e; Volume VI – Legislação Aplicável e Planos Governamentais.

[86] Princípio 15 da Declaração do Rio (ECO-92): "Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis par prevenir a degradação ambiental".

de terras e em áreas que guardam relevância e fragilidade ecológica[87].

Abusa da discricionariedade e, portanto, age de forma ilegal o órgão ambiental licenciador que deixa de exigir EPIA/RIMA quando o mesmo é devido e, em tese, o servidor público responsável que assim procede por ação ou omissão, pratica crime contra a Administração Pública Ambiental, previsto no art. 67, da Lei 9605/98[88] (Lei de Crimes Ambientais). Como a ação penal é pública incondicionada, cabe ao Ministério Público (MP) Estadual ou Federal propô-la, conforme a competência[89]. Conseqüentemente, estará a cargo do Poder Judiciário decidir e, dessa forma, coibir os crimes ambientais, criando jurisprudência sobre tal conduta delituosa, a qual a bibliografia, até o presente, não localizou registro (FREITAS; FREITAS, 2006, p.255). Tal constatação pode levar à conclusão da indesejada ineficácia da norma penal ambiental, entre outros fatores, pela incapacidade do Poder Público em implementá-la, garantindo a impunidade daqueles que atentam contra um direito fundamental e contra a natureza.

Outrossim, é de causar surpresa, quando da leitura do trecho do EIA/RIMA VCP (tardio, portanto intempestivo) citado, ao descrever o seu objetivo, a seguir:

> O objetivo deste estudo foi mostrar a viabilidade ambiental do empreendimento, por meio da caracterização do projeto, conhecimento e análise da situação atual das áreas passíveis de sofrerem modificações devido à sua implantação e operação – as denominadas áreas de influência – para o posterior estudo comparativo entre a situação

[87] Recentemente o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Instrução Normativa 6/08, reconheceu mais quinze espécies da flora nativa do pampa ameaçadas de extinção. A isso se somam 250 espécies de animais ameaçados de extinção, sendo que, pelo menos “26 delas, estão diretamente relacionadas com a expansão das áreas com plantações de árvores sobre os campos” (NÚCLEO AMIGOS DA TERRA [NAT], 2007).

[88] “Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público: Pena - detenção, de um a três anos, e multa.” (Art. 67).

[89] Será definida conforme o órgão ambiental licenciador: se federal, estadual ou municipal.

> atual e a situação futura. (EIA VCP, VOLUME VI – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E PLANOS GOVERNAMENTAIS, 2006).

Ora, o objetivo da avaliação do impacto ambiental não é demonstrar "a viabilidade ambiental do empreendimento", embora esta possa ser uma das conclusões possíveis e, admitamos, também pode ser a meta do empreendedor, ocorre que muito melhor localizada num panfleto institucional, do que num EPIA/RIMA. Em oposição, não cabe tal objetivo ao Poder Público, salvo se conduta se desprende dos Princípios da Legalidade e da Moralidade. Não podemos olvidar que, tanto um como outro, tem o constitucional dever de defender e preservar o ambiente para as presentes e futuras gerações (art. 225, da CF/88).

O EPIA/RIMA, antes de tudo, deve atender aos citados Princípios do DA, da Prevenção e da Precaução, ou seja, seu grande valor para o equilíbrio ecológico e para a qualidade de vida de todos é identificar os impactos negativos do empreendimento para que sejam tomadas medidas devidas, visando evitá-los. Tem um caráter antecipatório ao dano, ou a potencialidade do mesmo. Não é outra a posição da doutrina ambiental brasileira. Ensina Paulo Affonso Leme Machado que a '"legislação brasileira, como a legislação da maioria dos países, consagrou o EIA, como instrumento, por excelência, da prevenção da degradação ambiental" (MACHADO, 2003, p.252).

O atual Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antonio Herman V. Benjamin, e o Ex-Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Édis Milaré, esclarecem:

> O objetivo central do estudo de impacto ambiental é simples: evitar que um projeto (obra ou atividade), justificável sob o prisma econômico ou em relação aos interesses imediatos do seu proponente, se revele posteriormente nefasto, ou catastrófico para o meio ambiente. (MILARÉ; BENJAMIN, 1993, p.13)

O objetivo expresso no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da VCP (tardio), não está contemplado entre aqueles previstos nos diplomas legais atinentes à matéria e desvia a função do instituto jurídico do EPIA/RIMA em avaliar os impactos, sem parcialidade e pré-julgamento ambiental. Ao fazer dessa forma, o mesmo carrega um vício material (conteúdo) insanável, por que tal antecipação orienta todo o Estudo e a sua conclusão.

O EPIA/RIMA é realizado por consultoria diretamente contratada pelo empreendedor, possibilidade inadequada e temerária da lei brasileira e criticada pela doutrina. Não é uma ilegalidade, mas sem dúvida está no universo da imoralidade.

Os autores imediatamente citados acima lembram que:

> [...] a contratação de elaboração de um estudo de impacto ambiental estabelece de imediato, um forte vínculo de dependência econômica e jurídica entre contratante e contratada [...] se tem noticiado a existência de contratos com cláusulas exoneratórias de pagamento das despesas com EIA/RIMA em caso de não aceitação do projeto pelo órgão de controle ambiental! (MILARÉ; BENJAMIN, 1993, p.39).

Um EPIA/RIMA realizado em desacordo com a lei ou não realizado quando devido, poderá tornar o licenciamento dele decorrente nulo.

O licenciamento ambiental é, antes de tudo, um procedimento administrativo público, no qual o Poder Público deve tratar de cuidar do interesse difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tanto, a realização do EPIA/RIMA anterior ao empreendimento, e seu conteúdo tecnicamente qualificado e independente são condições irrefutáveis para aplicabilidade dos princípios e das leis ambientais.

A publicidade é outra imposição constitucional essencial para validade do procedimento de licenciamento. Aqui não cabe uma publicidade meramente formal, mas sim, material, o que não

vem acontecendo, seja com relação à elaboração, discussão e aprovação (sem restrições às empresas papeleiras) do Zoneamento Ambiental da Silvicultura no RS (ZAS), seja atinente ao EIA da VCP (tardio).

O respeito ao Princípio da Publicidade pressupõe que a administração pública ambiental estadual deva remover as dificuldades e barreiras ilegais de acesso às informações e dados, disponibilizando-as à coletividade para que quando de eventos públicos, o debate possa ser o mais esclarecedor e proveitoso para a tutela ambiental.

O cerceamento ao acesso às informações sobre o processo de elaboração do ZAS (e do próprio documento), inclusive no CONSEMA/RS, ainda que tenham sido realizadas "Audiências Públicas" (APs) sobre tal instrumento de gestão, revelou uma democracia ambiental formal, que valoriza mais as atas e editais, do que os debates públicos.

Diversos interessados em participar de tais APs não lograram êxito pelo impedimento injustificado de acesso aos locais das mesmas, mesmo que o espaço físico assim permitisse. Não seria exagero afirmar que destoaram as "barreiras" humanas de policiais militares, desproporcional ao evento, as quais impediam a entrada de pessoas, conforme critérios, segundo a própria polícia, estabelecidos pelos organizadores das APs.

A respeito, cabe citar Cíntia Barenho[90], da ONG CEA ao comentar que um dos locais de realização de tais "APs" não contou com sua capacidade total de público e que as portas do recinto foram

> (...) fechadas durante a audiência pública, sendo abertas apenas quando grande parte da multidão já havia deixado o teatro. Fatos dessa natureza comprometem o exercício da cidadania e a legalidade da AP, pois a mesma deve ter seu acesso franco a qualquer um do povo

[90] Bióloga, pela UFPEL e mestre em educação ambiental pela FURG.

(http://www.sisflor.org.br/noticia/MostraNoticia.
asp?par=323).

Nesse caso, a FEPAM alegou que, por motivos de segurança, embora não tenha esclarecido quais, cerca de 200 pessoas não puderam ingressar ao teatro.

O CEA também relata a ocorrência de privilégios a algumas pessoas para o acesso a AP, como não entrar em fila e não apresentar identificação, exigência do órgão licenciador, passando à frente de quem aguardava pela ordem de chegada. Ordem essa também alterada nas falas dos inscritos (http://www.sisflor.org.br/noticia/MostraNoticia.asp?par=323).

Aqui cabe referenciar o limitado tempo para a manifestação e a necessidade de anterioridade de inscrição[91] nas AP do ZAS, o que tolhe a espontaneidade e oportunidade do debate. Merece relembrar que a exigência de tal anterioridade não foi a mesma para o EIA/RIMA da VCP.

O formato de tais APs favoreceu uma posição política sobre a plantação de árvores, o que impediu um debate público adequado sobre o tema, tornando esse processo, no mínimo, viciado. Grupos favoráveis ao empreendimento, abusaram do poder econômico e da proximidade política com o governo do estado do RS, ocupando fisicamente os espaços das APs, impedindo o debate ecológico jurídico aprofundado e reduzindo a questão ao aspecto econômico desenvolvimentista, longe do conceito de DS já abordado. O governo não se comportou como Estado diante da desigualdade e do favorecimento indevido de uma visão no debate. Exemplo disso foi a organização da AP, notadamente a composição da mesa de abertura, onde foram garantidas manifestações a representantes de governos comprometidos anterior e publicamente com as plantações comerciais de árvores, sem espaço para a representação da coletividade de ONGs e de colegiados ambientais.

---

[91] Portaria FEPAM 33/07 "Art. 14 - Qualquer pessoa poderá, durante 3 (três) minutos e oralmente, tecer manifestações à proposta de Zoneamento Ambiental da Silvicultura, mediante inscrição prévia, na Secretária da Audiência Pública, facultado a FEPAM, se desejar, pronunciar-se sobre as manifestações orais. § 1º – Não serão permitidos a cedência de tempo, apartes e nem "questões de ordem" em qualquer etapa da Audiência Pública".

Não estaria aí um vício formal e material do debate público acerca do monocultivo de árvores no RS?

Ademais, a atual tendência do Poder Público licenciador, é de se afastar dos princípios do DA, como lá na década de 70 já o fez. A diferença principal é que naquela época não tínhamos o ordenamento jurídico ambiental que hoje está em vigência, e o Estado de Direito havia sido suprimido.

O empenho em liberar licenças ambientais pode reduzir o órgão licenciador a um mero despachante ambiental. Tal empenho não se equipara ao despendido na prévia avaliação administrativa e legalmente imposta dos impactos dessas atividades no ambiente, fato corroborado quando analisamos os atos expedidos acerca da matéria, como é o caso da Portaria FEPAM 32/2007, que dispõe sobre procedimentos para o licenciamento da atividade de silvicultura no RS. Através deste regramento, o órgão licenciador criou uma Força Tarefa[92] para o exame exclusivo dos pedidos de licenciamento para atividades de silvicultura, optando expressamente pela velocidade da análise, em detrimento da qualidade e, porque não, da legalidade, como dispõe o seu art. 2ª, a seguir: "*Para fins de rápido encaminhamento* dos pedidos já protocolados e ainda não licenciados, serão adotadas as seguintes providências [...]" (destaque nosso).

Um outro indicativo de tratamento diferenciado é o Balcão com a Federação das Indústrias do Estado do RS (FIERGS), que segundo a FEPAM consiste em:

> [...] qualificar as empresas e profissionais que atuam na área e permitir que os processos sejam abertos com a documentação necessária e conteúdo técnico adequado, *diminuindo o tempo de*

92 Expressão, não só, porém largamente utilizado em operações militares, onde, sabe-se, a vida não é o mais importante.

tramitação dos processos administrativos[93] (destaque nosso).

Novamente o tempo e o empreendedor aparecem como maior preocupação. Em contrapartida, não há nenhuma iniciativa semelhante junto à coletividade, para discutir o combate à degradação ambiental no RS ou forma de aplicabilidade da lei protetora da natureza. Bem ao contrário, as ONGs têm recebido impedimentos e exclusões[94], forçando uma relação com o governo do RS diante dos juízes estaduais e federais, os quais, notadamente em primeira instância, têm garantido o espaço de participação das ONGs na gestão ambiental, que antes se dava nos colegiados ambientais e nas APs.

Dessa forma, compartilhamos com o alerta do mestre Paulo Affonso Leme Machado, quando afirma que "com astutos golpes desferidos, a prevenção dos danos ambientais no Brasil vai gradativamente ficando ineficaz, até aniquilar-se" (MACHADO, 2003, p.254).

Fato inquestionável é que o processo de licenciamento ambiental e implantação da atividade de monocultura de árvores foi e é marcado por controvérsias técnicas.

Também esculpem tal processo de licenciamento questionamentos e lides jurídicas e profundas, que buscam atacar os efeitos de atos públicos de duvidosa legalidade e constitucionalidade, bem como críticas quanto à sua validade econômica, social.

Precisamos avançar para além do EPIA/RIMA apresentado pelo empreendedor, para também algo próximo a uma espécie de "contra-estudo" de impacto ambiental, no qual o contraditório possa ser considerado e o debate sobre os impactos ambientais aprofundado, com a realização de APs no início do processo de licenciamento. Ou seja, garantir à coletividade espaço semelhante ao já garantido ao empreendedor, que desde o início do processo adminis-

---

93 http://www.sema.rs.gov.br/sema/jsp/descnoticias.jsp?ITEM=1406&TIPO=1.

94 A propósito tramita Ação Civil Pública (ACP) proposta pelas ONGs ecológicas, na Justiça Estadual.

trativo de licenciamento participa da sua construção e condução. A construção da sustentabilidade é coletiva[95].

É imprescindível retirar o órgão licenciador da atual função predominante, e quase que exclusiva, de facilitador veloz de empreendimentos, para uma função que não seja só pró-economia, mas também pró-ecologia, tendo a participação equânime na gestão ambiental como lastro.

Ao finalizar, mesmo que sobre o bioma pampa pairem riscos e ameaças ilegais ao seu equilíbrio ecológico, é possível preservá-lo e garantir uma vida saudável aos seus habitantes. O DA nos fornece parte desses instrumentos.

Por reconhecer seu significativo valor ecológico, não só para o RS e Brasil, como para o planeta, é que o Comitê Brasileiro da Reserva da Biosfera (COBRAMAB)[96] aprovou proposta da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera[97], a ser levada ao referendo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no sentido de, igualmente à Mata Atlântica e ao Pantanal, o bioma pampa ser considerado patrimônio da humanidade, outorgando-lhe o título internacional de Reserva da Biosfera. Com tal reconhecimento, um novo regime jurídico recairá sobre o pampa gaúcho, agregando-se às normas já existentes.

Todavia, cabe lembrar que:

> A tutela jurídica de um determinado espaço territorial, como é o caso, não muda a realidade. A lei é um instrumento que precisa ser manejado pela coletividade e pelo Poder Público (Executivo, Legislativo e Judiciário), o que tem sido muito difícil nesses tempos atuais de flexibilização do Direito Ambiental. A tutela do Pampa (ou parte dele) como Reserva da Biosfera (RB) é um acontecimento que contraria essa lógica dominante de

95 A propósito, o CEA usa a seguinte máxima: "O coletivo pela sustentabilidade".

96 Em reunião realizada no MMA, em Brasília, no dia 28.08.08.

97 Resultado dos trabalhos iniciados em 2006 e aprovados em 2007, pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera (CN-RBMA).

> descuido ambiental, na qual o mercado é o deus (SOLER, 2008)[98].

Patrimônio ou não da humanidade, o pampa não apresenta áreas protegidas na proporção de sua diversidade de seres vivos, elementos abióticos, e da sua relevância ecológica própria, capazes de assegurar proteção à sua paisagem. Talvez a figueira possa melhor sintetizar esse fato. Culturalmente identificada com o gaúcho, silhueta típica da paisagem do pampa, é ao mesmo tempo guardiã de uma relação ecológica diversa, em contraste com a monotonia econômica, social e ecológica das monoculturas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2000.

BARENHO, Cíntia; RAMPAZZO, Luiz. **Desertos Verdes e Pólos de Celulose**: o quadro da insustentabilidade. Palestra proferida na Semana Acadêmica do Curso de Biologia. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG), 2006.

BENJAMIM, Antonio Herman V.; MILARÉ, Édis. **Estudo Prévio de Impacto Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1993.

CANOTILHO, José Joaquim G.; LEITE, José Rubens Morato (org). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTRI, Francesco Di. Os três paradoxos do desenvolvimento sustentável. In: **SEURB - CADERNO SUSTENTAR 3**. Pelotas: CPLAN, 2002. p. 26 -37.

CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS. Histórico. Sítio construído e mantido pelo Centro de Estudos Ambientais, [2007]. Disponível em: <http://www.ceaong.org.br/historicos.htm> Acesso em: 15 jun 2007.

98 http://www.ambienteja.info/2008/ver_cliente.asp?id=133008&aux=1.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO, 1972. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm> Acesso em: 12 mai 2008.

DIAMOND, Jared. **Colapso: Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DIAS, Eugênia Antunes. **Visão de Natureza: uma análise sobre práticas jurídicas antropocêntricas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. 2008. 185f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (FBOMS). Sítio construído e mantido pelo FBOMS [2008]. Disponível em: <http://www.fboms.org.br> Acesso em:12 mai 2008.

FREITAS, Vladimir P.; FREITAS, Gilberto. **Crimes contra a natureza**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PROGRAMA MAR DE DENTRO. **Para o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável da Região Hidrográfica Litorânea (Bacias Hidrográficas Camaquã, Mirim-São Gonçalo e Litoral Médio)**. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS; Programa Mar de Dentro, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MARTINS, Sérgio R., SOLER, Antonio C. P.; SOARES, Alexandre M. Instrumentos Tecnológicos e Jurídicos para a Construção da Sociedade Sustentável. In: VIANA, Gilnei (org). **O Desafio da Sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MILARÉ, Edys; COIMBRA, José A. A. Antropocentrismo x Ecocentrismo na Ciência Jurídica. In: **Revista de Direito Ambiental**, n. 36, p. 9-41, out/dez. 2004.

MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito Ambiental. Proibição de Retrocesso**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES. **Las plantaciones no son bosques**. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/inicio.html> Acesso em:10.10.08.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1994.

SOLER, Antonio C. P. **Desertos Verdes e Flexibilização da Legislação Ambiental**. Palestra proferida no Seminário Alerta Contra os Desertos Verdes e Pólos de Celulose. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG), 2006.

SOLER, Antonio C. P. **Entrevista - Pampa pode virar Patrimônio da Humanidade, mas respeito à lei ambiental não está garantido**. Disponível em:<http://www.ambienteja.info/2008/ver_cliente.asp?id=133008 &aux=1> Acesso em: 12 set. 2008.

SOLER, Antonio C. P. Jornal Agora. **Aquecendo a Injustiça Ambiental**. Rio Grande, 2007.

SOLER, Antonio C. P. O Direito Ambiental como instrumento de cidadania e a legislação existente em Pelotas. **Sociedade em Debate**, EDUCAT, v.2, p.63-83,1996.

Antônio Carlos Porciúncula Soler

é da zona de banhados do RS, área considerada integrante do bioma pampa. Possui graduação em Direito (FURG). É especialista em Ecologia Humana (UNISINOS) e Ciência Política (ISP/UFPel). Possui militância ecológica na ONG Centro de Estudos Ambientais (CEA), onde coordena o projeto "Ambientalistas Educadores", em parceria com a UNESCO e o MMA. Desenvolve pesquisas na área do Direito Ambiental, vinculado ao Grupo Transdisciplinar em Pesquisa Jurídica Para a Sustentabilidade (GTJUS/FURG), do qual é co-fundador. Ministrou o primeiro Curso de Extensão em Direito Ambiental em uma universidade pública do RS, em 1991, na FURG, onde também foi professor de Direito Ambiental. Representou as ONGs ecológicas no CONAMA (dois mandatos), no CONSEMA-RS, no COMDEMA (Rio Grande) e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Atualmente é membro do Comitê Brasileiro para o Programa o Homem e a Biosfera da UNESCO (COBRAMAB), da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, da Comissão Coordenadora do Plano Nacional de Áreas Protegidas e do COMPAM (Pelotas). Foi membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Na esfera da Administrativa Pública Ambiental foi Coordenador do Programa Mar de Dentro do governo do estado do RS, Secretário Municipal de Planejamento Urbano de Pelotas e Supervisor de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM/POA). Colaborou na elaboração de diversas leis, decretos e resoluções incorporados no ordenamento jurídico brasileiro.

Eugênia Antunes Dias

é natural de Pelotas (RS), licenciada em Educação Física e graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É Mestre em Ciências Sociais (UFPEL), pesquisando acerca da visão antropocêntrica de natureza predominante em decisões do Poder Judiciário Gaúcho. Possui militância ecológica no Centro de Estudos Ambientais (CEA), onde atualmente participa do Projeto Ambientalistas Educadores, em parceria com a UNESCO e MMA. Desenvolve pesquisa na linha de Direito Ambiental do Grupo Transdisciplinar em Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade (GTJUS/FURG). Na esfera da Administrativa Pública Ambiental atuou na análise de licenciamentos ambientais e urbanísticos. Tem experiência em Colegiados Ambientais.

O escândalo das fábricas de celulose no Rio Grande do Sul a ética como defesa da vida

Antônio Mesquita Galvão

Uma vida sem reflexão, sem busca,

sem exame, não é digna de ser vivida

Sócrates.

Introdução

Ao iniciar um trabalho que envolve a ética como objeto de estudo, consideramos importante, como ponto de partida, estudar o conceito de ética, estabelecendo seu campo de aplicação e fazendo uma pequena abordagem da convergência das doutrinas éticas que consideramos mais importantes para o nosso trabalho. Observa-se que, na maioria dos casos há uma ponderável semelhança entre problemas éticos e morais.

A ética, como se verá adiante, não é algo superposto à conduta humana, pois todas as nossas atividades envolvem uma carga moral. Idéias sobre o bem e o mal, o certo e o errado, o permitido e o proibido definem a nossa realidade. Em nossas relações cotidianas estamos sempre diante de problemas do tipo: Devo sempre dizer a verdade ou existem ocasiões em que posso mentir? Será que é correto tomar tal atitude? Devo ajudar um amigo em perigo, mes-

mo correndo risco de vida? Existe alguma ocasião em que seria correto atravessar um sinal de trânsito vermelho?

Abrimos com uma questão instigante: Os soldados que matam numa guerra, por exemplo, podem ser moralmente condenados por seus crimes ou estão apenas cumprindo ordens? Tudo isto faz parte do grande debate ético que envolveu a humanidade desde suas origens. Estas questões nos colocam diante de problemas práticos, que aparecem nas relações reais, efetivas entre indivíduos. São problemas cujas soluções, via-de-regra, não envolvem apenas a pessoa que os propõe, mas também a outra ou outras pessoas que poderão sofrer as conseqüências das decisões e ações, conseqüências que poderão muitas vezes afetar uma comunidade inteira.

Um dos grandes clamores da vida moderna é a quebra dos paradigmas éticos. Embora o comportamento ético não seja a prática usual, na evicção de algum direito a primeira cláusula que se invoca é a da ética. É o caso do latifundiário que expropria terras de posseiros, e reclama quando movimentos populares, nas mesmas águas, invadem suas terras.

O homem, no dizer do filósofo E. Husserl († 1938), o criador da fenomenologia, é um *ser-no-mundo*, que só realiza sua existência no encontro com outros homens, sendo que, todas as suas ações e decisões afetam as outras pessoas. Nesta convivência, nesta coexistência, naturalmente têm que existir regras que coordenem e harmonizem esta relação. Estas regras, dentro de um grupo qualquer, indicam os limites em relação aos quais podemos medir as nossas possibilidades e as limitações a que devemos nos submeter. São os códigos culturais que nos obrigam, mas ao mesmo tempo nos protegem. Ou vice-versa.

Este trabalho faz parte de um contexto que vai tratar dos atos predatórios que assolam a zona produtiva do interior do Rio Grande do Sul, como monocultura, desrespeito à biodiversidade, devastação de campos e mata atlântica, bem como o plantio de árvores "exóticas" (eucaliptos, pinus, acácias etc.). Outros especialistas vão discorrer sobre esses fatos, sob a ótica de suas cátedras. O presente tópico irá apresentar o drama de uma população que sofre

com direito arranhado pelo latifúndio, pelas multinacionais e pelo silêncio omisso de nossas autoridades.

Alerto, desta forma, que muitos ovos vão ser quebrados para a confecção deste omelete. Não se faz um artigo deste teor sem "quebrar ovos". Há verdades que precisam ser ditas e alguém tem que dizê-las. Já dizia Sólon, o grande legislador ateniense, lá pelo século V a.C. que *o tirano, o corrupto e o injusto* (as forças negativas em nossa sociedade moderna) *têm mais medo da língua do valente* (da denúncia dos que não têm medo de defender a ética e a moral) *do que da lança do covarde* (as bajulações dos puxa-sacos, da mídia subserviente e outros safados em geral).

A história da ética

Por se tratar da especialidade do autor, vamos desenvolver neste trabalho um roteiro capaz de fornecer ao leitor elementos filosóficos e teológicos capazes de orientar o debate, municiar a denúncia e fomentar movimentos capazes de deter o clima de devastação que a monocultura, o falso reflorestamento, representado pela plantação de árvores que nada têm a ver com nosso solo, e pela instalação de fábricas de celulose oriundas da Europa, onde é proibido, por nocivo ao meio-ambiente, o plantio daquelas árvores, e a fixação das fábricas.

Para estabelecer essa instância de esclarecimento, vamos discorrer aqui, por vários capítulos, de forma didática e vigorosa a respeito da ética formal e dos aspectos morais que norteiam a nossa cultura ocidental. Primeiro vamos centrar nossa análise na ética, na moral e na teologia, para só então estabelecermos um aporte ao assunto central. Para conhecê-lo e ter capacidade de debate, o leitor precisa passar pelos caminhos da ética.

A história da ética tem nos revelado, séculos afora, que a finalidade dos códigos morais é reger a conduta dos membros de uma sociedade, de acordo com princípios de conveniência geral, para garantir a integridade do grupo e o bem-estar dos indivíduos

que o constituem. Assim, o conceito de pessoa moral se aplica apenas ao sujeito enquanto parte de uma coletividade.

Nesse particular, a ética se tornou uma disciplina crítico-normativa que estuda as normas do comportamento humano, mediante as quais o homem tende a realizar na prática atos identificados moralmente com o bem. A análise do desenvolvimento da atitude moral da humanidade ao longo do tempo revela um processo de progressiva interiorização: existe uma clara evolução, que vai da aprovação ou reprovação de ações externas e suas conseqüências até o julgamento das intenções que servem de base para essas ações. A ética, nessas condições, é submetida ao julgamento da consciência. O que alguns estudiosos designaram como "ética da intenção", que já se encontrava no Código de Sinuê, do antigo Egito, há 5000 anos, como, por exemplo, "*não zombarás dos cegos nem dos anões*", e do Antigo Testamento, que proíbe que se deseje os bens do próximo.

Secularmente, todas as culturas têm elaborado uma porção de mitos, religiosos ou não, para justificar suas condutas morais. Nos mitos o homem de todos os tempos se refugia, para organizar sua vida e, ao mesmo tempo, dissipar seus medos. No Ocidente, onde se forjou a cultura judaico-cristã, conhecemos a figura de Moisés, que recebeu no monte Sinai, as tábuas com os dez mandamentos divinos. Conhecemos igualmente o mito narrado por Platão († 347 a.C), no diálogo Protágoras († 411 a.C.), segundo o qual Zeus, para compensar as deficiências dos humanos, conferiu-lhes o senso ético e capacidade de compreender e aplicar o direito e a justiça.

Com a instauração do sentido ético veio também o chamado senso-crítico. O líder religioso, padre, rabino, mulá ou outro, ao atribuir à moral origem divina, torna-se seu intérprete e guardião. O vínculo entre moralidade e religião consolidou-se de tal forma que muitos acreditam que não pode haver moral sem religião. Segundo esse ponto de vista, a ética se confunde com a teologia moral.

Na História da Ética, observa-se que coube a um sofista da antiguidade grega, Protágoras, romper o vínculo entre moralidade e

religião. A ele se atribui a frase "*O homem é a medida de todas as coisas, enquanto são e enquanto ainda não são*". Para Protágoras, os fundamentos de um sistema ético dispensam os deuses e qualquer força metafísica, estranha ao mundo percebido pelos sentidos. Teria sido outro sofista, Trasímaco de Calcedônia († 400 a.C.), o primeiro a atribuir o egoísmo como base do comportamento ético[99].

Sócrates († 399 a.C.), que alguns consideram fundador da ética, defendeu uma moralidade autônoma, independente da religião e exclusivamente fundada na razão, ou no λόγος (*logos*) [100]. Ele atribuiu ao Estado um papel fundamental na manutenção dos valores morais, a ponto de subordinar a ele até mesmo a autoridade do pai e da mãe. Para ele a justiça não é algo convencional. É fundada na natureza das coisas, de onde se tira a verdade absoluta. Trasímaco critica Sócrates por usar o método da refutação. Para ele, Justiça não é outra coisa senão a conveniência do mais forte. Talvez por causa disto que alguns "filósofos modernos" afirmem que ética é um acordo entre canalhas.

De outro lado, o filósofo Platão, apoiado na *teoria das idéias* da transcendentalidade e do do devir, deu continuidade às teorias éticas socráticas, de onde a ἀρετή (a verdadeira virtude) provém do verdadeiro saber. Este é o saber que dimana do mundo das idéias. Pela *razão* (o *logos*), faculdade superior e característica do homem, a alma se elevaria mediante *conhecimento*, γνῶσις (*gnóssis*) ao mundo das idéias. Seu fim último é purificar ou libertar-se da matéria para contemplar o que realmente é e, acima de tudo, a idéia do Bem. A ética, aqui, inflete na direção do Bem, tornando-se uma determinante da felicidade do homem.

Para Aristóteles († 322 a.C.), considerado "o pai da lógica", a causa final de todas as ações humanas era εὐδαιμονία, *eudaimonía* (a felicidade). Assim, só será feliz o homem cujas ações sejam sempre pautadas pela virtude, que pode ser adquirida pela educação.

---

[99] Trasímaco é um personagem do diálogo platônico "*A República*", sendo o principal interlocutor de Sócrates no primeiro livro desta obra.

[100] Na filosofia clássica, o *logos* é a razão divina que atua como princípio ordenador do Universo. Heráclito foi o primeiro a utilizar o termo *logos* com dimensão metafísica. Para o estoicismo, o *logos* é concebido como um poder racional de origem divina que ordena e dirige o Universo.

Quando na Antigüidade grega Aristóteles apresentou o problema teórico de definir o conceito de Bem, seu trabalho era de apenas investigar o conteúdo do que é bom, e não definir o que cada indivíduo deveria fazer numa ação concreta, para que seu ato fosse considerado bom ou mau. Evidentemente, esta investigação teórica sempre deixou conseqüências práticas por todos os tempos, pois quando definimos o Bem, estamos indicando um caminho por onde os homens poderão se conduzir nas suas diversas situações particulares. A filosofia teve a coragem de definir aquela divisória, às vezes tênue entre o bem e o mal.

A ética também estuda a responsabilidade do ato moral, ou seja, definir se a decisão de agir numa situação concreta é um problema prático-moral. Cabe-lhe também investigar se a pessoa pôde escolher entre duas ou mais alternativas de ação e agir de acordo com sua decisão. Este é um problema teórico-ético, pois verifica a liberdade ou o determinismo ao qual nossos atos estão sujeitos. A liberdade nem sempre é um dom; pode converter-se em um compromisso. Ou uma "condenação" como afirmou J. P. Sartre († 1980).

Bem mais tarde, o utilitarista Jeremy Bentham († 1832), no que foi seguido pelo economista John Stuart Mill († 1873), defendeu o princípio do *eudemonismo* clássico para a coletividade inteira. De outro lado, Friedrich Nietzsche († 1900) criou uma *ética dos valores* que inverteu o pensamento ético tradicional. O francês Henri Bergson († 1941) estabeleceu a distinção entre moral fechada e moral aberta, onde a primeira era conservadora nitidamente, baseada no hábito e na repetição, enquanto que a outra se fundava na emoção, no instinto e no entusiasmo próprios dos profetas, santos e inovadores.

É com Immanuel Kant († 1804) que a coisa muda de figura. Até fins do século XVIII, todos os filósofos, talvez exceto Platão, aceitavam que o objetivo da ética era ditar leis de conduta. Kant enxergou o problema sob novo ângulo e afirmou que a realidade do conhecimento prático (comportamento moral) está na idéia, na regra para a experiência, no "dever ser". Para ele, todas as proposi-

ções comuns que resultam da experiência de mundo são sintéticas, isto é, não se pode chegar a elas tão-somente pela análise [101].

Para os filósofos originários, o ideal ético é um imperativo categórico, ou seja, ordenação para um fim absoluto sem condição alguma. A moralidade reside na máxima da ação e seu fundamento é a autonomia da vontade. Desde a época em que Galileu afirmou que a Terra não é o centro do universo, desafiando os postulados ético-religiosos da cristandade medieval, são comuns os conflitos éticos gerados pelo progresso da ciência, especialmente nas sociedades industrializadas do século XX. A sociologia, a medicina, a engenharia genética, a biologia e outras ciências se deparam a cada passo com problemas éticos. Em outro campo da atividade humana, a prática política antiética tem sido responsável por comoções e crises sem precedentes em países de todas as latitudes.

Em termos de ética e moral há uma variedade de opiniões. Uma outra visão nos é apresentada pelo pensamento de Nietzsche, já mencionado linhas atrás. Ele é um crítico veemente e mordaz a toda moral existente, seja ela a moral socrática (que ele rejeita) ou a judaico-cristã (que ele ridiculariza). A todas, ele chama de "moral da burguesia". Para este filósofo alemão, a vida é vontade de poder, princípio último de todos os valores; o bem é tudo que favorece a força vital do homem, é tudo o que intensifica e exalta no homem o sentimento de poder, a vontade de poder e o próprio poder. O mal é tudo que vem da fraqueza. Nietzsche anunciou o *übermensch*, o "super-homem", alguém capaz de quebrar a tábua dos valores usuais, transformando-os a todos em padrões da moralidade desejada.

Uma das correntes modernas dignas de nota para nosso estudo é o *pragmatismo*, que se dedica às questões práticas vistas sob uma ótica utilitária, onde procura identificar a verdade com o útil, como aquilo que melhor ajuda a viver e conviver. O *Bom* é algo que conduz a obtenção eficaz de uma finalidade, fim esse que nos conduz a um êxito. Encontram-se vestígios desta corrente na sociedade capitalista moderna.

---

[101] Cf. *Crítica da razão pura*, 1781.

As premissas do pragmatismo se tornaram o reflexo do progresso científico e tecnológico alcançado pelos Estados Unidos no apogeu de sua fase capitalista onde o "espírito de empresa", o "*american way of life*", criaram solo fértil para a mercantilização das várias atividades humanas.

Da idéia de bem como sendo o que traz vantagens para muitos, criou-se um raciocínio funcionalista, onde só tem valor aquilo que é capaz de dar satisfação. Essa tendência aparece em muitas formulações éticas, principalmente no pragmatismo que, como doutrina ética, parece estar muito ligada ao pensamento anglo-saxão, tendo se desenvolvido muito nos países de fala inglesa, particularmente nos Estados Unidos, no final do século XX. Seus principais expoentes são os filósofos William James († 1910) e John Dewey († 1952).

Existe um grande perigo embutido no pragmatismo, que é a redução do comportamento moral a atos que conduzam apenas ao êxito pessoal transformando-o numa variante utilitarista marcada apenas pelo egoísmo, rejeitando a existência de valores ou normas objetivas. Nesse aspecto aparece o egoísmo voltado aos interesses de grupos, do tipo "não me importa que cor tenha o gato, desde que cace ratos". É a busca da vantagem particular, onde o bom é o que ajuda meu progresso e o meu sucesso particular. Esta tendência norteia a maioria das atitudes do empresariado moderno.

Dentre todas as preocupações que motivaram a reflexão desde os primórdios da cultura ocidental, é bem possível que a ética tenha sido a primeira. Por tudo o que se conhece da civilização grega em seus períodos mais arcaicos, sabe-se que as elaborações místicas, as religiões, a poesia, a tragédia, a organização da vida política e outras manifestações do pensamento ocupavam-se intensamente com o significado ético da vida humana.

Quando nos voltamos para as primeiras tentativas de ordenação do pensamento em função da explicação do cosmo e do lugar que o homem nele ocupa, notamos imediatamente a mescla dos objetivos de compreensão cósmica, como ordem física, com a preocupação em atingir os princípios de bom comportamento social, como ordem ética que fundamentam e governam a organização do

universo. Tanto é assim que não se pode separar com exatidão a fé e a razão, o conhecimento e a cultura, a moral e a ética.

Academicamente, vemos a ética como uma característica inerente a toda ação humana e, por esta razão, torna-se um elemento vital na produção da realidade social. Todo homem possui um senso ético, uma espécie de "consciência moral", estando constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas. A esse tipo de consciência os *moralistas* (especialistas em Teologia Moral) dão o nome de "reta razão".

É inegável afirmar que existem sempre comportamentos humanos classificáveis sob a ótica do certo e errado, do bem e do mal. Embora relacionadas com o agir individual, essas classificações sempre têm relação com as matrizes culturais e psicossociais que prevalecem em determinadas sociedades e contextos históricos. Há sempre uma possibilidade de se avaliar uma conduta entre boa e má. A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo com os outros, relações justas e aceitáveis. Via-de-regra está fundamentada nas idéias de ἀγαθόν, *agathón* (bem) e ἀρετή, *aretê* (virtude), enquanto valores perseguidos por todo ser humano e cujo alcance se traduz numa existência plena e feliz.

O estudo da ética, pelo menos no lado do Ocidente, talvez tenha se iniciado com os filósofos gregos há cerca de 25 séculos atrás. Nos nossos dias, seu campo de atuação perpassa os limites da filosofia, a ponto de tornar-se uma abordagem multidisciplinar, uma vez que inúmeros outros pesquisadores do conhecimento dedicam-se ao seu estudo. Teólogos, sociólogos, psicólogos, biólogos e muitos profissionais de outras áreas desenvolvem trabalhos no campo da ética.

Ética como bom comportamento

A palavra *Ética*, como se sabe, é originária do grego ἔθος *ethos* (modo de ser, caráter de alguma coisa) que nos chega ao latim *mos*, ou no plural *mores* (costumes), de onde se derivou a palavra

moral. Na filosofia, *ética* significa o que é bom para o indivíduo e para a sociedade, e seu estuda contribui para estabelecer a natureza de deveres do indivíduo em relação aos demais (sociedade). Em decorrência desses juízos chega-se ao verbete *ethikos*, ἐθικός, que se refere a uma maneira correta de agir, proveniente da junção de *ethos* (ética) com *ikós* (sufixo de pertença). Mesmo assim, há que se observar que os critérios da ética filosófica são mutáveis. O que é considerado ético em um tipo de sociedade pode não sê-lo em outro.

Há também que observarmos os aspectos temporais. O que é ético hoje pode deixar de sê-lo amanhã. E vice-versa. Em geral, apenas no terreno religioso a ética – e conseqüentemente a moral – são valores mais ou menos estáveis. A ética varia no tempo e no lugar.

Na Grécia, mesmo antes das idéias de Aristóteles, já era possível identificar traços de uma abordagem com base filosófica para os problemas morais e até entre os filósofos conhecidos como pré-socráticos encontramos reflexões de caráter ético, quando buscavam entender as razões do comportamento humano. A *areté-virtude* seria o conhecimento das causas e dos fins das ações fundadas em valores morais identificados pela inteligência e que impelem o homem a agir virtuosamente em direção ao bem.

De outro lado, define-se Moral como um conjunto de normas, preceitos e, sobretudo, princípios e valores que norteiam o comportamento do indivíduo em seu grupo social. O comportamento é definido como *o conjunto de reações de um sistema dinâmico em face às interações e realimentações propiciadas pelo meio onde está inserto.* Moral e ética não devem ser confundidos. Enquanto a moral é *normativa*, a ética é *teórica*, e buscando explicar e justificar os costumes de uma determinada sociedade, bem como fornecer subsídios para a solução de seus dilemas mais comuns.

As normas de que estamos falando têm relação como o que chamamos de valores morais. São os meios pelos quais os valores morais de um grupo social são manifestos e acabam adquirindo um caráter normativo e obrigatório. A palavra moral, como vimos, deriva do que chamamos "costumes", no sentido de conjunto de

normas ou regras adquiridas por hábito. Notar que a expressão "bons costumes" é usada como sendo sinônimo de moral ou moralidade.

A ética também não deve ser confundida com a lei, embora com certa freqüencia a lei tenha como base princípios éticos. Ao contrário do que ocorre com a lei, nenhum indivíduo pode ser compelido, pelo Estado ou por outros indivíduos, a cumprir as normas éticas, nem sofrer qualquer sanção pela desobediência a estas; por outro lado, a lei pode ser omissa quanto a questões abrangidas no escopo da ética. Sendo a ética eminentemente subjetiva, não há na lei um poder de coerção capaz de obrigar os indivíduos a serem éticos.

Como doutrina filosófica, a ética precisa ser vista como uma abordagem essencialmente especulativa e, a não ser quanto ao seu método analítico, jamais será normativa, característica esta, exclusiva do seu objeto de estudo, a moral. Portanto, a ética mostra o que era moralmente aceito na Grécia Antiga possibilitando uma comparação com o que é moralmente aceito hoje no resto do mundo, indicando através dessa comparação, mudanças no comportamento humano nas regras sociais e suas conseqüências, podendo daí, detectar problemas e/ou indicar caminhos. Além de tudo *ser ético* é fazer algo que te beneficie e, no mínimo, não prejudique o "outro".

Em muitos casos, ética é saber escolher entre um bem maior e um bem menor (ou entre "o bem" e o "mal"), levando em conta o interesse da maioria da sociedade. Ao contrário da moral, que delimita o que é bom e o que é ruim no comportamento dos indivíduos para uma convivência civilizada, a ética é o indicativo do que é mais justo ou menos injusto diante de possíveis escolhas que afetam terceiros [102].

Há algum tempo atrás fui a um evento, onde escutei do conferencista uma alocução que chamou minha atenção, pelo puxão de orelhas ético que endereçou a cada um de nós, humanidade

[102] BUCCI, E., *Sobre Ética e Imprensa*. Lisboa, 1991.

do século XXI: *O ser humano ajoelha-se diante da natureza e reconhece a sua culpa pelo aquecimento global.*

De acordo com a exposição do professor João Almino [103], uma súmula da história da degradação ambiental teria de basicamente apoiar-se sobre dois momentos da aceleração da história, o primeiro dos quais foi a revolução neolítica, que correspondeu ao desenvolvimento da agricultura, da tecelagem e da cerâmica, à domesticação de animais e à sedentarização humana. 0 segundo grande marco foi a revolução industrial. Dela emergiram as bases da degradação ambiental - revolução que significou a fusão da ciência com a técnica, pela mentalidade dominante no tipo de sociedade inaugurada com o capitalismo, e de forma mais ampla, por determinada visão de progresso e natureza que se vinha pouco a pouco firmando na modernidade, ou seja, desde o Renascimento.

A *ética* pode ser interpretada como um termo genérico que designa aquilo que é freqüentemente descrito como a "ciència da moralidade", seu significado derivado do grego, quer dizer "morada da alma", isto é, suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto.

Na filosofia, o comportamento ético é aquele que é considerado bom, e, sobre a bondade, os antigos diziam que: *o que é bom para a leoa, não pode ser bom à gazela. E, o que é bom à gazela, fatalmente não será bom à leoa.* Este é um dilema ético típico. Por *comportamento* entendemos procedimento de alguém face a estímulos sociais ou a sentimentos e necessidades íntimos ou uma combinação de ambos.

Os psicólogos behavioristas[104] se preocuparam em compreender como aparecem e se mantêm as diferentes formas de comportamento: as interações, as mudanças ou as condições que prevalecem sobre a conduta. Assim mesmo, aplicam estes princípios em casos práticos (de psicologia clínica, social, educativa ou industrial),

103 IN: *Naturezas Mortas: A filosofia política do ecologismo*. Ed. Francisco Alves, Lisboa, 1990.

104 Por *behaviorismo*, entende-se aquela corrente da psicologia que defende o emprego de procedimentos estritamente experimentais para estudar o *comportamento* (conduta), considerando o ambiente como um conjunto de estímulos.

impulsionando o desenvolvimento das terapias de modificação de comportamento.

Portanto, a investigação filosófica, e suas devidas subjetividades, ao lado da *metafísica* e da *lógica*, não pode ser descrita de forma simplista. Desta forma, o objetivo de uma teoria da ética é determinar o que é bom, tanto para o indivíduo como para a sociedade como um todo. Os filósofos antigos adotaram diversas posições na definição do que é bom, sobre como lidar com as prioridades em conflito dos indivíduos versus o todo, sobre a universalidade dos princípios éticos versus a "ética de situação". Nesta o que está certo depende das circunstâncias e não de uma qualquer lei geral. E sobre se a bondade é determinada pelos resultados da ação, meios pelos quais os resultados são alcançados.

O homem vive em sociedade, convive com outros homens e, portanto, cabe-lhe pensar e responder à seguinte pergunta: "Como devo agir perante os outros?". Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida. Ora, esta é a questão central da Moral e da Ética. Enfim, a ética é julgamento do caráter moral de uma determinada pessoa, grupo ou sociedade como um todo.

Ética como respeito e misericórdia

A cultura ocidental sofreu duas influências poderosas. Primeiro foi a filosofia dos gregos, e depois a religião dos judeus, que através do cristianismo, ajudou a fundar o que chamamos de civilização judaico-cristã. Enquanto a ética de comportamento dos gregos se instaura a partir do século V a.C., a ética da misericórdia dos judeus é encontrada a partir do século XII a.C.

A cultura hebraica forma uma base para a nossa civilização ocidental, que proclama o império do bem, da justiça, da moral e da ética. A lei judaica, estatuída na Torá, os cinco livros básicos, Gênesis (*bereshit*), Êxodo (*shemôt*), Levítico (*waiqrá*), Números (*bamidbar*) e Deuteronômio (*debarim*), está repleta de gnomas morais, capazes de inculcar no povo uma conduta ética de urbanidade

e solidariedade. Além da Torá, encontramos vários preceitos morais em outros livros, como nos *proféticos* (*nebiim*) e nos *sapienciais* (*ketuwim*).

A grande tônica da cultura judaica é a *hesêd* חֶסֶד, que se pode traduzir por atos de misericórdia, solidariedade, cuidados. A *hesêd* tanto é devida às pessoas como também à natureza, pois tudo é criação de Deus. Nessas águas também surge a *s*^{e}*d q h* צֶדֶק que é uma forma de justiça, humana, social, coletiva e em favor da ecologia. Tudo é fruto da *mišpat*, מִישְׁפַּת, o direito, os mandamentos, a lei divina. Nesse conjunto surge a coerência, a verdade, *êmmet*, אֶת, como fruto de toda a ética que Deus prescreveu aos homens, quando estabeleceu a sua *bêrit*, בְּוִי, a *aliança* do Sinai.

Além desses termos, ainda vamos encontrar *dachei shalom* (caminhos da paz) e *kidush Hashem* (santificar o nome de Deus). Nos livros Gn 12, Ex 2,3 cap. 20 vv 2-6, Lv 18, 6-22 e outros da Torá (Pentateuco) percebe-se que eles são, de certa forma, parâmetros ético-morais que ainda vigem em nossa sociedade.

A Torá, como conjunto da lei, é apreciada com tantos e incontáveis exemplos de ética social a partir do religioso, dando uma visão de qual caminho o judeu deve seguir e de como deve agir durante os anos de sua vida: ser o espelho de Deus aos olhos do mundo. Nesse aspecto, ser religioso significa ser uma pessoa que privilegia a ética em uma prática de atos justos e bons. Um judeu sem ética, dizem seus manuais humanistas, não é considerado observante nem religioso, e apesar de cumprir as exigências das leis do judaísmo entre o homem e Deus, enquanto permanecer não-ético não chegará a entender que seu Criador rejeita os indivíduos que agem de forma imoral.

Um princípio básico da mensagem moral transmitida por Deus ao povo judeu é de que somos responsáveis uns pelos outros. Na ética judaica, afirmam seus maiores expoentes, é proibida a indiferença aos sofrimentos dos outros. Lemos no Livro do Levítico que “não desconsideres o sangue do teu próximo” (19,16). Para a ética judaica, a pobreza não é um problema apenas dos pobres, mas de todos. Em seus escritos, o rabino Leibowitz observa que os profetas dizem: “*Não haverá pobres entre vós*”. Não estão dizendo o

que irá acontecer, mas o que deveria acontecer. Sua voz não é de oráculo, senão de exigência moral. Para que não haja pobres, a sociedade deve tomar algumas medidas. Diante daqueles que, na América Latina, atribuem a pobreza dos pobres a eles mesmos, o judaísmo se revolta porque considera tal atitude uma injustiça.

Esta mensagem foi recentemente incorporada à Carta dos Direitos Humanos da ONU. Entre estes, foram incluídos os direitos básicos do homem a não ser pobre, à alimentação, à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia entre outros. A partir de agora estes são direitos essenciais do ser humano, embora proclamados há milênios pela ética judaica. O Rabino Abraham Heschel diz que *ajudar* é simplesmente "o modo de viver correto". O prêmio está em viver-se desta forma. A força destes conceitos no judaísmo, seu contínuo ensinamento no âmbito familiar e na escola judaica assentaram as bases para grandes resultados em matéria de trabalho voluntário.

Os países estão tentando dar forças ao voluntariado e vêem com crescente interesse os bons resultados. Nas sociedades latino-americanas, entre outras, adota-se com freqüência políticas que sabidamente irão significar grande sofrimento para a população, com o argumento de que "o fim justifica os meios" e que são necessários para que haja maior crescimento econômico. A ética judaica não aceita tal raciocínio. Na Torá pode-se ler textualmente que "o fim não santifica os meios". Refletindo sobre esta diferença, o grande cientista Albert Einstein perguntava "Quem havia sido o melhor condutor dos homens, Maquiavel (autor original do princípio de que o fim justifica os meios) ou Moisés? Quem teria dúvidas sobre a resposta?".

A partir da ética judaica centrada na misericórdia, na atenção ao outro e da solidariedade instaurou-se no mundo a moral cristã, que nada mais é que o seguimento a alguns preceitos universais, a partir dos seis dias da Criação, quando Deus antes de recomendar ao homem que dominasse a terra e zelasse por ela (cf. Gn 2,15), "viu que tudo era muito bom" (cf. Gn 1,31). Dali para a frente a maioria dos textos enfoca o cuidado, a misericórdia e a atenção. São inúmeros e ricos os textos das Sagradas Escrituras contra a

opressão, a ganância e a exclusão dos mais fracos. Em todos há advertências em favor da ética da misericórdia.

> A terra não poderá ser vendida para sempre, porque ela me pertence e vocês são para mim hóspedes e posseiros (Lv 25,23).
>
> A cada dez anos (no ano do jubileu) o comprador liberará a propriedade para que esta volte ao seu próprio dono (Lv 25,28).
>
> Não façam acepção de pessoas; no julgamento escutem de maneira igual o grande e o pequeno (Dt 1,17).
>
> Não roube (Dt 5,19).
>
> Não deseje para você a casa de seu próximo, nem o campo, nem o escravo, nem o boi, nem o jumento nem coisa alguma que lhe pertença (Dt 5,21).
>
> O Senhor faz justiça ao órfão e à viúva e ama o migrante, dando-lhes pão e roupa (Dt 10,18).
>
> Não explore um assalariado pobre e necessitado. Pague-lhe o salário justo, porque ele é pobre e sua vida depende disto (Dt 24, 14-15).
>
> Há quem dá generosamente, e sua riqueza aumenta ainda mais. Há quem acumula injustamente, e acaba na miséria (Pv 11,24).
>
> Não desloque a divisa da terra, nem invada o campo dos fracos. O defensor dele é Forte e defenderá a causa deles contra você (Pv 23,10)
>
> Morte e abismo são fossas sem fundo. Da mesma forma a ambição humana (Pv 27,20).
>
> Meu filho, não recuse ajudar o pobre e não seja insensível ao olhar dos necessitados. Não faça sofrer aquele que tem fome nem piore a situação de quem está em dificuldade. Não perturbe mais ainda quem está desesperado, e não se

negue a dar alguma coisa ao carente. Não desvie o olhar daquele que lhe pede alguma coisa, e não dê ocasião para que ele o amaldiçoe com amargura, pois aquele que o criou atenderá ao pedido dele (Eclo 4, 1-6).

Quem semeia nos sulcos da injustiça colherá desgraças sete vezes mais (Eclo 7,3).

Quem ama o ouro não se conserva justo, e quem corre atrás do lucro com ele perecerá (Eclo 31,5).

No sétimo ano a terra deve descansar. Você não semeará o campo nem podará a vinha. Será um ano de descanso da terra (Lv 25,4).

Quando estiveres ceifando e esqueceres atrás um feixe, não voltes para apanhá-lo. Deixe-o para o migrante, o órfão e a viúva (Dt 24,19).

Eis que coloco a tua frente dois caminhos: o bem e o mal. Escolhe o bem e viverás (Dt 30,19).

Ao encerrar este tópico, valemo-nos de um fragmento de São Paulo, tirado de uma de suas cartas (ao povo de Corinto) que nos adverte quanto à ética da misericórdia e ao desvelo aos carentes:

> Vocês que são ricos na fé, na palavra e na ciência, tornem-se também ricos na generosidade. Vocês conhecem a graça de Nosso Senhor Jesus Cristo que, sendo rico, se fez pobre por todos, a fim de enriquecê-los com sua pobreza. Pois não se trata de aliviar os outros à custa da pobreza de vocês, mas que, com eqüidade, a fartura de vocês supra a carência dos outros, para eles, por sua vez, aliviarem a penúria de vocês, pois está escrito: "Nem quem muito recolheu, tinha em abundância, nem quem pouco recolheu, sentiu falta" (cf. 2Cor 8,7-15).

Algumas deturpações ocorrentes

O grande moralista espanhol Pe. Marciano Vidal fala depreciativamente em "moral de situação" [105], que nada mais é do que um casuísmo, do tipo "cada caso é um caso". Isto ocorre em várias atividades, e mais notadamente na chamada "ética profissional". Muitos autores definem a ética profissional como sendo *um conjunto de normas de conduta que deverão ser postas em prática no exercício de qualquer profissão*. Seria a ação "reguladora" da ética agindo no desempenho das profissões, fazendo com que o profissional respeite seu semelhante quando no exercício da sua profissão.

Até hoje existem diferentes tipos de morais, como as "morais de classe", e inclusive numa mesma sociedade podem coexistir várias morais, já que cada classe assume uma moral particular. Nesse fenômeno situa-se a "ética profissional" e a *deontologia*, que nada mais é que *um conjunto de deveres profissionais de qualquer categoria profissional minuciados em códigos específicos*.

Desta forma, a ética profissional estudaria e regularia o relacionamento do profissional com sua clientela, visando a dignidade humana e a construção do bem-estar no contexto sócio-cultural onde exerce sua profissão. Ela atinge todas as profissões e quando falamos de ética profissional estamos nos referindo ao caráter normativo e até jurídico que regulamenta determinada profissão a partir de estatutos e códigos específicos. Assim temos a ética médica, do advogado, do biólogo, etc.

No entando acontece que, em geral, as profissões apresentam a ética firmada em questões demasiadamente estáticas que ultrapassam o campo profissional em si. Questões como o aborto, pena de morte, seqüestros, eutanásia, AIDS, por exemplo, são questões morais que se apresentam como problemas éticos - porque pedem uma reflexão profunda - e, um profissional, ao se debruçar sobre elas, não o faz apenas como tal, mas como um pensador, um "filósofo da ciência", transcendendo muitas vezes sua formação e capacidade. Desta forma, a reflexão ética entra indevidamente, em

[105] IN: *Nova Moral Fundamental*. Ed. Paulinas, 2007.

muitos casos,na avaliação moral de qualquer atividade profissional humana. Nesse contexto, vemos que algumas normas que hoje são defendidas com unhas e dentes, no passado receberam críticas e invectivas.

> A moral humana, portanto, como a ética, está limitada a padrões socioculturais, através dos tempos. A ética, como ciência da moral, não pode concebê-la como permanente, mas tem que considerá-la como um aspecto mutável da realidade humana. Assim como vimos existir desvios quanto à ética humana, também podemos encontrar falsas concepções acerca da moral. Hoje há muitas concepções, distorcidas, de moral com graves desvios e aplicações injustas, como a) *moral de atitudes;* b) *moral de situação;* c) *a moral aberta*. Em todas, se observa o típico caso da "consciência elástica". O grande erro, nesse caso, é considerar as normas morais como obstáculo à liberdade e felicidade do homem. O ser humano deve buscar ser feliz por causa da moral, e não apesar dela... No Brasil, de tanto em tanto, quando a cobrança de providências moralizadoras é muito grande, o governo aumenta a verba de propaganda institucional, para atenuar a pressão das grandes redes de tevê. Dou como exemplo duas campanhas mais ou menos recentes, da Rede Globo: a primeira, contra a "prostituição infantil" e a segunda "contra o turismo sexual" feito por algumas agências de viagem no exterior. Pura hipocrisia! [106]

É muito interessante esta variedade de atitudes morais no tempo. Nietzsche faz uma colocação muito interessante [107] sobre a interminável sucessão das doutrinas éticas, quando diz que "aquilo que numa época parece mau, é quase sempre um restolho daquilo

---

[106] GALVÃO, A.M. *A crise da ética. O neoliberalismo como causa da exclusão social no Brasil*. Ed. Vozes, 1997. 3ª. edição.
[107] IN: *Além do Bem de do Mal*, 1892.

que na precedente era considerado bom - o atavismo de um ideal já envelhecido".

O cultivo da ética é ainda indispensável ao profissional, porque na ação humana o fazer e o agir estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no correto desempenho de sua profissão. A ética profissional, em alguns casos, atua como um escudo que serve para defender um determinado grupo. Quando é hora de dizer a verdade ou de denunciar algo malfeito ou um ilícito, escuta-se a resposta: "Não posso! A ética profissional me proíbe de fazê-lo".

Modernamente, a maioria das profissões têm o seu próprio *código de ética profissional*, que é um conjunto de normas de cumprimento obrigatório, derivadas da ética, frequentemente incorporados à lei pública. Nesses casos, os princípios éticos passam a ter força de lei; note-se que, mesmo nos casos em que esses códigos não estão incorporados à lei, seu estudo tem alta probabilidade de exercer influência, por exemplo, em julgamentos nos quais se discutam fatos relativos à conduta profissional. Ademais, o seu não cumprimento pode resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, como censura pública e suspensão temporária ou definitiva do direito de exercer a profissão.

Quando os valores e costumes estabelecidos numa determinada sociedade são bem aceitos, não há muita necessidade de reflexão sobre eles. Mas, quando surgem questionamentos sobre a validade de certos costumes ou valores consolidados pela prática, surge a necessidade de fundamentá-los teoricamente, ou, para os que discordam deles, criticá-los. Hoje em dia, a "ética profissional" vem sendo criticada pela sociedade, que vê nela um mero exercício de corporativismo.

> A este comportamento prático-moral, que já se encontra nas formas mais primitivas de comunidade, sucede posteriormente - muitos milênios depois - a reflexão sobre ele. Os homens não só

> agem moralmente (isto é enfrentam determinados problemas nas suas relações mútuas, tomam decisões e realizam certos atos para resolvê-los e, ao mesmo tempo, julgam ou avaliam de uma ou de outra maneira estas decisões e estes atos), mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto da sua reflexão e de seu pensamento. Dá-se assim a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa. Quando se verifica esta passagem, que coincide com os inícios do pensamento filosófico, já estamos propriamente na esfera dos problemas teóricos, morais ou éticos [108].

Enquanto alguns críticos, referindo-se à ética geral e formal, classificam-na como “um acordo entre canalhas”, de outro lado uma boa parcela da sociedade enxerga a ética profissional como um ato de corporativismo, onde cada um protege o seu grupo, seus pares, seus colegas. Nessa práxis, acima dos ditames universais da ética geral, situa-se uma ponderável distorção, onde a ética não é um bom comportamento em favor de todos, mas um mero guarda-chuva que protege um determinado grupo.

A chamada “ética (ou moral) de situação” surge também quando se dá a cada caso um julgamento, do tipo “cada caso é um caso”. Como exemplo vemos o político que cria leis rígidas em termos de probidade e que ele sabe que nunca serão cumpridas, muito menos por ele. Esta é outra das gritantes distorções que se observa no trato da ética. Especialmente no Brasil. É o que se chama de “moral elástica”, “de situação”, ou ainda, mais depreciativamente, usando a linguagem popular, uma “moral de cuecas”.

[108] SÁNCHEZ VASQUEZ, A. *Filosofia de la práxis*. México, 1961

Uma ética em crise

Diante dos dilemas da vida, temos a tendência de conduzir nossas ações de forma quase que instintiva, automática, fazendo uso de alguma "fórmula" ou "receita de bolo", presente em nosso meio social, de normas que julgamos mais adequadas de serem cumpridas, por terem sido aceitas intimamente e reconhecidas como válidas e obrigatórias. Fazemos uso de normas, praticamos determinados atos e, muitas vezes, nos servimos de certos argumentos para tomar decisões, justificar nossas ações e nos sentirmos dentro da normalidade. Tais *normas*, em geral adaptadas aos nossos interesses, criam um descompasso, gerando uma ética distorcida, privada. É o que se chama de "crise da ética".

Se formos olhar a situação social de hoje em dia, com todos os sobressaltos que os meios de comunicação despejam em nós, a gente chega a se perguntar: Até quando? Onde vamos parar? Quando isto vai ter fim? O que fazer para mudar este quadro? Depois de tantas questões chegamos à conclusão que as coisas vão mal, muito mal, e que estamos imersos numa crise de ética sem precedentes, que atinge todos os setores da vida humana, onde a verdade e o direito são atropelados em nome do lucro, da suplantação e do sucesso a qualquer custo.

> As realidades humanas sempre foram um misto de verdade e mentira, ética e farsa. A história humana é narrada pela ótica dos fortes, dos vencedores. Há fome em todos os quadrantes do mundo. Quando a grita geral se eleva muito, que fazem os países ditos desenvolvidos ? Mandam copinhos de água mineral, frascos de medicamentos vencidos, garrafas de soro glicosado. E esses paliativos resolvem ? Deviam os poderosos diminuir os juros, fazer cessar as pressões econômicas e os boicotes, perdoar as perversas "dívidas e(x)ternas", etc. Em viagem à Argentina, um *hermano* me pergunta: "*¿Pero chê, que se pasa? ¿Como puedem ustedes hablar de hambre, 33 millones de hambrientos, si su gobierno aviza*

> *una cosecha record de granos* ?" [109]. E a gente tem que dar uma volta para explicar aos estrangeiros como é que o Brasil é exportador, tem safras recordes e, no entanto, a maioria passa fome. Infelizmente tem-se que dizer que tudo não passa de uma farsa, de relatórios como *aqueles* feitos para engambelar o FMI e seduzir os bancos credores, desde o tempo do "milagre brasileiro". Olhada assim, à primeira vista, parece que a safra recorde vai acabar com a fome. Entretanto, atrás das letras frias e mentirosas está a verdade que precisa ser dita. A safra recorde de grãos, não é de feijão, arroz, trigo e milho, mas de soja, que vai ser exportada para cobrir os *déficits* da pantagruélica máquina estatal, e vai engordar o gado dos países ricos, e servir de miolo para rações de cães. Se as super-safras fossem de feijão, arroz, trigo, frutas, milho e mandioca, aí sim, o combate à fome estaria sendo tratado com seriedade. Mas isso não serve de moeda internacional... Além disso, os poucos resíduos alimentares que ficam aqui, são irresponsavelmente estocados, tornados indisponíveis, apodrecendo em pouco tempo, enquanto tantos passam fome. Isso é um crime! Ao revés, apesar de largas extensões de terras, férteis porém ociosas, o Brasil importa trigo, milho, feijão e arroz. Tudo para facilitar o mercado globalizado com outros países. É ou não uma grande mentira, todo esse artifício de notícias oficiais, há mais de dez anos a respeito de super-safras? [110]

Sobre esta distorção de adotar uma monocultura, conheci um colono em Ibirubá, RS que no *boom* da soja passou o trator em um hectare de roseiras e outro tanto de feijão para plantar aquela oleaginosa. hoje, pelo que sei, ele perdeu a riqueza do produto e o perfume das flores. Portanto, as pessoas lúcidas quando escutam fa-

---

[109] "O que sucede? Como é que vocês podem falar em fome, 33 milhões de famintos, se seu governo anuncia uma colheita recorde de grãos?"

[110] GALVÃO, A. M.. *A fome e o ensino social da Igreja*. Ed. Santuário, 2001.

lar em super-safras olham-se umas para as outras e riem de mais essa falácia oficial.

Em muitos lugares, grupos religiosos, movimentos sociais, setores autônomos, entidades classistas e organizações não-governamentais, têm levantado a voz, com a preocupação com a instauração de um estado ético, para contrapor-se a toda uma desordem moral que parece ser a tônica desse final de século. No entanto, tais tentativas não encontram espaços na mídia (nitidamente capitalista e pragmática) nem na maioria dos partidos políticos (positivamente elitistas).

A minha geração se acostumou a entender a palavra *ética* como um bem absoluto. Hoje isto mudou. A crise na ética fez com que se enxergue cada grupo com sua ética privada, às vezes divergente da de outros grupos. Falava-se em ética profissional como um dogma. O código de ética, dos médicos, advogados, contadores e demais profissionais nos levava a imaginar pessoas entregando-se ao sacrifício de suas vidas, para não trair a ética de sua classe e o juramento de sua profissão. Hoje não é bem assim. O próprio direito reduz a moral a um "mínimo ético"; ou seja, indispensável.

Há tempos escutei, num pronunciamento, *intramuros*, um político nordestino afirmar que o princípio ético que movia sua atuação era: "*é feio perder*". Mesmo que, para obter esse sucesso, arranhe-se ou enterre-se os mais elementares princípios da ética e da moral.

> Parece desnecessário dizer que, toda a crise sociopolítica do Brasil tem sua gênese a partir de uma enorme crise de ética. Por causa de um comportamento moral conflituoso, com tendências individualistas, surgem conseqüências incontroláveis, que, aliadas à impunidade, fazem eclodir nos mais estratégicos setores da nação, um caos sem precedentes. Todo o problema moral, social e po-

> lítico do Brasil nasce a partir de uma quase total falta de ética [111].

O sistema rural brasileiro, seja pecuária ou agricultura, está a requerer uma revisão urgente quanto a formas de atuar, alternativas, perspectivas e destinos. Sua estrutura é arcaica, viciada, tendente à monocultura meramente extrativista.

> Somos um continente rico em recursos agrários, habitado por multidões anêmicas. E o pior de tudo é que o caminhar atual não está indo em busca de soluções reais: as diferenças crescem [112].

Para caracterizar essa situação, é bom ter em mente a crise de ética e de identidade que deturpa a realidade brasileira. Há equívocos lamentáveis e transgressões odiosas enlameando nossa vida social, política e econômica, onde se vê,

a)" agricultores sem terra e extensas áreas despovoadas ou sub-povoadas;

b)" país rico e a maioria do povo pobre ou indigente;

c)" país produtor e exportador de alimentos onde há fome.

O dualismo social (escravos e elites), vigente desde a colonização e cujos remanescentes ainda se encontram presentes, remete o país hoje a práticas agrárias primitivas (não há interesse em modernizar o meio rural), exclusivistas (latifúndio, terras em mãos de poucos) e setoriais (política coronelista e clientelista).

---

[111]. *A crise da ética*. Op. cit.

[112] SOUZA, M. DE BARROS. *Teologia da Terra*, Ed. Vozes, 1988

> O modelo econômico adotado para a política rural no Brasil é egoísta, pois enriquece a poucos e onera multidões, uma vez que encarece a produção, diminui a oferta de comida, ocasionando o esgotamento da terra, botando abaixo os índices de produtividade. Os grandes plantadores não ligam para as necessidades do país e da população. Se a adoção de monoculturas, como a da soja ou das florestas de pinus, por exemplo, der lucro, a carência de alimentos que se lixe. Esse modelo de agricultura predadora é o mesmo que desmata, extingue, polui e envenena [113].

De um lado, as elites, historicamente, da invasão até nossos dias, é composta por portugueses, espanhóis, funcionários da coroa, barões rurais, empresários, militares (patentes superiores), donos de multinacionais, profissionais liberais e intelectuais. Os escravos, no Brasil se iniciaram com os índios, passando pelos negros e pelos mestiços e foram desembocar no homem de hoje (assalariados, desempregados, subempregados, sem-terra, sem-teto, professores, militares (praças de graduação baixa) e todo um *lumpen proletariat*. Os sistemas políticos brasileiros sempre tentaram dizer que a pobreza é um mal necessário, que o ser é pobre porque é vagabundo e merece sua miséria, mas que existem alguns benfeitores (o governo, os partidos políticos, as sociedades secretas, clubes de serviço, entidades filantrópicas etc.) e que, apesar de pobre, a pessoa deve orgulhar-se de sua pobreza, primeiro porque há muita gente se interessando por ele (só não dizem que nunca vão resolver nada) e que é uma honra servir ao senhorio, ao doutor, ao político. É a prática da odiosa "moral do escravo" preconizada por Nietzsche.

A partir da ética cristã, um compromisso

Os filósofos cristãos tiveram uma dupla atitude diante da ética. Absorveram o ético no religioso, edificando um tipo de ética que hoje chamamos de *teônoma*, que fundamenta em Deus os

[113] GALVÃO, A. M. *Terra dom de Deus. A problemática agrária no Brasil*. Ed. Paulinas, 1994.

princípios da moral. Deus, criador do mundo e do homem, é concebido como um ser pessoal, bom, onisciente e todo-poderoso. O homem, como criatura de Deus, tem seu fim último Nele, que é o seu bem mais alto e valor supremo. Deus exige a sua obediência e a sujeição a seus mandamentos, que neste mundo têm o caráter de imperativos supremos. O saudoso papa João XXIII advertiu que o progresso humano deve ser harmônico e integrado:

> Produzir mais e melhor corresponde a uma exigência da razão, e é também necessidade imprescindível. Não é porém menos necessário, nem menos conforme à justiça, repartir-se eqüitativamente a riqueza produzida, entre todos os membros da comunidade. Por isso é de se procurar que o desenvolvimento econômico e o progresso social avancem num mesmo ritmo [114].

A fé cristã pressupõe sempre um compromisso ético, moral, social e político com o ser humano, em todos os níveis e camadas. A moral pode então ser entendida como o conjunto das práticas cristalizadas pelos costumes e convenções histórico-sociais. Cada sociedade tem sido caracterizada por seus conjuntos de normas, valores e regras. São as prescrições e proibições do tipo "não matarás", "não roubarás", de cumprimento obrigatório. Muitas vezes essas práticas são até mesmo incompatíveis com os avanços e conhecimentos das ciências naturais e sociais. A moral tem um forte caráter social, estando apoiada na tríade cultura, história e natureza humana. É algo adquirido como herança e preservado pela comunidade.

A ética cristã é uma ética subordinada à religião num contexto em que a filosofia é *ancila* (serva) da teologia. Temos então uma ética limitada por parâmetros religiosos e dogmáticos. Trata-se de uma ética que tende a orientar o comportamento humano com vistas a um outro mundo (o Reino de Deus), colocando o seu fim ou valor supremo fora do homem, na Divindade. Igual ao judaísmo, que já foi visto linhas atrás, o cristianismo tem um compro-

---

[114] Carta Encíclica *Mater et Magistra* 165, (1961).

misso solidário com a alteridade, como exigência ética. Com essa preocupação, as igrejas cristãs batalham em favor dos problemas da terra, como espaço, distribuição, qualidade e destinação social.

> A terra, em si, não é um capital; é uma riqueza natural. À luz da fé vêmo-la como um dom gratuito de Deus, um dom dado a todos para viver [115].

Ainda no campo filosófico, vemos que, em sua gênese, a ética cristã também absorve muito do que Platão e Aristóteles desenvolveram. Pode-se até dizer que seus dois maiores filósofos, Santo Agostinho († 430) e São Tomás de Aquino († 1274) refletem em seus escritos e sermões muitas das idéias de Platão e Aristóteles. A essa tendência, que começa em Plotino († 270 d.C.) foi dado o nome de *neoplatonismo*. A purificação da alma, em Platão, e sua ascensão libertadora até elevar-se ao *topôs noetós* (mundo das idéias) tem sua correspondência na elevação ascética até Deus exposta por Santo Agostinho.

A ética de Tomás de Aquino tem muitos pontos de coincidência com Aristóteles e como aquela busca através de contemplação e de conhecimento alcançar o fim último, que para ele era Deus. A partir daí muitos textos, discursos e sermões foram elaborados visando uma ética, como um bom comportamento de pessoas que querem construir uma sociedade justa e sem desigualdades, onde o direito de cada um seja defendido com eqüidade, fiel ao que preconizou o profeta Isaías, seis séculos antes de Cristo:

> A paz será fruto da justiça (Is 32,17).

> Em 1996, há, portanto doze anos, consciente de que a exclusão denunciada não regredia, mas, pelo contrário, se acentuava mais ainda (...), a CNBB voltou ao assunto, repetindo o profeta

[115] KAUTZKY. K. *La cuestion agrária*. Ed. Siglo XXI, 1984.

> Isaías, ao dizer que "Justiça e paz se abraçarão". A cartilha e a pregação voltavam-se para a volta da ética na política, único dispositivo capaz de levar paz à sociedade [116].

Enquanto tivermos uma política setorial, clientelista, por *bancadas*, perfilada a interesses de grupos e cega aos clamores de quem os elegeu, sempre teremos episódios lamentáveis, de corrupção, rapina e indignidade, como os que os noticiários nos mostram todos os dias.

O sonho de justiça e paz se abraçando não deve ser vista como uma utopia. Pode acontecer, sim! Mas só teremos a felicidade de ver essa transformação, no dia em que a classe política, devidamente habilitada pelo voto consciente e discernido do eleitorado, cumprir de forma ética, efetiva e exclusiva, seu papel de zeladora do bem comum e dos bens sociais do povo e da nação.

Hoje, todos no Brasil reclamam da violência, dizendo que não se pode mais viver em paz. Ora, se "a justiça produz a paz", como ensina o profeta, e se constatamos uma quase total ausência de paz, isso sintomaticamente nos remete à conclusão de que não temos paz porque não temos justiça. Só quem postula e pratica a verdadeira ética é capaz de tornar-se um semeador da justiça e, por conseguinte da paz. Fora disso, sempre teremos discursos, demagogia, adiamentos e o indefectível agravamento da crise social.

O problema da terra no Brasil, não escapa da influência da *nova moral* política, em que o discurso não acompanha as práticas, e em que os interesses econômicos criam rótulos e axiomas capazes de lhes permitir um trânsito, livre e superveniente em todas as circunstâncias. Tão nefasto quanto os interesses econômicos é a desinformação da sociedade, que apenas vê aquilo que os meios de comunicação, geralmente comprometidos com esquemas escabrosos, querem que seja visto. Pior mesmo que as duas distorções anteriores é a falta de solidariedade de alguns cristãos, que mesmo perfilados a movimentos e associações pastorais, ainda não se deram conta de

[116] A *crise da ética*... op. cit.

que, no fundo, tudo trata-se de uma questão de solidariedade humana, de caridade cristã e de discernimento social.

A questão agrária, no Brasil, é proveniente dos reflexos da revolução industrial. Muitos homens do campo, e também pequenos empresários urbanos, foram marginalizados pela adoção indiscriminada das máquinas, em substituição à mão de obra humana. Expulsos do campo, desempregados e sem opção para seu trabalho manual, eles vão encher cortiços, periferias, favelas. É um fenômeno dramático cujas conseqüências desafiadoras por certo frustram as previsões desenvolvimentistas dos governos. O homem cria a máquina e os sistemas, e torna-se a primeira vítima deles. O progresso, sem planejamento, reverte, a médio e longo prazo, como uma ameaça.

A América Latina e igualmente o Brasil, possui uma das maiores extensões de terra agriculturáveis do planeta. No entanto, é um cenário onde se travam cruéis batalhas por um pedaço de terra para viver, para plantar, para manter dignamente a família.

> Nosso país é um dos que menos respeita o sagrado direito que o homem tem ao trabalho e á sua terra. É fácil encontrar-se imensas glebas de terra, desaproveitadas e ociosas, propositadamente abandonadas. E ali perto, muitas vezes, pessoas, famílias, trabalhadores, não têm o direito de possuir, e muito menos de explorar, um pedaço de terra para proveito próprio. Some-se a isto o fato de grandes glebas utilizadas por monoculturas, oleaginosas, celulose, sem preocupação, nem com a expulsão do pequeno agricultor (a agricultura familiar) nem a produção de alimentos [117].

A questão fundiária em nosso país ainda não obteve um trânsito mais ou menos livre na mesa do debate social. Ela é uma questão séria e que exige reflexões maduras e providências eficazes. O que mais sucede é observar-se pessoas que mantêm posições con-

[117] GALVÃO, A. M. *Ética cristã e compromisso político*. Ed. Ave-Maria, 1998

trárias e negadoras, por simples "ouvir dizer", tomando partido contrário sem o necessário conhecimento real do problema. Em geral essa formação inadequada da chamada "opinião pública", é feita por uma visão tendenciosa e distorcida passada pelos meios de comunicação, alguns deles subservientes ao sistema mantenedor e conestador das elites.

Com isso a sociedade passa a desenvolver preconceitos. Infelizmente somos ainda muito fiéis a rótulos. O preconceito, em geral, é uma atitude constante que antecipa julgamentos, do tipo "não sei, mas sou contra...".

O país vem sendo abalado por uma série de convulsões envolvendo questões de terra. O problema fundiário no Brasil é mais grave do que se imagina e mais profundo do que o governo sonha. Assim que surgem invasões, os homens do poder vão logo falando na necessidade de agilização dos processos de desapropriação e assentamento de colonos. Entretanto, como se diz, não é por aí... Em sua incapacidade de resolver os macroproblemas, o governo federal busca atacar com paliativos para iludir sei lá quem. O que o governo e toda a sociedade imaginam é que dar terras é fazer "reforma agrária". E não é. Na conjuntura político-econômica do Brasil, dar terras é o mesmo que dar uma enciclopédia a um índio. Ele não vai saber o que fazer com ela. E existem milhares de exemplos, desde a "ciclópica iniciativa de povoar a Amazônia com colonos gaúchos", intentada pela ditadura, na década de 70. Só dar terras, sem dar meios, não adianta nada. Diante das dificuldades que há décadas assolam o nosso meio rural, até famílias, com três ou quatro gerações na terra, estão igualmente repassando, entregando ou vendendo a troco de banana. Não há programas rurais, não há incentivos, não há uma política adequada. No "caminhonaço" a Brasília, levado a efeito por produtores rurais, escutou-se a mesma queixa dos sem-terra: a falta de

> apoio e de meios. A inexplicável morosidade da justiça (só é rápida na "reintegração de posse" ou para aumentar salários de magistrados) em fazer as desapropriações também concorre para o agravamento do problema. Além do problema institucional da falta de uma política oficial adequada, precisamos evitar, no momento, o acirramento dos ânimos e a escalada da violência [118].

O modelo econômico do meio rural brasileiro é deficiente, e por isso acarreta os seguintes problemas:

a)" onera a alimentação das populações;

b)" por causa da monocultura, o país tem que importar arroz (do Camboja), milho comum (dos Estados Unidos), milho transgênico (Paraguai)feijão (do Uruguai), trigo (da Argentina), etc.;

c)" pela monocultura a alimentação é pobre em nutrientes;

d)" evasão de divisas para a compra de alimentos, a fim de formar "estoques reguladores";

e)" descrédito/desestímulo à atividade rural;

f)" especulação imobiliária e absorção dos pequenos pelos grandes; usam a terra como moeda de troca e poupança econômica;

g)" farsa governamental ao acenar com "super-safras" de oleaginosas que, na verdade, não se destinam à alimentação do povo, mas de nutrientes para o gado dos importadores internacionais.

Longe de espiritualizar-se demais, a ética cristã mantém olhos abertos para as realidades do homem como ser, que embora

[118] Artigo que publiquei em 8 de setembro de 1995, no jornal "Zero Hora" de Porto Alegre, p. 17, sob o título "O Erro da Reforma Agrária".

tenha uma destinação sobrenatural, vive, na dimensão terrena, do social e do político. A ética cristã tem na fé seu ponto de partida. O grande desafio é cristianizar a ética social, arrancando-a do domínio das ideologias, para convertê-la no poder que irá transformar a política num instrumento do amor, da partilha e do bem comum. Optar pelos pobres, diz João Paulo II, é a primeira forma de se praticar a caridade cristã [119].

Para que a ética cristã ilumine a atividade política, é necessário que as pessoas mudem seu modo de ser, convertendo-se aos projetos de Deus. Quem coloca o poder acima de tudo, não respeita a liberdade do outro. A autoridade e a hierarquia, em geral, pelo degrau que impõem, banem o diálogo e a relação de amor. Quem tem misericórdia e *com-paixão* com o sofredor, não impõe autoridade.

> Conduzida como âncora da espiritualidade coerente e discernida, a fé torna-se um poderoso condicionador do senso crítico. Nesse particular, a fé é essencialmente crítica. Crítica, da mesma raiz de *crise*, dá idéia de uma ocasião de julgamento. Crítica é uma escolha de alternativas, exercendo um julgamento sobre as posturas sociais, as ideologias e, sobretudo, uma visão comparativa entre a realidade e o projeto de Deus. Historicamente, as ideologias iluminista, capitalista, marxista, comunista, neoliberal, de segurança nacional, nova ordem, pansexualismo, têm sofrido a crítica da fé e da ética cristã, e não têm sido aprovadas. Enquanto a fé irradia, abre, a ideologia fecha, privatiza, relativiza [120].

A mensagem mística da ética cristã, que tem a fé por base, não pode afastar o homem de sua obrigação de zelar e *re*-construir o mundo. A esperança do Reino ("novo céu e nova terra..." cf. Ap 21, 1) não deve arrefecer nossa preocupação com a felicidade e o

---

[119] SRS 43

[120] *Ética cristã e compromisso...* op. cit.

desenvolvimento humano ainda nesta vida. Aos essencialmente verticalistas uma advertência: É preciso construir um mundo mais humano. O mundo futuro, transformado, não é só obra de Deus, mas também do homem.

A fé não subsiste no abstrato. Para sabermos se o que sentimos é efetivamente fé, basta ver se ela produz frutos de amor. Nesse particular, a fé leva a uma transformação. Ela está inserta na história humana, como realidade e expectativa. As forças contrárias, daqueles que apenas *acreditam*, estão sempre a dizer que fé que transforma é uma utopia. Você concorda? De fato, se formos tentar mudar sozinhos alguma coisa, veremos que é muito difícil, senão impossível. Mas com a força de Deus, a fé pode ser levada aos segmentos mais resistentes. É um trabalho de paciência, de testemunho e de muita oração. A vida cristã, a espiritualidade vivida conforme o estado de cada um é a resposta concreta ao oferecimento (dons) de Deus. Como dom do Espírito Santo, a fé, além de um presente gratuito de Deus, é um acontecimento da graça. É a aceitação incondicional de Jesus Cristo e das exigências e interpelações de seu Evangelho.

Onde entra a bioética?

O verbete *bioética* exprime, por decomposição léxica, a ética que atua em defesa da vida, uma abordagem que está a serviço da biodiversidade e dos seres humanos. Não se trata tão-somente de medicina e biologia, testes e experiências genéticas, mas, sobretudo pelo zelo por todo o tipo de vida na terra. Nesse contexto, a bioética elabora um enfoque original a partir das realidades humanas, no que tange à vida como um dom incomensurável. Por isso, como disciplina, ela deve converter-se, para lograr eficácia, numa abordagem temporal, espacial, interdisciplinar, histórica, prospectiva, técnica, humanista e sistemática.

No âmbito da ética religiosa, encontramos diversas publicações, em livros e sites, onde as Igrejas cristãs se manifestam em favor da vida, e temerosas quanto ao uso indiscriminado daquilo que se imagina ser tecnologia. A "pastoral familiar" da Igreja Cató-

lica mantém um site onde debate e esclarece temas da bioética, principalmente aqueles relacionados com sua área de atuação.

> Sendo *a pesquisa ética aplicada às questões colocadas pelo progresso biológico,* a bioética tornase o estudo interdisciplinar do conjunto das condições exigidas por uma administração responsável da vida (humana, animal, biológica, ecológica), com vistas à felicidade humana, à melhoria da qualidade de vida na terra e ao progresso ordenado das ciências [121].

A natureza precisa ser preservada. Esta é uma das premissas da bioética. Natureza violada é dor de cabeça no futuro. Os Estados Unidos da América é o país que mais polui, emitindo gases venenosos e nocivos à saúde. Quando do encontro de Kyoto, em 2001, esta nação e o Japão, foram as únicas a não assinar o compromisso-protocolo de controle de emissão de gases. Hoje já voltaram atrás, depois de haverem chegado à conclusão que doenças respiratórias e problemas genéticos com crianças são oriundos desses gases. Esta é uma questão de bioética. Como disse o cardeal W. Schuster, em 1949, "Deus perdoa sempre; os homens, algumas vezes; a natureza, nunca!". O que se vê por aí, secas, enchentes, frustração de safras, deslizamentos, tudo pode ser atribuído a uma resposta enérgica da natureza, cansada de ser agredida.

O mundo em que vivemos é todo ele uma lição de equilíbrio e de harmonia. Quando esses atributos básicos deixam de estar presentes, é sinal que alguma coisa quebrou esse concerto tão sabiamente orquestrado. Sendo a natureza tão sábia e perfeita, é fácil detectar, no desequilíbrio, a ação, às vezes descuidada, noutras irresponsável e até predadora do ser humano. Para tudo existe uma razão ética, que quando não é observada, gera o descompasso, a injustiça, a infelicidade e a quebra de algum paradigma. Quando enxergamos, andando pela rua, cacos de vidro na pista, concluímos, mesmo sem ver o fato, que por ali aconteceu um acidente. Da

---

[121] GALVÃO, A. M. *Bioética, A ética a serviço da Vida. Uma abordagem multidisciplinar*. Ed. Santuário, 2004.

mesma forma, quando enxergamos a natureza em revolta, hostil e ameaçadora, também é possível definir tal desastre como um gesto de defesa de quem é constantemente agredido.

Toda a agressão à natureza volta-se contra o ser humano (quase sempre autor dessa atitude) em forma de um castigo ou de uma correção. A vida tem seus mecanismos de defesa e de implantar sua justiça. Antes da reflexão filosófica sobre a vida, vamos ver alguns segmentos desse mundo tão perfeito, e que nós nem sempre tratamos com a devida atenção. *Natureza*, portanto é o mundo material, especialmente aquele em que vive o ser humano e existe independentemente das atividades humanas ou, conjunto de elementos (mares, montanhas, árvores, animais etc.) do mundo natural.

Uma grande ameaça à nossa biodiversidade é a degradação do solo, que nada mais é que uma série de processos que levam à perda de qualidade dos solos, ou à sua redução quantitativa. A degradação pode ser causada por erosão, salinização, contaminação, excesso de drenagem, acidificação e perda da estrutura do solo, ou uma combinação destes fatores. O plantio irracional, com fins meramente mercantis, sem uma adequada e sistemática correção de solo, também acarreta essa degradação. No caso do Rio Grande do Sul, a ameaça vem das facilidades que o governo vem concedendo ao plantio de "árvores exóticas", que vão dar margem a outra catástrofe, chamada de "fábricas de celulose".

Como se vê, o mundo em que vivemos é uma beleza, rico e generoso. Poderá deixar de sê-lo um dia, por causa da ação predadora e irresponsável do ser humano. O mundo foi feito para nós e parece que desconhecemos a necessidade vital de preservá-lo. Se destruirmos a *oikos* (a casa) a nós confiada, estaremos destruindo a vida.

A crise ética em muitos de nossos segmentos sociais vem ocasionando a destruição em grande escala das matas. Concretamente a expressão *desmatamento*, se refere aos danos provocados pela ação humana, para explorar a madeira ou eliminar áreas florestais para fins de cultivos agrícolas, pecuária, explorações minerais ou urbanização de regiões, entre outros. O desmatamento mundial avança a um ritmo de 170.000 km^2 ao ano (superfície que supera a

da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte juntas). Entre 1980 e 1990, as taxas anuais de desmatamento foram de 1,2% na Ásia e no Pacífico, 0,8% na América Latina e 0,7% na África. A superfície florestal está, em geral, estabilizada na Europa e na América do Norte, onde o processo de desmatamento começou muito mais cedo e, por isso mesmo, seus efeitos negativos foram percebidos antes. É uma mentira deslavada o que dizem por aí, que devastar uma Mata Atlântica, por exemplo, ou degradar uma vegetação de pampa e depois "reflorestar" com eucaliptos e pinus é a mesma coisa.

> O desmatamento pode ocasionar erosão do solo e desestabilização dos lençóis freáticos, produzindo inundações ou secas. Também reduz a biodiversidade (diversidade de *hábitats*, espécies e tipos genéticos), sendo bastante significativo nas matas tropicais, que albergam boa parte da biodiversidade do mundo. Pode contribuir para desequilíbrios climáticos regionais e globais. Além disso, as matas desempenham um papel chave na absorção do carbono; se há desmatamento, o excesso de dióxido de carbono na atmosfera pode levar a um aquecimento global, com vários efeitos secundários problemáticos [122].

No caso brasileiro, uma circunstância agravante é que o desmatamento é realizado, na maioria dos casos, por meio de queimadas, praticado por empregados ou arrendatários, gente que não tem o mínimo compromisso com a biodiversidade. Este método expõe totalmente a fragilidade do solo, deixando-o a mercê dos processos erosivos que podem levar à desertificação. E mais: esses atos predatórios são praticados sob as barbas do Governo, que protesta, ameaça multar, prender e arrebentar, mas no fim nada acontece.

De uns tempos para cá, verificou-se uma notável euforia a respeito dos produtos transgênicos, ou OGM (Organismos geneticamente modificados). A finalidade da transgenia é basicamente ter

[122] Idem

mais lucro por semente plantada, sem riscos de pragas ou fracasso na colheita. No entanto, o conteúdo do *coquetel* de defensivos que é colocado em cada semente, ninguém sabe. Qual será o risco para os seres humanos ao ingerirem os derivados dessas sementes. Ninguém sabe!

Ante o drama da fome que sofre grande parte da humanidade, a Santa Sé pediu mais informações e que se aprofunde nos conhecimentos sobre os organismos geneticamente modificados. Assim anunciou o arcebispo Renato Martino, presidente do Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz, após a Conferência ministerial sobre Biotecnologia, que foi celebrada em Sacramento (Califórnia) de 23 a 25 de junho de 2003. A Igreja não é contra o uso dos transgênicos, conforme teimam em afirmar alguns detratores ou mal informados. Ela apenas deseja que a comunidade científica declare que a utilização de OGM é isenta de riscos, não sendo prejudicial ao homem, aos animais e à natureza. Por oportuno, e vinculado ao assunto, transcrevo uma matéria que publiquei em jornais, em junho de 2003:

> A cidade de Ibirubá (295 km de POA) acolheu, em maio/2003, o I Fórum Nacional da Soja Transgênica, onde foram debatidos assuntos ao plantio com sementes modificadas (transgênicas). Fui convidado a participar do evento, mas uma atividade anteriormente agendada me impediu. Como assessor da Comissão Especial de Bioética, eu venho estudando já a algum tempo o problema dos alimentos geneticamente modificados. Não tenho "outros interesses" nem me incluo no rol dos "inocentes úteis", por isso sinto-me à vontade de discorrer sobre o tema. O que se busca com a transgenia das sementes? Aumentar a produção! Ótimo! Aumentar o lucro, os ganhos! Melhor ainda! A que preço, em termos de saúde futura dos consumidores? Ninguém sabe! E como ninguém sabe a extensão dos riscos de uma mutação desse porte, seria recomendável um mínimo de bom senso, e não apenas se atirarem à fábula, com a avidez de quem só pensa no lucro.

Uma semente transgênica é um coquetel, sabe-se lá de quê. Imune às pragas e a outros assaltos, mas recheada de vírus, que não se sabe quais suas conseqüências, em médio prazo (falo em 6-10 anos) à população. Estou escrevendo um livro, que ficará concluído no fim do ano, "Bioética, a ética a serviço da vida", no qual dedico um capítulo exclusivo à manipulação genética das sementes. Não se pode ver as coisas só pelo lado da produção e do lucro. A ética se impõe, prioritariamente. Um deputado que se manifestou, na azáfama deslumbrada da tardia descoberta da pólvora, equivocou-se ao unir os juízos "transgênicos" e "fome zero". Do milho que se colhe, 10% vai para o consumo humano; 30% para o animal e 60% para as indústrias e para a exportação. Com a soja, quase 100% vai para o exterior.

O problema é que os países ditos civilizados, não consomem produtos modificados, eles os transformam e devolvem, em forma de matriz para iogurte, para as tantas matérias primas que as multinacionais daqui buscam de lá. Boa parte dos queijos industrializados que se come, têm também esses componentes. Os fabricantes, perfilados à teoria globalizada de que não deve haver barreiras à produção, e o que vale é a felicidade (leia-se lucro) do mercado, falam na "equivalência substancial" conceituada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para permitir o livre comércio internacional, sem que haja uma definição legal brasileira para ela.

O que se nota nesse acalorado debate, é a imposição de interesses, políticos e econômicos, em cima de um projeto que até pode ser bom, mas que ainda não mereceu a aprovação isenta da comunidade científica internacional. Isso sem falar nas restrições internacionais ao comércio de produtos modificados. Ninguém pode avaliar as

> conseqüências desses agentes no organismo humano, especialmente nas gestantes e nas crianças. Há quem fale em retardo, em dificuldades motoras e até em câncer. No caso de certas espécies de milho que oferecem por aí, nota-se que a propaganda da empresa ignora que o *Zea mays tunicata* tem no Brasil (MT e MS) seu centro de dispersão capaz de provocar dano à biodiversidade da superfície, conforme ensina o professor Sebastião Pinheiro [123].
>
> Sei que, por conta do mencionado Fórum, aquela operosa região vive a natural euforia dos transgênicos, como se todos os problemas da agricultura estivessem a um passo de se solucionar. Cuidado! Não quero ser "desmancha prazer" nem "joãozinho do passo certo", mas por uma questão de consciência, como é meu feitio ético, quis passar a meus leitores o que ouvi, li e estudei em cursos e seminários. Não é fácil bradar "o rei está nu", enquanto todos ao redor teimam em ver a beleza e a qualidade de suas imaginárias vestes [124].

Uma pessoa da capital, conhecida minha, totalmente isenta, que esteve presente ao evento, informou haver notado que a tônica maior dos debates foi o aspecto econômico, a produtividade, conquista de mercados e o lucro. Ninguém, ou quase ninguém questionou o aspecto dos riscos dos transgênicos à saúde humana, ao meio-ambiente e à biodiversidade. Hoje há inúmeras ameaças à vida no planeta, como poluição, degradação dos rios, sementes modificadas (transgênicos), deterioração de fontes e mananciais, assoreamento [125] de vias navegáveis, rompimento da camada de ozônio,

---

[123] In: Os riscos dos transgênicos, Ed. Vozes, 2000

[124] Artigo *A euforia dos transgênicos*, que publiquei no jornal Diário de Canoas (09/06/2003) e no Alto Jacui, de Ibirubá (06/06/2003), ambos no RS.

[125] Por assoreamento entende-se o acúmulo de sedimentos pelo depósito de terra, areia, argila, detritos etc., na calha de um rio, na sua foz, em uma baía, um lago etc., É a conseqüência direta de enchentes pluviais, frequentemente devido ao mau uso do solo e da degradação da bacia hidrográfica, causada por desmatamentos, monoculturas, garimpos predatórios, construções etc. O rio assoreado passa a correr mais lentamente, o que, por sua vez, provoca mais assoreamento, gerando um

desperdício de água, aquecimento da atmosfera, etc. Há mais de quinze anos a Igreja denuncia o desrespeito com a natureza, que nada mais é que uma ameaça à vida.

> A natureza é um dom que deve ser acolhido com atitude de reverência e louvor, veneração, respeito, ternura e compaixão. Mais do que isto: exige atitudes concretas de renúncia ao consumismo, ao abuso dos seres animados e inanimados, e da exploração predatória da natureza, da injustiça institucionalizada que relega o pobre à condição de subumano [126].

Os crimes contra a biodiversidade

A palavra *biodiversidade*, provavelmente cunhada na década de 90 refere-se ao conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes na biosfera ou em determinada região; também chamada de diversidade biológica, variedade de organismos vivos em um *hábitat*, ou zona geográfica determinada. Geralmente mede-se essa riqueza através do número de espécies ou subespécies de plantas, animais e microorganismos. A diversidade de espécies é imprescindível para o funcionamento natural dos ecossistemas e, portanto, é um indicador do estado de saúde de determinado meio.

Nos *ecossistemas* brasileiros, observa-se a integração entre os seres vivos (comunidade) e o ambiente físico (fatores abióticos) própria de cada uma das diferentes regiões naturais brasileiras. A Amazônia, a Caatinga, o Pantanal, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Mata de Araucárias, os Campos Gaúchos, a Mata dos Cocais, os Manguezais e as Restingas são exemplos dos ecossistemas brasileiros mais importantes. Alguns autores apontam a existência de outros.

---

círculo vicioso; com o passar do tempo, inviabiliza-se a navegação, modificam-se os ecossistemas, diminui o volume de água na calha, causando inundações e problemas de abastecimento, secas, etc.

[126] CNBB. *Seminário sobre Ecologia e Desenvolvimento*. Brasília/DF, maio de 1992

Prefiro ficar com esta divisão, mais acadêmica. O Brasil possui inúmeros ecossistemas; e essa variedade se deve a extensão do seu território, bem como à diversidade de climas, relevos, tipos de solo e a sua localização no planeta, entre outros.

Para um salutar culto à natureza é preciso que se respeite as riquezas da biodiversidade. Plantar, por exemplo, uma palmeira num manguezal, ou criar caranguejos na caatinga é contrariar o projeto original da natureza. Árvores, plantas, córregos, animais e mesmo insetos pertencem a uma determinada cadeia biológica. Tentar mudar essas condições é cometer um crime contra a natureza e – por extensão – contra o ser humano. Botar abaixo uma extensão de Mata Atlântica para plantar eucaliptos, que vão produzir apenas celulose é um crime ambiental que se comete no Brasil, com o beneplácito de nossas autoridades. O trato com a biodiversidade, uma das bases da bioética, deveria ser uma das prioridades da educação do nosso povo. Não adianta termos pessoas especialistas em língua portuguesa, leis, finanças e artes se não tivermos uma gente que cuide do patrimônio natural, verdadeira e primeira riqueza de nossa terra. Como já se disse, bioética não é campo de pesquisa e especulação apenas do médico ou do biólogo. Por ser uma disciplina multifacetada, ela interessa a diversos profissionais, inclusive ao *moralista* (o especialista em Teologia Moral).

Em muitas oportunidades se tem escutado em entrevistas de rádio, jornal e tevê a questão: "*Por que tantos passam fome no Brasil?*". É gozado que todos os levantam perguntas desse tipo sabem a resposta, mas em um gesto demagógico e hipócrita questionam o inquestionável. É um erro e um pecado que clama aos céus dizer que existe fome porque é vontade de Deus. É uma blasfêmia imaginar que Deus possa estar de acordo com uma barbaridade dessas. O cidadão insensível ou acomodado dirá que a fome ocorre porque o pobre é vagabundo, não gosta de trabalhar, porque tem muitos filhos. Ora, vemos e sabemos que as oportunidades hoje em dia estão cada vez mais difíceis. Um jovem de boa aparência, curso superior, barba feita, cara de bem nutrido, não consegue arranjar um emprego, quanto mais um pobre, magro, com cara de pobre...

> Essa de dizer que há oportunidades para todos é uma balela que os acomodados criaram para justificar sua inércia e jogar tudo no *status quo*. Nunca esquecendo que as "revoluções" ou golpes-de-estado ocorridos no Brasil nunca visaram mudanças, mas, tão-somente, impedir reformas. A fome, do jeito que se afigura, não se torna problema somente daqueles que a sofrem no estômago, mas de toda a sociedade que, fechando-se, elitizando-se, tornando-se insensível aos problemas de todos, cria essas terríveis distorções, capazes de gerar a intranqüilidade e o desequilíbrio social [127].

Existe fome porque não há uma política de plantio de alimentos em nosso país. Pensa-se mais em ganhar divisas, obter lucros, faturar dividendos eleitoreiros do que possibilitar ao povo o acesso aos alimentos.

> Quando deram a notícia ao líder de um movimento popular que ministrava uma conferência na PUC, em Porto Alegre, que algumas mulheres agricultoras, filiadas à *Via Campesina*, haviam levado a efeito uma depredação nas instalações de um laboratório experimental da Aracruz, o conferencista limitou-se a perguntar: "Come-se eucalipto? Celulose é alimento?". Perguntou, deixou a questão no ar, e logo a seguir retomou o tema de sua conferência. A resposta era óbvia.

> É certo que em um estado civilizado não se admitem atitudes predatórias, capazes de colocar em risco a segurança de pessoas ou a inviolabilidade de patrimônios, sejam privados ou públicos. A violência, preliminarmente, não é a solução para nada, pois se torna algo mais nefasto que aquela que deseja combater. No entanto, aqueles

[127] *A fome e o ensino social...* Op. cit.

fatos têm uma profundidade que sintomaticamente não foi alcançada pela grande mídia ou pelos julgadores do "ouvir dizer". No que o plantio do eucalipto e a manufaturação da celulose auxiliam a minorar a fome e o elevado grau de desnutrição de nosso povo? Nada! Que lucro traz para o País? Embora injustificável, a violência pode ser uma forma de protesto das minorias excluídas.

Ora, se a resposta é nada, mesmo que não se queira justificar o pretenso vandalismo de pessoas cujo desespero e falta de esperança cerceou uma visão mais discernida da realidade, conclui-se que plantio de árvores e extração de resinas, que não contribuem para o bem-estar do povo, são coisas de mínimo contributo. A geração de empregos é mínima.

Há tempos escutei um mal-intencionado falar em "reflorestamento". Ora, sabemos que a maioria desses "processos de reflorestamento", do jeito que se vê por aí, é a maior farsa que se pode imaginar. O tubarão extrativista abate as florestas, a Mata Atlântica ou Nativa, e em seu lugar planta eucalipto ou pinus. Essas árvores, exceto andaime para obras ou móveis de quinta-classe, não servem para nada. A terra agredida, a biodiversidade, mananciais, pássaros, pequenos animais, minhocas, etc., desenraizadas das matas naturais, não subsistem em um ambiente artificial. Constando-se a mínima utilidade social do eucalipto e de seus subprodutos, resta-nos questionar a probidade de quem deu a autorização para as empresas estrangeiras se instalar entre nós. O fabrico de celulose é proibido na Europa; então eles vêm plantar aqui, onde os deslumbrados aceitam tudo, sob o sofisma das divisas e da "geração de empregos"

> Em dezembro 2007 estive em Porto Seguro, Bahia, em atividades culturais e de lazer. Lá pude ver os danos que as empresas extrativistas têm causado à biodiversidade, com o plantio de centenas de hectares de eucaliptos e pinus que só produzem celulose. Expulsaram o povo da região, acabaram com a capacidade da terra produzir alimentos, acabaram com a vida animal, tudo sob as vistas complacentes do Governo estadual, que acha que este crime será bom daqui a algum tempo. Bom para quem? [128]

Lá, como está ocorrendo agora na metade-sul do Rio Grande, a Aracel plantou milhares de hectares de eucalipto. Esse plantio predador expulsou agricultores, pássaros e aves, detonando a biodiversidade. Mas os técnicos da multinacional e os padrinhos do Ibama e do Governo da Bahia, que são muito "bonzinhos", disseram que depois de sete anos de plantio, se a terra descansar por seis meses, torna-se fértil de novo. Tem gente que acredita nisso. E ninguém vai preso. Para plantar aquelas espécies é necessário desmatar ou passar o arado em pastos e vegetação da pampa. Em cima da devastação brutal, os interessados economicamente no butim acenam com um "reflorestamento" fictício e sofista.

> O impacto da atitude antiética da espécie humana sobre o meio-ambiente tem sido comparado às grandes catástrofes do passado geológico da Terra; independentemente da atitude da sociedade em relação ao crescimento contínuo, a humanidade deve reconhecer que agredir o meio ambiente põe em perigo a sobrevivência de sua própria espécie. Usando mal sua liberdade, e tomando como ângulo de visada apenas seus objetivos

[128] Excerto do artigo *Come-se eucalipto*? que publiquei nos jornais Diário de Canoas (24/03/2008) e Alto Jacui, de Ibirubá (28/03/2006), e também do portal Adital www.adital.com.br

> individuais, o homem tem causado mal a si, ao outro, aos animais e à natureza [129].

O quadro aterrador levantado nesta análise sociológica de nossas realidades não tem retoques ideológicos. Ele tenta mostrar a vida dos pobres, como ela é. Os efeitos devastadores que atingem aos pobres, têm efeito em causas variadas, todas nidando em seu íntimo um comportamento equivocado, antifraterno, irresponsável, ambicioso, criminoso até. Seus agentes são aquelas pessoas detentoras do poder de decisão, que sabem tão bem administrar, legislar ou julgar em causa própria, ou os detentores das grandes fortunas que não têm o mínimo gesto de solidariedade, que sempre querem mais e mais, daqueles que de barriga cheia, roupa quente e dinheiro no bolso, esquecem a desgraça dos que sofrem, vivem ao desabrigo, morrem de fome, sem a mínima perspectiva de uma vida digna.

Muitos passam fome porque quem tem alimento disponível e supérfluo de bens e recursos é incapaz de repartir. Já olharam o que vai fora de alimento nas latas de lixo dos ricos? Na impossibilidade de obter os bens pelas vias normais, os miseráveis buscam auferir alguma coisa, pelo estelionato, pela violência que vai desde um simples furto até o assalto, o tráfico de drogas ou o seqüestro. A sobrevivência, como *estado de necessidade*, às vezes pode levar ao caminho da revolta, da violência e da marginalidade. Em muitos casos, a violência social, que tanto execramos, não é uma conseqüência, mas uma causa.

A indústria da celulose

A crise da ética aponta hoje, no Rio Grande do Sul, como já dissemos, para o plantio indiscriminado e criminoso de extensas florestas de eucaliptos e demais "espécies exóticas". A partir desse plantio desencadeia-se um assustador "efeito cascata", onde destacamos as fábricas de celulose, e o encolhimento das "faixas de fron-

[129] *Bioética. A Ética a serviço...* op. cit.

teira", tudo perfilado aos interesses das multinacionais. A esse respeito, uma notícia recente, veiculada no Correio Braziliense:

> Rosário do Sul e Alegrete (RS) – A empresa sueco-finlandesa Stora Enso começou a negociar a compra de terras na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul por intermédio da empresa Derflin Agropecuária, constituída de acordo com as leis brasileiras, mas com 99,99% das suas cotas em nome da Stora Enso Uruguay, criada no Uruguai e controlada pela Stora Enso Amsterdam. Resumindo: uma empresa estrangeira estaria comprando terras na faixa de fronteira do Brasil, o que exige uma prévia autorização do Conselho de Defesa Nacional (CDN). A própria multinacional percebeu a falha e encontrou uma maneira heterodoxa para "legalizar" as aquisições: criou outra empresa, a Azemglever Agropecuária, em nome de dois funcionários brasileiros. O caso foi parar na Polícia Federal [130].

Sobre as fábricas de celulose já foi falado, mas vale repetir. Trata-se de um tipo de indústria que polui a água e provoca um mau-cheiro incrível. Quem é da minha geração recorda o odor que vinha da usina da Borregaard (hoje Riocel) em Guaíba, lá do outro lado do rio, que derramava seu fedor sobre toda a cidade de Porto Alegre. Foram necessários muitos protestos e medidas oficiais que duraram décadas para que a situação se normalizasse. Mesmo assim, especialistas afirmam que a poluição irreversível do rio Guaíba ocorre por causa da citada indústria.

No campo da contaminação, sabe-se que as fábricas de celulose tradicionalmente usam o cloro para branquear a celulose. Conforme cresceu a preocupação com o meio ambiente, descobriu -se que o branqueamento gerava uma grande quantidade de *organoclorados* (dioxinas e furanos), muito tóxicos, persistentes e com capacidade de ir se acumulando em organismos animais e até humanos.

[130] IN: Correio Brasiliense *on-line* (04/05/2008 – 09h31min)

Na década de 80, várias pesquisas sobre a indústria da celulose demonstravam que esta liberava dioxinas e furanos, dois dos 12 contaminantes controlados pelo Convênio de Estocolmo.

A instalação de uma fábrica finlandesa de celulose, a Botnia, na cidade de Fray Bentos, às margens do rio Uruguai, na divisa com a Argentina, está gerando uma preocupante tensão entre os dois países. Os ambientalistas argentinos vêm pressionando as autoridades de seu país no sentido de uma medida mais enérgica contra a citada indústria. Têm havido boicotes, como bloqueio de pontos e rodovias. Tais medidas se somam às adotadas pelos ambientalistas da cidade de Gualeguaychú há mais de um ano. O acesso terrestre entre os dois países tem sofrido bloqueios, gerando constrangimentos.

Alguns ingênuos (ou seriam mal-intencionados industriados pelo "poder econômico"?) costumam levar a discussão para outro campo, alegando que há uma geração de empregos, arrecadação de impostos e melhorias viárias, etc. Aí entra a moral e a ética, a nos ensinar que os fins não justificam os meios. E que uma coisa (é o fundamento da Teologia Moral) pode ser *extrinsecamente boa* (empregos, impostos, melhorias) mas de outro lado revelar-se *intrinsecamente má* (degradação do solo, prejuízos à fauna, erradicação de zonas de plantio de alimentos). O que é mau jamais obterá foros de justiça ou de ética, embora venha coberto com ouro e prata.

Um outro alerta cabe, embora fuja um pouco do escopo deste trabalho, no que se refere ao plantio da cana de açúcar em diversas áreas do país. Como ocorreu com a soja, estão abandonando roças de cultivo de alimentos (sementes, frutos e hortaliças) para plantar a cana, que produz álcool e gera lucro e dinheiro na conta dos que plantam. Disse *dos que plantam*, porque em muitos casos, o que planta não é o dono da terra, que seduzido pelo tilintar de míseras moedas, arrendou a terra (que servia para a subsistência familiar e uma pequena agricultura) para o especulador. Não há ética em trocar o plantio de alimentos que, por causa das políticas oficiais caóticas, dá menos resultados que a cana de açúcar, que se transforma em álcool combustível.

Ora, de um lado os ecologistas são contra a derrubada de árvores para a confecção do papel (que é muito mais ecológico que o plástico). De outro, os interessados na indústria da celulose degradam a natureza para plantar suas árvores. Sabiam que um pé de eucalipto suga o dobro da água consumida por uma espécie nativa? Eu até acho que se deve plantar árvores para fabricar papel. Os sacos de supermercado, por exemplo, feitos de papel são mais práticos, higiênicos e ecológicos do que os sacos plásticos. Mas daí a cair-se em uma monocultura irracional, com fins de exportação para a Europa, já é demais. Fabricar papel para as nossas necessidades internas é ótimo; plantar florestas para exportar o produto da celulose é um gesto predador, que depõe contra a ética devida à terra, à sociedade e à pessoa humana.

O repórter Edgar Lisboa [131], (06/05/2008, Internet) fez uma reportagem excelente a respeito do que ele chamou de "O preço da devastação". Segundo a matéria, políticos gaúchos facilitaram a expansão indiscriminada das indústrias de celulose em troca de verbas destinadas às suas campanhas eleitorais em 2006, de acordo com uma série de reportagens do jornal. Transcrevo abaixo a reportagem:

> Com contribuições de campanha para 19 políticos e a promessa de investimentos de R$ 10,7 bilhões em cinco anos, três grandes empresas produtoras de celulose (Votorantim, Stora Enso e Aracruz) invadiram a Metade Sul do Estado com florestas de eucaliptos, escreve o jornalista gaúcho Lúcio Vaz. As relações com o meio político foram azeitadas com doações no valor de R$ 2 milhões nas eleições de 2006, sendo ... (e aí vai uma extensa nominata de políticos de todos os partidos, com os respectivos valores).

[131] edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

> Pressionado pela mídia de fora, um deputado gaúcho afirmou que "A faixa de fronteira não tem nada a ver com celulose. As empresas podem arrendar a terra se quiserem. Eu defendo a faixa de fronteira como objeto de desenvolvimento e progresso, pois atualmente um quinto do Estado não pode receber investimentos. Hoje, a questão não é mais ter quartel, garantir a segurança nacional, queremos investimento nesta região, defende o político.

Nas mesmas águas as indústrias papeleiras, empresas de produção de celulose rebateram ontem as acusações afirmando que "não haverá prejuízos ao meio ambiente, como a ocorrência de secas e empobrecimento do solo, porque os seus projetos empregam tecnologias modernas, seguem o zoneamento ambiental do Estado e reservam grandes áreas para preservação da vegetação nativa". Todavia, o Correio Braziliense publicou no início de maio de 2008 uma notícia em que narra a seca provocada no Uruguai pelas florestas de eucalipto.

Em termos de mídia há algo curioso e sintomático. Quem tem feito as denúncias a esse respeito são jornais de fora. Os periódicos gaúchos, a partir de Zero Hora e outros menos votados, só fazem matérias enaltecendo a "conquista" do Governo do Estado em trazer para cá empresas que vão proporcionar tamanha "prosperidade". As "contribuições" às campanhas eleitorais de 2006 nunca foram ventiladas pela imprensa gaúcha. Por que será? Espera-se que o Ministério Público, tão atento aos deslizes nacionais, tome conhecimento e as medidas necessárias.

Na tragédia brasileira, infelizmente não existem inocentes. Somos todos cúmplices por omissão, covardia e conivência. Neste caso, o silêncio dos "honestos" é tão pernicioso quanto a atitude dos predadores. No concerto laudatório da mídia gaúcha, só se vê vantagens. Querem ver?

1. Investimentos

Os dados publicados na imprensa falam em "milhões de dólares". Só que é tudo em favor "deles". Vão investir em instalações em favor de seu projeto. O povo não come celulose.

2. Impostos

As notícias dão conta que a região que acolher essas indústrias deve se beneficiar com a divisão do VA (Valor adicionado) do ICMS. Não creio muito! Quando instalou a GM em Gravataí o governo deu tudo de "mão-beijada", isenção de ingressos está que o estado se ressente financeiramente até hoje. Lá pelas tantas, num arroubo eleitoreiro e de marketing político, quem nos diz que essas empresas não serão "agraciadas" com isenções análogas?

3. Empregos

As fanfarras da mídia gaúcha (leia-se jornal Zero Hora) falam em três mil vagas. Será? Esse tipo de indústria é eminentemente automatizado. Nas plantações usam "safristas", em subempregos cíclicos. Além disto, há que se considerar, no interior do Rio Grande, a incidência secular de "trabalho escravo" em algumas propriedades rurais. É um risco!

4. Portos

Igualmente falavam na construção de dois portos, um em Guaíba (ou Eldorado do Sul) e outro em São José do Norte. Eu disse *falavam*, porque hoje não se escuta mais essa bazófia. A tendência mesmo é usar (e onerar) o porto de Rio Grande para exportar a celulose para a Europa. Mesmo assim, não seriam *portos*, na acepção

da palavra, mas meros atracadores particulares para uso exclusivo deles.

Perfilada ao espírito mercantilista do governo do Estado, a mídia só invoca as vantagens daquelas instalações. Só falam nos ganhos; esquecem-se de relatar os ônus, a diminuição das áreas de plantio de alimentos, a agressão ao meio-ambiente, etc. Vejam os dados abaixo:

Todos ganham [132]

> A instalação da fábrica (da VCP) deve beneficiar toda a região, com a divisão do valor adicionado (VA) do ICMS.

> Em 2006, foi assinado um convênio com o governo gaúcho para garantir a partilha da VA entre as localidades (Arroio Grande ou Rio Grande) que poderiam receber o investimento.

> O acordo estabelece que o município-sede ficará com 50% do retorno e os restantes 50% serão distribuídos entre os mais de 20 municípios da área de atuação da empresa na região.

É preciso ver os dois lados da moeda. Vai haver um significativo aporte de recursos e tecnologia. Seria ingenuidade negar este fato. Mas, de outro lado, há que se avaliar os danos à biodiversidade, à estagnação de produção de alimentos e aos demais prejuízos. Depois de instalada, uma fábrica dessas não se tira nunca mais dali,

[132] Artigo "*Dois meses para definir o local*", jornal Zero Hora, 9 de maio de 2008, p. 26, assinado pelo jornalista Rafael Varela (rafael.varela@zerohora.com.br).

nem que produza bombas ou armas químicas. Os contratos, já que nossos órgãos são "generosos", devem vir amarrados com inarredáveis cláusulas leoninas.

Após tantos absurdos, constata-se que as empresas de celulose passaram a determinar a política ambiental no Rio Grande do Sul. As multinacionais reclamaram dos entraves legais e ambientais para a expansão de seus negócios. Após a pressão, o Governo do Estado demitiu a Secretária do Meio Ambiente e o Presidente da fundação responsável por emissão de licenças. Como são proibidos produzir celulose na Europa, vêm fazê-lo aqui.

As empresas de celulose vêm aumentando progressivamente sua capacidade de influência no Estado, desempenhando um papel fundamental na definição de políticas na área ambiental. O lobby das empresas Aracruz, Stora Enso e Votorantin, que já era forte durante o governo anterior ficou ainda maior.

Após as demissões, as licenças ambientais começaram a ser emitidas rapidamente. Cada vez mais forte, o eucalipto avança pelo pampa gaúcho, repetindo movimento que ocorre também no Uruguai. O poder de influência do setor de celulose apóia-se em duas pernas: a política e a mídia. As verbas publicitárias aplicadas nos principais veículos de comunicação do Estado garantem uma cobertura simpática e, não raras vezes, militante em defesa dos projetos de expansão do plantio de eucalipto e pinus e de construção de fábricas de celulose no território gaúcho. É interessante observar como as licenças da Fepam, sempre tão morosas, nesses casos tornaram-se céleres.

A estratégia de conquista da opinião pública é explícita. Em um artigo publicado no site da Aracruz, um executivo da empresa, afirma que "a inteligência empresarial considera estratégico e sensato aproximar-se dos jornalistas e tratar a comunicação, nas suas múltiplas vertentes, como um diferencial fundamental".

As empresas de celulose trabalham amiúde com essa regra. Em novembro de 2006, a Stora Enso levou um grupo de jornalistas gaúchos para visitar a sede da empresa na Finlândia. Integraram a comitiva "aqueles" jornalistas que se conhece, de ranços neoliberais. Um dos mais deslumbrados escreveu em seu blog: "Os investimentos que mudarão a face econômica da empobrecida metade sul têm sido bombardeados por ONGs e pela esquerda em geral, que falam a torto e a direito na criação de desertos verdes. São mentiras e bobagens que, repetidas, podem virar verdade na cabeça de muita gente". Nessas águas, conforme denúncia do Correio Braziliense (que nenhum jornal gaúcho deu ressonância), há suspeitas de multinacionais da celulose patrocinando campanhas políticas.

Impedida, por força de lei, de fixar investimentos estrangeiros em faixas de fronteira, a Stora Enso teria constituído uma nova empresa, a Azenglever
Agropecuária Ltda., com capital social brasileiro, que passou a adquirir as terras na fronteira. Plantar eucaliptos não é reflorestar, mas dar curso a uma fraude. Nada substitui a mata nativa derrubada no passado.

Na zona sul do Rio Grande onde aquelas empresas querem plantar eucalipto para produzir celulose, já tem gente vendendo terras de plantio de arroz. Já perdemos terras de trigo, feijão, soja e

suinocultura. Troca-se comida por celulose. Em 28 de julho, o jornal Zero Hora (pág. 29) anuncia a "suba" do preço do arroz gaúcho. Teria alguma relação? [133]

O plantio das "exóticas"

Por "árvores exóticas" entende-se aquele tipo de vegetal que, sendo originário de outra região ou bioma, é plantado em um ecossistema diverso, em geral com finalidades de "reflorestamento" ou base agrícola com fins industriais, como produção de celulose e seus subprodutos, especialmente o papel. Socorrendo-nos de conceitos da botânica, a expressão "árvores exóticas" significa aquele tipo de planta que não faz parte da flora nativa; planta introduzida; planta originária de outro país.

Em curso realizado em Rio Branco do Sul, o educador e botânico Gastão da Luz realizou um debate com moradores locais sobre a expansão do pinus e do eucalipto na região. Na conversa, apontou o alto uso de agrotóxicos usado em ambas as culturas para combater vespas, macaco-prego e fungos. No modelo de monocultura, pinus e eucalipto estão expostos a uma série de fitopatologias, por serem exóticas.

"Quebra-se toda a teia da vida com a prática de monoculturas de exóticas, que implicam em uso de agrotóxicos, além da disseminação não controlada de sementes, inviabilizando uma agrodiversidade possível e não se mantendo a biodiversidade local. Mas essa é mais uma pérola do que

[133] Artigo *Comida ou papel*? que publiquei nos jornais Diário de Canoas (14/08/2007), Timoneiro, Canoas (11/08/2007), Alto Jacui, de Ibirubá (10/08/2007) e O Solidário, de Porto Alegre (01/09/2007). O mesmo foi mandado para o jornal Zero Hora (RBS) de Porto Alegre que, por razões óbvias e sintomáticas, ignorou.

> foi apelidado de 'fomento florestal', regime sob o qual a empresa é dona de solos, ares, águas, corpos, mentes e lucros!", acusa.
>
> Um eucalipto adulto, no verão, chega a jogar na atmosfera de 700 a 2 mil litros na forma de vapor – dados conhecidos há mais de quatro décadas. Para Gastão da Luz, a política de monocultura de espécies exóticas remonta à década de 1960, sob o discurso do regime militar de crescimento a qualquer preço.
>
> Na denúncia do ex-sindicalista Alexandre, as reflorestadoras de pinus e eucalipto formam um poder que ameaça os trabalhadores do campo. "Ao menos, organizar-se dentro das dependências da Votorantim não traz ameaças à vida. (...) Elas têm o discurso de que preservam a mata ciliar, mas na primeira colheita queimam tudo", comenta [134].

Elas, as multinacionais do papel e da celulose estão plantando "exóticas" por aqui por causa das fábricas que vão construir, pois na Europa é proibido produzir celulose. Aliás, plantam exóticas e abrem fábrica de celulose por que nós, povo, mídia e governo somos uns "bananas". Então, fazem toda a sujeira e devastação aqui, onde moram tupiniquins sem voz, onde há uma mídia sem escrúpulos éticos e políticos cooptados. A coisa fica como o diabo gosta. Depois eles mandam a matéria-prima da celulose, onde eles vão produzir o "bonito papel", às custas de nossos prejuízos. E ninguém vai preso!

No Brasil há uma disseminação irracional de espécies invasoras (árvores exóticas) em todos os ecossistemas terrestres e de água doce. Medidas de prevenção para evitar a entrada de novas espécies invasoras são necessárias para evitar impactos futuros. Ações de controle são fundamentais para mitigar os impactos já existentes.

[134] CARRARO. P. In: www.brasildefato.com.br

Certas plantas têm a capacidade de alterar processos ecológicos e atrapalhar o funcionamento dos ecossistemas. Essas são sempre as que mais preocupam e são denominadas de "transformadoras". Urge que as autoridades estabeleçam prioridades para controle, erradicação e regulamentação em caso de terem uso econômico. As características comuns de espécies exóticas invasoras, independente do tipo de organismo, estão na facilidade e rapidez com que se reproduzem, na proliferação intensa, na flexibilidade adaptativa e na capacidade de dominarem os ambientes que invadem, expulsando espécies nativas e alterando ecossistemas.

Nas últimas décadas, o crescente investimento em plantações de árvores exóticas para fins comerciais no Brasil tem tornado cada vez mais freqüente a estratégia, usada tanto pelo governo como pelas empresas produtoras de celulose, de associar o plantio comercial de monoculturas de árvores à idéia de "florestamento" ou de "reflorestamento". Entretanto, uma área onde se concentram milhares de árvores de uma mesma espécie (e onde a nenhum outro tipo arbóreo é dada a chance de crescer e se desenvolver) não deve ser relacionada a uma área florestal, muito menos ainda a uma floresta brasileira. No nosso país, uma área de floresta apresenta relações entre flora e fauna bem mais complexas e uma biodiversidade bem mais abundante. Ou seja, o plantio comercial de monoculturas de árvores exóticas deve ser desassociado da idéia de *florestar*, sendo bem mais aceitável a idéia de plantações de arbóreas ou de monoculturas de árvores. No entanto, se o uso do termo "reflorestamento" para nomear o plantio de monocultura de árvores exóticas já é por si só demasiadamente impróprio, quanto mais inadequado não será a utilização do termo "reflorestar" para definir o plantio destas mesmas árvores em pleno campo nativo sul-riograndense. Os campos do Rio Grande do Sul, que se estendem de norte a sul do estado, fazendo parte de pelo menos dois importantes biomas brasileiros (Mata

> Atlântica e Pampa), são compostos por cerca de 3000 espécies diferentes de plantas, que na sua composição de flora podem ser considerados tão ricos quanto uma floresta tropical. Portanto, a idéia de que a expansão dos plantios de árvores por sobre as áreas de campos constitui-se num imenso benefício para o meio ambiente gaúcho, em função de que haveria um incremento na quantidade de florestas no estado, é uma grande falácia! [135]

Segundo informações de especialistas, algumas espécies exóticas têm as raízes muito bem preparadas para absorver toda a água que conseguirem. Como é o caso do eucalipto, que absorve tanta água do solo, que este chega a ficar seco. Muitos locais estão com o solo pobre por terem sido invadidos por esta espécie, que muitas vezes é plantada por pessoas que desconhecem este problema. O maior erro em se plantar "exóticas" como o eucalipto e o pinus, é que estas espécies crescem muito rápido. Pessoas e empresas que são obrigadas judicialmente a reflorestar utilizam estas espécies para mostrar o resultado o mais rápido possível, sem saber o dano que estão provocando ao meio-ambiente. Vamos conhecer o contaponto? No site da Associação Brasileira de Florestas Plantadas surge a pergunta: Por que plantar florestas? Curiosamente, eles perguntam e eles mesmos respondem:

> A sociedade necessita cada vez mais de produtos de base florestal para a sua sobrevivência e conforto. As florestas nativas, antes abundantes em todo o mundo, estão cada vez mais escassas e ameaçadas de desaparecerem. O pouco que resta é indispensável para a manutenção da biodiversidade e de diversos serviços ambientais.
>
> Neste contexto, as plantações florestais apresentam um papel de destaque nos cenários nacional

[135] SCHNÄDELBACH, C. V. IN: www.defesabiogaucha.org/textos

> e internacional. Sabe-se hoje que somente por meio de florestas plantadas serão obtidas as matérias-primas (madeira, celulose) para dar conta das necessidades sociais sem aumentar a pressão sobre o pequeno remanescente das florestas naturais. O Brasil apresenta alguns fatores favoráveis à silvicultura, como as condições de solo e clima tropicais, o desenvolvimento de tecnologia de ponta, além da disponibilidade de áreas para plantio e mão-de-obra.
>
> Apesar da relevância desse setor para a economia brasileira, alguns aspectos, principalmente os relacionados às interações com o meio ambiente, ainda não foram amplamente divulgados ou não são de conhecimento da grande maioria da população.

Quanto aos danos causados à fauna e à flora, a citada associação, dando curso ao sofisma, falseia a verdade ao afirmar:

> Nas propriedades destinadas ao cultivo do eucalipto são mantidas as matas nativas para compor áreas de reserva legal (no mínimo, 20% da propriedade). As nascentes e as matas ciliares também são protegidas. Estas áreas protegem e fornecem alimentos para a fauna silvestre, entre outras funções. Além disso, a fauna silvestre utiliza, além das matas, as áreas de plantio de eucalipto para a construção de ninhos, locomoção e alimentação.
>
> As áreas preservadas também são importantes para o equilíbrio ecológico dos sistemas produtivos, pois mantêm espécies importantes para o controle biológico de pragas e doenças nas plantações. Essas áreas são protegidas contra caça e pesca ilegal, corte de árvores e incêndios florestais.

> Por ser uma cultura de porte florestal, o eucalipto e o sub-bosque presente nos plantios formam corredores para as áreas de preservação e criam um hábitat para a fauna, oferecendo condições de abrigo, de alimentação e mesmo de reprodução para várias espécies.

Eu estive recentemente na Bahia, na região de Trancoso, Porto Seguro, onde pude ouvir do povo queixas referentes à expulsão dos pequenos agricultores da terra, para favorecer o plantio de árvores. Naquela região o plantio de *exóticas* (eucalipto e pinus) é maciço. Anda-se muito tempo pela estrada e enxerga extensas áreas de plantio. Segundo os nativos, aquela terra fica imprestável, além de perder os referenciais de fauna, como bugios, pequenos animais como os preás, pássaros, insetos e minhocas. Por ali a "agricultura familiar", que era o esteio da economia local, fracassou por causa do eucalipto.

Num desses dias, vi uma propaganda institucional da Aracruz, cujo lema seria hilário, se não fosse revoltante: "*O Brasil fazendo um bonito papel no mundo inteiro*". Que papel? Papel higiênico? É irritante ver os esforços de alguns segmentos do empresariado, em geral multinacional, zombando de nossa capacidade de pensar. É tripudiar sobre nossos raros e subdesenvolvidos neurônios. Do jeito que a supracitada empresa, mais a Aracel, a Stora Enzo e a VCP (Votorantin Celulose e Papel) adquiriram trânsito no Rio Grande, não é de duvidar que logo, logo estejam "dando as cartas" para vôos mais altos.

Jogando ao arrepio do IBAMA e da FEPAN, surgiu o CONSEMA (Conselho Estadual do Meio-Ambiente) apoiado pelas multinacionais da celulose que obteve junto ao Tribunal de Justiça do Estado a cassação da liminar concedida à AGAPAN que visava entravar um novo zoneamento para o plantio de espécies exóticas (eucalipto, pinus e acácias). O CONSEMA, sintomaticamente defendia as intenções daquelas empresas que irão lucrar com o zoneamento ambiental. A coisa ficou "uma zona". Os ambientalistas, minoria no órgão, tiveram que amargar a derrota do bom-senso. Há um argumento sofista a respeito dos projetos, nos quais a Stora En-

zo vai fazer um "investimento" de US$ 400 milhões, a Aracruz de US$ 2,8 bilhões e a VCP US$ 1,3 bilhão (jornal Zero Hora, 10/04/2008, pág. 5). Eles não são bonzinhos. É que na Europa é proibido plantar eucaliptos e instalar fábricas de celulose.

A visão sofista desse tipo de atividade revela que se trata de um investimento apenas na base florestal, é um aporte muito mais industrial do que social. Com essa decisão o governo gaúcho abre mão de sua função de preservar a vida, a biodiversidade e o patrimônio genético gaúcho. Vai nos custar caro.

Esse plantio, liberado em todo o estado, vai expulsar a agricultura familiar, que representa 70% da produção nacional. As *exóticas* extraem da terra o dobro da água que as demais árvores. Os danos são irreversíveis. Por essas razões, um Juiz de São Paulo proibiu o plantio de pinus. Aqui as coisas foram facilitadas. A lixiviação do solo tira definitivamente todos os nutrientes naturais da terra. Tem gente que defende essa plantação predatória sem conhecer a extensão do problema, apenas seduzido pelo lucro ofertado. Para o latifundiário que não quer trabalhar, nem correr os riscos da agricultura ou da pecuária, nada mais cômodo que arrendar a terra às multinacionais.

Até a semana passada, havia uma delimitação da chamada "faixa de fronteira" (150 quilômeros), por uma questão de segurança. Nessa faixa não era permitida a instalação de empresas estrangeiras. Isso já já vai cair, e quando acordarmos estaremos cercados de nefastas fábricas multinacionais de celulose.

Biocombustível

Quanto ao biocombustível, cuidado! Estamos prestes a repetir o desastre da soja. Plantávamos trigo, feijão, batata e outros produtos da subsistência básica. De repente apareceu a soja, mais rentável e trocamos a produção de alimentos pelas oleaginosas. Nosso legado será de mais lucro e menos comida [136].

---

[136] Artigo *Um bonito papel* que publiquei nos jornais Diário de Canoas (21/04/2008), Alto Jacui, de Ibirubá (18/04/2008).

Tramita por aí, e breve vai se tornar lei, um projeto que reduz de 150 para 50 quilômetros a faixa de fronteiras onde estrangeiro não pode possuir terras. Isto vai favorecer as empresas plantadoras de eucaliptos, pois, uma vez que no Uruguai, Argentina e Paraguai não existe essa limitação, ao aproximar mais suas plantações da linha de fronteira, as multinacionais poderão praticamente emendar suas florestas, sem precisar criar artifícios como os narrados acima.

Curiosamente, no dia em que escrevi este tópico (10/05/2008) li em jornais do centro do país que corre, em paralelo, na Câmara, um projeto da lavra de deputados gaúchos, visando diminuir essa faixa de fronteira para dez quilômetros. Aí sim, a coisa vai ficar "*de chuá*". Aliás, como "eles" queriam desde o princípio.

Conclusão

O presente texto, que ora chega ao fim, não pretendeu revelar-se como um tratado científico sobre o flagelo da monocultura. Como o leitor pode ter observado, nas chamadas "técnicas" procurei me socorrer da palavra dos especialistas, para não entrar em "achismos" ou "ouvi dizer". Para dilucidar as questões técnicas seria necessário o concurso de biólogos, zoólogos, agrônomos e outros especialistas das áreas afins. A abordagem aqui pretendida é baseada no ideal conspícuo de quem deseja conduzir o debate aos pratos limpos da ética social e da moral cristã.

Enquanto os emuladores da monocultura usam de todos os meios, legais e ilegais para implantar suas idéias, introduzindo à sorrelfa seus argumentos sofistas e o peso de suas contas bancárias, para comprar todo mundo, cabe àqueles que têm compromisso com o bem-comum e a ética, zelar pela moralidade e denunciar esses ilícitos, nocivos à sociedade como um todo.

A ética, como não poderia ser diferente, é privilegiadamente o campo de atuação do *filósofo* bem como do *moralista*, aquele teólogo que possui especialização em Teologia Moral. Com isto,

não se está excluindo os demais profissionais, especialistas, pessoas da sociedade humana, mas convidando-os, cada um na sua esfera a participar desse interessante debate. Um debate que inflete em nossa sobrevivência futura. A ética é, de forma privilegiada, aquela instância capaz de balizar, qualitativamente, o comportamento humano.

Se o valor da ação humana se mede por sua utilidade ao bem de todos, o das coisas materiais, neutro-em-si, revela-se conforme as circunstâncias. A água, por exemplo, é um *bem* à medida que serve para lavar, refrescar, beber. Torna-se, entretanto, um mal, quando numa enchente, destrói e mata. Nesse aspecto, há o valor circunstancial da coisa. Não se fala na *bondade* da água, mas que ela é *boa* enquanto mata a sede, e *má* quando turbulenta, torna-se um perigo para a navegação. Aqui o bom e o mau caracterizam-se pelo senso de utilidade de uma determinada coisa.

Nem sempre perfilada às exigências da moral e do bem comum, nossa sociedade entroniza seus valores relativos que só promovem o bem de alguns grupos sociais. Os bens econômicos, por exemplo, têm valor de utilidade para quem pode consumi-los e para os que dele auferem lucro. Os bens sociais e morais – confundem-se, de certa forma – são determinados pela dialética bem/mal, ético/não-ético, legal/ilegal, justo/injusto. A visão religiosa, atuando sempre sob a ótica da lei natural e divina, mostra o confronto entre o bem e o mal, e entre o justo e o injusto. Na caracterização do valor, este não é propriedade do objeto em si, mas propriedade adquirida graças à sua relação com o homem, como ser social, sujeito e objeto de todos os direitos.

Antônio Mesquita Galvão

Gaúcho de Porto Alegre, aposentado (por tempo de serviço) da Caixa Econômica Federal, filho de João Manoel Galvão e Mercedes Mesquita Galvão. Casado com Carmen Sílvia (escritora e cronista) há 44 anos. Tem dois filhos, Ana Maria e Sérgio Ricardo. Escreve livros desde 1981. Possui 110 livros publicados no Brasil e exterior, com cerca de 4 milhões de exemplares vendidos em várias línguas. Escreve para jornais e revistas de circulação nacional e internacional. Administrador de Empresas com Mestrado em Marketing. Filósofo com pós-graduação em Modernidade Social. Ex-professor universitário, lecionou História do Pensamento Humano, História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Formação Social e Política do Brasil. Teólogo com Mestrado em Escatologia e Doutor em Teologia Dogmática (Moral). Especialista em bioética. Conferencista internacional, anima workshops de teologia e ética. Prega retiros de espiritualidade para padres, religiosos, casais e leigos.

Biblista com especialização em exegese, anima círculos bíblicos na periferia da cidade de Canoas/RS, onde reside. Possui 12 livros em elaboração, sendo um de poesia. Fala 5 idiomas, além do português (inglês, francês, italiano, grego e espanhol).

Ministra cursos de desinibição/comunicação, e coordena "oficinas de criatividade literária". Escreve para diversos jornais, revistas e portais de circulação internacional. Possui artigos publicados na revista Trinta Giorni (Vaticano, Itália) e no jornal Le Monde-Diplomatique (França).

Os grandes projetos de silvicultura e o choque de indigestão na área ambiental do estado do RS

Paulo Brack

Resumo

Apresenta-se um conjunto de considerações sobre o evento da chegada dos empreendimentos de silvicultura no Rio Grande do Sul e o papel do governo do Estado na derrubada do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, que ele próprio criou. A intervenção política e econômica ficou evidente por uma série de fatos verificados na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e no Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA). Realiza-se, também, considerações sobre o pseudovalor econômico da pasta de celulose a ser exportada, o que equivaleria a ser dezenas de vezes menor do que a biodiversidade do Estado, em seu aspecto econômico. Faz-se uma crítica a vários aspectos do processo industrial moderno, sua concepção econômica imediatista e a dependência de tecnologias que vão de encontro aos princípios mais elementares da sustentabilidade ambiental e da biodiversidade do Estado e do País.

O triste papel do governo do estado do Rio Grande do Sul no afundamento do zoneamento da silvicultura

O Estado do Rio Grande do Sul iniciou o estudo de zoneamento para regrar a atividade de silvicultura, mantendo a tradição de pioneirismo nas questões ambientais. Para tal, o Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura (ZAS) foi executado por determinação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA) (Portaria nº 048/2004). Também foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) (Resolução no 084/2004). Teve a participação de técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB-RS), do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) e de uma empresa de consultoria. O zoneamento ecológico, anteriormente, estava previsto pelo Código Estadual do Meio Ambiente (Lei 11.520/2000).

Tal processo deveria ser motivo de orgulho para os gaúchos. Entretanto, vários percalços atingiram o zoneamento desde 2007. O governo do Estado, desde sua posse, no início de 2007, fez questão de desmerecer o zoneamento, favorecendo, explícita e irrestritamente, os empreendimentos de celulose, demonstrando extrema benevolência ao grande capital investidor, mais do que outros de seus antecessores. Esta posição tinha, também, um ingrediente que parece não ser difícil de explicar. Na última eleição de 2006, a candidata a governadora e oito candidatos a deputado, de seu partido, receberam juntos, como doações de campanha, um montante de R$ 494.859,50, quase meio milhão de reais, das empresas Aracruz e Votorantim Celulose e Papel. Estes recursos, apesar de legais - tendo sido dados também a outros candidatos – não teriam algum preço? Fica difícil acreditar que não.

Entre as intenções das empresas, para contemplar seus objetivos expansionistas, estava a de desacreditar o Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), recém finalizado, na virada de governo de 2006 para 2007. Assim, o governo, logo de início, criou um Grupo de Trabalho (GT), trazendo somente os interessados nos plantios dos mega-empreendimentos silviculturais. Foram chamados representantes da FARSUL (Federação da Agricultura do Rio

Grande do Sul), da FAMURS (Federação da Associação dos Municípios do RS), da FIERGS (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul), da AGEFLOR (Associação Gaúcha de Empresas Florestais), do SINDMADEIRA (Sindicato da Madeira) e de setores do próprio governo e do legislativo, este último composto por políticos financiados pelas papeleiras (http://www.sticap.org.br/site/pdf/072007.pdf). Ficaram de fora do GT as ONGs (organizações não governamentais), setores da academia e outros potenciais opositores aos "milagrosos" investimentos. Já que as empresas de celulose haviam comprado muitas áreas, antes dos zoneamentos, e esses poderiam trazer restrições aos plantios, o alvo era evidente. Assim, criou-se um clima de desqualificação do ZAS por parte do governo, das empresas, das corporações de técnicos de silvicultura e de políticos celulósico-dependentes. O objetivo era derrubar as determinações de um estudo técnico-científico, inédito e consistente, elaborado pelos técnicos da SEMA, custasse o que custasse. A empresa Aracruz chegou ao ponto de ameaçar retirar seus investimentos do Estado se o zoneamento fosse mantido. Ameaças deste tipo têm outro nome no Código Penal Brasileiro.

No início de maio de 2007, a grande imprensa divulgou boatos, que se tornariam verdade, sobre a derrubada da então secretária estadual de Meio Ambiente, Vera Callegaro. O bombardeio contra o ZAS teve também uma pressão inédita de deputados da Frente denominada "Pró-Florestamento", mas que, na realidade, correspondiam à nova "Bancada da Celulose". Na primeira quinzena de maio, a pressão era tanta que Vera Callegaro não agüentou e pediu demissão, logo após o presidente da FEPAM, Irineu Schneider, ter feito o mesmo. Vera Callegaro, amiga de Yeda Crusius, nunca tinha discordado da posição da governadora, em acelerar as licenças, entretanto, por ter uma trajetória vinculada à área de Meio Ambiente, manteve o processo de conceder licenças à luz da legislação, respeitando os procedimentos técnicos que valorizavam o zoneamento, como instrumento importante e amparado por lei.

Abria-se, assim, espaço quase irrestrito às licenças, descartando-se as principais restrições ao zoneamento. Em 18 de maio de 2007, em uma grande jogada política, a governadora Yeda Crusius nomeou, para o novo cargo de secretário, um procurador da área de

justiça criminal, o senhor Carlos Otaviano Brenner de Moraes, o qual, recentemente, tinha perdido de ser nomeado procurador-geral de justiça do Estado, em lista tríplice, para o procurador Mauro Renner, escolhido pela governadora. A nomeação do novo secretário da SEMA, que não tinha nenhuma trajetória na área ambiental, surpreendeu a sociedade gaúcha pela escolha de um procurador, fato que se tornaria embaraçoso para o próprio Ministério Público Estadual, também pego de surpresa. O momento da troca ficou marcado pelo triunfo do *lobby* das papeleiras, ou pasteiras de celulose. A operação em desobstruir as licenças ambientais, em especial as licenças da Silvicultura, parecia andar a contento do governo. Para isso, foi criada uma "Força Tarefa" para conceder as licenças com a rapidez que as empresas reivindicavam. Reportagens dos principais jornais davam conta de que as demoras faziam as mudinhas clonadas de eucalipto ficar em situação de penúria, ameaçadas de morrer, por culpa, até então, da "lentidão da FEPAM".

Enquanto isso, as ONGs cobravam do novo secretário as salvaguardas e os supostos propósitos em proteger o meio ambiente. As atribuição da SEMA, agora, pareciam ser outras, e a proteção do meio ambiente nunca tinha ficado tão claramente escanteada por parte da nova equipe gestora da SEMA.

Para dar conta da árdua tarefa de derrubar as "travas ambientais", o novo secretário trouxe para a SEMA, também, um promotor de justiça, Francisco Simões Pires, como secretário adjunto, e uma administradora, e ex-diretora da Secretaria Estadual de Segurança Pública, para a presidência da FEPAM, a senhora Ana Pellini. Estava, assim, montada a nova equipe, com o papel de intervenção velada na Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Na seqüência do estranho afastamento da ex-secretária e da criação da "Força Tarefa" das licenças, estava se configurando um processo explícito de alijamento recorrente dos técnicos de maior experiência e engajamento nas questões centrais do licenciamento ambiental, em especial o da silvicultura. Além deste afastamento, houve uma dose de intimidação, como demonstraram notícias veiculadas pela Ecoagencia, principal sítio-e de ecojornalistas gaúchos (http://www.ecoagencia.com.br/index.php?option=content&task=view&id=3163&Itemid=2). Para dar vozes aos discordantes do ZAS, a

FEPAM promoveu quatro audiências públicas claramente direcionadas e somente no interior do Estado, onde representantes das comunidades estavam preparadas para fazer coro aos seus financiadores. As ONGs solicitaram audiências na Capital do Estado, mas não foram atendidas. Os relatos das audiências davam conta de que estas foram tomadas por pessoas subsidiadas pelas empresas.

O governo não deixava de ter razão ao dizer que existiam muitas licenças se arrastando por muitos anos na FEPAM. Porém, a forma correta de resolução deste problema implicaria em fortalecer o órgão que estaria se esfacelando, ano a ano, pela saída em massa de seus técnicos desvalorizados e muito mal remunerados. Este aspecto representa, também, um processo mundial de concepção de "Estado Mínimo", onde os mecanismos de controle do Estado se deterioram de forma deliberada, frente aos interesses ilimitados do Mercado, cada vez mais globalizado, inimigo voraz dos direitos sociais e ambientais. Voltando à situação da SEMA, o que se percebe é um quadro profundamente triste. Os técnicos de carreira são afastados de suas funções tradicionais e substituídos por CCs (cargos em comissão) e outros contratados temporariamente, por medidas compensatórias de empreendimentos impactantes, a fim de que sejam incondicionais a uma visão de desenvolvimento míope, muitíssimo atrasada e insustentável.

Por estas e por outras razões, o governo do Estado foi acionado pelo Ministério Público Federal (MPF) e por um conjunto de ações das ONGs, para que cumprisse a lei e defendesse o meio ambiente. No início de novembro de 2007, as ONGs e o Ministério Público Federal obtiveram uma liminar que impedia a FEPAM de emitir qualquer tipo de licenciamento ambiental para empreendimentos ligados à silvicultura no Rio Grande do Sul. A decisão havia sido proferida pela Vara Federal Ambiental de Porto Alegre e passava a responsabilidade para o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Entretanto, no dia 28 de novembro de 2007, a presidente do Tribunal Regional Federal da 4º Região, desembargadora federal Silvia Goraieb suspendeu a decisão, ao analisar o recurso interposto pelo Estado do RS. A presidente do TRF4 entendeu que havia, no caso, risco indiscutível de grave lesão à ordem pública e à segurança jurídica. A de-

sembargadora, em sua decisão, ressaltou que somente é exigível licenciamento ambiental federal quando presente impacto de âmbito nacional ou regional. "A silvicultura, no RS, sempre foi tratada no âmbito fiscalizatório estadual, inclusive manifestando-se o Ibama, expressamente, pela sua incompetência para licenciar silvicultura", salientou.

O Zoneamento foi encaminhado para Câmaras Técnicas do CONSEMA, porém sem data e cronograma a serem cumpridos. O descompromisso com a necessária discussão técnica era tão evidente que as ONGs se retiraram em bloco da Câmara Técnica de Agroindústria e Agropecuária, em 2007, pela mais absoluta falta de possibilidade de espaço para se discutirem as principais questões do ZAS.

A partir deste momento e também pressionada pelo Ministério Público Estadual, a direção da FEPAM tratou de dar encaminhamento ao Zoneamento da Silvicultura, mudando sua tática inicial que era de protelar o assunto. Então, as Câmaras Técnicas de Biodiversidade e Florestas, de Assuntos Jurídicos e de Agroindústria e Agropecuária tiveram que levar uma discussão ainda não dada ao zoneamento, de forma técnica e conseqüente, a fim de que fosse colocado em vigor e atendesse as demandas judiciais. Entre novembro de 2007 e março de 2008, houve a possibilidade de desencadear um processo de discussão técnica construtiva entre os representantes de vários setores na Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal. Muitos parâmetros incluídos inicialmente no ZAS foram questionados, alguns retirados e outros aperfeiçoados, de forma consensual, sendo que os técnicos da FEPAM e da FZB e os ambientalistas, representantes na CT, abriram mão de muitas questões. Foi construído, assim, um diálogo inédito entre os diferentes componentes da CT até o início do mês de março de 2008.

Paradoxalmente, na reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal, do dia 18 de março de 2008, a Presidenta da FEPAM e setores representantes das empresas, alegando estudos insuficientes para a finalização do ZAS, retiraram as principais restrições acordadas anteriormente. Houve votação, quebrando os consensos até então implementados, com o agravante de que a Presidenta da FEPAM, a qual nunca havia participado antes desta

CT, votou no lugar do representante oficial da FEPAM na CT. Com esta postura de atropelo e retrocesso, comprometeram-se os principais fundamentos do Zoneamento elaborado pelos próprios técnicos da SEMA. O resultado significou a eliminação de qualquer restrição para os plantios silviculturais no Rio Grande do Sul, ou seja, a extinção dos índices de vulnerabilidade e de restrição para as unidades de paisagem, bem como a retirada dos limites quanto ao tamanho máximo dos maciços de plantios arbóreos homogêneos e de seus espaçamentos. Com isso, voltava-se à "estaca zero", onde os empreendimentos poderiam manter gigantescos maciços, o que se constituía, na prática, em manter os "desertos verdes", desprezando-se os limites de percentuais já consolidados anteriormente na CT.

O argumento da presidente da FEPAM e do grupo gestor-interventor da SEMA era de que qualquer número limitador era prematuro, optando-se em protelar, mais uma vez, a decisão dos limites para o zoneamento, talvez para uma ocasião inexistente, optando-se pela velha licença "caso a caso". Com a ausência do estabelecimento de limites, o ZAS tornou-se um instrumento completamente descaracterizado, perdendo sua essência e eficácia.

Para o golpe final de aprovação deste pseudozoneamento, o secretário de Meio Ambiente convocou uma reunião extraordinária do CONSEMA, a menos de três dias de sua realização, para o dia 4 de abril de 2008. Neste dia, iriam ser lidos os relatórios das três Câmaras Técnicas onde os setores empresariais e do governo já tinham logrado mais peso para aprovar o que quisessem. Nesta reunião, o representante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), Flávio Lewgoy, pediu vistas aos documentos e tempo suficiente para dar seu parecer, conforme garantia a Resolução n. 64/2004 do CONSEMA, que disponibilizava pelo menos quinze dias para a elaboração de seu parecer de pedido de vistas. Surpreendentemente, o presidente do Conselho, unilateralmente, concedeu somente três dias para a análise completa dos documentos e a elaboração do parecer por parte do representante da AGAPAN. Neste ínterim, a AGAPAN obteve na manhã do dia 9 de abril um Mandado de Segurança, na 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital, suspendendo a votação no CONSEMA do Zoneamento Ambiental da Silvicultura que aconteceria naquela tarde. Entre os

argumentos da AGAPAN estava a afirmação de que a reunião do dia 4 de abril teria como pauta tão somente a apresentação da matéria, tendo sido, então, surpreendida com o encaminhamento para sua deliberação. A AGAPAN afirmou a impossibilidade de examinar mais de mil páginas do processo administrativo e elaborar relatório e voto, em pouco mais de dois dias úteis. Disse também sequer ter recebido cópia do processo administrativo. A magistrada da 5º Vara da Fazenda Pública, a juíza Kétlin Carla Pasa Casagrande entendeu que "a entidade demonstrou a impossibilidade de manifestação sobre a Proposta de Zoneamento e Pareceres das Câmaras Técnicas do CONSEMA no prazo concedido, que é mínimo, ante a complexidade e efetiva importância da questão a ser analisada".

No início da tarde do dia 9 de maio, o presidente do CONSEMA, e secretário da SEMA, recebeu a liminar que dava garantia de pelo menos 15 dias à AGAPAN. No início da reunião, Carlos Brenner de Moraes tentou justificar a urgência do tema e logo depois saiu da reunião, deixando a responsabilidade de sua coordenação ao secretário adjunto, Francisco Simões Pires, até o momento em que pudesse ser derrubada a liminar, o que aconteceu na noite do dia 9 de abril, após a saída em bloco das ONGs da reunião. A suspensão da liminar que impedia a votação final do ZAS foi dada pelo desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa, Presidente do TJRS (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul), no início da noite. O argumento maior do governo do Estado foi o de <u>evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas</u>. O Presidente do Tribunal considerou, para a decisão, o valor apresentado pelo presidente do CONSEMA, relativamente aos supostos prejuízos imediatos a serem experimentados pelo Estado do Rio Grande do Sul, com o possível corte de investimentos (mais de R$ 6 bilhões) em função da "demasiada demora na definição da matéria ambiental", do que dependia a expedição de licenciamentos. O desembargador também considerou que a AGAPAN não podia "afirmar alguma surpresa quanto ao objeto da reunião" pois o presidente do CONSEMA alegara ter incluído na pauta a "*deliberação sobre a proposta do zoneamento para a silvicultura*". O que chama a atenção é que a reunião do CONSEMA traria documentos novos e já iria deliberar sobre uma matéria que sofreu bruscas e significativas alterações nas duas últimas duas semanas e

que tais mudanças não tinham sido discutidas antes no CONSEMA.

Outra questão que denota uma visão atrasada e míope é que o argumento econômico, ou a ameaça econômica, acaba derrubando com qualquer argumento ambiental. Fica a pergunta: ameaça econômica ou chantagem econômica?

O governo venceu esta batalha, pelo menos temporariamente. Para tal teve de utilizar-se dos mais diversos subterfúgios regimentais e de um documento vazio, aprovado por 19 votos incondicionais, na noite do dia 9 de abril, depois da saída em bloco dos representantes das ONGs. O presidente do CONSEMA desprestigiou, assim, o Conselho, tendo que apelar para atitudes atropeladas e uma postura não condizente com o cargo que ocupa, mais típico de um interventor do que de um secretário.

Lamentável, também, é perceber que alguns juízes ainda não se deram conta do que significa sustentabilidade e o que representa a acelerada perda de nossa biodiversidade, em especial do Pampa, frente a um capital voraz e imediatista que vai debilitando a capacidade de suporte dos ecossistemas e a qualidade de vida neste Estado.

Ainda por cima, o governo vai fazer questão de dizer que promoveu o zoneamento e a grande imprensa fará eco a seus objetivos. No Jornal Zero Hora de 03/05/2008 estava uma destas notícias que davam conta que a governadora em viagem aos Estados Unidos da América do Norte apresentou o zoneamento com grande pompa: *"Durante entrevista sobre os exemplos dados pelo Rio Grande do Sul em favor do Desenvolvimento Sustentável, a governadora destacou o zoneamento para a silvicultura - que delimita o espaço ao plantio florestal destinado à atividade econômica - e o incentivo à produção de biocombustível"*.

Quanto vale a biodiversidade gaúcha e os investimentos das pasteiras?

O governo, que encheu a boca com as cifras dos investimentos das papeleiras, não tem idéia de quanto será perdido em cultura, biodiversidade e recursos econômicos pela atração dos "milagrosos" investimentos a favor das monoculturas de árvores exóticas, para a produção de celulose, anunciados efusivamente, em abril de 2008. O anúncio festivo dos recursos das papeleiras foi dado após a aprovação, no vale tudo, de um zoneamento vazio, na fatídica noite do dia 9 de abril. Provavelmente, desconheçam que os investimentos das três empresas gigantes da celulose correspondam a menos do que 3% do valor do potencial da biodiversidade do bioma Pampa. O que é mais lamentável é que este assunto submerge ante o desejo imediatista dos investidores da celulose e de um governo que trabalha para eles. Segundo pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Universidade de Brasília (UnB) o valor da biodiversidade brasileira seria de, pelo menos, 4 trilhões de dólares (http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp id=1614). Se considerarmos a extensão do RS e a quantidade de espécies vegetais (5 mil espécies), que corresponde a um percentual de quase 10% das espécies que ocorrem no Brasil, poderíamos dizer que o Estado do RS, até prova em contrário, partilharia de um valor de 400 bilhões de dólares com o restante do patrimônio do País. Mesmo que este valor fosse de 5%, ou a metade disso, equivaleria a 200 bilhões de dólares. No que toca ao valor dos investimentos das papeleiras, de cerca de R$ 6 bilhões, este montante equivaleria a cerca de 3% do valor da biodiversidade do Rio Grande do Sul.

Não somos contra a celulose, mas sim a forma com que estes projetos vêm atropelando a lei, e de como vão sair, ou seja, em forma de exportação de 98% de pasta de celulose, sem valor agregado algum e com enormes custos ambientais.

Os produtos como celulose, madeira, resina e outros derivados de árvores são essenciais à sociedade, entretanto, o problema é a forma truculenta com que derrubaram as restrições e a mega-escala e a origem exclusiva de um produto derivado de monoculturas de exóticas.

A propaganda enganosa do florestamento e do reflorestamento

As monoculturas arbóreas atuais não podem ser consideradas como florestas. Os cultivos arbóreos comerciais, nos padrões industriais, têm ciclos curtos (sete a dez anos), funcionando como grandes lavouras de árvores. Nesses sistemas de produção ditos "modernos", temos somente uma espécie arbórea, geralmente exótica e geneticamente idêntica, pois é propagada por clonagem de tecidos. A diversidade é praticamente ausente. A estratificação da "floresta" é ausente. A fauna é profundamente escassa. Os biocidas e os insumos químicos são instrumentos inerentes deste sistema de homogeneidade arbórea produtivista.

No Brasil e nos países tropicais, em geral, tanto os campos como as florestas são ecossistemas diversos e complexos em estrutura e função. No que toca às florestas brasileiras, país detentor do título de campeão da megadiversidade biológica, muitas centenas de espécies vegetais são encontradas em um só hectare, representadas, cada uma delas, por populações diversas do ponto de vista genético e fenotípico, dispostas em vários estratos. As formas vegetais são variadas, como ervas, epífitas, trepadeiras, arbustos e também árvores. Pelo menos 80% das espécies de plantas de nossas florestas não são árvores.

Com relação à fauna, nossas formações florestais abrigam milhares de espécies, que co-evoluíram ao longo de muitos milhares de anos. A rica relação flora-fauna pode ser ilustrada no pelo fato de que 2/3 das 519 espécies arbóreas nativas do Estado do Rio Grande do Sul (SOBRAL *et al.* 2006) apresentar frutos carnosos ou de outras formas adaptados à dispersão pelos animais silvestres. Mais de uma centena de árvores e arbustos nativos do RS apresenta frutos comestíveis para a espécie humana (BRACK *et al.* 2007). As características locais da composição mudam de local para local em cada uma das onze regiões fisionômicas do RS, descritas há mais de 50 anos pelo naturalista Balduino Rambo (1956), ou também para as 49 ecorregiões brasileiras definidas pelo IBAMA em conjunto com o WWF (http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/representatividade.htm).

Portanto, as monoculturas arbóreas não são florestas, pois negam os elementos mais básicos dos sistemas naturais. Neste sentido, deve ser evitado, também, outro erro conceitual, no caso do termo "florestamento", quando da introdução de monoculturas arbóreas comerciais. As palavras ou definições mais apropriadas são monocultivos arbóreos ou mesmo silvicultura. Infelizmente, as terminologias errôneas ganharam terreno para suavizar a percepção negativa das monoculturas arbóreas. Isso se chama propaganda enganosa. No caso da denominação "reflorestamento", o termo pode ser ainda mais absurdo quando se trata de plantios arbóreos em áreas originais de campos. Reflorestar é, na verdade, trazer de volta a floresta original, nativa, com biodiversidade, perenidade e complexidade. Seguindo-se esse raciocínio, podemos considerar outro grande equívoco terminológico: o uso da denominação de "Setor Florestal" quando se faz referência para o setor empresarial ligado às monoculturas arbóreas comerciais e os produtos da madeira. Se estas não são florestas, e sim atividade de silvicultura, logo o âmbito do setor representa, na realidade, o Setor da Silvicultura, ou o Setor Madeireiro, ou Setor da Madeira e de seus derivados, como celulose, lenha e resinas, por exemplo.

A confusão também continua atingindo órgãos do poder público. Os editais de licenciamento das empresas de celulose referem-se à palavra "florestamento" para as áreas liberadas ao plantio. A distorção é tamanha que o governo estadual do Rio Grande do Sul manteve o programa "Pró-Flora", entre 2004 e 2006, que consistia no plantio de extensas monoculturas de árvores, todas exóticas, sem explicitar nenhum incentivo à flora nativa. O programa foi apresentado durante anos no sítio eletrônico (sítio-e) do banco oficial desde 2003, a Lista das Espécies Ameaçadas da Flora do RS (Decreto Estadual 42.099/2002), instrumento quase revogado, a pedido da FARSUL (Federação da Agricultura do RS), em reunião da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, no início de 2003.

A expansão da silvicultura convencional e impactos sobre os processos ecológicos dos ecossistemas de campo e floresta

O modelo de silvicultura convencional utiliza-se de áreas cada vez maiores, não sendo obedecidos os fundamentos biológicos dos processos naturais desenvolvidos ao longo de milhares de anos. Não são levados em conta o esgotamento do solo, a perda da biodiversidade, a desconstituição das culturas humanas diversas, a alteração no escoamento e infiltração da água e sua evapotranspiração. As monoculturas, ao contrário dos sistemas naturais, objetivam, fundamentalmente, maior lucro, em menor prazo. Os princípios básicos da sustentabilidade ecológica, das cadeias tróficas, da existência de predadores naturais para eventuais "pragas", entre outros, não entram nestas monoculturas. As imensas extensões de monoculturas arbóreas tornam-se, também, enormes barreiras à fauna. A maioria dos cultivos, até 2006, não possuíam corredores, nem mesmo proteção a APPs (Áreas de Preservação Permanente) e Reserva Legal, itens que já constam no Código Florestal Federal (Lei 4.771/ 1965). Somente a partir deste ano, por exigência do zoneamento recém em curso pelos técnicos da SEMA, que licenciavam a silvicultura até 2007, estas exigências foram sendo apresentadas às empresas que atuam na área. Entretanto, muitos plantios anteriores permanecem sem cumprir a lei. As imagens do *Google Earth*, no Litoral Sul, Planalto, Campanha do RS, estão disponíveis para qualquer pessoa comprovar que as gigantescas manchas homogêneas dos verdadeiros desertos verdes continuam, em muitas áreas, sem fiscalização por parte do poder público.

Na atualidade, o modelo de mega-silvicultura, utilizado na escala das atuais empresas gigantes da celulose que investem no Estado do Rio Grande do Sul e nos países do Cone Sul, copiar a Natureza, em geral, não interessa. O sistema de plantios homogêneos, e em larga escala, provém de uma visão imediatista, de maior lucro em menor tempo, sendo esta a lógica dominante no mundo globalizado, com o agravante da dependência da flutuação dos preços do mercado internacional da celulose.

As espécies utilizadas na silvicultura convencional no Brasil são exóticas, sendo que, na quase totalidade dos plantios, são utilizados somente o eucalipto, o pinus e a acácia-negra. Temos ainda o agravante da homogeneidade genética e ecológica, pois as plantas são quase totalmente clonadas, e em processo de incorporação da transgenia. A tecnologia do setor da silvicultura convencional, como a agricultura convencional, é também dependente de muitos insumos, entre os quais os biocidas, para eliminar qualquer elemento que incida em menor lucratividade. Para tanto, é crescente a mecanização e o uso de insumos químicos como herbicidas, fungicidas, inseticidas, adubos, quase todos derivados do petróleo, recurso não renovável. Tal processo perverso, alucinante e insustentável também atinge várias monoculturas em larga escala como a soja, o arroz, a cana, o trigo, entre outras, utilizando-se de forte e pesada mecanização, o que compromete enormemente o solo, a biodiversidade, a saúde do homem e do ambiente. Eugene Odum, um dos maiores expoentes da Ecologia em nível mundial, destacava que o modelo de agricultura moderna, com elevado uso de insumos e de água, é insustentável do ponto de vista ambiental (GLIESSMAN, 2005). O Mercado se sensibilizaria com suas palavras?

Após o corte e o abandono dos plantios, um dos aspectos preocupantes é a questão da eliminação das raízes e da base dos troncos, que permanecem imersos no terreno, retardando uma possível recuperação ou reutilização do solo, por muitos anos. Os proprietários que arrendam suas terras para a silvicultura têm idéia deste prejuízo ?

Impactos sociais das monoculturas arbóreas

Um aspecto fundamental do impacto dos empreendimentos silviculturais nas áreas é o relacionado com a menor oferta de empregos gerados devido à intensa mecanização e o ciclo mais longo, entre o plantio e a colheita, do que nas culturas anuais. O censo de 2000 do Uruguai mostra que a cada mil hectares de área de plantio silvicultural são gerados 4,5 empregos, ou seja, um emprego a cada 220 hectares. Segundo Lino de David, ex-presidente da Emater

do RS, no Brasil, a silvicultura geraria, em média, um emprego para cada 185 hectares (http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=23700). É o que os pesquisadores da UFSC, Paulilo & Matias (2006) chamam de desenraizamento social e familiar dos jovens. Nas monoculturas das gigantescas empresas de silvicultura, quando de sua instalação inicial em áreas rurais, inexiste diálogo sobre os conhecimentos locais dos agricultores e populações tradicionais. Da mesma forma, o educador Paulo Freire, em seu livro "Extensão ou Comunicação", questionou profundamente a extensão acadêmica e rural que promove as tecnologias das monoculturas, que tornam o agricultor destituído de saberes, sendo mero depositório da "moderna" tecnologia, cada vez mais insustentável. A visão tecnicista e reducionista, com massiva propaganda nos meios de comunicação dos supostos benefícios, acaba depreciando a autodeterminação das pequenas comunidades rurais. Ou seja, a grande escala mecanizada da silvicultura atual e a substituição de outras culturas mais arraigadas e diversificadas, que requerem maiores tratos culturais, reduzem os postos de trabalho. O trabalho no trato silvicultural é muitas vezes baseado em trabalho safral, com tremenda fragilidade nas garantias trabalhistas. A miséria e o alcoolismo nas vilas agregadas às imensas monoculturas é uma triste realidade do Brasil. O BNDES, que financia grande parte destes empreendimentos, se importaria com estes dados sociais, mesmo sendo um dos acionistas da Aracruz, participando da empresa, em 12% de seu patrimônio?

A biodiversidade e a sociodiversidade como empecilhos à monocultura

No processo de expansão constante das fronteiras do "florestamento", no grande esquema agroindustrial da homogeneidade paradigmática da "moderna ciência florestal" , os ganhos são concentrados e acumulados, sem limites. Nas monoculturas, mais do que desrespeito à diversidade, esta é vista como empecilho. O moderno, pasmem (!), é a homogeneidade. Em outras palavras, todo o esforço tecnológico é envidado para eliminar a diversidade. Outras

plantas que poderiam ser complementares, benéficas ou companheiras, nas monoculturas, convencionalmente, são tratadas como "plantas daninhas", sendo este termo mais um desvio semântico que acaba justificando e fortalecendo o uso intenso de produtos herbicidas. O grande capital, representado pelas empresas de insumos, entre as maiores promotoras das monoculturas e os setores responsáveis pelos projetos silviculturais, não aceita limites ou barreiras, muito menos zoneamentos que possam impedir sua expansão. Desde o final de 2006 até o presente, associações empresariais e rurais ligadas à silvicultura comercial, no RS, fizeram de tudo para desconstituir o Zoneamento da Silvicultura, documento emanado de um trabalho extenso de dezenas de técnicos tanto da FEPAM da SEMA, com o auxílio das universidades, de consultoras de meio ambiente e, também, de técnicos da própria área silvicultural. A presença de 45 unidades de paisagem definidas pelo zoneamento, com sua inerente diversidade, parece que assustou os promotores dos "modernos" plantios homogêneos da atualidade. Tanto a agricultura convencional e "moderna" como a silvicultura convencional e "moderna" reproduzem uma visão míope e imediatista da economia hegemônica, da hipertrofia do agronegócio empresarial e industrial. Assim, se for necessário, irão combater, irrestritamente, as pseudo-barreiras da biodiversidade e da legislação ambiental.

Por que a silvicultura não incorpora a diversidade? Por que as pesquisas brasileiras em silvicultura não levam em conta as mais de cinco mil espécies arbóreas do país e seu consórcio com outras culturas? Nenhuma espécie nativa serviria? No RS temos 519 espécies de árvores nativas (SOBRAL *et al.,* 2006). Quantas foram pesquisadas a fundo para a produção de madeira, celulose e para fins energéticos? O Projeto Madeira do RS, publicação de 1983 e encabeçada pelo emérito botânico Raulino Reitz, destaca as dezenas de espécies nativas do RS com enorme potencial econômico-ecológico. As figueiras (*Ficus* spp.) e a grindiúva (*Trema micrantha)*, por exemplo, que crescem tão rapidamente como o eucalipto, já foram utilizadas no fabrico de "amate" um tipo de papel, há milênios, na América Central e do Sul, sendo que a última espécie apresenta a vantagem de fixar nitrogênio no solo. Estas e outras tantas árvores nativas, como a paineira (*Ceiba speciosa*) e a timbaúva (*Enterolobium contortisiliquum*) esperam a ousadia de nossos pesquisadores

para enfrentar a dependência da tecnologia do "Deus Mercado". Este, invariavelmente com pressa, não pode esperar as pesquisas e o crescimento atribuído como "mais lento", das espécies nativas do Brasil. Onde estão os estudos científicos que comprovariam o crescimento mais lento das espécies nativas? A busca alucinante pelo lucro máximo nas monoculturas arbóreas denota que, na realidade, o Mercado em vez de **meio**, torna-se um **fim** em si mesmo. Neste caso, a biodiversidade acaba se tornando um empecilho. O Mercado não pode esperar.

As monoculturas arbóreas poderão afetar o pampa e suplantar, em cinco vezes, as áreas protegidas do rs

O Pampa ocupa a metade sul do Rio Grande do Sul, o único Estado do Brasil onde ocorre este bioma. As paisagens são as mais variadas, destacando-se também pequenas e médias serranias, além das planícies, e um incontável patrimônio cultural associado à biodiversidade. Segundo os professores Ilsi Boldrini e João André Jarenkow, do Departamento de Botânica da UFRGS, a estimativa da riqueza florística do Pampa poderia alcançar três mil espécies. No Uruguai, o bioma Pampa também começa a ser visto de outra maneira (GUDINAS, 1994). No bioma, já referido como um "vazio ecológico" por alguns interessados nos projetos de silvicultura, encontram-se mais de cinqüenta plantas forrageiras nativas (Gramíneas e Leguminosas), altamente produtivas e outras tantas espécies ornamentais e medicinais que já foram alvo de biopirataria. No primeiro caso, muitas de nossas forrageiras são apreciadíssimas nos Estados Unidos, Nova Zelândia e África do Sul. Aqui, entretanto, são quase ignoradas ou combatidas como "mato". Esta concepção errônea fez com que o Brasil importasse plantas forrageiras africanas, altamente invasoras, infestantes e pouco nutritivas para o gado, como no caso das braquiárias, o capim-colonião e o capim-gordura. Outro caso clássico, que denota a negligência quanto à nossa biodiversidade, em especial a do Pampa, é a biopirataria sobre as nossas plantas ornamentais. Petúnias, verbenas, cactos, lírios e outras dezenas de espécies endêmicas do bioma são roubadas, há décadas,

por países como Estados Unidos, Japão, Itália e Alemanha. A biopirataria atinge também parte das frutas nativas do Pampa, que são mais de 35 espécies. Uma fruta do Pampa, mundialmente conhecida como feijoa, aqui denominada de goiaba-serrana (*Acca sellowiana*), é um dos principais produtos de exportação da Nova Zelândia, tendo sido levada há mais de um século pelos EUA, desde o Pampa uruguaio e com cultivo introduzido na Europa, Ásia e Oceania. Se abrirmos o *Google*, veremos mais de 150 mil referências à feijoa, sendo pelo menos 90% em páginas eletrônicas de outros países. Alguns fruticultores chegaram ao ponto de importar uma variedade desta fruta, melhorada na Nova Zelândia. Este país arrecada muitos milhões de dólares, anualmente, com esta espécie que também ocorre no Pampa. Apesar disso, as mais de 115 espécies de frutas nativas alimentícias à espécie humana que ocorrem no Rio Grande do Sul estão esperando a boa vontade dos pesquisadores gaúchos e brasileiros (BRACK *et al.*, 2007). No caso da fauna, a própria jararaca (*Bothrops jararaca*) já teve seu veneno patenteado por empresas do hemisfério norte (http://www.tecpar.br/appi/News/Quanto%20valem%20a%20fauna%20e%20flora%20brasileiras.pdf). Assim, podemos ver que não são poucos os exemplos que denotam a negligência com a nossa biodiversidade. A palavra de ordem, então, continua sendo "florestar", ou seja, expandir as monoculturas de plantas exóticas ainda mais sobre o rico e ameaçado Pampa. Nossas plantas e animais permanecerão, pelo menos, em imagens, nos sítios eletrônicos dos países de primeiro mundo.

Segundo o "Workshop sobre o estado atual da conservação dos campos do RS", realizado pelo Departamento de Ecologia da UFRGS (PILLAR, 2006), as áreas protegidas do bioma Pampa alcançam somente 0,36% de sua extensão no Estado. A situação de destruição do bioma é acelerada. Segundo o professor Valério Pillar, do Departamento de Ecologia da UFRGS, perde-se 136 mil ha de áreas de campos nativos por ano, devido à expansão da fronteira agrícola, silvicultura e pastagens artificiais. Por outro lado, os projetos do setor da silvicultura poderão ocupar área de 2% a 5% ou mais do Estado, nos próximos cinco anos, podendo ultrapassar um milhão de hectares. As áreas de unidades de conservação de proteção integral não chegam a 0,7% do Estado. Infelizmente, a política do crescimento econômico ilimitado, que promove monoculturas

arbóreas com recursos públicos (BNDES, CAIXA RS, etc.) e programas governamentais de incentivos ao megacapital das gigantes transnacionais ou nacionais, deixa à míngua as áreas protegidas e esquecidas do Pampa. A situação de descaso é tamanha que as extraordinárias e únicas savanas do Parque Estadual do Espinilho, na fronteira oeste, não contam com um único guarda para seus 1,6 mil hectares. Outras áreas como o Parque Estadual do Podocarpus, criado por decreto há mais de 30 anos, somente está presente no papel, sem nenhum esforço concreto em sua efetivação. Em relação ao tema da infra-estrutura humana para a conservação das áreas protegidas, a situação é dramática. A Divisão de Unidades de Conservação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (DUC), em sua sede em Porto Alegre, conta com somente um funcionário efetivo, concursado, sendo os demais CCs e terceirizados. O Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da SEMA (DEFAP), onde está a DUC, espera pelo seu primeiro concurso de guarda-parque há décadas, sendo que a grande maioria dos atuais guardas do Estado está em idade de aposentadoria. Quem vai cuidar então das áreas protegidas do Pampa para compensar o avanço das monoculturas arbóreas?

A megasilvicultura é, por si só, megaimpactante

Os riscos ambientais das extensas monoculturas arbóreas não podem ser eficientemente minimizados. Os impactos são vários e de grandes dimensões, como a mudança brusca de culturas no homem do campo, trabalho safral e sem garantias trabalhistas, depreciação da paisagem natural, barreira à fauna, alteração dos ciclos hidrológicos com redução dos mananciais hídricos, destruição do banco de sementes de espécies vegetais nativas do solo, alteração da microbiologia e comprometimento da biodiversidade como um todo. O impacto sobre a paisagem pode ter conseqüências nefastas para o turismo, destacando-se as áreas dos Campos de Cima da Serra, importante região turística onde as dezenas de milhares de hectares de pinus crescem rapidamente, escondendo as lindas formações dos Campos Gerais, as Matas com Araucária os rios encachoeirados e os paredões dos Aparados da Serra. As culturas seculares das famílias ligadas à pecuária (bovina e ovina) vão sendo substituídas

pela atividade empresarial que não tem vínculo maior com as lidas do campo. O agricultor também acaba abandonando a enxada e, com o arrendamento de suas terras para as empresas, fica esperando por sete anos o crescimento das árvores, perdendo o aprendizado das culturas tradicionais. As sementes de alimento não servirão mais, sendo então adquiridas nos mercados das cidades. Nestas, o alcoolismo é um caminho comum para quem perde suas raízes.

O modelo de consumo que justificaria as monoculturas arbóreas é uma das principais causas da insustentabilidade

Um aspecto que demonstra a insustentabilidade do modelo silvicultural industrial, por exemplo, no caso da celulose, é que grande parte do produto vai para exportação, sendo que a empresa Aracruz exporta 98% de sua produção (http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=16049&tipo=noticia&print=true). A produção de pasta de celulose é para fabricar papel em outras partes do mundo, ou seja, agrega valor fora e deixa aqui os danos ambientais para suprir uma produção grandiosamente absurda de papel, relacionada a um consumo crescente de outros produtos associados. Muito papel é utilizado em uma montanha de propagandas impressas, com o uso exagerado de cores, o que representa um maior uso de tintas poluentes, em jornais ou folhetos de propaganda descartável. Os jornais dominicais, por exemplo, são constituídos em 2/3 de material produzido para propaganda, nem sempre lida. A diminuição de consumo não interessa ao modelo, o que acarreta uma necessidade de cada vez mais produção para um consumo, também, cada vez maior. A reciclagem não dá conta do aumento exponencial da demanda induzida. O carro-chefe de tudo isso é o modelo consumista-produtivista da sociedade "moderna" que ainda não se deu conta de que a mudança climática global é o grande sinal de alerta. A contradição das monoculturas arbóreas poderá servir para o repensar necessário dos limites do crescimento e da concentração de capital, já alertado na última década de 70 e nos Fóruns Sociais Mundiais. O Grande Mercado parece não aceitar esta discussão, reagindo a estas mudanças comportamentais e de mode-

lo. Talvez, para ilustrar este tema, valha a pena ler o artigo "Salva-vidas de Plomo" de Eduardo Galeano (2006), que faz referências ao modelo industrial uruguaio, que acabou optando pelas pasteiras de celulose como saída econômica para a crise crônica do país.

A empresa Aracruz, uma das gigantes da monocultura de eucalipto, acusada de expulsar indígenas e destruir a Mata Atlântica, promove forte lobby no Rio Grande do Sul

A empresa Aracruz, uma das maiores empresas mundiais na produção de celulose, esteve envolvida em denúncias graves de ter promovido a destruição da Mata Atlântica no Espírito Santo, há décadas, e de ter expulsado, com auxílio da polícia federal, comunidades indígenas daquele Estado, para expandir suas monoculturas de eucalipto. A FUNAI defendeu as terras como de propriedade dos indígenas. No sítio-e do governo federal (http://www.dpf.gov.br/DCS/clipping/2006/Janeiro/28-01-2006NAC.htm), o vice-presidente da Funai, Roberto Lustosa, afirma que foi cometido um "grave erro" em 1998, quando governo Federal, índios, Aracruz Celulose e Ministério Público Federal firmaram acordo pelo qual a empresa usaria os 11 mil hectares para plantar eucalipto, pagando aos índios uma indenização por 20 anos. O vice-presidente destacou ainda que "A Constituição prevê que as terras indígenas são inalienáveis. Não podem ser vendidas, trocadas ou alugadas e esse acordo deve ser revisto". A empresa, sentindo-se atingida por acusações, esteve envolvida em um contra-ataque infeliz, sendo acusada de ter espalhado cartazes preconceituosos contra essas comunidades que resistiam às monoculturas arbóreas, em 2006. Além disso, a empresa Aracruz promove farta propaganda nos grandes meios de comunicação (jornal, rádio e televisão), tanto do Espírito Santo como no Rio Grande do Sul, dando destaque às possíveis vantagens das monoculturas arbóreas, do ponto de vista econômico, social e ambiental, sem considerar qualquer prejuízo à sociedade ou ao meio ambiente. Outro fato que denota o acentuado *lobby* da silvicultura foi o que aconteceu nas eleições de 2006, no Rio Grande do Sul onde a empresa despendeu R$ 908.275,88 de doações para 70 candidatos, in-

cluindo dois ex-secretários da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA-RS), do PSDB, que exerceram a pasta entre 2004 e 2006. O valor total, somado as doações das empresas Votorantim e Strora Enso, alcançou 1,360 milhões de reais.

Devido a todas estas questões muito preocupantes decorrentes do forte lobby do setor da silvicultura no Rio Grande do Sul, a sua inviabilidade do ponto de vista socioambiental, e aos fatos infelizes oriundos das grandes empresas de exportação de pasta de celulose, consideramos muito negativo um possível convênio entre a universidade pública e qualquer uma destas mega-empresas. distribuído na ultima campanha eleitoral e a farta campanha somente dos pseudobenefícios para o Rio Grande do Sul tornar-se produtor de pasta de celulose para exportação, e a violência verbal da mídia contratada pelas empresas, denota o que estes empreendimentos são capazes de fazer.

Professor do Departamento de Botânica da UFRGS e membro do CONSEMA pelo Ingá- Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais

Matéria elaborada com base em artigo do autor denominado "As monoculturas arbóreas e a biodiversidade" em maio de 2007, na página do Ingá (www.inga.org.br).

Referências bibliográficas:

CÓDIGO FLORESTAL FEDERAL (Lei 4.771/1965) . http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/leis/L4771.htm.

BRACK, P.; KINUPP, V. F.; SOBRAL; M. E. 2007. *Levantamento preliminar de espécies frutíferas de árvores e arbustos nativos com uso atual ou potencial do Rio Grande do Sul.* Revista Brasileira de Agroecologia. V. 2. n 1, p. 1779 - 1782

http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewissue.php?id=3

FREIRE, P. 1985. *Extensão ou comunicação.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALEANO, E. 2006. Salva vidas de plomo (http://www.rebelion.org/noticia.php?id=36166) (acesso em 2 de maio de 2008).

GLIESSMAN, S. R. 2005. *Agroecologia:* processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 652 p.

GUDINAS, E. 1994. *Nuestra verdadera riqueza*: una nueva vision de la conservación de las áreas naturales del Uruguay. Montevideo: Ecoterra. 136 p.

http://www.dpf.gov.br/DCS/clipping/2006/Janeiro/28-01-2006NAC.htm (acesso 23 de maio de 2007)

http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/representatividade.htm (acesso em 23 de maio de 2007)

http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=16049&tipo=noticia&print=true (acesso em 23 de maio de 2007).

PAULILO, M. I. S. & MATIAS, I. A. A. 2006. *Mulheres e eucaliptos:* fertilidade e aridez. Ambientebrasil notícias (http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=23700) (acesso em 03 de maio de 2008).

PILLAR, V. P. (coord.). 2006. Workshop: *Estado atual e desafios para a conservação dos campos*. Porto Alegre: UFRGS. 24 p. **(www.ecologia.ufrgs.br/ecologia/campos/finalcampos.htm**) (acesso em 30 de abril, de 2008).

RAMBO, B. 1956. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Selbach,.471 p.

SOBRAL, M.; JARENKOW, J. A.; BRACK; P.; IRGANG, B.; LAROCCA, J.; RODRIGUES, R.S. 2006. *Flora arbórea e arborescente do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Rima-NovoAmbiente. 350 p.

Paulo Brack

Professor do Instituto de Biociencias da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
Biólogo, mestre em Botânica e Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).
Pesquisa a flora nativa ameaçada e de aplicação em sistemas biodiversos no Estado do RS e coordena ação de Extensão Universitária "Viveiros Comunitários".
Atualmente representa o Ingá - Institito Gaúcho de Estudos Ambientais no CONSEMA-RS (Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul).
Faz parte da Coordenação do Fóruns Sobre Impacto das Hidrelétricas no Rio Grande do Sul.
É membro indicado pelo FBOMS (Fórum Brasileiros de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável) na CTNBIo (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança).

O uso social da terra

A "Tragédia das Áreas Comuns", o eucalipto no CONESUL

Sebastião Pinheiro

"Se queres o debate, prepara-te"

José Martí

Introdução:

O professor Althen requereu minha colaboração com um capítulo sobre o tema do eucalipto. Não hesitei, mas o patrulhamento corrupto sobre o tema na mídia, posição no conselho regional profissional e entre outros burocratas e políticos subvencionados torna uma tarefa arriscada e não é só no eucalipto. Hoje a ditadura econômica é muito mais drástica que a militar anterior, além da mais eficiente, pois é planetária.

Estudos de biologia molecular realizado na Noruega pelo Prof. Dr. Terje Traavik encontram que os cultivos orgânicos produzem sementes com alta estabilidade cromossômica, sem anomalias citogenéticas comuns às sementes da agricultura industrial. Será devido à saúde do solo? Deixemos a pergunta no ar.

É acessível na internet o trabalho[137]: "Glyphosate e a resistência à ferrugem (*Puccinia psidii*) do eucalipto", de Tuffi Santos e outros, publicado na Revista Planta daninha vol.25 Nª1 (doi:

[137] Financiado pela empresa interessada, mas realizado com dinheiro público.

10.1590/S0100-83582007000100015) Viçosa Jan./Mar. 2007. Todo eucalipto é geneticamente modificado e usará herbicida. O risco de *epifítia* é grande por sua presença entre as mirtáceas selvagens (*goiaba, araçá, guabiju, guajuviras, uvaia e outras*). Mas a preocupação dos cientistas não é esta. Será devido à doenças sociais? Juntemos esta questão à anterior.

Já o trabalho de W. Vertraete e outros cientistas belgas, do Laboratório de Ecologia e Tecnologia Microbiológica (Labmet) e Departamento de Produção de Plantas da Universidade de Gent, determinam: "A Poluição Induzida em Comunidade Tolerante (PICT) por análise de genes16S rRNA para avaliar os efeitos a longo prazo de herbicidas sobre as comunidades metanotróficas no solo"[**]. Façamos mais uma pergunta: O uso do herbicida Roundup® nos eucaliptais transgênicos[138] vai aumentar a metanogênese? Sendo o gás metano 63 vezes mais impactante que o gás carbônico no Efeito Estufa, como fica a situação em uma área de apenas alguns milhões de hectares de monocultura do eucalipto no Conesul.

Não é necessário tecer comentários, os organismos multilaterais, universidades de Primeiro Mundo e as próprias empresas transnacionais afirmam: - "Os resultados da agricultura industrial, pelo excesso de adubos sintéticos, que rompem os equilíbrios da Lei do Mínimo, destroem as teias de seres-vivos da microflora do solo em suas funções e acumulam toxinas, Radicais Livres, metais pesados, proteínas incompletas e excesso de água, levam a perda de qualidade dos alimentos". O eucalipto não é alimento, é uma matéria-prima energética e produto da agricultura industrial especializada.

O exemplo é objetivo: O conceito de erosão do solo agrícola, utilizado pela ciência e economia periférica, oculta a tecnologia que a provoca ou exacerba. Os parâmetros de sua mitigação, a mantêm nos fins mercantilistas, ocultando sua origem.

O cientista Garret Hardin estudou na natureza, elementos como a degradação do solo, uso da água, agrotóxicos, monoculturas e outros e formulou a teoria da "Tragédia das Coisas Comuns", que

---

[**] Trabalho sustentado no conceito de "Saúde do Solo" desenvolvido pela Biotecnologia da União Européia.

[138] Lembrem que o gene de resistência foi retirado de uma Arqueas (antigamente denominada de *Arqueobacterium*, especializada na produção de metano.

hoje é usada nos sistemas de sistemas dentro da gestão e manejo, até empresarial.

Na época dos grandes descobrimentos (marítimos), as autoridades ibéricas tiveram a preocupação humanitárias distribuir caprinos para servir de alimentos aos náufragos encontrados cada vez em maior número nas ilhas desertas.

É possível vislumbrar em muitas ilhas a grande devastação provocada pela superpopulação de animais, que depois também morriam de fome. Mas, é bem possível que, em uma ilha determinada, o manejo dos caprinos organizado pelos náufragos em função da quantidade de alimento e seu desfrute tenham levado o cientista norte-americano professor *Hardin Garrett* a elaborar a dedução da *Tragédia das Áreas Comuns.* Seu artigo publicado em 1968, na revista Science, 162, pg. 1243-1248 é importante para se entender impactos ambientais e seus correspondentes aspectos político e sociais.

Nele, o autor expõe que, em uma área de uso comum a todos, onde cada usuário tem o direito de participar sem alterar o equilíbrio ambiental (ecossistema), ou seja, respeite os ciclos naturais, usufruindo ao longo do tempo, desde que manejando o número de animais, conforme as benesses ou restrições devidas às alterações meteorológicas e climáticas. Este tipo de manejo é muito comum nos rebanhos na América indígena, África e regiões da Ásia. Nestas áreas, o autor considera que a população e natureza estão equilibradas, pois os primeiros morrem ou migram buscando outras condições e os segundos se transformam, sem acúmulos.

A "*tragédia das áreas comuns*" inicia quando um dos usuários resolve aumentar seu desfrute. Isto provoca desequilíbrio no ambiente e a lenta degradação do valor de cada um, embora aquele tenha uma vantagem inicial. Ao final de um tempo esta área estará degrada e a comunidade entra em colapso.

Voltemos à ilha. Ela é a área comum. A natureza é o alimento dos caprinos, e a reprodução destes é a sobrevivência dos náufragos com estes elementos integrados temos o crescimento da natureza controlado pelo caprino e o controle dos animais pelos

náufragos, em função da oferta da natureza e de suas necessidades e sustentabilidade insular.

Em uma sociedade "menos evoluída", com diversas populações tradicionais, com seus tempos peculiares e usos comunitários, é fácil se entender esta questão.

Em uma sociedade mais "evoluída" onde existe a propriedade privada e a sociedade industrial, devemos exemplificar o conceito de *Hardin Garrett* com alguns elementos ambientais erosão do solo, agrotóxicos, água e devastação da natureza, para avaliar a depleção, pois já não é mais possível avaliar o colapso do sistema.

Em uma sociedade industrial periférica, sem governo autônomo ou com governo heteronômico, além da depleção, há uma diferença entre o valor (utilização) e o preço (aquisição) que torna mais difícil de perceber a tragédia das áreas comuns.

O exemplo do leite materno é claro. Ele tem altíssimo valor, mas não tem preço. Entretanto, para a Nestlé sua utilização é concorrência desleal, pois o leite em pó tem custos, impostos. É por isso que a propaganda do leite em pó procura diminuir a utilização do leite materno desvalorizando-o e dando comodidade, satisfação e fantasia ao usuário de seu produto industrial, que tem preço.

Fora convencer o consumidor, a empresa precisa ter o apoio e cumplicidade das autoridades de saúde, economia, ciência e tecnologia. Para isso, usa argumentos políticos, econômicos contextualizados, denunciando toda contrariedade às suas metas. Isto polariza a discussão de forma maniqueísta entre os pró progresso, tecnologia, desenvolvimento e os contra.

A questão, muitas vezes, é mal enfocada, pois, na polarização se procura tirar o valor do leite em pó e não comparar o seu preço com o preço do leite materno e depois quanto este vale.

O outro aspecto é que o problema não é enfrentar a natureza do leite materno com o produto industrial e, sim, que o leite em pó necessita de água pura, de qualidade, que na casa de muitos não há. Daí sua conseqüência na desidratação e diarréias como epidemias de mortalidade infantil não divulgada pelas "autoridades".

A figura do leite materno serve para demonstrar por que as depleções por erosão, agrotóxicos, transgênicos, entre outras, dificultam ou impedem a percepção sobre a tragédia das áreas comuns, no interesse da Nestlé, governo, religião etc.

Quando vemos as políticas públicas dos atuais governos no Conesul e as grandes empresas intermediárias BUNGE e CARGILL afoitas, introduzindo a soja (transgênica) sustentável na Amazônia e Pampa, conforme as Oficinas no IV Fórum Social Mundial em 2005, temos de trazer a realidade da "*tragédia das áreas comuns*", pois uns estão sendo forçados a plantar soja em nome dos juros da dívidas e outros a migrarem excluídos e transformados em consumidores. Ambas as situações vantajosas para as empresas citadas.

Enquanto isso, elas acumulam riquezas em função da *depleção* (nome que a economia designa para a destruição ou desvalorização de um recurso ambiental) na área comum (natureza), que lentamente mingua ou exige mais insumos.

Podemos exemplificar com a seca ocorrida no sul na última safra, pois a soja transgênica RR, segundo estudos de D. Pimentel, necessita de um terço a mais de água em seu desenvolvimento. Mais uma tragédia nas áreas comuns.

Agora há quem veja, também, a mesma repercussão na proposta de "Transposição das Águas do Rio São Francisco", privatização das Florestas Nacionais. Novamente, vantajosas para elas.

Contudo, a globalização (unilateralismo) insere novos "dependentes na área comum" em função da ameaça de Mudança Climática.

Eis que surge o eucalipto paladino. Se trocarmos nosso caprino insular por eucalipto; flora nativa por leite materno; cobiça por informação fica muito fácil compreender e, mais que isso, reverter a tragédia das áreas comuns, sem questionar governos.

Empresas como Stora Enso, Aracruz, Votorantim e outras introduzem o eucalipto para celulose, o terceirizado, no Conesul em nome de controlar o Efeito Estufa. Não há estudo de impacto ambiental, hidrológico, ignorando a liberação de gás carbônico retido nas pastagens naturais do pampa, pela introdução do eucalip-

to. Vantagem para elas que buscam a vantagem futura nos créditos bancários de carbono. Entretanto, aumenta a devastação.

Podemos dizer que esta é a criação de uma "*nova tragédia das áreas comuns*", com suas conseqüências e resultados no tempo, que estão além de uns, outros e lucros, pois há a população tradicional da aldeia global.

Nosso reconhecimento a *Hardin Garrett*, pois só agora compreendemos o que significa "valor social da propriedade" (rural) e princípio da precaução, ambos tão necessários no Mercosul.

Muitas vezes, antes de perceber alterações nas membranas, é mais fácil observar a transformação da energia no espaço-tempo entre o *clímax* e o *fim da capacidade de resiliência* (ponto sem volta), onde a energia da "*tragédia das coisas comuns*" transforma-se na energia da "*tragédia comum a todos*". Sem sombra de dúvida é o que está passando ao clima da Terra.

A instalação de um novo sistema sobre um ecossistema, leva a alteração termodinâmica da energia acumulada no mesmo. A dilapidação desta energia pode ser observada ou ignorada por razões políticas e econômicas durante o tempo de interesse, depois será mudada, pelos mesmos ou novos interesses.

É assim sobre as áreas onde há o desmatamento para substituição por pastagens ou monoculturas, sem uma preocupação com a fertilidade do solo, clima, biodiversidade e outros aspectos de cidadania.

Conferência o eucalipto e a desmaterializaçao da economia

SEMINÁRIO: Os impactos do Eucalipto Seminário realizado pela APEFERJ, no Auditório do CREA-RJ, em 03 de abril de 2002.

A empresa *Aracruz Celulose S.A.* colhe, hoje, amargos frutos de seu comportamento durante o passado recente de sua im-

plantação no Espírito Santo, que não pode e não deve ser esquecido por ninguém.

O resultado de sua política é a obrigatoriedade legal de zoneamento silvo-ecológico para o plantio de eucalipto celulósico, o que levou a empresa a expandir seus plantios fora daquele Estado, assinando um protocolo de intenções com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do governo do Rio de Janeiro para o estabelecimento de um programa de plantios no norte fluminense.

Cabe refletir: Isto muda sua imagem perante a comunidade ou a reação da Sociedade Civil Carioca e Fluminense será diferente da capixaba?

Após a aprovação da legislação capixaba, propusemos a realização de um Seminário Internacional sobre Impactos do Eucalipto e acorde com a Nova Ordem Internacional a convidamos para a co-organização, com a escolha de metade dos painelistas, conferencistas e participantes.

Mesmo enviando uma carta aberta à Sua Alteza Real o Príncipe Charles, principal acionista daquela empresa, ela manteve a postura de outrora. Realizamos o Evento, em 21 e 22 de Agosto de 2001, na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, com a participação de especialistas da Tailândia, Alemanha, Inglaterra, África do Sul, Chile e Uruguai e mais de 4.000 pessoas.

Não somos ingênuos nem pretensiosos para ignorar o "poder" da empresa. Assim como, projetamos o desenlace da situação anterior, agora desenhamos a perspectiva para as próximas décadas, diante da importância das decisões atuais com participação da empresa, sociedade civil e governo. O deputado estadual (governista) que ousou desafiar a mesma foi chamado ao Palácio do Planalto e ameaçado ficar sem legenda caso instalasse uma CPI sobre a ARACRUZ. Os depoimentos da CPI estão à disposição dos interessados.

Junto àquelas perguntas anteriores deixamos mais estas:

- O eucalipto no Conesul tem a intenção de deslocar camponeses e pequenos agricultores familiares para serem assalariados

rurais a exemplo da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, onde bóias frias morrem por "bagaçose", eliminando-os do sistema de produção de alimentos e concorrência desleal com a indústria transnacional de alimentos?

- O eucalipto no Conesul é para a produção de matéria-prima energética (álcool de biomassa) regulador do preço e poder industrial do álcool de cana-de-açúcar?

- O eucalipto no Conesul é um sistema para deslocar a produção de "boi de capim", concentrando sua área, com a finalidade de venda de serviços de *rastreabilidade* (*traçabilidade*) em escala econômica? Quais os prejuízos futuros para a região?

Aquelas perguntas e essas são suficientes para a sintonia com nosso interesse e posição.

Reiteramos nosso alerta, pois da mesma forma como não podemos esquecer o que a empresa fez no passado, no futuro, não teremos o direito de fugir de nossas responsabilidades assumidas ou omitidas.

Eis o teor da conferência de encerramento daquele seminário internacional.

O eucalipto e a desmaterialização da economia*

Seminário Internacional sobre os Impactos do Eucalipto, AGO 21, 22/2001 Vitória ES-BR.

Introdução

Na África, mais precisamente na região do interior da Angola/Zâmbia, as tribos e clãs, ao não possuírem escrita, transmitiam sua memória para os descendentes através das árvores. Cada família tinha uma árvore, que contava a história para as crianças, através dos mais velhos. Assim a memória passava de geração para geração e construía o passado de todos, cimento cultural.

Quando o indivíduo, subjugado partia para o exílio ou escravo, dava três volta à árvore para o esquecimento.

A árvore, geralmente, era um tamarindo (Tamarindus indica), que não é uma árvore africana, mas indiana, introduzida no continente negro pelos portugueses. Como as folhas do tamarindo são comestíveis e ricas em vitamina C, substituíram outras espécies autóctones para servir de memória viva da comunidade.

Um sacerdote metodista inglês, quando chegou na África (1780) achou aquela atitude social, religiosamente praticada, como animista e mandou cortar todas as árvores.

Logo, a comunidade dispersou-se e finalmente destruiu-se, por não ter mais referências.

O ser vegetal, o tamarindo, foi adotado como memória viva por sua utilidade e adaptabilidade, ao passo que o ser humano religioso destruiu uma sociedade.

Será isto que querem fazer com a Mata Atlântica?

Aqui, no Espírito Santo, o Sr. João Martins contou que seu avô, para evitar que se cortassem todas as árvores de valor, começou a colocar o nome das crianças que nasciam nas árvores. Hoje, ele tem e nós herdamos não só a memória, mas um patrimônio invejável.

Graças a ele estamos transmutados em uma "farinha seca" de doze anos de idade, que leva nosso nome e na companhia de um ipê amarelo, de mesma idade, que é Nasser Youssef e um Jatobá, que é o Lutzenberger. Demos três voltas em sentido contrário na árvore da lembrança.

I - EMPRESA VERSUS ESTADO

O respeitável cientista Walter Lima nos diz, em parecer, que as florestas de produção ou matérias-primas são atividades econômicas para empresários e que a restauração de ecossistemas é função de governos. O sábio Paulo de Tarso Alvim foi além e disse que ninguém vai se preocupar com atividade que não dê lucros.

Há uma contradição espacial na fala de ambos os mestres, funcionários públicos, pois, entre os escandinavos, canadenses, japoneses e norte-americanos, as florestas são manejadas desde muitos e muitos séculos, sem que isto seja de interesse de empresários, apenas, ou de governos, somente. Uma floresta é um recurso natural renovável, logo eterno, perene.

Uma floresta, seja para a finalidade que for, tem diferentes enfoques entre países autônomos e periféricos. Entre eles, as florestas são sujeito de políticas públicas, ao passo que, entre nós, elas são objetos.

Por isso, apesar das leis, das normas etc., as universidades ensinam absurdos como os antes expostos, a partir da visão heteronômica, utilitária e reducionista.

Vamos trabalhar as afirmações daqueles mestres, contextualizando-as ao longo do tempo e "em novo" espaço, dentro de uma retrospectiva de 33 anos e uma projeção de 66 anos.

Por que adotamos um período de 99 anos?

Simplesmente porque este é o espaço de responsabilidade de uma empresa.

Assim, separamos dos aspectos de uma floresta, que é um recurso natural renovável e perpétua, uma característica consoante com o Estado Nacional.

Não podemos confundir empresa com Estado Nacional, pois a empresa visa a lucro.

Já os objetivos do Estado Nacional são outros e completamente diferentes. É importante ressaltar isto, porque, hoje, com as ondas de globalização e neoliberalismo, muitos governos o ignoram, por incompetentes. O Estado Nacional visa a servir a todos através da cidadania, o que não é um serviço, negócio ou dádiva. É função do Estado controlar a todos dentro da lei e da norma com igualdade.

Há mais ou menos 33 anos, uma crise começou a assolar o mundo: a impossibilidade de crescimento infinito em um mundo

finito. O Clube de Roma recebeu o relatório do casal Meadows intitulado: “Os limites do crescimento”.

Até aquele relatório, o monopólio da produção do papel de imprensa, celulose e derivados era quase que exclusivamente de empresas escandinavas ou canadenses, onde os bosques eram manejados sustentavelmente.

A demanda por papel e celulose crescia, e as empresas do Norte, contudo, percebendo o impasse, anteciparam-se e migraram seus negócios para o hemisfério Sul.

As empresas, que no Norte tinham pequeno porte, ao cruzar a linha do Equador tomaram uma dimensão assustadora.

Isto se deveu à febre desenvolvimentista que passou a imperar nos países subdesenvolvidos, que passaram a ser chamados de *países em desenvolvimento*. Este período é o auge da Guerra Fria, e a grande maioria das empresas migrantes instalam-se nos locais mais absurdos.

A crise mundial da natureza leva à Conferência de Estocolmo. Uma nova Ordem Internacional começa a equacionar-se, mas as grandes empresas antecipam-se e transferem as empresas problemas. Um exemplo é a criação da Adela, que instala a Cia de Celulose Borregaard, de origem norueguesa, no RS. Ela estranhamente começa a plantar eucalipto em terras de arroz irrigado, com isenção total de impostos, destruindo as economias municipais, e a tornar o ar da região metropolitana irrespirável para seus 2 milhões de habitantes.

Desconhecia-se Zoneamentos Agroecológicos, democracia, ética, moral e cívica e outras coisas.

A falta de visão do governo compromete a função do Estado Nacional e dilapida a riqueza da sociedade, embora o PIB do Estado cresça.

II - ECONOMIA VERSUS CREMATÍSTICA

Estes governos autoritários, sem cosmovisão, ao não conhecerem autonomia, desconhecem a diferença entre valor econômico e crematístico.

Estes termos foram criados por Aristóteles, que se preocupou em diferenciar o valor econômico do valor crematístico, em sua obra "A Política".

Para todos nós, o termo "oikos" dá origem tanto à ecologia (estudo da casa, ambiente) como à economia (administração da casa, ambiente), mas a diferença entre ambos é o mero aspecto pecuniário, que vai agregado a muitas atividades econômicas.

Ele separou a economia da crematística de forma simples: economia significa utilização (é perene), já a crematística, aquisição (é temporário).

Crema em grego quer dizer moeda, e a função da moeda é adquirir. Contudo moeda não quer dizer riqueza, ela é apenas uma convenção. Lembremos do rei Midas que transformava em ouro tudo o que tocava. Seu dom era uma maldição, pois ele morreu de fome, já que não podia comer ouro.

Uma plantação de árvores (eucaliptos) tem valores crematísticos, e uma floresta tem valores crematísticos e econômicos. E ambos são muito diferentes.

Nos últimos 33 anos, a natureza, o meio ambiente passou a ser incorporado pela ordem vigente à economia dos países do Norte, e à crematística, nos países do Sul, embora os governos não saibam a diferença entre ambas.

O pior é que, muitas vezes, os governos crêem que há uma migração econômica com a chegada de empresas do Norte, mas o que vêem são valores crematísticos. E os valores que saem daqui para lá se transmutam em valores econômicos. É assim que se subfatura a natureza local.

Nossa Natureza?

Por aquela época (anos 70) havia, entre nós, abundância de natureza e qualidade de vida, mas era ensinado nas escolas que a floresta natural era um empecilho, que, quando queimada, se estava fazendo uma benfeitoria. Após o incêndio, para por gado ou eucalipto, o banco financiava e até subsidiava, fosse o BB, o BASA ou o interesse de outros agentes dos bancos internacionais.

É assim que o espaço natural, ocupado pelos indígenas, posseiros ou pequenos agricultores familiares, será usurpado pelo grande empreendimento crematístico, mas não econômico, e o valor desta moeda migra para a economia do Norte, que usufrui desta heteronomia e ignorância.

III - NATUREZA VERSUS MEIO AMBIENTE

Em 1972, a ciência e tecnologia estavam dando o grande salto com a criação de organismos transgênicos e clonados. A natureza será a base para a revolução biotecnológica.

Nesta época, vivíamos a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente. Logo, plantaremos eucaliptos clonados, mas nem saberemos o que isto significa ou que eles só tem uma utilidade: produção de celulose.

Induzem-nos a questionar, temer e renunciar à tecnologia. Tecnologia não é boa ou má, ela causa impactos, impactos positivos ou negativos. É função do governo controlar os impactos negativos determinando sua atenuação, ao mesmo tempo que estende os positivos ao máximo.

Mas, qual seria a perspectiva do valor do eucalipto, 20 anos depois da Conferência de Estocolmo, quando estávamos em plena Conferência do Rio de Janeiro, a Rio 92, assinando a Convenção da Biodiversidade?

Nós nem sabíamos que isto estava ocorrendo em 72 e nossa posição em Estocolmo foi uma posição nortista e, no Rio, ficamos

no deslumbramento da nossa riqueza crematística com a biodiversidade.

As economias industriais autônomas, e, por tal, democráticas, estavam já projetando os próximos sessenta e seis anos.

Os países industriais promoveram uma "desmaterialização" de nossa economia com uma antecedência de 30 anos. Uma desmaterialização muito diferente do conceito que agora é aplicado, mas com a mesma finalidade.

IV - REAL VERSUS VIRTUAL

Os partidários da ausência de limites ao crescimento na expansão da economia nos anos oitenta começaram a perceber a evolução das economias industriais, que pressagiavam uma progressiva independência do crescimento econômico com respeito ao consumo de energia e recursos naturais. Este processo foi batizado de desmaterialização da economia.

Podemos dividi-lo em três partes:

a)" terceirização,

b)" diminuição de insumos e energia e

c)" descontaminação e menores resíduos, resultado de uma política ambiental em relação ao Produto Nacional Bruto.

Era a Mata Atlântica

Vejamos um exemplo. Para produzir celulose é necessário: terra, sol, chuva e trabalho. Isto faz com que a celulose colhida tenha o preço relativo 1,00. Mas, na sociedade industrial, as empresas criaram fertilizantes, agrotóxicos e outros insumos, e o preço desta celulose subiu para 1,20. Depois esta celulose foi branqueada com cloro e seu preço subiu para 1,50.

Agora esta celulose segue a sustentabilidade, é ecológica, tem o mesmo custo de 1,00, mas, para ser vendida para um grupo seleto, precisa de certificados de garantia ambiental , certificados de traceabilidade, sistema de garantia de qualidade tipo ISO, e custará 1,80. Isto modernamente se chama de "desmaterialização" da celulose.

Por que, então, dizemos que houve uma "desmaterialização" com 30 anos de antecedência? Porque a nossa floresta foi destruída para plantar eucalipto e capim, ou seja, terceirizaram a "Nossa Natureza"

Economizaram energia, insumos e mão de obra; transferiram para nós os seus resíduos e contaminação ambiental.

Nossa abundância foi tornada escassa por um conceito da matriz anterior que não foi extrapolado dentro da economia no tempo e espaço, para a nova realidade da engenharia genética e transgenia.

Para a crematística, algo, para ter valor, necessita ser escasso. A natureza era abundante e patrimônio de todos. Eles a terceirizaram.

Naquele início, vimos a criação do IBDF. Era desenvolvimento queimar a floresta e plantar "gmelinas", eucaliptos, capim ou maçãs. Não vimos que o que estava acontecendo era a destruição econômica do patrimônio de todos, com dinheiro público, para a plantação de monoculturas de capim ou eucalipto para a riqueza particular de algumas indústrias.

O governo militar usurpador destruía o coletivo nacional para privilegiar o particular internacional.

É assim que as terras públicas, indígenas, reservas naturais, pequenas propriedades familiares foram "desmaterializadas" em cumplicidade com os organismos internacionais.

Cabe a pergunta: Ficamos com mais dinheiro (crematística)? Ficamos mais ricos (economia)? Ficamos mais felizes (socialmente)?

Não, apenas conhecemos o valor absoluto da miséria e suas mazelas.

Qual é então a projeção para o "Nosso Futuro Comum”?

V - SEIS VERSUS MEIA DÚZIA

Há dez anos atrás, o mundo foi convocado para uma nova Ordem, a da Biotecnologia, onde a biodiversidade passou a ser o valor econômico. Uma convenção foi proposta no Rio de Janeiro e a natureza, repetimos, passou a ter valor. Um ano antes, fora criado o IBAMA, substituindo o IBDF, mas com a mesma ideologia anterior. Assim, a Mata Atlântica dos colibris e orquídeas, agora se materializa como um valor crematístico. Contudo, para o investidor da época de setenta, que se instalou mal e que quadruplicou seu empreendimento, ela continua se constituindo em estorvo, pois ele projeta sua expansão sobre a selva tropical úmida e o faz através da cumplicidade com os governos e seus burocratas, que, muitas vezes, deixam de ser temporariamente empregados, para serem funcionários públicos defensores dos interesses particulares da empresa.

É assim que, na calada da noite, organiza-se o fomento ou criam-se meios de drenagem de riqueza para o Norte rico.

Por um lado, os defensores aduzem que não foi a empresa que destruiu a floresta, que foi o ciclo do café, do gado etc., embora isto seja diferente. Mas para garantir o funcionamento da empresa mal-instalada são obrigados a desviar água de um rio nacional, usando o governo municipal como álibi.

Mas, qual é o futuro deste espaço que continua biológica e legalmente sendo um território da Mata Atlântica?

Qual é o novo valor econômico, não crematístico, do espaço da Mata Atlântica restaurado?

A empresa faz tudo para que este espaço continue sendo visto na ótica anterior, como mero objeto, e nós como seres utilitários, consumidores e crematísticos por salários e serviços inexoráveis.

Eucalipto ecológico?

Visto em um plano antagônico, onde somos sujeitos, toda a área dedicada à compra de terras, plantios, cultivos e criação deveria, a exemplo do que acontece em todo o mundo, ser disciplinada para evitar abusos, pressões, corrupções e situações assemelhadas.

Se, hoje, a palavra chave do planeta é sustentabilidade, uma pergunta aos empresários de celulose: Qual é a sustentabilidade de um empreendimento sobre o espaço da Mata Atlântica nos próximos vinte anos, levando em conta que países da União Européia (Itália, Espanha, Grécia e Portugal) concorrem com eucalipto e celulose de eucalipto?

No RS, uma empresa "desmaterializou-se" para provar que sua celulose não destruía a Selva Amazônica, gastando muito dinheiro e até contratando um ecologista com prêmios internacionais. Ele confirmou sua vinda, mas alegou problemas de saúde.. talvez, no dia 27 ele poderá estar aqui; é só receber uma ordem.

A pergunta é pertinente, assim como foi pertinente a luta dos movimentos ambientalistas para que o branqueamento da celulose abandonasse o cloro, modificando o processo e suprimindo o uso de cloro e dióxido de cloro, pois, diariamente, milhares de quilos de compostos AOX e VOX eram liberados nos efluentes.

Foram as ONGs que, com antecedência de duas décadas, impuseram o "novo" da celulose sem dioxinas.

Entretanto, eles não esperavam que as empresas usassem dinheiro público para se adaptarem ao mercado. Isto também é uma vergonhosa desmaterialização.

O impacto de vinte e cinco anos de efluentes com dioxinas e organoclorados alguicidas na bacia pesqueira mais importante do país, quem avaliou, quem mediu?

Ninguém se preocupou em poupá-la, preservá-la, protegê-la.

VI - PÚBLICO VERSUS PRIVADO

Qual é o maior valor econômico: a empresa ou a pesca?

Contudo os pescadores não têm poder, o poder que torna a empresa superior ao governo e o faz refém de seus interesses.

Qual é mais sustentável a empresa ou a pesca?

A empresa e governo sabem desta destruição do patrimônio de todos, mas não há respostas, pois somos todos meros objetos.

Mas, se fossemos britânicos, como Sua Alteza o Príncipe de Gales ou noruegueses, como o genro de Sua Realeza, o Sr. Lorentzen, qual seria este valor?

Esta é a diferença, hoje, entre a nova ordem no Norte e a nova ordem no Sul. Lá, há um poder popular baseado em decisões tripartistes; aqui, instaura-se uma ditadura civil através de Medidas Provisórias para fazer o que o Norte quer.

Voluntariado, Solidariedade e Sustentabilidade são os termos crematísticos que o governo usa para iludir a cidadania e a coletividade.

Na atualidade, quando o mercado passa a desmaterializar a economia para agregar mais valor e poder ao capital e à tecnologia e criar um maior retorno para a venda de serviços, normalmente, ou melhor, exclusivamente vendidos por consultores do Norte, é que nos deparamos com as metas sociais da OMC, Banco Mundial e países da União Européia , lembremos que tecnologia não é boa ou má. Ela causa impactos...

Agora é proibido criança trabalhar, mulher receber salário inferior, discriminação humana, religiosa ou poluição ambiental e devastação da natureza.

Agora as empresas procuram certificados de qualidade social, ambiental e tecnológica, mas quem amortece os custos é a comunidade pobre do Sul.

A Aracruz Celulose

Muito breve, ouviremos falar de eucalipto orgânico e celulose ecológica. Assim os certificados de sustentabilidade, pureza, social e ambiental abafarão os clamores dos pequenos florestadores familiares ou cooperativados em servidão.

Eles terão cada vez menos importância, com o valor do trabalho desmaterializado pelos valores crematísticos dos certificados e serviços. Cada vez menos vale a natureza e o homem, ambos objetos crematísticos da economia do Norte.

Isto é subliminar. Achamos ruim, quando o presidente Bush negou-se a assinar a "Convenção da Biodiversidade". Agora seu filho, também presidente, nega-se a assinar o "Protocolo de Kyoto".

Ele quer dar fôlego à economia norte-americana em crise séria de recessão. Vai aumentar os riscos climáticos com o uso de tecnologias obsoletas à base de combustíveis fósseis, já amortizadas. Com isto, ele manterá os absurdos índices de consumismo dos norte-americanos. Nós sequer percebemos que o que o Bush hoje faz com o povo norte-americano, o Norte vem fazendo conosco há mais de quatrocentos anos.

Nós aqui temos o "apagão", já há trinta anos anunciado. Desmaterializaram nossa economia através da poupança compulsória de energia. Nós não temos autonomia, seremos "objeto" pelos próximos 99 anos.

VII - SUJEITO VERSUS OBJETO

É nesse momento de crise energética e de crise climática internacional, que vemos o magnífico Projeto Floram, de fixação do gás carbônico atmosférico por reflorestamentos, ser transformado em objeto de especulação financeira e comercial internacional.

Os megainvestidores, mais uma vez em conluio com os governos locais, preparam a desmaterialização das economias. Unem-

se com as empresas produtoras de gás carbônico e propõem que elas paguem o reflorestamento de áreas onde houver terras e mão-de-obra baratas.

Com isso, são criadas "quotas" de pagamento para os reflorestamentos de fixação de gás carbônico, o que permite às empresas continuarem lançando efluentes sem diminuir sua produção e poluição.

É assim que a Shell, por exemplo, já têm milhares de hectares no Uruguai e Argentina, onde foram retiradas matas naturais para instalar os "sumidouros de carbono", com dinheiro público uruguaio em um laboratório social trinta anos antes. E agora temos a animosidade entre as duas margens de um rio que sempre fora fraterno e já tivera instalado empreendimentos como o Frigorífico Liebig em ambos os países.

Entre nós, empresas e governos querem que os "reflorestamento de sumidouros de carbono" sejam feitos em nosso espaço e natureza, mas na verdade subsidiando o custeio e investimento de plantios de eucaliptos, matérias-primas para celulose, através de conluio entre empresas e governos.

O dinheiro para tal reflorestamento não sai do Norte, girando e enriquecendo a economia deles, ao passo que ocupa um espaço, pressiona a natureza do Sul.

Ganham triplamente, pois: a) podem poluir através das quotas pagas; b) somam uma área plantada para matéria-prima como se fosse amenizar a mudança climática por fixação de carbono e c) usam o marketing verde, que sua celulose é fruto do projeto de amenizar a mudança climática que eles mesmos promovem.

Devastação

Obviamente, os corruptos recebem sua crema (moeda), mas perdemos triplamente, pois nossos alimentos ficam mais caros ao haver escassez de terras para plantá-los; teremos menos agricultores

dedicados à agricultura e perdemos os recursos para a fixação através dos sumidouros de carbono.

O mar do ES fixa 15 vezes mais gás carbônico que a terra.

Não seria mais importante que os "sumidouros de carbono" fossem marinhos? Teríamos mais pesca, mais economia. Contudo, a família Globo quer destruir as algas calcáreas para extrair (minerar) "Lithotamium". Os bancos querem eucalipto para criar uma cadeia financeira, econômica e industrial de alto crescimento em juros e serviços...

VIII - LIBERAR VERSUS CONTROLAR

É aqui que entra o zoneamento agroecológico; zoneamento que Rondônia, Amapá e Mato Grosso do Sul foram obrigados a priorizar, com medo de perder investimentos externos.

Zoneamento que, por respeito à Mata Atlântica e Bacia Pesqueira, deveria ser priorizado também no ES, pois ele é ciência, é geração de trabalho e tecnologia, e prestação de serviços, desmaterializando a economia, para a Humanidade, conforme a Agenda 21. Mas que a empresa de celulose não quer que se desmaterialize, pois ela nos quer meros objetos. Seu eucalipto não é bom ou mau.

Ele causa impactos.

Por isso devemos perguntar ao pequeno agricultor, assentado ou indígena e comunidade capixaba: se a empresa fosse obrigada a respeitar e pagar, de fato, que cada hectare com eucalipto recuperasse ou restaurasse três hectares de Mata Atlântica. Isto seria bom para quem?

Seria bom para a biodiversidade e estamos falando em economia e não em crematística. Seria ótimo para o agricultor que manteria sua renda, autonomia e liberdade. Estamos falando em felicidade, não, em riqueza.

Mas não sejamos ingênuos. Os governos são heteronômicos, obseqüentes e corruptos para evitar que esta desmaterialização aconteça.

A empresa planeja usar o marketing do produto da fixação do gás carbônico, e ela fará as suas reservas, não pela Mata, mas pelo valor crematístico da biodiversidade que irá vender para exploração e tudo continua na mesma e para pior.

Usará os agricultores em servidão como objeto de marketing de homem da Mata Atlântica protegido e integrado, de forma muito similar como hoje já ocorre na cultura do fumo, frango, suíno. É o complexo Agro-Industrial-Alimentar-Financeiro, que não pode ter terra ou eucalipto, mas que transfere ao pequeno agricultor familiar – terceirizado – esta função, em servidão aos seus interesses monopsônicos.

Quem se posicionar contra seus interesses, como no caso do projeto de zoneamento agroecológico, tem contra si os instrumentos de ódio e relativismo moral.

IX - NATUREZA VERSUS MERCADO

A água é a crise dos próximos 66 anos. A criação da Agência Nacional das Águas – ANA – dá valor crematístico. Agora a água é uma “commodity”.

Não seria importante ter-se, a exemplo da África do Sul, um zoneamento hidro-ecológico-climático sobre a economia da água pelo eucalipto nos diferentes municípios do Espírito Santo, principalmente nos banhados pelo oceano, onde se fixa quinze vezes mais gás carbônico e nasce a água doce em crise.

A primeira reação dos segmentos de interesse é dizer que quem pede isto é contra a empresa, contra o progresso.

Depois, há uma orquestração vendendo está imagem, e muito dinheiro é gasto para que não haja consciência.

Quando propusemos um debate franco e objetivo sobre a necessidade do Zoneamento Agro-ecológico, que é o pano de fundo deste Seminário Internacional, o fizemos interessados em debater o tema de forma clara transparente, honrada, inteligente, pois queremos a qualidade e a precaução preconizada na Agenda 21.

Na mesa, não há temor. Contudo, tememos muito as empresas nas ante-salas do poder, atrás das cortinas e biombos ou junto às eminências pardas, que traficam o poder público e recebem dinheiro escuso para suas campanhas à *governança estadual*, *deputação*, *senado* etc.

Tememos muito mais a mediocridade que confunde Estado com Governo e os verdadeiros caminhos para a modernidade, sujeito, cidadania e democracia.

Descaminhos são subterfúgios de medíocres que fogem ao debate e querem que o Estado Nacional continue sendo seu feudo e balcão de seus negócios, muitas vezes opacos ou escusos.

E a polêmica da Água?

George Perkins Marsh, em 1864, nos Estados Unidos da América, publicou o livro "Homem e Natureza", apontando as alterações na harmonia da natureza. Ele disse: "....o homem esqueceu faz muito tempo que a Terra foi dada a ele somente em usufruto, não para consumo, e muito menos para despejar lixo".

Os grandes lutadores ambientais no início do século passado: Muir, preservacionista radical e Pinchot conservacionista moderado e racionalista ficariam pasmos e ambos envergonhados com a situação atual de nosso planeta.

Entre os pequenos agricultores familiares do Espírito Santo encontramos, de forma concreta, o afirmado por Tocqueville: "A democracia se apóia no amor à liberdade e igualdade pela abundância de terras ou seja não ausência de escassez".

"O Estado é uma associação não só entre vivos, mas também entre os que estão mortos e os que irão nascer", este "espaço total" do professor Milton Santos nos leva a resistir na luta pela dignidade de ser, quando há uma política sem ética.Simultaneamente lutar contra as vantagens de ter, em uma economia sem ética.

Vimos escambo ser praticado e participamos de mutirões, algo que hoje é proibido.Para, Nietzsche, "Não existe pior hierarquia que aquela travestida de igualitarismo." (Vontade de Potência)

O indivíduo é um valor absoluto. Foi Nietzsche quem primeiro entendeu que o homem moderno era inseparável do igualitarismo através do qual se exprime. Nietzsche é contra a civilização do rebanho, responsável pela inversão de valores.

O presságio deixado por Stuart Mills, ícone do liberalismo mundial é dramático: "Não seria para estar satisfeitos se um dia contemplássemos um mundo onde não restasse nada da vida natural; (...) Se a terra tem que perder essa grande porção de beleza por causa do crescimento ilimitado da riqueza e da população, para suportar uma população mais ampla e também menos feliz, então sinceramente espero que os partidários do Estado progressivo se conformem com ser estacionários, muito antes que a própria realidade os obrigue a isso pela força.

É sabido que Marx teve uma preocupação apenas marginal com a degradação ambiental produzida pelo capitalismo. Alfredo Schmidt demonstrou claramente que para Marx, a natureza era principalmente um meio para o trabalho humano ...à medida que o capital e/ou a tecnologia fazem surgir da natureza coisas que ela sozinha não poderia realizar.

O novo contrato proposto por Serres não oculta o seu lado metafísico. - indivíduo, objetos e mundo: Serres situa um terceiro, chamado de contrato científico, o qual sobre bases exclusivamente intersubjetivas coloca o ponto de vista dos objetos. Sair da negligência, ... pelos contratos exclusivamente sociais, a humanidade perdeu os elos que a prendiam ao mundo e ao tempo.

A Ordem igualitária da modernidade está obrigada a organizar a diversidade a partir de um critério universal, por isso não pode amar.

Quando a Revista Science 23 de Dezembro de 2005: vol.310, Nª 5756, pp 1944 – 1947 DOI: 10.1126/science.1119282 publicou o artigo, Perdndo água (em troca de carbono) no seqüestro biológico de carbono de Robert Jackson e outros sobre o plan-

tio de eucaliptos concluíram que esta árvore diminui o fluxo dos mananciais secando-os em menos de um ano.

O grave é que este trabalho foi feito nos EUA, África do Sul, Argentina e Austrália...

SE É QUE SE PODE CONCLUIR

A Assembléia Capixaba, através de seus legítimos deputados aprovou uma lei de Zoneamento Climático. O governo gaúcho, através de sua burocracia, conseguiu realizar um "Estudo de Zoneamento Climático", que teve o mesmo tratamento pelos interesses mercantis das empresas hegemônicas do setor de celulose, leia-se Casa de Windsor.

O grande segredo do eucalipto no Conesul está além do regime hidrológico favorável. Esta na infra-estrutura para o transporte exclusivo pelas hidrovias, mas quem pagará estas obras serão os cidadãos.

É por esta razão que não se pode condenar o Movimento das Mulheres Camponesas da Via Campesina, pois elas exerceram o direito de suas cidadania pelas próprias mãos, da mesma forma como já fora feito na Índia.

Índia onde se cunhou a expressão Silvicultura Social, que infelizmente é uma palavra desconhecida nas escolas e faculdades de engenharia florestal deste país, por interesse servil de lacaios.

Quando os poderes não respeitam as leis, cabe ao cidadão evitar a "Tragédia das Terras Comuns" de Garret Hardin. Ao contrário devemos enaltecê-las, agradecê-las, respeitá-las e orgulharmonos.

O setor que mais tem trabalho escravo no Estado do Rio Grande do Sul é o setor de plantio de eucalipto e sua Alteza Real é o responsável, mas que isso sabe o por quê.

O filósofo José Martí ensinou: Se queres o debate, prepara-te.

Nós ousamos avisar: Mas não seja ingênuo.

O desafio do ambientalismo não se reduz a tornar sustentável um ou outro modelo a sociedade moderna. Isto é secundário frente a necessidade de nutrir o homem contemporâneo com as vivências dos heróis gregos e os místicos sufis, quando a vida era um campo de amor, luta e respeito, sincrético e mutável entre os deuses os homens e a natureza.

Depois de completado o seu ciclo de formação, o ambientalismo cumpre sua missão histórica morrendo como projeto ou utopia da modernidade, renascendo como aventura.

Atendendo a José Martí, em 2005 publicamos a Cartilha do Eucalipto, para suprir a falta de informação sobre a questão. Ela como este é dedicada "in memoriam" à Oceanóloga Maria Eliane Martins, vítima de febre amarela.

Juquira Candiru Satyagraha – Brasil

Sebastião Pinheiro

Técnico em Agricultura em Jaboticabal SP, fez Agronomia (e Engenharia Florestal como pós-graduação) na Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires na Argentina, revalidado na UFRGS. Funcionário público (concursado) no Ministério da Agricultura. Pioneiro na luta pelo Receituário Agronômico, foi bolsista Carl Duisberg Gesselschaft em Análises de Contaminação de Alimentos e Meio Ambiente na República Federal Alemã (1981-1983), montou o LARV-Resíduos de Agrotóxicos, Micotoxinas, fechado em 1990. Elaborou a Lei Nacional de Agrotóxicos e Leis Estaduais de Agrotóxicos em todo o Brasil. Foi mérito agronômico em 1989. Pelo seu trabalho contra os agrotóxicos e autonomia foi perseguido, expulso do MA atendendo solicitação da Máfia dos Agrotóxicos; Redistribuído ao IBAMA/RS, ficou na geladeira por três anos por denuncia corrupção; foi convidado a trabalhar na UFRGS depois do trabalho pioneiro no mundo sobre suicídios e cultivo do fumo do qual participou. Elaborou a Lei de Transgênicos no RS, em 1991; Elaborou a Lei de Recolhimento de Pilhas, em 1994. Trabalhou na Extensão Universitária de forma pioneira. Atualmente está no Núcleo de Economia Alternativa com os Movimentos Sociais na Área Rural onde desenvolve capacitação em Agricultura Sustentável. Pesquisa Farinhas de Rocha, Saúde do Solo e Energia na Agricultura. Tem 300 cursos de capacitação para profissionais; doze filmes e 30 vídeos sobre Agricultura Ecológica; 40 livros e cartilhas (Agropecuária Sem Veneno L&PM), A máfia dos Agrotóxicos no Brasil, Tucuruí: O Agente Laranja em uma República de Bananas; Ladrões de Natureza; A Máfia dos Alimentos no Brasil; Transgênico o Fim do Gênesis e duas dezenas de Cartilhas publicadas em português, belga, holandês e espanhol.

Não é nem nunca foi docente em nenhuma universidade brasileira.

Em defesa da vida: as mulheres camponesas e a luta pela afirmação da sua economia

Martin Andrés Moreira Zamora
Carlos Schmidt

"(...)Enfrentar o patriarcado
O capital e seus aliados
Tornou-se nossa bandeira
Queremos paz verdadeira
O poder compartilhado
Pra não viver de aparência
Queremos pureza na essência
Com soberania de Estado.

Queremos viver a beleza
Dançar, apreciar as cores
Queremos celebrar os amores
A vida, a caminhada
Queremos nossa jornada
Com cheiro de luta e de flores!"
(Isaura Conte, Com Cheiro de Luta
e de Flores).

Introdução

Esta contribuição se apóia no conhecimento acumulado através da pesquisa e da extensão desenvolvidas no Núcleo de Economia Alternativa (NEA), da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, em conjunto com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O trabalho construído entre o Núcleo e o MMC objetiva a aproximação (compreensão e interação) do trabalho de extensão organizado dentro do espaço acadêmico com a realidade social e econômica do movimento camponês, bem como a compreensão do espaço da mulher camponesa neste movimento, cujo potencial aponta para novos caminhos, principalmente quando se tem presente a realidade dos pequenos agricultores.

O presente estudo surge a partir desta parceria como uma construção coletiva que originou um curso sobre a "Economia Invisível da Mulher Camponesa". O referido curso aconteceu em três módulos, durante o ano de 2006, tendo como participantes em torno de cinqüenta mulheres da Via Campesina e foi coordenado pela equipe do NEA – itcp[139] . Destacamos esse fato porque o curso possibilitou um encontro de saberes: aqueles formulados pela tradição e trazidos para a sala de aula pelas mulheres e o conhecimento acadêmico aportado pelos professores e monitores; deste encontro, pistas se abriram para a reflexão.

O texto é composto de cinco momentos, que objetivam uma análise acerca do espaço da mulher na economia agrícola camponesa. O primeiro momento apresenta os problemas de inserção dos/as pequenos/as agricultores/as no agronegócio, como sua resistência toma a forma e se afirma através de uma identidade camponesa; o papel das mulheres camponesas tanto no processo de

[139] Incubadora tecnológica de cooperativas populares.

exclusão e opressão e a relação que estas questões têm com o movimento do capitalismo contemporâneo.

No segundo momento levantamos questões referentes à caracterização e identidade do campesinato na atualidade e como este se insere no modo de produção capitalista. Analisamos as recentes transformações do espaço agrário brasileiro, tendo como ponto de partida o processo conhecido como "Revolução Verde" e as transformações por ela ocasionadas.

Na terceira parte deste texto apontamos o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC - como lugar de inovação, trazendo novas bandeiras de luta na resistência camponesa ao projeto agrário do capital.

No quarto momento apresentamos o projeto das mulheres camponesas para o reflorestamento de árvores nativas, onde se mostra que é possível preservar as florestas nativas consorciadas com a produção de alimentos.

Para finalizar, construímos pistas que são reflexões sobre o Movimento em consonância com algumas discussões e conceitos da economia política.

Mulheres Camponesas: o gênero como lugar da resistência

É importante compreender as transformações que o capitalismo trouxe para a agricultura camponesa e explicitar de que modo esta forma de agricultura se vinculou às relações de mercado, ou seja, como e quando as mulheres camponesas começaram a entender sobre o capitalismo, as relações de mercado e o seu papel neste processo[140].

---

[140] "Gênero" como categoria analítica, neste caso, tem o objetivo de diferenciar a visão masculina e feminina em relação ao espaço camponês. Isto se deve à diferença de funções que a sociedade impõe e, principalmente, a diferença de valorização econômica e social destas funções. Um estudo detalhado destas relações de gênero não faz parte dos objetivos deste trabalho.

Esta última questão implica em associar o papel da mulher[141] na família e unidade produtiva com sua tomada de consciência, aliás, mais vigorosa e conseqüente que os homens, dos problemas da inserção da agricultura familiar no mercado[142].

Para Deere e León, o surgimento e a consolidação do movimento das mulheres na América Latina coincidiram com o surgimento do domínio do modelo neoliberal de desenvolvimento do continente na década de 1980 o que nos obriga a perguntar o que tem acontecido em termos de direitos à terra e à posse desta por parte das mulheres sob o neoliberalismo e que diferença tem feito o movimento das mulheres em relação à propriedade e a seus direitos à terra.

> A maioria da literatura inicial sobre gênero e neoliberalismo concentrou-se no impacto da crise causada pela dívida externa e nas políticas de ajustes estruturais sobre a mulher, e com razão, dado o papel dessas políticas na produção da 'Década Perdida' na América Latina, período no qual, os índices de crescimento despencaram e os de pobreza dispararam na maioria dos países da região. Além da transferência do superávit do Terceiro Mundo para os países capitalistas desenvolvidos, e dos trabalhadores para o capital, as políticas de ajustes estruturais trouxeram uma mudança nos custos de reprodução do trabalho do Estado para as famílias e, dentro das famílias, do homem para a mulher. (DEERE & LEÓN, 2002, p. 30-31).

[141] No caso da América Latina, há um volume crescente de evidências demonstrando que a mulher tem maior probabilidade de colocar qualquer renda que receba individualmente no fundo comum para o benefício da família. O homem tem maior probabilidade de gastar parte de sua renda em desejos pessoais (especialmente bebidas alcoólicas e fumo), contribuindo com apenas uma parte de seus ganhos para o fundo da família (DEERE & LEÓN, 2002).

[142] Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. Apesar de considerar o conceito "agricultura familiar" como insuficiente, os dados disponíveis referem-se a esta categoria analítica.

Ao contrário da economia ortodoxa, em todas suas variantes, que percebe o comportamento humano em relação à economia como sendo a-histórico e independente do espaço em que se situa, a economia política vê estes fenômenos como produto de conflitos e relações historicamente construídas a partir de uma determinada base material, situada num espaço geográfico herdado do passado. No modelo neoclássico de família unitária, para citar um exemplo da teoria ortodoxa, a família é tratada como uma unidade de produção e consumo sem diferenças internas, onde os recursos e as rendas eram reunidos em um fundo comum. Pressupõe-se que os recursos da família fossem distribuídos por um chefe de família homem e altruísta que representa os gostos e as preferências da família e procura maximizar os recursos (AGARWAL *apud* DEERE & LEON, 2002, p. 55-56).

Ellen Wood (2001) identifica na elaboração de alguns marxistas o viés da racionalidade da economia ortodoxa[143].

O problema desta postura não se situa só no campo teórico, mas traz conseqüências para aqueles que acreditam na possibilidade de uma sociedade *pós-capitalista* com outra lógica econômica e social. Nesta perspectiva, a economia camponesa, diante do contexto social a que está inserida, seria incapaz de inovar e de fazer história.

Assim sendo, o pensamento de Ellen Wood permite entender que as mulheres camponesas podem estar na ponta do movimento, construindo uma identidade camponesa, visto que sua ação de resistência atua como contraponto aos malefícios da inserção da agricultura familiar no mercado capitalista, sendo que é nessa agricultura que há a busca pelo reproduzir das condições de existência da unidade familiar, com certo grau de autonomia e adequação ecológica.

Entretanto, este lugar da resistência da mulher, para ser entendido, precisa que se tenha presente a noção do processo histórico; no caso analisado estamos falando do paradigma produtivo da

[143] Pode-se notar esta racionalidade quando alguns marxistas percebem o mercado capitalista como um ente transhistórico e não como um imperativo neste modo de produção (WOOD, 2001).

Revolução Verde, responsável pela mecanização e industrialização dos insumos agrícolas, junto com o incentivo à monocultura de exportação. Entendemos paradigma produtivo como modelo ou padrão estabelecido na forma de produzir.

Campesinato brasileiro: um breve retrospecto.

Entendemos por campesinato o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras rurais, proprietários ou arrendatários da pequena agricultura, para os quais, na sua atividade produtiva prevalece uma racionalidade orientada pela centralidade da reprodução familiar. A agricultura camponesa não pode ser concebida apenas como agricultura de subsistência. Além de organizar a produção para a sobrevivência imediata, a agricultura camponesa vincula às suas estratégias produtivas o projeto do futuro da família, ou seja, esta produção se torna um meio de conservação e crescimento do patrimônio familiar. A pluriatividade[144] e o trabalho externo dos membros da família não representam necessariamente a desagregação dessa agricultura, mas pode constituir elementos positivos, com a qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras (WANDERLEY, 1995 apud CARVALHO, 2005, p.31-32).

Para Carvalho (2005), as expressões *agricultura familiar*, *pequeno produtor rural* e *pequenos agricultores* adquiriram desde o início da década de 1990 conotações ideológicas, não porque imprecisas ou insuficientes para dar conta da diversidade de formas sociais de reprodução das unidades de produção/extração centradas na reprodução da vida familiar presentes e em desenvolvimento no país, mas, sobretudo, porque foram disseminadas no interior de um discurso teórico e político que afirmava a diferenciação e o fim do campesinato em duas categorias: aquela que seria transformada em empresas capitalistas pelo desenvolvimento das

[144] Entendemos a pluriatividade como a combinação de trabalhos agrícolas com trabalhos não-agrícolas, mesmo que este último se origine do anterior.

forças produtivas e aquelas que se proletarizariam ou permaneceriam dependentes de apoios sociais das políticas públicas.

> A revivificação dos conceitos de camponês e campesinato propõe resgatar e afirmar a perspectiva teórica da reprodução social do campesinato na sociedade capitalista a partir das teses da centralidade da reprodução da família camponesa e da sua especificidade no contexto da formação econômica e social capitalista. Objetiva, deveras, abranger nesses conceitos a totalidade das formas de reprodução das unidades de produção familiar e rural brasileira (CARVALHO, 2005, p.23).

Tomemos como exemplo, a agricultura camponesa do Rio Grande do Sul (SCHMIDT; HERRLEIN, 2002) que pode ser caracterizada como uma das inserções mais precoces no mercado. Esta inserção que se acentua no último quartel do século XIX, baseava-se numa rede comercial de vários níveis, que cumpria a função de colocar os agricultores nos fluxos comerciais, extrair o excedente através do comércio e acumular parte deste como capital industrial. No final do século XIX as exportações dos produtos coloniais já ultrapassavam os produtos da pecuária produzidos pelo latifúndio e o campesinato, com inserção no mercado, se expandia pela ocupação de novas terras no norte do estado do Rio Grande do Sul.

Este padrão de expansão esvazia-se nos anos 30 e 40 do século XX (no que refere ao RS). Uma parte dos camponeses avança pelo oeste da região sul e a parte que fica no estado se vê vítima de um processo crescente de esgotamento do solo e da subdivisão das propriedades (WANDERLEY, 2005). Este padrão de agricultura mercantil é, em parte, junto com os entraves do latifúndio, responsável pela crise do estado na segunda metade dos anos 50. Nesse momento, há a intervenção pela nomeada Revolução Verde, através de pacotes tecnológicos, financiamentos governamentais e política de monocultora.

Segundo Görgen (2004), vale lembrar que no início do processo de expansão, antes referido, principalmente, no que consta ao cultivo da soja, criou-se nos pequenos agricultores a ilusão de prosperidade.

Os custos deste paradigma produtivo[145] chegam a atingir, para os pequenos agricultores, cerca de 50% da renda bruta agrícola (BABARESCO, 2001), aos quais acrescentamos o passivo ambiental e os danos para a saúde de agricultores e consumidores.

A condição formal de pequeno produtor independente, proprietário jurídico dos meios de produção é enganosa, pois há nas relações econômicas e sociais estabelecidas uma situação de dependência destes ao agronegócio. Seu caráter camponês de relativa autonomia em relação à sociedade global, embora conectado ao mercado pelo seu excedente e por algum nível de consumo final e produtivo (WANDERLEY, 1995 *apud* CARVALHO, 2005) cede lugar ao produtor e consumidor de mercadorias.

Embora a variedade de situações seja grande, a situação extrema em termos de dependência e subordinação das grandes empresas do agronegócio é exemplificada pelo pequeno agricultor contratualizado (TEDESCO, 2001). Este, sendo um elo do processo produtivo, recebe insumos e capital (via financiamento), agrega seu trabalho e repassa o insumo que produz para a indústria agregar valor antes de o produto entrar na esfera da circulação.

Se não fosse pela rigidez de procedimentos impostos pela empresa, por razões econômicas e tecnológicas, que aproxima este processo de trabalho do taylorismo, em outros aspectos, (levar insumos, instrumentos de trabalho e recolher o produto) assemelha-se com o *putting-out system*[146] dos primórdios do capitalismo. As-

---

145 Ao afirmar a noção de processo retomamos a posição da economia política em relação ao estudo da realidade social, onde o processo histórico como resultado do modo como os atores sociais atuam tem um papel relevante para compreensão da realidade social.

146 A logística nestas unidades produtivas se assemelha a do putting-out system dos primórdios do capitalismo, isto é, no período anterior à consolidação do capitalismo industrial, os comerciantes disponibilizavam aos camponeses, principalmente no têxtil, meios de produção e matéria prima que por sua vez, depois de processados eram recolhidos pelos mesmos comerciantes mediante pagamento de salários irrisórios. Este sistema ainda persiste, hoje em dia, em alguns setores da indústria, como por exemplo, o setor de calçados.

sim, há semelhança entre os trabalhadores fabris e os agricultores contratualizados, no que se refere ao processo e divisão técnica do trabalho.

No que se refere à questão econômica, o caráter de monopólio e de monopsônio da empresa contratante faz com que o agricultor venda, não o produto, mas sua força de trabalho, inclusive por um valor inferior aos demais trabalhadores. Aliás, é um trabalho qualificado, pois envolve um sistema complexo de operações, sub-remunerado, além de não gozar dos direitos sociais dos trabalhadores formais da cidade.

Como se não bastasse tudo isso, as oscilações de mercado (preço e câmbio) tornam este "salário" sujeito a variações, diferentemente dos trabalhadores formais. Embora os trabalhadores formais também estejam sujeitos a certas variações do mercado, como a inflação, estes tem mecanismos de proteção legal que o pequeno produtor camponês não possui.

Resta apenas, ao camponês contemporâneo, correr os riscos do capitalista sem as benesses da propriedade do capital. A situação de fato é que mesmo mantendo baixo o nível de consumo, o agricultor não consegue se capitalizar e o que acontece com freqüência é o contrário, se descapitaliza.

Um estudo recente[147] publicado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) afirma:

> Uma década de vigência do crédito subsidiado para a agricultura familiar (PRONAF) mostra que, apesar de ser instrumento importante, ele é insuficiente para garantir o futuro da agricultura familiar no Brasil. Mesmo com o PRONAF[148] e, mais recentemente, com o Seguro da Agricultura Familiar, a descapitalização e o empobreci-

---

[147] Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Sustentação da Renda Agrícola na Agricultura Familiar. Disponível em www.fetraf.org.br, acesso em 15 de junho de 2007.

[148] O Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar - PRONAF - é um programa de financiamento e apoio ao desenvolvimento rural executado pelo Governo Federal. Tem como público-alvo os pequenos produtores familiares.

> mento da agricultura familiar não só persistem, como vêm aumentando.

> Um dos principais elementos da descapitalização e do empobrecimento das famílias que vivem da agricultura familiar está associado ao fato de que a renda (remuneração da força de trabalho) vem caindo sistematicamente ao longo dos anos, basicamente pela elevação dos custos de produção, mas principalmente pelos baixos preços recebidos por seus produtos no momento da comercialização(FETRAF, 2006 p. 10-12)

O documento afirma ainda que os exemplos podem ser encontrados em vários produtos das diferentes cadeias, como do milho, do leite, do trigo, da uva, do arroz, do alho, da cebola, que, apesar de alguns terem preços mínimos estabelecidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal, na prática, quando o agricultor comercializa o produto recebe preços menores que o mínimo, especialmente durante a safra, pois o governo não possuiu estrutura e recursos para viabilizar as políticas existentes.

O que agrava a situação é que o preço mínimo quase sempre é insuficiente para remunerar a força de trabalho, limitando-se a cobrir os custos dos insumos (sementes, adubos). Na essência, os preços mínimos estabelecidos pelo governo não cobrem os custos da produção, mesmo após correção feita pelo governo do Presidente Lula, durante o período de 2003 a 2006.

> Os produtos da agricultura familiar são destinados principalmente para o consumo do mercado interno (cesta básica). Estes produtos, além de não terem uma política de proteção e de incentivo por parte do governo brasileiro, sofrem a concorrência desleal dos subsídios agrícolas internacionais. É evidente que os produtos da agricultura familiar não podem ser jogados

> como simples comodities, ao sabor da suposta racionalidade do livre mercado, da lei da oferta e da procura. (FETRAF, 2006p. 10-12)

Uma das grandes apostas do agronegócio brasileiro, na atualidade, é a monocultura de árvores exóticas[149] em grande escala. As principais espécies utilizadas atualmente são, o eucalipto, o pinus, e a acácia. Estes monocultivos causam profundos impactos socioeconômicos e ambientais atingindo, principalmente, a unidade de produção camponesa. Entre eles podemos citar a diminuição da oferta de alimentos e conseqüente elevação de preços dos mesmos devido à escassez; aumento da concentração agrária, já que as empresas do setor de celulose (Aracruz, Stora Enzo e Votorantim) compraram inúmeras áreas de terra para prática da silvicultura, o que leva ao uso irracional do solo, pois se tratam de terras férteis que deveriam produzir alimentos. A isto se soma a degradação ambiental com a perda da biodiversidade, a erosão do solo e o déficit de recursos hídricos.

É necessário chamar a atenção para o argumento de alguns defensores da monocultura de árvores exóticas, que afirmam que os impactos acima levantados dependem do manejo que seja utilizado, ou seja, que exercendo um bom manejo nenhum dos problemas supracitados acontecem. Com o objetivo de apresentar o que seria um manejo adequado, a FEPAM (Fundação de Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler) preparou o Zoneamento Ambiental de Silvicultura (ZAS), que foi apresentado em janeiro de 2007. Contendo três volumes (Bases de estudo de Fauna e Flora, Estrutura, metodologia e bases, e UPN's Restrições e potencialidades) o zoneamento da FEPAM dividiu o estado em Unidades de Paisagem Natural e analisou os riscos que a monocultura de árvores exóticas poderia trazer para cada UPN. O que observamos na imprensa e na academia, alinhadas às empresas de celulose, foi uma desconstrução do trabalho dos técnicos do instituto. Isto

[149] Entende-se por espécies exóticas aquelas que não são nativas dos biomas analisados. Estas espécies, não tendo o devido manejo, podem causar danos à harmonia de determinado bioma.

evidencia o fato de que as empresas de celulose precisam produzir em escala maior do que o permitido pelo chamado manejo correto, pois a produção de celulose não se destina apenas a papel, mas principalmente, exportação de pasta de celulose e produção de etanol para o mercado externo.

Como se sabe, a prática de silvicultura de exóticas tem três colheitas (cortes). Após elevar os preços para atrair os agricultores, a tendência é uma queda nos preços do segundo e do terceiro brote. Os custos elevados da destoca também deixarão pouca margem para que o agricultor consiga utilizar a terra para outra atividade. Isso sem contar o desgaste da terra a que já nos referimos.

Como afirma Wood (2001), depois que o mercado se estabelece como uma "disciplina" ou um "regulador" econômico, depois que os agentes econômicos passam a depender do mercado para obter as condições de sua própria reprodução, até os trabalhadores que são donos dos meios de produção, individual ou coletivamente, ficam obrigados a responder aos imperativos do mercado – a competir e a acumular, a deixar que as empresas não-competitivas e seus trabalhadores vão à falência, e a se tornarem exploradores eles mesmos.

Entretanto, percebe-se que neste lugar de precariedade e exploração, a mulher campesina tem um modo de agir, uma forma de atuar que aponta para alguns elementos que rompem com este determinismo social.

O Lugar da Mulher

Dentro da divisão de tarefas, segundo depoimentos das participantes do curso, as mulheres ficam com as denominadas "miudezas", que são a horta e os animais que garantem a provisão de alimentos para a família. Enquanto os homens "provedores do lar" dedicam-se a atividades que geram renda monetária.

As atividades que as mulheres realizam eventualmente proporcionam excedentes comercializáveis. Quando estas ativida-

des adquirem alguma magnitude desperta o interesse dos homens. O controle das atividades que proporcionam renda monetária é em geral deles. Assim eles garantem sua supremacia simbólica e efetiva numa sociedade que cada vez mais se mercantiliza.

Foi unânime, segundo as participantes do curso, a afirmação de que nos momentos de valorização dos produtos comercializáveis, toda terra produtiva é utilizada pelos camponeses homens, negligenciando-se as culturas para auto-consumo. Assim, o alimento (reprodução biológica da família) é comprado no mercado.

Desta forma, as oscilações bruscas do mercado de produtos agrícolas, ou frustrações de safra, pegam as famílias desprevenidas. Neste contexto, estas não obtêm, freqüentemente, renda monetária suficiente para pagar os custos de produção, muito menos para comprar os alimentos necessários. Daí o endividamento que os leva a se manter na agricultura comercial ou até a perda da terra.

As mulheres, pela sua posição na família, de responsável pela subsistência biológica da mesma, têm condições objetivas e subjetivas de desenvolver uma consciência crítica mais aguda da dependência em relação ao agronegócio e dos problemas que esta dependência traz para a família agricultora.

A contrapartida desta consciência crítica mais aguçada é sua sensibilidade para a busca da alternativa camponesa, ressignificada pela introdução de temas de abrangência universal, como a questão do meio ambiente, a inserção da economia camponesa numa sociedade solidária, com outros objetivos e valores[150].

Foi a partir desta concepção, e na defesa dela, que no oito de março de 2006, as militantes do MMC, junto com as mulheres de outros movimentos da Via Campesina, ocuparam o viveiro da Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Este ato, que denunciou o projeto da indústria de celulose para o desenvolvimento do Estado, projeto apelidado de "deserto verde", foi um marco para a resistência camponesa aos

150 Construir espaços de economia alternativa na qual a solidariedade não seja um adjetivo, mas o substantivo de um fazer.

ataques do agronegócio e foi responsável por iniciar o debate das conseqüências deste projeto na sociedade.

Movimento de Mulheres Camponesas: O Lugar da Inovação

Efetivamente, ao identificar o mercado de forma fundamentalista,[151] reduzindo tudo ao imperativo do lucro, desconsidera-se que existem outras racionalidades no fazer econômico.

> Desde tempos imemoriais, os camponeses empregaram vários modos de regular o uso da terra a bem da comunidade aldeã. Restringiram certas práticas e concederam certos direitos, não para aumentar a riqueza dos latifúndios ou dos Estados, mas a fim de preservar a própria comunidade camponesa, talvez para preservar a terra e distribuir seus frutos de maneira mais eqüitativa e, muitas vezes, para sustentar os membros menos afortunados da comunidade (WOOD, 2001, p. 90).

Se o fundamentalismo está presente nas instituições de mercado, na agricultura camponesa proposta pelas mulheres a lógica de gênero se impõe.

Com o surgimento dos movimentos sociais camponeses da década de 1980, surge a necessidade de organizar, dentro deste movimento, as pautas que dizem respeito às causas das mulheres, como os direitos previdenciários e a garantia da participação política destas na sociedade e no próprio movimento onde estão inseridas. Muitas mulheres que já militavam nas organizações camponesas autônomas, nos diferentes estados, sentiram a necessidade de

---

151 Refere-se ao "pensamento único" imposto pela hegemonia da economia ortodoxa que vê o mercado como a única possibilidade.

construir um movimento próprio e de caráter nacional que originou, em 2004, o Movimento das Mulheres Camponesas.

O mais interessante é que o MMC, além de se distinguir dos outros componentes da Via Campesina pela ênfase dada na questão do gênero, aprofunda questionamentos que os demais postulam. Uma das contraposições é ao modelo tecnológico da Revolução Verde, propondo, em superação a essa lógica, uma agricultura ecológica, um resgate tecnológico que pretende recuperar a velha tradição camponesa que poderia ser assim enunciada pelo autor citado abaixo:

> [...] toda arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para os outros, e que pela diversidade dos produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas. (MANTRAS *apud* WANDERLEY, 2005, p. 28).

No mesmo sentido, sabemos que as mulheres são os principais agentes da produção diversificada, atuando na criação de pequenos animais, frutas, verduras, plantas medicinais, na transformação de produtos como queijos, farinhas, doces, conservas entre outros. Além disso, são elas que detêm a guarda, o manejo, a manutenção dos estoques de material genético da unidade de produção, seja em qualidade e em quantidade suficiente às necessidades da família. Este conhecimento tem sido importante na resistência das famílias, bem como capaz de garantir a biodiversidade, o patrimônio dos povos e a soberania alimentar.

As discussões e as mobilizações, que tem como bandeira de luta "a defesa da vida", submetidas à severa repressão que se materializa na ação da polícia, em seus protestos, como na desconsideração de suas reivindicações por parte do Estado, tem tido uma radicalidade tão maior porque dialoga com os dramas cada vez mais presentes da ameaça à vida no planeta, provocado pelo produti-

vismo e consumismo capitalista e agravado pelas políticas neoliberais aplicadas nos países da América Latina.

Ao longo do século XX, uma parte dos marxistas, principalmente as vertentes inspiradas no modelo soviético, tratavam o campesinato como símbolo do atraso, algo residual do capitalismo a ser superado tanto pelo agronegócio no regime capitalista, como pelo modelo socialista produtivista[152] através dos Kolkozes – coletivização da produção agrícola, implantados de forma brutal e autoritária, num regime de fábrica no campo, com referencial técnico semelhante ao do capitalismo ocidental, predador dos recursos ambientais e socialmente insustentável.

Eis que a reação da natureza mostra a inviabilidade destas duas vertentes do produtivismo. A soviética, já inviabilizada socialmente há bastante tempo, antes mesmo do colapso do regime, e a capitalista, batizada de agronegócio nos altares do liberalismo, em colapso social e econômico. No centro do capitalismo sua viabilidade econômica é mantida pela transfusão de pesados subsídios, contestados na sua forma pelos camponeses que ainda resistem. Na periferia do capitalismo o agronegócio oscila entre boas e más fases, concentrando renda, explorando os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, avançando e tomando os ecossistemas. Aqui no Brasil, os usineiros da cana, outrora parasitas da agricultura, engolidores de recursos públicos, hoje são saudados pelas autoridades como heróis.

A grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato

[152] O marxismo tecnológico-determinista tende a sugerir que o objetivo do socialismo é aperfeiçoar o desenvolvimento das forças produtivas. Não é surpresa que essa versão do marxismo fosse a mais afinada com um regime soviético esmagadoramente preocupado coma rápida industrialização a qualquer preço. A outra versão do marxismo, que busca sua inspiração na caracterização histórica feita pelo próprio Marx, como a crescente separação dos produtores diretos dos meios de produção, sugere um projeto diferente para o socialismo: a reapropriação dos meios de produção pelos produtores diretos (WOOD, 2003).

de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995 *apud* CARVALHO, 2005).

Da mesma forma que o capitalismo, se expandiu para os países periféricos, produzindo desenvolvimento desigual e combinado, articulando, em diferentes espaços produtivos, tecnologias, relações sociais e estágios de desenvolvimentos das forças produtivas, diferenciados numa relação sinérgica e subordinando uns a outros (LÖWY, 2000); numa outra sociedade ou no seu processo de transição, a agricultura camponesa ressignificada com avanços tecnológicos alternativos pode representar não apenas uma opção, mas a única saída que pode preservar a humanidade da catástrofe representada pela degradação ambiental. Portanto, ao contrário da indústria para quem a cooperação entre trabalhadores é imediata no processo de trabalho, no caso do campesinato ela deve ser construída de forma consciente, para poupar recursos e esforços visando o maior bem-estar dos produtores e da sociedade.

> Uma das conseqüências do desenvolvimento desigual é aquilo que poderíamos chamar de privilégio dos retardatários, aqueles que chegam mais tarde, os periféricos, os atrasados do ponto de vista de uma evolução histórica determinada – econômica, social ou cultural – podem tornar-se vanguarda na transformação seguinte. (LOWY, 2000, p. 165).

Certamente é mais fácil para o camponês brasileiro, submetido à exploração do agronegócio, buscar alternativas do que um "farmer" americano para o qual esta submissão é atenuada por uma política de subsídios.

Os pequenos agricultores já começam a se dar conta, ainda que lentamente, da crescente inviabilidade para suas famílias deste modelo produtivista associado ao agronegócio. No entanto, a transição para a agricultura sustentável camponesa é difícil e só pode

ser feita gradualmente (GÖRGEN, 2004), tanto mais que não existe apoio governamental efetivo para contemplar esta lógica de produção. A agroecologia afirma-se como lugar de convergência com outros movimentos sociais para, através das lutas e de um agir coletivo, buscar a "boa vida" e organizar os vetores de contestação da ordem estabelecida.

Projeto das Mulheres Camponesas para o Reflorestamento de Árvores Nativas

O projeto que apresentamos demonstra a preocupação das mulheres camponesas frente à realidade de degradação ambiental, produzida tanto pelo desmatamento como pela agricultura convencional, que faz uso intensivo de agrotóxicos, o que leva à produção de alimentos que podem ser nocivos à saúde humana. Também afirmam a necessidade de preservar o espaço da mulher na unidade produtiva camponesa, garantindo a sua autonomia no que ela produz, seja para o consumo da família, seja para a comercialização dos excedentes.

Como mencionamos anteriormente, a maior parte dos estabelecimentos agrícolas camponeses estão integrados a montante e jusante, em cadeias produtivas, onde grandes empresas monopólicas e/ou monopsônicas se apropriam de grandes partes do valor gerado no setor primário e repassam às/aos agricultoras/es todos os riscos decorrentes da instabilidade dos mercados (comodities, cambio, juros, etc.) além, evidentemente, dos riscos climáticos. Em muitos casos, as/os agricultoras/es integradas/os aos complexos agro-industriais, têm o uso dos meios de produção (terra, equipamento, etc.) completamente controlados pelas grandes empresas, constituindo-se em trabalhadoras/es despossuidas/os de fato dos seus meios de produção, tendo com estes uma relação de propriedade jurídica formal. Esta dependência está garantida por contratos leoninos que submetem as/os agricultoras/os à vontade das grandes empresas.

As oscilações das variáveis antes mencionadas (câmbio, preços, etc.) provocam grandes oscilações nos fluxos de renda dos/as agricultores/as. Nos momentos favoráveis os motivam a dedicar a totalidade dos fatores aos produtos comercializáveis nos mercados globais e, nos momentos críticos, lhes provocam grandes prejuízos devido a uma estrutura de custos rígida.

Neste meio, na divisão familiar do trabalho, as mulheres se ocupam, em geral, além dos trabalhos domésticos, com a produção dos meios de subsistência da família (horta, animais domésticos, etc.). Este trabalho, como não produz renda monetária, é pouco valorizado, no entanto, é imprescindível para uma vida saudável da família agricultora. Evidentemente, esta valoração e a conseqüente posição da mulher na família são causa e conseqüência da relação que a sociedade patriarcal tem com a economia de mercado.

Nos momentos que a agricultura comercial é remuneradora, até a parcela ocupada pela subsistência familiar é sacrificada no altar do mercado. Assim, a subsistência familiar passa também a ser assegurada pelo mercado e quando o fluxo de renda diminui, devido às oscilações das variáveis antes mencionadas, a renda monetária líquida também decresce e a própria subsistência fica precarizada.

As mulheres, pela sua inserção produtiva e por razões culturais, são as que mais têm percebido as armadilhas do mercado e a perda da autonomia alimentar. A resistência a esta situação parte inicialmente das mulheres inseridas nos movimentos sociais no campo, as quais se agregam novas participantes e resulta na criação de um movimento próprio, que associa as questões sociais do campo e da sociedade em geral àquelas pertinentes ao gênero.

O MMC, diferente da maioria dos movimentos sociais do campo na atualidade (CARVALHO, 2005), forja uma identidade camponesa com tudo o que isso significa em termos de não sujeição ao agronegócio, de autonomia alimentar, de agroecologia, de solidariedade, da busca de resgate de sementes e práticas ancestrais, etc.

As mulheres do MMC, em particular, fazem uma associação entre estas questões econômicas e sociais com a "luta em defesa da vida". A poesia da forma acentua o seu conteúdo, tão mais importante quando se percebe que nesta quadra da história, por razões várias, a própria humanidade está ameaçada pelas práticas predatórias da natureza sob o acicate do capitalismo neoliberal.

Enfim, o MMC partindo das dificuldades impostas aos camponeses pela sua inserção no mercado e pela pressão do latifúndio foi forjando uma visão de mundo que ultrapassa as questões da agricultura, assumindo uma perspectiva holista que abrange economia, sociedade, meio-ambiente, ética, estética e uma profunda consciência das determinações mútuas destas dimensões e a questão de gênero.

Assim, o projeto proposto procura integrar estes diferentes aspectos com base na consciência coletiva adquirida, e na criação de mecanismos de replicagem, inicialmente assumidos pelo projeto piloto e, na seqüência, podendo se transformar em uma política pública que integra segurança alimentar, preservação do meio ambiente, promoção social e emancipação feminina.

Cabe ressaltar a dimensão pedagógica do projeto, que além do seu aspecto eurístico, associa a formação da consciência das agentes comprometidas na sua reprodução.

À identidade camponesa, antes mencionada, se agrega à de conservadoras e restauradoras do meio ambiente, de propagadoras de modelos de relações sociais solidárias e de lutadoras pela emancipação das mulheres.

Os créditos de carbono do protocolo de Kioto têm sido apropriados por grandes empresas que, ao mesmo tempo em que estas promovem o reflorestamento, no entanto, as mesmas o fazem com variedades exóticas em regime de monocultura, degradando os solos e destruindo a biodiversidade.

A proposta apresentada, que será detalhada na metodologia do projeto, envolve o plantio de árvores nativas em consórcio com agricultura de subsistência ecológica. As árvores visam o aumento de fixação de carbono e restauração da cobertura florestal

nativa, a agricultura de subsistência, a produção de alimentos saudáveis para a família e comercialização, de preferência via governo, para atender creches, escolas, etc.

A efetivação do projeto é coerente e amplia os espaços de realização dos objetivos mais gerais, antes esboçados, de promover justiça social, preservação e restauração do meio ambiente, desenvolvimento econômico e social sustentado e ampliação dos espaços de libertação das mulheres.

Um dos aspectos centrais é seu caráter de projeto piloto, que busca tencionar o Estado a responder com políticas públicas massivas, articuladas com organismos multilaterais, que respondem pela implementação do protocolo de Kioto, aos objetivos gerais propostos.

Objetivo Geral:

Implementar um projeto piloto de desenvolvimento rural baseado na agricultura camponesa voltada para a autonomia, solidariedade, para a promoção da agroecologia, da preservação e restauração do meio ambiente e ampliação dos espaços de liberdade e realização das mulheres camponesas. O projeto deve favorecer a reflexão da sociedade sobre desenvolvimento rural e sócio-econômico mais geral, bem como tencionar os governos a responder com políticas públicas os objetivos antes mencionados.

Objetivos específicos:

1)" Potencializar a produção agroecológica e diversificada de alimentos, tanto para o autoconsumo das famílias camponesas, quanto para o mercado e acesso ao público urbano.

2)" Potencializar o direito humano de acesso aos alimentos, seja através de políticas de compra e distribuição e/ou fomento à produção.

3)" Recuperar entre as mulheres e famílias camponesas a relação de respeito e valorização da natureza sem o uso de agrotóxicos e outros produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

4)" Avançar no debate e na construção de um projeto de agricultura camponesa que valorize e preserve a natureza, produza alimentos saudáveis e seja promotor da biodiversidade e de todas as formas de vida.

5)" Construir uma consciência da importância da soberania alimentar para os povos e especialmente para o povo brasileiro.

6)" Defender os direitos humanos, especialmente das mulheres, lutando contra todas as formas de mercantilização do corpo, da terra, da água e da biodiversidade.

7)" Construir alternativas de renda para as mulheres e famílias camponesas.

8)" Combater o aquecimento global e restaurar o meio ambiente, através da ampliação da cobertura florestal com variedades nativas adaptadas ao ambiente.

9)" Questionar os critérios de fixação de carbono a partir de uma cobertura vegetal que degrada o meio ambiente, visando orientar os créditos do protocolo de Kioto para práticas ecologicamente corretas e socialmente justas.

A metodologia utilizada parte do princípio que, para consolidar e divulgar uma proposta inovadora é necessário contar com o efeito demonstração e para tal propomos a metodologia que segue.

1ª O próprio MMC, nas suas instâncias, deve selecionar cento e cinqüenta mulheres agricultoras que darão a partida no

processo de plantio de árvores nativas (cepas nobres) e praticarão de forma consorciada nos espaços livres entre as árvores agricultura ecológica (área proposta de ¼ de hectare).

2ª Estas agentes pioneiras receberão formação em agroecologia, permacultura, em economia e questões de gênero. Sua dinâmica operativa se dará da seguinte forma:

a)" Plantarão trinta e três árvores nativas por ano durante três anos, bem como praticarão nos espaços livres a agropecuária ecológica. Pelo plantio destas árvores receberão do projeto, mensalmente, 1/8 de salário mínimo. Além das trinta e três árvores, serão plantadas mais onze árvores nativas anuais sem remuneração, sendo estas últimas consideradas contrapartida ao financiamento do projeto. A comercialização dos produtos agroecológicos será feita de modo associado, de preferência através de compras estatais para instituições públicas ou privadas que atendem pessoas de baixa renda (escolas, creches, asilos, etc.).

b)" Cada uma das cento e cinqüenta agentes pioneiras deverá se encarregar de associar três mulheres da sua região para replicar o mesmo processo que elas estão desenvolvendo. Por esta nova tarefa deverão receber mais 1/8 de salário mínimo, assim como novas participantes receberão 1/8 de salário mínimo no primeiro ano. Neste período as agentes pioneiras têm a obrigação de:

-" Participar da cooptação e seleção das novas participantes.

-" Desenvolver a formação de novas participantes nos mesmos temas nos quais foram formadas para dar início ao processo.

-" Acompanhar as novas participantes (assessoradas por um agrônomo) nas suas atividades associadas ao projeto.

c)" As novas participantes do segundo ano de atividade devem replicar o processo tal como descrito no item b, isto é, cooptar e acompanhar cada uma três mulheres para plantio de árvores nativas na sua região; para esta atividade receberão 1/8 de salário mínimo mensal além do que já recebiam para o plantio (adicionando sempre onze árvores nativas anuais como contrapartida). As cento e cinqüenta agentes pioneiras apoiarão o trabalho da Segunda equipe de 450 agentes na formação e acompanhamento das 1350 novas participantes.

d)" Em relação à distribuição das 150 agentes pioneiras, deve-se combinar a abrangência, que corresponde à inserção do MMC, com algum grau de concentração, para que possam se constituir grupos de três mulheres que possam reunir e se apoiar mutuamente, sendo necessário, portanto, proximidade geográfica.

2ª A partir do término do 3ª ano espera-se que o custeio da expansão deva ser assumido por políticas públicas específicas, baseadas nos créditos obtidos pelas regras do protocolo de Kioto.

3ª O trabalho das participantes do projeto, em particular das pioneiras, deve abranger a propaganda dos princípios e práticas nas suas respectivas regiões, através de palestras em escolas, sindicatos, associações comunitárias, meios de comunicação, etc., bem como da distribuição dos materiais audiovisuais produzidos pelo mesmo.

4ª A coordenação do projeto, durante a sua execução produzirá materiais audiovisuais para sua divulgação com o objetivo de apresentar à sociedade um modelo alternativo de combate ao aquecimento global ambientalmente sustentável.

5ª O MMC, enquanto movimento, gestionará junto ao governo nacional e aos organismos multilaterais, que administram os fundos constituídos dos créditos de carbono, para desenvolver políticas públicas que adotem modelos ambientalmente sustentáveis e socialmente justos de combate ao aquecimento global e restauração

do meio ambiente. Para tal, buscará se articular com os movimentos sociais e instituições que partilham das mesmas preocupações.

6ª O projeto será integralmente gerido pelo MMC, sendo o NEA da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundep, organismos de apoio técnico, assim como orientadores de atividades acadêmicas de pesquisa e formação, que venham interessar a instituições ou alunos de graduação, mestrado e doutorado do Brasil e do exterior. O MMC se abre nesta e noutras atividades para ser campo de estudo, guardados os limites da factibilidade, de forma a beneficiar a humanidade com os conhecimentos gerados pelas suas experiências.

Uma conclusão a concluir

Analisando a economia agrícola camponesa recente e atual, percebemos que esta vem sofrendo um processo de empobrecimento e subordinação ao mercado, aprofundado com a chamada "Revolução Verde" e que este processo se deu a partir da entrada do grande capital no campo, hoje denominado de agronegócio. O aprofundamento da Revolução Verde aconteceu com a inserção do pequeno produtor camponês no mercado a partir da mecanização (aquisição de máquinas) e da compra de insumos (agrotóxicos e fertilizantes) para a produção agrícola. Uma das principais tendências do agronegócio tem sido a monocultura de árvores exóticas para a produção de celulose, tanto para etanol ou para a exportação em pasta. Esta prática de maneira indiscriminada pode causar impactos sociais e ambientais negativos que têm, no campesinato, um dos principais atingidos.

Vimos também que a mulher camponesa apresenta uma racionalidade diferente à do homem na sua posição frente à família e à unidade de produção, o que propicia uma sensibilidade diferenciada que transparece nas pautas apresentadas pelo MMC. Esta análise se reflete no projeto de reflorestamento de árvores nativas, onde observamos uma preocupação com o meio-ambiente,

com a produção de alimentos saudáveis e com a autonomia da mulher.

Wood afirma ser "o impulso do capitalismo, que hoje atingiu o ponto de universalidade virtual, não é conseqüência de sua conformidade à natureza humana ou de alguma lei trans-histórica, mas produto de suas próprias leis internas de desenvolvimento, historicamente específicas" (WOOD, 2001, p.125).

Estes elementos do capitalismo apontam para leis internas dialéticas, que provocam a sua própria negação e hoje, quando nos reportarmos ao campo, percebemos as contradições sociais, econômicas e ambientais que erguem um espectro sobre os característicos movimentos do capitalismo de concentração do capital, de maximização da exploração, da taxa de lucro e da priorização do curto prazo. É porque as regras (do capitalismo) não são inerentes à natureza humana que surgem movimentos sociais em sua oposição. Nesse sentido, o MMC é a consciência da pequena agricultora despertada pelas reiteradas frustrações em participar de um jogo que quase sempre perde.

Desta forma, pela memória ainda recente e pelas alternativas que vão surgindo através dos movimentos ambientalistas[153] e das ainda poucas pesquisas acadêmicas, as famílias agricultoras vão lentamente retomando a identidade camponesa e construindo um projeto de agricultura radicalmente oposto ao atual e é por isso inovador.

Se as mulheres do campo, no contexto sócio-histórico anterior, eram apequenadas pela pouca importância dada às suas tarefas, hoje elas têm seu papel de provedoras de alimentos para a família, aumentada pela falta de renda monetária, isto é, a reprodução biológica da força de trabalho e da própria unidade familiar depende das mulheres neste contexto.

---

153 Por movimentos ambientalistas podemos compreender os movimentos de luta pela terra, como os que compõem a Via Campesina, assim como algumas ONG's como a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural). Em muitos casos algumas ONG's ou movimentos ditos ambientalistas têm trabalhado as questões do meio-ambiente com uma lógica empresarial.

Assim, as mulheres têm potencialmente condições de passar, no quadro de uma organização que elas mesmas constroem, a um patamar de consciência, com as características descritas anteriormente e, mais do que qualquer outro segmento dos pequenos agricultores, podem perceber uma alternativa camponesa que não seja uma volta ao passado, mas que se insira num modelo global de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e que não as coloque numa posição subalterna na família e na sociedade.

Cabe aqui, portanto, um alerta; a construção de uma nova agricultura, que respeite o meio-ambiente, tem que ser construída de baixo para cima ou estará subordinada aos interesses do capital, que extrai excedente do camponês através de serviços técnicos, de certificação e comerciais, entre outros (PINHEIRO, 2005).

A agricultura camponesa ressignificada não nega o progresso técnico, mas o busca, respeitoso a à natureza, poupador de recursos, não poluidor e utilizando a sinergia das diversas atividades. A agricultura camponesa também exige reforma agrária ampla para dotar as(os) camponesas(os) do espaço necessário para a vida digna e saudável das famílias, bem como dar oportunidade para os que querem permanecer no campo. Para isso é necessário o fim do latifúndio por extensão e por exploração[154].

Esta nova agricultura, para se afirmar como alternativa, tem que forjar uma identidade nova, que incorpora valores e práticas do passado, mas que as recombina usando todo o arsenal que a moderna ciência pode proporcionar (ALMEIDA, 2003).

Para esta nova agricultura camponesa é necessária a cooperação voluntária, que respeita os indivíduos e aplica a autogestão nas estruturas de cooperação; o contrário do cooperativismo empresarial atrelado ao agronegócio que "esmaga" e frustra os camponeses.

Os movimentos camponeses têm encaminhado suas questões específicas no bojo de uma transformação mais ampla da sociedade. O fato central de suas propostas é a não existência da explo-

---

[154] Consigna defendida pelo MST desde o seu primeiro Encontro em janeiro de 1984 e que hoje se estende aos movimentos que participam da Via Campesina.

ração do homem pelo homem. A propriedade da unidade produtiva agrária pela família, como, aliás, a existência de pequenas empresas de propriedade individual ou coletiva, regidas pela não produção de excedentes do trabalho, apropriáveis por indivíduos, é compatível do ponto de vista ético e desejável do ponto de vista da eficiência social e econômica com uma sociedade socialista (SAMARY, 2002) [155].

Por fim, esta nova agricultura camponesa só será plenamente realizável dentro de uma nova sociedade, onde a renda seja distribuída com justiça, a riqueza esteja nas mãos de todos, a democracia seja radical e os homens e mulheres tenham seus espaços e seus direitos sociais e políticos efetivados de maneira equânime.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia: entre o Movimento Social e a Domesticação pelo Mercado. Porto Alegre. **Ensaios FEE**, vol. 24, nª 2, 2003.

BABARESCO, P. A. Uma Análise das Condições das Famílias do Assentamento Anoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J.C. (Org). **Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, vol. 12, nª 1, p. 205-227, jan. - abr./2004.

CARVALHO, H.M. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

[155] Não seria também a pequena propriedade camponesa moderna diversificada, aquela que é mais compatível com a preservação e recuperação do meio-ambiente? Não seria o caso de recuperar práticas tradicionais de cooperação e aprofundá-las? Poderiam os camponeses dispor coletivamente de serviços modernos high-tech, ao mesmo tempo que recuperam, inclusive, a dimensão lúdica da vida coletiva no campo?

DEERE, C.D.; LEÓN, M. **O Empoderamento da Mulher. Direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FETRAF. **Sustentação da Renda Agrícola na Agricultura Familiar**. 2006. Disponível em: www.fetrafsul.org.br. Acesso em 15 de junho de 2007.

GÖRGEN, S. A. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

LÖWY, Michel. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In: LÖWY, M.; BENSAID, D. **Marxismo, Modernidade e Utopia.** São Paulo: Xamã, 2000.

PINHEIRO, Sebastião. **A Máfia dos Alimentos no Brasil.** Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 2005.

SAMARY, Catherine. De L'emancipation de Chacun à L'intérêt de Tous, e Réciproquement. In: **Contretemps,** nª 5. Paris: Textuel, 2002.

SCHMIDT, C.; HERRLEIN, R. **Dois Projetos de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. (Relatório de Pesquisa FAPERGS). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

TEDESCO, J.C. Contratualização e Racionalidade Familiar. In: TEDESCO, J.C. (Org). **Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

WANDERLEY, M. N. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: CARVALHO, H.M. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

WOOD, E. M. **A Origem do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOOD, E.M. **Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Martin Andrés Moreira Zamora

Acadêmico de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro do Núcleo de Economia Alternativa. Militante engajado na luta contra o Deserto Verde, foi um dos responsáveis, junto ao DCE da UFRGS e os movimentos sociais, pela não assinatura do convênio desta universidade com a Aracruz Celulose.

Atualmente, pesquisa a relação entre o modelo agro-exportador e o pacote tecnológico dos agrocombustíveis.

Carlos Schmidt

Graduado em Matemática - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1974) , mestrado em Analyse Regionale Et Amenagement de L'espace pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1977) e doutorado em Sócio-Économie du Developpement pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2000) . Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Economia , com ênfase em Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico. Atuando principalmente nos seguintes temas: Siderurgia, economia, sociedade. Pesquisador e militante da Economia Solidária, tem se engajado nas lutas contra o Deserto Verde.

A Fauna Edáfica e os monocultivos (uma visão agroecológica)

Tânia Beatriz Gamboa Araújo Morselli

O solo é uma das principais fontes de vida e, no entanto, não tem recebido, ao longo dos anos, a importância necessária.

Durante a revolução verde o solo foi considerado o principal suporte para as plantas. Sob o ponto de vista pragmático a fertilidade natural do solo foi substituída por fertilizantes minerais e cultivos, e as doenças e as pragas foram eliminadas com o uso de pesticidas. Mais tarde o sonho dos cientistas a respeito do solo desenvolveu um novo paradigma no qual a fertilidade é principalmente controlada pela atividade da biota que habita a matriz organomineral. Este paradigma também sugere que no agroecossistema a vida da biota do solo também pode ser manejada.

O desequilíbrio ecológico do solo é conseqüência do cultivo intensivo, do uso indiscriminado de agrotóxicos e da perda da vegetação natural. Temos como resultado um decréscimo na contribuição dos processos biológicos para a nutrição das plantas, para o controle natural de pragas e doenças além da contaminação ambiental, de alimentos e de matérias-primas.

As etapas iniciais de decomposição da matéria orgânica e da ciclagem de nutrientes ocorrem na serrapilheira, onde se concentram os organismos responsáveis pela fragmentação das cadeias carbônicas. Os resíduos vegetais são os responsáveis pela heterogenei-

dade da serrapilheira, o que determina a diversificação da fauna presente bem como a cadeia trófica. Anderson & Ingran (1993) consideram como componentes da serrapilheira, as folhas, galhos com diâmetro menor que 2 cm, estruturas reprodutivas (flores e frutos) e refugo (fragmentos menores que 5 cm).

O acúmulo de material na serrapilheira é regulado pela quantidade de material que cai da parte aérea das plantas e por sua taxa de decomposição. Quanto maior a quantidade de material que chega ao solo e quanto menor sua velocidade de decomposição maior será o acúmulo deste, elevando a camada da serrapilheira. Para que a quantidade de serrapilheira seja mantida ao longo dos anos é necessário um equilíbrio entre o que chega ao solo e o que é decomposto pelos organismos presentes. O processo de degradação dos resíduos na serrapilheira é continuo e pode ser iniciado antes do material vegetal chegar ao solo através do ataque de microrganismos e determinados insetos que as plantas podem abrigar. As plantas, conforme a idade, tendem a liberar ácidos orgânicos, aminoácidos e principalmente potássio, que é liberado pela simples lavagem das folhas pela precipitação. As etapas de decomposição ficam assim definidas: lavagem dos compostos hidrossolúveis e colonização microbiana, ataque da fauna do solo e dos microrganismos, com fragmentação, transporte, biodegradação e transformação húmica e mineral do material. Estes processos têm início no momento em que o tecido vegetal se forma e seguem por toda a vida (Gonzalez e Gallardo, 1982; Haag, 1985).

O estudo da biologia do solo é de caráter importante, pois todos os organismos presentes, de uma forma ou de outra, participam do processo de decomposição da matéria orgânica, quer na liteira ou na camada arável, proporcionando condições físicas e químicas próprias a cada ambiente.

O termo fauna edáfica, usado por mais de 35 anos, destina-se, em geral, a um grande grupo de invertebrados que habitam o solo. A fauna edáfica está diretamente envolvida nos processos de fragmentação da serrapilheira desempenhando papel fundamental na regulação da decomposição e na ciclagem de nutrientes e, é função de um conjunto de fatores biológicos que interagem entre si, que podem ser afetados por fatores climáticos (Lavelle *et al*, 1996).

A fauna edáfica é agente e reflete as condições do meio ambiente. São as características de habitat, como clima, tipo de solo, quantidade de serrapilheira acumulada, conteúdos de matéria orgânica, tipo de manejo, entre outros, que determinam quais os grupos da fauna do solo que estarão presentes e em que quantidades (Curry e Good, 1992). Dessa forma, a fauna edáfica poderá ser um bom indicador biológico de qualidade dos resíduos orgânicos já decompostos de modo a contribuir para a avaliação de um sistema de produção.

A microfauna do solo está composta por organismos aquáticos como os protozoários, rotíferos, tardígrados, nematódeos dentre outros, cujo diâmetro corporal varia de 4μm a 100μm (Swift *et al.*, 1979), atuam de maneira indireta na ciclagem de nutrientes ingerindo bactérias e fungos (Correia e Andrade, 1999). A mesofauna do solo apresenta um diâmetro corporal entre 100μm e 2mm e compreende os ácaros, colêmbolos, alguns grupos de miriápodos, aracnídeos e diversas ordens de insetos, alguns oligoquetos e crustáceos. Esse conjunto de organismos, apesar de extremamente dependente da umidade do solo, é de característica terrestre. Está incluído nas atividades tróficas desses animais, o consumo de microrganismos e da microfauna como também a fragmentação do material vegetal em decomposição. Os animais da macrofauna do solo apresentam diâmetro corporal entre 2 mm e 20 mm e podem pertencer a quase todas as ordens encontradas na mesofauna, exceto os ácaros, colêmbolos, proturos e dipluros. Acima de 20 mm de diâmetro corporal, os invertebrados do solo passam a pertencer à categoria da megafauna composta por algumas espécies de oligoquetas, diplópodos, quilópodos e coleópteros.

Os organismos da fauna do solo têm uma grande capacidade de escolha do alimento, que está diretamente relacionado à palatabilidade do material e indiretamente à sua qualidade nutricional. Os organismos podem morrer por inanição, porque não conseguem consumir materiais que apresentem elevados teores de lignina ou polifenóis. O mesmo ocorre em serrapilheiras contaminadas com elevados teores de zinco, cádmio e chumbo (Read e Martin, 1990 apud Correia e Andrade, 1999).

Quando comparados às áreas virgens, os campos cultivados geralmente possuem um número e quantidade de organismos menores, especialmente em relação a fauna do solo.

Uma floresta que esteja se formando em uma região com umidade restrita apresenta uma quantidade maior de formigas e besouros em relação aos demais organismos que deveriam compor a fauna local. Logo, nestas condições ocorre apenas a degradação mecânica porque a atividade bacteriana é muito restrita. As bactérias transformam as substâncias orgânicas em inorgânicas com liberação de dióxido de carbono e amônio. A queda nos processos de decomposição nestes casos é causada pela falta de atividade das bactérias. Na carcaça dos besouros que passam a atuar mais freqüentemente há ácido butírico oriundo da fermentação. Quando chove e a seca diminui começa em curto espaço de tempo (enquanto durar a umidade) o processo normal de decomposição.

O acúmulo de matéria orgânica na superfície do solo é comandado pela quantidade de material que cai das plantas que o compõe e por sua velocidade de decomposição. Dessa forma, quanto maior for a velocidade de chegada de material vegetal ao solo e menor for sua velocidade de decomposição mais vai se acumular material na sua superfície. A decomposição deste material permite que parte do carbono incorporado na biomassa pela fotossíntese retorne à atmosfera como CO_2 enquanto outros elementos absorvidos passam para uma forma novamente utilizável pelas plantas (Correia e Andrade, 1999). Este processo é comandado pela fauna edáfica e pelos microrganismos, de forma que há uma dependência desses organismos em ambientes naturais e dependerá das características do material orgânico (relação C/N), das condições físicas do ambiente.

O maior enriquecimento de matéria orgânica para o solo é proveniente de fontes vegetais e é complementada pelos resíduos de organismos mortos.

Neste processo as atividades mais marcantes, senão todas, estão relacionados aos microrganismos presentes no solo; no intestino dos diferentes organismos que compõem a fauna edáfica do

solo e aqueles que chegam ao solo através de folhas e galhos de plantas.

Os organismos importantes são os dípteros (larvas) que auxiliam nos processos de decomposição de resíduos vegetais de áreas de florestas, especialmente misturando os resíduos orgânicos às matérias minerais auxiliando na formação dos agregados formados pelas oligoquetas. As lesmas e os caracóis também são importantes formadores de pequenos excrementos na superfície de folhas em áreas florestadas e em superfícies úmidas de solos argilosos cobertos por algas. Os artrópodes, ácaros e colêmbolos também são responsáveis por formações de agregados nos solos devido às suas excreções. A presença de tanino dos vegetais é importante em uma pequena porção na formação do húmus, pois ele ocorrerá junto às proteínas. Isto ocorre após a morte das plantas e pela dissolução do tanino nas proteínas de organismos mortos no solo e ocorre a produção de nitrogênio, ocorrendo a formação do HÚMUS – TANINO (Kühnelt, 1961).

Um outro caminho para a formação de substâncias húmicas é a interação de proteínas aromáticas (tirosina, triptofano) e enzimas oxidantes produzidas pelos organismos do solo. A melanina formando o HÙMUS – MELANINA também ocorre (Kühnelt, 1961).

A formação do húmus inclui processos físico-químicos e as transformações causadas pelos organismos do solo.

A característica essencial do material originado das plantas está na susceptibilidade ao ataque por diferentes forças desintegradoras. A diferença da vulnerabilidade dessas forças é determinada pelo estado do material distribuído que pode ocorrer na forma de folhas, de galhos finos ou como florestas sólidas (galhos, talos, tocos), todos com diferentes constituições, com diferentes velocidades de degradação. Por exemplo: as primeiras folhas, ainda verdes, que caem de florestas de terras baixas se decompõem muito rapidamente, deixando pouquíssimos resíduos para a próxima estação.

A velocidade de decomposição desses materiais está relacionada as estações do ano. As folhas que caem final no outono duram mais tempo na superfície do solo com a chegada do inverno,

pois devido as baixas temperaturas, a velocidade de decomposição A relação C/N dos materiais que chegam ao solo é reconhecida por todos os pesquisadores como o fator mais importante na decomposição dos mesmos.

Algumas cascas de árvores podem rachar e deixar a água de precipitação penetrar em suas fendas permanecendo ali por um grande período de tempo, servindo para o ataque de organismos pequenos como ácaros jovens. É bastante comum serem encontradas larvas e ninfas de determinados organismos (*Oribates*) que penetram profundamente nas pequenas fissuras das árvores. Também não é raro que sejam encontrados enquitraedos e nematóides nessas árvores. Os números encontrados podem chegar a 80 organismos por cm^2 de área.

É necessário que haja uma boa cobertura na superfície do solo de floresta para que a decomposição seja contínua intensificando a atividade de organismos menores. Sob condições normais os tocos de árvores levam aproximadamente seis anos para se decompor. Os primeiros organismos que iniciam este processo são os colêmbolos (*Hypogastura*) que ocorrem em grande número, seus ovos eclodem na floresta e eles se multiplicam muito rapidamente.

As primeiras minhocas a aparecerem são as dos gêneros *Bimastus tenuis*, e *Eisenella tetraedra*, enquanto aparecem ocasionalmente as *Allolobophora senaragdina*. A *Eisenella tetraedra* hiberna em locais onde existem excrementos e sua atuação é maior no inverno. Elas também penetram em galerias formadas por insetos como os besouros. Com o decorrer da decomposição aparecem a *Dendrobaena sp*. e a *Lumbricus rubellus*.

Na decomposição seca de florestas fazem parte apenas organismos extremamente resistentes à seca, atacando, geralmente galhos de árvores mortas que ainda mantêm um teor de umidade próprio. Pode-se citar as vespas (*Tremex magus e Tremex fuseicornes*) e os besouros (*Agrilus virids, Chrysobathys e Dicerca sp*) como resistentes. As grandes decompositoras desses alimentos são as vespas.

O primeiro estágio de decomposição ocorre com a desintegração rápida da matéria. As formigas costumam se instalar nesta

primeira fase. Por exemplo: a *Fórmica rufa* tem o costume de construir seu habitat sob coníferas e arbustos velhos. As formigas *Lasius fulginosus* também podem ser consideradas.

Pequenas colônias são formadas tanto no estágio inicial como no final sobre galhos em decomposição normal. Alguns animais não são influenciados pela presença das formigas. Os Oribates e os colêmbolos são encontrados no processo em atividade normal na imediata vizinhança das colônias de formigas.

As condições ambientais de muita seca ou de excessiva umidade afetam o curso da decomposição. Em florestas muito densas e úmidas nos troncos em decomposição existem organismos como besouros cornudos (*Leptura sentellata*). Os arbustos e troncos são colonizados intensamente e rapidamente por larvas de besouros, que sobre condições normais de umidade favorecem a atividade de fungos. O excesso de umidade favorece o excesso de larvas (*Tipulid*) no início da decomposição. A invasão por musgos se dá muito rapidamente e após dois anos de decomposição eles cobrem todo o material.

Em materiais bem umedecidos as larvas (*Temnostoma vespiforme*) aparecem e se dispõem entre os galhos.

Os colêmbolos (*Achorutes*) são característicos deste tipo de putrefação. Também aparecem isopodes e aranhas.

Entre os principais grupos que habitam o solo estão os protozoários, as oligoquetas, os rotíferos, nematóides, aracnídeos (ácaros e aranhas), miriápodos (quilópodos e diplópodos), insetos (colêmbolos, formigas, cupins, coleópteros, dípteros) e larvas diversas.

É impossível que se direcione o estudo da fauna edáfica apenas para um dos atributos do solo, uma vez que estes estão muito interligados. A maioria dos componentes da mesofauna e muitos da macrofauna melhoram o solo, principalmente em relação à mobilização de nutrientes e melhoram a estrutura do solo através da ativação da microvida. Em parte melhoram a física do solo pelos movimentos verticais, carregando materiais de um horizonte para o outro, promovendo misturas de matérias vegetais e orgânicas e formando os pedotúbulos.

Dentre os atributos químicos podemos destacar o pH como um dos mais importantes em relação à permanência ou não de determinados organismos bem como a manutenção da cadeia trófica.

A decomposição da cobertura normal do solo, como folhas de árvores e resíduos de arbustos de plantas herbáceas, ramos e folhas finas, tem sido discutida.

A grande duração do processo de decomposição de floresta está nas diferenças marcantes nos processos físico-químicos de cada espécie. A decomposição de materiais oriundos dos arbustos adjacentes difere com o microclima e com a formação do solo. Aqui o processo não é igual a um processo de floresta normal.

O processo de decomposição de materiais de floresta está intimamente relacionado com: o microclima e com as condições edáficas e biológicas presentes.

As condições em que as árvores se encontram são importantes para os processos de decomposição das florestas. Por exemplo, se uma árvore for derrubada no outono ela pode permanecer intacta durante o inverno porque o ataque da fauna edáfica se dará normalmente na primavera. Um grande número de animais é atraído pela serrapilheira. Os besouros são atraídos na fase adulta, aparecendo, posteriormente, as moscas e percevejos. Também podem aparecer nematóides, ácaros e larvas de besouros, embora mais raramente. Com o decorrer do tempo o material passa a fazer parte da serrrapilheira e os organismos da fauna edáfica serão atraídos para ela como os besouros negros, besouros de cornos longos e os gorgulhos, os quais atuam em uma decomposição sem direção, ou seja, sem cadeia trófica específica.

Excetuando-se os insetos que colocam seus ovos em florestas os animais acima mencionados são extremamente significantes na decomposição de florestas.

Os animais ativos têm pouca influencia na decomposição da floresta e folhas de arbustos após seu completo desenvolvimento.

A decomposição de arbustos secos, especialmente aqueles após a retirada da floresta (desmatamento) será bastante lenta. Um

longo período de umidade é mais favorável à decomposição. Por exemplo, as superfícies nas quais se projetam lascas de árvores o ataque se dá mais rapidamente frente uma boa condição de umidade. A decomposição que ocorre em áreas de cortes de lenhas ocorre mais lentamente.

A decomposição da comunidade de organismos atuantes dependerá principalmente de seu requerimento de umidade para sua nutrição. Os grupos mais importantes são: organismos que atacam o lado externo dos arbustos e aqueles que penetram em suas raízes e partes baixas do tronco (próximo ao solo). Dentre estes estão os que colonizam cascas de árvores e alguns que atacam verdadeiramente a floresta.

O espaço entre a floresta e as cascas destacadas parcialmente é muito importante para o curso da decomposição dos arbustos e oferece um refúgio para um grande número de animais da fauna edáfica, os quais podem afetar a população geral. Pode-se encontrar no intestino desses organismos resíduos de floresta indicando a participação deles no processo de decomposição. Os micélios atacam as florestas principalmente as superfícies fraturadas das árvores após uma chuva. Os ácaros e colêmbolos são largamente mencionados por se multiplicaram grandemente no interior dos galhos das árvores.

Como resultado da atividade coletiva da fauna edáfica a massa de resíduos é convertida em um material decomposto parcialmente e que vai ser atacado por microrganismos concomitantemente até chegar a um húmus estável. Mas deve-se considerar que a decomposição de materiais de florestas varia com o clima, microclima e a colonização por determinados organismos.

Em substratos excessivamente secos a fauna edáfica tende geralmente a desaparecer, mas as formigas não. Substratos muito velhos, com mais ou menos 15 anos, são abandonados pelas formigas. A presença das formigas, com o decorrer dos anos, causa um enriquecimento do material em nitrogênio. Foi constatado em pesquisas que em ambiente muito seco a fauna edáfica exibe similaridade.

Em estágios avançados as larvas de insetos declinam rapidamente enquanto a alimentação de fungos e saprófitas aumentam.

Em decomposições rápidas, pequenos animais não são encontrados, porém, podem ocorrer entre os galhos e produzirem uma massa húmica a qual pode ser encontrada em dejetos de minhocas. O transporte desse material dentro do solo se dá pela transferência e lixiviação de substâncias solúveis.

Ocasionalmente os galhos secos atacados por besouros e formigas podem ser transformados pela putrefação marrom, aparentemente sob influência da fermentação irregular.

Nos solos cultivados os teores originais de matéria orgânica começam a declinar, exceto quando são desenvolvidas técnicas para que isso não venha a ocorrer. A matéria orgânica tem uma redução drástica inicialmente, mas com o decorrer do tempo esta redução começa a se dar mais lentamente. A grumosidade do solo tende a desaparecer, a densidade aparente tende a se elevar, há uma redução da macroporosidade e a atividade da fauna edáfica e microbiológica começa a se alterar rapidamente.

As práticas agrícolas podem modificar o nível do substrato orgânico, a disponibilidade dos nutrientes, o pH, a aeração, a umidade e a temperatura, influenciando no número e atividade da Fauna Edáfica bem como microrganismos presentes no solo.

A prática do cultivo aumenta a amonificação, a nitrificação e a oxidação da matéria orgânica, estimulando provavelmente o desenvolvimento dos microrganismos específicos afetando diretamente os componentes da fauna edáfica, principalmente os colêmbolos e ácaros.

Em condições naturais existe um equilíbrio dinâmico entre a matéria orgânica do solo – vegetação e a atividade de organismos no solo. O sistema de cultivo convencional incorpora restos orgânicos ao solo incentivando o ataque microbiano ao mesmo tempo em que altera drasticamente o comportamento da fauna edáfica, que neste sistema jamais voltará a ser a mesma. O cultivo reduzido melhora a agregação do solo e aumenta a atividade total de microrganismos e da fauna edáfica incentivando a decomposição dos materiais orgânicos presentes.

O efeito das plantações florestais sobre a biodiversidade depende muito do tipo de ecossistema natural primitivo, das espécies arbóreas escolhidas e das técnicas de silvicultura empregadas. A redução da fauna edáfica em relação utilização de uma única espécie arbórea é importante, pois, a substituição da vegetação natural por florestas plantadas tende a provocar alterações biológicas deixando o número de espécies vegetais e animais inferior àquele anteriormente encontrado.

Pellens & Garay (2000), estudando a comunidade de macroartrópodos edáficos em plantio de eucalipto e em uma floresta primária no norte do Espírito Santo, observaram menores valores de densidade e riqueza de fauna no eucalipto em relação à floresta.

A colheita da biomassa florestal constituída por árvores jovens e efetuada em breves intervalos de tempo, provoca a exportação de uma considerável quantidade de nutrientes, principalmente se for utilizada a biomassa total incluindo, além do lenho, as folhas, os ramos e a casca (Poggiani, 1995). Esta quantidade de nutrientes, em muitos casos, pode superar a quantidade daqueles perdidos através dos processos de erosão superficial e lixiviação que ocorrem ao longo da rotação completa do povoamento. Soma-se a isso a lenta decomposição da serrapilheira a qual sofrerá, no caso das monoculturas, um ataque diferenciado da fauna edáfica que deverá desenvolver nichos específicos para a ocorrência do processo, desde que parte dos nutrientes é incorporada à manta florestal, alterando a capacidade de nutrição dos organismos envolvidos, modificando a cadeia trófica, fazendo com que sobrevivam apenas aqueles mais resistentes, que vão tentar formar uma nova cadeia, que precária, fará com que os organismos se tornem em denominadas "Pragas". Desse modo, qualquer monocultura em larga escala de produção poderá diante de um manejo de solo e de cultura inadequados provocar prejuízos muitas vezes irreversíveis ao ambiente.

Do exposto, está claro que a conversão dos resíduos vegetais e animais em húmus pode ser atribuída a fauna edáfica e aos processos físico-químicos envolvidos que são acelerados pela atividade dos diferentes organismos que atuam. A função dos microrganismos não pode ser subestimada, embora estes estejam condicionados aos conteúdos de umidade que são criados pela fauna edáfi-

ca para a atividade destes, através de seus excrementos. Logo, nenhum grupo de organismos é independente em suas operações devendo a comunidade ser mantida.

Cabe salientar, que estamos ainda, carentes de pesquisa nas áreas referentes aos monocultivos arbóreos em relação à Fauna Edáfica a qual é de caráter fundamental em refletir as alterações sofridas no ambiente (solo e cultivos posteriores) ao longo das estações do ano bem como ao longo dos anos de cultivo. Deve-se, portanto, tomar cuidado em avaliar a fauna antes do início dos cultivos, para que possamos pelo menos, através de manejos de solo e cultivo adequados tentar manter a cadeia trófica anteriormente avaliada, de modo a reduzir os impactos ambientais, uma vez que as mudanças significativas se darão entre um e três anos, no máximo cinco anos, devendo considerar os atributos físicos, nutricionais e biológicos do solo.

Não podemos nos posicionar contra qualquer meio de alavancar o progresso no país, seja em que área for, mas vale lembrar que devemos ter sempre:

"PÉS NO CHÃO E OLHOS NO FUTURO".

Bibliografia Consultada

CORREIA, M. E. F.; ANDRADE, A. G. Formação da serrapilheira e ciclagem de nutrientes. In: SANTOS, G. de A. S. e CAMARGO, F. A. de O. (ed) **Fundamentos da matéria orgânica do solo: ecossistemas tropicais e subtropicais,** Porto Alegre: Genesis, p. 197-220, 1999.

CURRY, M. P.; GOOD, J. A. Soil fauna degradation and restoration. **Adv. Soil Science**, v. 17, 171-215, 1992.

GONZALEZ, M. I. M.; GALLARDO, J. F. El efecto hojarasc: uma revision. **Anales de Edafologia y Agrobiologia**, Madrid, v. 41, p. 1129-1157, 1982.

HAAG, H. P. **Ciclagem de nutrientes em florestas tropicais**. Campinas: Fundação Cargil, 1985, 114p.

KUHNELT, W. **Soil Biology**. London: Faber &Faber, 1961. 395p.

LAVELLE, P. Diversity of soil fauna and ecosystem function. **Biology International**. 33:3-16, 1996.

MORSELLI, T.B.G.A. Biologia do Solo. Departamento de Solos, PPGA/PPGSPAF Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS. CRB 10/2007- **Polígrafo**, 2007, 145p.

PELLENS, R. & GARAY, I. Edaphic macroarthopod communities in fast-growing plantations of *Eucalyptus* PELLENS, R. & GARAY, I. Edaphic macroarthopod communities in fast-growing plantations of *Eucalyptus grandis* Hill ex Maid (Myrtaceae) and *Acacia mangium* Wild (Leguminosae) in Brazil. Eur. J. **Soil Biol**., 35:77-89, 2000.

POGGIANI, F. Aspectos ambientais da exploração de florestas naturais e de plantações de eucaliptos. **Silvicultura,** v.16, n.62, p.10-5, 1995.

SWIFT, M. J.; HEAL, O. W.; ANDERSON, J. M. **Decomposition in Terrestrial Ecosystems**. Studies in Ecology, Oxford, Blackwell Scientific Publications, 1979. 372p.

Tânia Beatriz Gamboa Araújo Morselli

Nascida em Bagé/RS em 27/10/1952, graduada em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (1976), concluiu mestrado em Produtividade e Biodinâmica do Solo na Universidade Federal de Santa Maria (1979) e doutorado em Agronomia (Área de Produção Vegetal) na Universidade Federal de Pelotas (2001). Foi Profª na Universidade da Região da Campanha/Bagé e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Uruguaiana/RS. É professora no Departamento de Solos da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) da Universidade Federal de Pelotas. Foi Coordenadora do Colegiado de Curso da Agronomia (1997-1998), Vice-Diretora da FAEM (2001-2005) e atualmente está na direção da FAEM.Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Edafologia, Fertilidade do Solo e Adubação, atuando principalmente nos seguintes temas: biologia do solo, adubação orgânica, ambiente protegido, com ênfase à agricultura familiar. É coordenadora dos projetos Reciclar e Programa de Instalação de minhocários em escolas de rede pública e privada. É orientadora nos Programas de Pós-Graduação em Agronomia e de Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Participa de projetos de pesquisa com: EMBRAPA Clima Temperado, Universidade Federal de Santa Maria/RS, FEPAGRO-Sul e EMATER.

O Desenvolvimento, o Desenvolvimento Rural, a Reforma Agrária e os Monocultivos de Eucalipto no Estado do Rio Grande do Sul

Leonardo Melgarejo

A degradação ambiental, a inviabilização de grande número de estabelecimentos rurais e a ruptura do tecido social que sustenta as pequenas comunidades rurais se alimentam da posição subordinada com que o poder público vem definindo suas políticas de desenvolvimento, face aos interesses de grandes empresas e grupos econômicos ligados aos mercados internacionais.

Introdução

De maneira similar ao ocorrido durante a chamada "modernização conservadora" da agricultura, a expansão do monocultivo de eucaliptos para exportação de pasta de celulose conta, para além da conivência do poder executivo, com o apoio de políticos oportunistas e da grande mídia, onde se destacam articulistas e formadores de opinião decididamente empenhados em justificar decisões que ameaçam o futuro do Estado, maquiando-as como de

interesse social. A mutilação do zoneamento ambiental, a perseguição de funcionários públicos que insistem em manter coerência, as articulações para modificação da Constituição Federal objetivando legalizar ações irregulares, e os esforços para ocultar evidências ocorridas em outros ambientes são alguns dos exemplos que justificam os temores da comunidade científica e da sociedade gaúchas, quanto à possível degradação do Bioma Pampa e a paralela desarticulação de sistemas de produção local em fase de construção, naquele ambiente.

Por trás destas possibilidades oculta-se uma espécie de desprezo ao fato de que o espírito e o sentido das políticas públicas residem exatamente em sua possibilidade de contribuir para que os agentes locais percebam o desenvolvimento territorial como dependente da ampliação de sua autonomia e de suas iniciativas para modificar correlações de forças desfavoráveis a seus interesses. Agindo na direção oposta, o Estado empresta a grandes grupos econômicos não apenas uma credibilidade que lhes permite ocultar seus reais objetivos, como também assegura facilidades no trato da legislação, ampliando sua rentabilidade e sua competitividade face aos arranjos e sistemas locais de produção.

Neste sentido, e como conseqüência de políticas públicas viesadas e a serviço de interesses privados, os recursos naturais do Pampa e mesmo o tecido social enraizado naquele território resultam de tal forma ameaçados que são cada vez mais escassas suas possibilidades de desenvolvimento futuro.

O relato a seguir contextualiza e examina o substantivo das argumentações que defendem a atual expansão das lavouras de eucaliptos, discutindo a questão do desenvolvimento na metade sul desde a perspectiva da agricultura familiar e dos vazios demográficos. Para tanto, considera políticas públicas alternativas, que apostam na agricultura de pequeno porte e na reforma agrária como instrumentos para a dinamização do tecido social e o desenvolvimento do território, em oposição à expansão dos eucaliptos para exportação de pasta de celulose, no mesmo ambiente.

O Ambiente

O Bioma Pampa, espaço preferencial para o avanço das lavouras de eucalipto, constitui um sistema único, vasto e complexo, que se localiza sobre o maior reservatório de água doce identificado no planeta e que, embora possua como característica relativamente uniforme as vastas áreas de pastagens, não é homogêneo nem tem suas riquezas vegetais identificadas por completo. A par de seu valor estratégico em função do Aquífero Guarany, aqueles campos apresentam boa capacidade de suporte animal, prestando-se à exploração pecuária de corte, de leite, bubalinos, ovinos, caprinos e suínos, entre outros animais. Esta condição natural permitiria que ali se desenvolvessem, com relativa facilidade, núcleos produtivos de pequeno porte, apoiados por redes de coleta de leite, bem como pela implantação de unidades agroindustriais para produção de derivados, com boas perspectivas de mercado. É importante mencionar que a região também apresenta as melhores condições para a produção de vinhos finos, considerando o país como um todo. Aquele ambiente também é adequado à exploração de frutíferas como pêras, pêssegos, azeitonas e de hortaliças, cabendo lembrar seu histórico relativamente às lavouras de trigo e a importância de suas áreas de várzea para a safra gaúcha de arroz.

Em que pese estas atividades produtivas responderem às condições do ambiente, e a despeito de seu potencial para a consolidação de redes de articulação apoiadas em sistemas locais de produção, seu desenvolvimento é tímido e insuficiente. O aparente paradoxo contido na não utilização desta oportunidade se prende à atualidade de limitações historicamente associadas à concentração fundiária e ao descaso político para com o potencial da agricultura familiar na metade sul do Estado.

Estudando este assunto, Zarth (1994) e Da Ross (2006) mostraram que a concentração fundiária destaca-se entre os fatores que explicam aquele paradoxo, permitindo entender processos determinantes da atual situação econômica da região do Pampa. Seus argumentos reforçam teses que identificam na reforma agrária e no desenvolvimento da agricultura familiar alternativas consistentes para a dinamização daquele território. Trata-se, fundamentalmente,

da ausência de políticas que permitam superar a limitação imposta pela concentração fundiária, multiplicar o número de unidades produtivas autônomas e com isto, expandir a policultura e consolidar redes de reciprocidade positiva, por sua vez capazes de aproveitar as singularidades daquele bioma, evitando o agravamento de suas fragilidades.

Entretanto, observa-se que as ações de governo se orientam em sentido oposto, estimulando a expansão das lavouras de eucalipto para exportação de pasta de celulose, e com elas, a concentração de terras e o esvaziamento dos núcleos produtivos.

Historicamente, a utilização econômico-produtiva do Pampa se baseou na pecuária extensiva, sob controle de famílias que detinham grandes extensões de terras. Naquelas condições a concentração fundiária permitia acúmulo de riquezas condicionadas à escala, pois a dimensão dos estabelecimentos assegurava ganhos excedentes mesmo em condições de baixa rentabilidade. A crise daquela atividade, conseqüência do avanço na oferta de outros tipos de carnes e da abertura de novas fronteiras agrícolas no Norte e Centro-Oeste do país, ocorrendo em paralelo à introdução de lavouras de arroz irrigado em áreas arrendadas aos estabelecimentos que até então dependiam da pecuária extensiva, não provocou alterações importantes na estrutura fundiária daquela região. Assim, o surgimento de núcleos de agricultura familiar se deu de forma lenta, seja em função de processos sucessórios, de algumas iniciativas de colonização ou do limitado avanço da política de reforma agrária, não permitindo a emergência de uma estrutura social pujante, como aquela observada no Norte do Rio Grande do Sul.

Em termos concretos, isto se traduziu na existência de um tecido social frágil e de escassa visibilidade, que jamais dispôs do poder político necessário para obter do governo, na disputa com outros atores, os investimentos e a infra-estrutura necessários à sua consolidação e expansão.

Ainda assim, em que pese sua debilidade, observa-se a presença de agricultores e pecuaristas familiares que asseguram sobrevida ao comércio das pequenas cidades e que dependem da produção leiteira, para a qual – em certo sentido – aproveitam as particu-

laridades do ambiente mostrando-se, neste quesito, mais qualificados e mais eficientes do que o segmento empresarial. Os rebanhos leiteiros, por sua vez, dependem das pastagens e lavouras associadas, que asseguram suplementação alimentar nos períodos onde os campos escasseiam. Trata-se, em todos os casos, de plantas de pequeno porte, com raízes superficiais, que dependem de lençóis freáticos pouco profundos. Estudos[156] apontam para dezenas de espécies de forrageiras nativas com importância econômica reconhecida, e sugerem a existência de mais uma centena de outras, ainda não plenamente avaliadas, que se articulam com a fauna e o restante da flora dos campos do Pampa, formando aquele sistema complexo.

Cabe, neste ponto, uma questão simples: como as pastagens de que dependem os rebanhos que dão sustentação à agricultura familiar concorrerão, por água, com os eucaliptos, nas condições de escassez de chuva típicas da região da campanha?

Por que motivo a região do Pampa teria se especializado, desde a pré-história, em espécies de pequeno porte? Por que motivo, quando chove, e não queremos nos molhar, corremos para baixo das árvores?

A maior parte da chuva que cai em áreas cobertas por vegetais de grande porte não atinge o solo e não alimenta os lençóis freáticos, que tendem a se aprofundar, tornando-se acessíveis a plantas com raízes de grande porte. Quando a água que chega ao solo é insuficiente para manter aqueles lençóis ativos, estabelece-se um limite natural para a pujança da vegetação. Esta condicionante é óbvia no Pampa, onde tradicionalmente – em quase todos os verões - grande parte dos municípios decreta situação de emergência por falta de água para consumo humano.

A natureza impediu, ao longo de milênios, que florestas se desenvolvessem na metade sul do RS. Elas simplesmente não ocorrem naqueles campos porque o ambiente não é compatível com espécies vegetais de grande porte.

---

156 Ver, por exemplo, Nabinger et al.(2000) , Bilenca & Miñarro (2004) e Hasenack (2006), entre outros.

No Pampa, as matas surgem em manchas restritas, ao longo de riachos e em locais de afloramento de lençóis, ou no "caminho da água".

Então, parece evidente que o plantio de centenas de milhares de hectares[157] com lavouras de eucalipto tenderá a provocar um desastre ecológico de grandes proporções, afetando o futuro da região. Neste desastre devem ser contabilizadas, como "externalidades" ao projeto de lucro das papeleiras, aspectos de interesse público como a erosão genética das pastagens, a redução na disponibilidade de água, o esfacelamento do tecido social e o empobrecimento territorial.

Não é necessário esperar que o tempo revele estes resultados para confirmação de seu realismo. Uma breve visita ao Sul da Bahia, ou ao Norte do Espírito Santo, permite verificar que o avanço dos plantios de eucalipto se associa à expansão da miséria, da criminalidade, do êxodo, do desemprego, da degradação ambiental, da concentração de renda, embora, com certeza, se dê de forma associada ao aumento nos retornos do ICMS, cujo incremento, no entendimento de alguns, justifica tudo.

A experiência do Espírito Santo é especialmente emblemática e merece ser relatada. A partir de 1960, aquele Estado recebeu US$ 4 bilhões em investimentos, cristalizados em 3 fábricas que processam matéria prima colhida em 220 mil hectares cultivados com eucaliptos. As fábricas estabelecidas no ES exportam cerca de 2 milhões de toneladas de celulose branqueada/ano, e seus acionistas estão satisfeitos.

Aquele Estado possui um território de aproximadamente 5 milhões de hectares, dos quais apenas 900 mil constituem área agricultável, e apenas a Aracruz (com 220 mil hectares) detém 25% do território capixaba, reservando-os ao plantio de eucaliptos.

Evidentemente, para viabilizar uma ocupação tão concentrada foi necessário deslocar, daqueles espaços, unidades de produ-

---

[157] Segundo Marco Weissheimer (http://rsurgente.zip.net/index.html) "a plantação de eucaliptos.......... em 10 anos, pode chegar a 800 mil hectares, caso os projetos das empresas Aracruz, Stora Enso e Votorantin sejam todos implementados" (O MAPA DO EUCALIPTO, Blog RS Urgente , 20/12/2006).

ção anteriormente estabelecidas, provocando transformações sociais possivelmente relevantes desde algum ponto de vista.

Se considerarmos, por exemplo, o avanço daquelas lavouras de eucalipto desde o aspecto cultural, assumindo uma perspectiva etnográfica que valore as tribos indígenas, o prejuízo poderia ser dimensionado pelo fato de que, entre 1960 e 2005, os aldeamentos (indígenas) do norte do Espírito Santo se reduziram de quarenta para sete. Se agregarmos a este valor uma avaliação social envolvendo as comunidades quilombolas, o prejuízo deveria contabilizar, ainda, as aproximadamente 8 mil famílias, e as cerca de 70 comunidades que não mais se encontram por lá. Das cem comunidades de afrodescendentes, com cerca de 10 mil famílias identificadas naquela região, restam apenas 1,7 mil famílias, em 33 comunidades.

Com certeza tais modificações possuem implicações similares, negativas, sobre a cultura popular, a produção e o comércio de alimentos, a geração de empregos e a distribuição de rendas, bem como sobre a disponibilidade e a utilização de armazéns, escolas, estradas e postos de saúde municipais, enfim, sobre o tecido social e as redes de relacionamento historicamente estabelecidas naquela região. Cabe, talvez, considerar que aquelas transformações possuam relevância distinta, menos significativa, desde a perspectiva daqueles brasileiros excluídos, comparativamente a de outros brasileiros, mais influentes, que decidiram apoiá-las.

Desenvolvimento com Racismo e Desqualificação de visões alternativas

Quanto ao discurso de interesse social dos eucaliptos, difundido pela grande mídia

A expansão das lavouras de eucalipto no pampa gaúcho, reiteradamente apresentada como "fomento ao reflorestamento"- ainda que os blocos uniformes formados pela repetição exaustiva da mesma árvore não constituam florestas, e mesmo que aqueles plantios sejam realizados sobre campos onde nunca existiram florestas -, tem sido defendida na grande mídia como algo de interesse da sociedade gaúcha.

Os argumentos sustentam que o interesse social advém daquelas lavouras permitirem ampliação da renda regional, com pre-

servação do ambiente, estímulo às pequenas propriedades e geração de empregos, entre outros[158].

Neste discurso, "os programas de fomento" são propagandeados como políticas orientadas a resolver problemas da sociedade e não de empresas particulares que precisam aumentar a produção de matérias primas para atender seu plano de expansão econômica. Ao mesmo tempo, e apoiado por aquela argumentação de interesse social, percebe-se que "o Estado passa a ser um ator chave na viabilização das estratégias de reprodução empresarial do setor de base florestal" (Diesel et al., 2006. p.120) e que, "embora o discurso se referencie aos "pequenos e médios produtores", o exame dos dados referentes ao perfil dos beneficiários[159] aponta a tendência de formação de florestas comerciais em médias/grandes unidades produtivas" (Op.Cit. p.141).

Em outras palavras, percebe-se que o Estado assume papel decisivo para a viabilização dos interesses daquelas empresas, "criando um conjunto de medidas de apoio ao reflorestamento como novas linhas de financiamento e desregulamentação da atividade de silvicultura" (Diesel et al., 2006. p120).

Revisando estudos que examinaram as dificuldades enfrentadas pelas empresas para a formação de grandes maciços florestais próprios, Diesel et al. (2006) destacam Mayers (sd) e Bacha (2001), relativamente ao impacto da maior regulamentação imposta pela sociedade (sobre o comportamento das empresas), e Kengen (2002) relativamente ao "caso emblemático da ARACRUZ, que vem enfrentando restrições políticas para ampliação da área plantada no

---

[158] "...os programas de fomento florestal possibilitam a utilização de áreas inaproveitáveis por parte de pequenos produtores rurais que, assim, passam a ter uma fonte alternativa de renda, favorecendo a sociedade na medida que não migram e contribuem para o abastecimento de empresas competitivas (evitando a importação de matérias primas ou o avanço sobre florestas nativas) que, por sua vez, geram empregos e dinamizam a economia regional e afirmam a posição do Brasil no mercado mundial" (Diesel et al. p131).

[159] Mencionando estudo de caso onde 4,6% dos produtores participam com 77,5% da área plantada, enquanto 89% respondem por 15% da área, Diesel et al. (p.136) apontam que avaliações a partir da área média permitem o discurso falacioso de que o programa se apóia em pequenos bosques. Os mesmos autores sugerem que esta prática se destina à legitimação empresarial e não se relaciona à escala mínima econômicamente viável, pois "os dados empíricos examinados apontam pela preferência de unidades produtivas médias a grandes.... que justificam escala de cerca de 100 ha.." (p.139)

Espírito Santo", apontando que a saída encontrada pela empresa estaria na busca de ambiente mais favorável já que "a solução deste impasse parece requerer o deslocamento dos investimentos para regiões com menor regulação" (Diesel et al.2006. p.125). Coincide com esta interpretação matéria publicada no Correio Brasiliense (11/05/08) denunciando "o empenho do Governo Yeda Crusius (PSDB) para viabilizar a operação das papeleiras". Com base em interpretação do IBAMA-RS e de entidades ambientalistas do Estado, o Jornalista Lúcio Vaz informa que "a governadora trocou o comando da Secretaria do Meio ambiente para acelerar a concessão de licenças ambientais e aprovou um zoneamento ambiental que não impõe limites à implantação de florestas de eucaliptos". A reportagem também mostrou que "as papeleiras fizeram contribuições eleitorais no valor total de R$ 2 milhões a políticos gaúchos em 2006, sendo R$ 500 mil para Yeda".

Assim, em que pese o empenho em criar elementos de justificativa social, os dados revelam existir "margem para contestação e revisão das teses atualmente difundidas sobre os impactos sociais dos programas de "fomento florestal" e, consequentemente, da legitimidade de seu subsídio pelo Estado, enquanto parte de sua "política social" (Diesel et al.2006. p.141).

Percebe-se relação estreita entre esta prática empresarial utilizada pelas papeleiras e aquela adotada pela Monsanto, com vistas à construção de ambiente favorável a seus interesses (relativamente à aprovação do público e à adesão de políticos regionais, no caso dos Organismos Geneticamente Modificados - OGM). Estudo divulgado por pesquisador da Universidade Federal do Paraná (Pelaez, 2003) mostra que as estratégias da Monsanto incluiriam **(1)** Campanha Global de marketing para construção, no imaginário popular, de noção onde a biotecnologia e a engenharia genética surgem como única opção para superar a "Fome do Mundo" ("menor uso de venenos", "maior produtividade", "soluções medicinais",...); **(2)** Construção de competências em áreas estratégicas para influenciar em processos decisórios e em regulamentações públicas ("engajamento de representantes públicos nomeados para agências reguladoras"; "contratação de lideranças como consultores"; "apoio político nos diversos partidos"; "parcerias em pesquisas com insti-

tuições públicas") e **(3)** Lobby – para obter decisões favoráveis, em processos de seu interesse ("Inserção no Ambiente Institucional e influência sobre processos de normatização e regulamentação").

Em conseqüência daquela estratégia, segundo Pelaez[160], o FDA (Food and Drug Administration) acabou adotando o Princípio da Equivalência Substancial, permitindo que - nos EUA - os OGM passassem a ser considerados "quimicamente equivalentes" aos produtos tradicionais. Esta medida, que eliminou a necessidade de avaliações toxicológicas e rotulagens especiais naquele país, tem sido utilizada como base para liberação dos mesmos produtos, em outros países. Assim, a partir de uma estratégia empresarial bem sucedida[161], produtos rejeitados pelo consumidor acabaram se expandindo de tal forma que hoje estão incorporados a todos os sistemas alimentares, consolidando o poder econômico das corporações que detém seus direitos legais.

A correlação entre aqueles eventos, que culminaram na legalização da soja transgênica, após ela estar sendo cultivada –irregularmente- em mais de meio milhão de hectares, e o que se verifica no caso da expansão dos eucaliptos - com a mutilação do Zoneamento Ambiental, com as mudanças na SEMA e na FEPAM, enquanto a sociedade permanece apática e distraída pelos anúncios em jornais em TV - parece quase natural, inclusive dada a coincidência entre boa dos atores envolvidos.

---

160 Em "*A Firma Face à Regulamentação da Tecnologia: A experiência da Monsanto*", lê-se que "a capacidade [...] de influenciar no processo de regulamentação [...] revela um jogo de poder econômico-politico que extrapola os parâmetros de discussão do positivismo científico no que tange à análise dos riscos e dos benefícios [...] a questão fundamental se situa na forma como a nova tecnologia é proposta ou imposta à sociedade" Pelaez (2003).

161 Merece destaque o fato de que, apesar das evidências de que os OGMs são menos produtivos do que os cultivos tradicionais, utilizam maior volume de pesticidas, agridem o ambiente e geram processos de erosão genética que ameaçam a soberania alimentar dos povos, a manutenção daquela estratégia bem sucedida faz com que o discurso original permaneça vivo no imaginário popular.

O Desenvolvimento, A agricultura Familiar e as ações do INCRA

Os assentamentos e o desenvolvimento territorial

Na convicção de que o desenvolvimento territorial depende da construção de um tecido social ativo, com protagonismo e iniciativas de autogestão por parte da população local, o Programa Regional de Reforma Agrária contempla investimentos apoiados por orientações técnicas e articulações com parcerias[162] institucionais, buscando consolidar sistemas locais de produção[163] integrados aos mercados regionais.

Acessando melhores condições de vida os ex-sem-terra passam a realizar atividades produtivas que garantem, além da subsistência, possibilidades concretas de melhorias continuadas. Como resultante, em seu conjunto, as áreas incorporadas ao programa de Reforma Agrária (anteriormente fazendas do tipo tradicional), se mostram socialmente mais úteis, expandindo sua contribuição ao desenvolvimento dos municípios onde se localizam. A implantação de um assentamento também significa investimentos em estradas, redes de energia, poços artesianos, escolas e toda uma rede de serviços, aquisição e trocas de insumos e produtos que, além de impactar sobre o comércio local, acabam beneficiando os estabelecimento e famílias de seu entorno.

Neste sentido, percebe-se que a constituição de unidades de produção familiar articuladas por uma política de desenvolvimento territorial pode alterar as possibilidades de desenvolvimento dos espaços em questão. Como exemplos podem ser citadas, entre outras, a cidade de Pontão, criada em função da desapropriação da Fazenda Anonni, ao Norte do Estado, e a cidade de Hulha Negra, criada

---

[162] EMATER, COPTEC, Instituto Educar, Instituto Preservar, EMBRAPA, UFPEL, UFSM, e UFRGS, entre outros.

[163] As famílias assentadas recebem apoio em termos de créditos e investimentos públicos, que objetivam estimular processos sócio-produtivos compatíveis com as características da agricultura familiar e do ambiente onde estão estabelecidas.

em função de uma sucessão de pequenos assentamentos, ao longo de vários governos, desde a chegada de imigrantes menonitas a Bagé, no século passado.

Estes elementos permitem afirmar que os assentamentos de reforma agrária constituem instrumento que mescla políticas públicas com ações coletivas, com potencial para atrair investimentos em infra-estrutura social e impor novos ritmos aos processos de desenvolvimento territorial.

Os assentamentos e a questão ambiental

A criação de assentamentos se condiciona -desde 2002- à obtenção de Licenças Prévias (LP). Emitidas pelos órgãos ambientais, as LPs apontam para intervenções focadas na recuperação e valorização do ambiente natural e são condicionantes da obtenção de Licenças para Implantação e Operação (LIO), exigência legal para o funcionamento das unidades produtivas. Estes procedimentos, que exigem estudos e investimentos aplicados à recuperação e preservação do meio ambiente, estão sendo desenvolvidos em conformidade com a legislação vigente graças a convênios formalizados com a UFRGS, a EMATER, a COPTEC e a EMBRAPA, em todos os assentamentos sob responsabilidade do INCRA no RS.

O fato de que poucos estabelecimentos do tipo tradicional se preocupam com o tema pode ser constatado no passivo ambiental identificado e a ser recuperado após a constituição dos assentamentos, em áreas incorporadas ao Programa de Reforma Agrária. Isto também indica que, desde uma perspectiva ambiental, os assentamentos contribuem para a recuperação de problemas resultantes da forma como aquelas áreas tendem a ser exploradas.

Os assentamentos e os Investimentos

Um outro indicador da contribuição da agricultura familiar constituída através dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento territorial pode ser ilustrado a partir dos investi-

mentos realizados. Em 2006, enquanto o INCRA/RS investiu 64 milhões no programa de reforma agrária gaúcho, o Governo do Estado, na agricultura como um todo, investiu menos de R$ 30,7 milhões[164]. Para 2008, considerando apenas as 4 mil famílias estabelecidas nos 115 assentamentos contidos no território da cidadania da zona sul, o INCRA projeta investimentos da ordem de R$ 44 milhões.

Importa destacar que os investimentos resultam de processos de construção coletiva, contribuindo para ampliam o protagonismo social e alcançando agricultores familiares do entorno dos assentamentos.

Protagonismo, participação, construção coletiva

PAC Regional - R$ 20 milhões ; 3 municípios , 57 assentamentos - 2.000 famílias assentadas + 1.000 pecuaristas familiares

Dinamização do tecido sócio produtivo

[164] Em políticas de ordenamento agrário, o Estado investiu apenas R$ 4,69 milhões.

Alguns resultados

A História e os ciclos de Desenvolvimento do Estado mostram a importância da agricultura familiar desde que os colonos italianos e alemães chegaram, quando a região da Campanha era considerada rica, e no Norte se concentravam as terras de menor valor. Os imigrantes foram direcionados para o Norte, e ali construíram, com seu trabalho, o que hoje é a área desenvolvida do Rio Grande do Sul. A produção de grãos, de leite, de aves, suínos e mesmo de carne bovina que ali obtiveram ocupou mercados e isto, somado à expansão da pecuária no centro-oeste e no norte do país, acabou determinando o empobrecimento da metade sul, e fez cair os preços daquelas terras, possibilitando o avanço dos eucaliptos e outras formas de exploração. A Reforma Agrária se encontra entre estas opções, e a maior facilidade para obtenção de terras na metade sul vem permitindo a implantação estabelecimentos típicos de agricultura familiar naquele ambiente.

Avaliação econômica realizada pela EMBRAPA constatou que os agricultores assentados obtém produtividades médias superiores ao observado nos municípios em questão, e muito superiores ao observado nos mesmos estabelecimentos, anteriormente à sua incorporação ao Programa de Reforma Agrária.

A Pesquisa da EMBRAPA, que examinou apenas metade dos assentamentos gaúchos, identificou uma produção anual, naquela amostra, de 47 milhões de litros de leite, 33,6 mil toneladas de milho, 12,5 mil toneladas de arroz, para ficar em apenas alguns itens. Estes elementos permitem afirmar que está em andamento um processo de longa maturação que tende a consolidar blocos de unidades familiares de produção nas áreas reformadas do Pampa, e que justificam preocupações quanto à ameaça que o avanço das lavouras de eucalipto constituem, para este projeto.

O Incra e os eucaliptos

Como o programa de reforma agrária investe em infra-estrutura social com objetivo de estimular a constituição de redes de cooperação, é evidente que ameaças externas ao projeto em construção são vistas com preocupação. Quando lavouras de milho situadas próximas a grandes áreas cultivadas com eucaliptos, pressionadas pela falta de água, começam a pendoar antes do tempo, e não produzem grãos, todos ficam sabendo. Quando um riacho diminui seu fluxo, ou uma área alagadiça desaparece, o sinal de alarme se espalha. Quando javalis, caturritas, coatis, tatus, sorros, raposas e todo um universo de animais do campo, acossados pela falta de espaço, invadem as roças e os quintais, destroem as plantações, as famílias se revoltam.

Este é o quadro observado pelos agricultores assentados. Eles dizem: "As lavouras de eucalipto estão apenas começando a ser plantadas, e a vida já se mostra muito dificultada. Se isso for adiante, como é que vai ser?"

Sendo proprietário das terras onde os assentamentos são constituídos, o INCRA define, através de contrato de cessão de uso, as normas que devem ser respeitadas pelos agricultores, que condicionam sua permanência entre os beneficiários da Reforma Agrária. São regras de conduta orientadas pela necessidade de racionalização dos investimentos, em uma perspectiva de longo prazo, que busca estimular o desenvolvimento sustentável das famílias e do meio onde se inserem.

Os lotes individuais são dimensionados por equipes técnicas profissionais visando assentar o número viável de famílias em cada propriedade adquirida, respeitando a capacidade de uso dos solos, a infra-estrutura local e outras características do ambiente regional. Esta definição se apóia em projetos de exploração destes lotes, planejados com base em Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDAs), elaborados por equipes contratadas pelo INCRA e acompanhados por serviços de assistência técnica especializada. Assim, é inadmissível que parte do lote destinado a uma família em particular venha a ser subtraída do espaço disponível para exploração anual e reservada ao crescimento de eucaliptos por um período

tão longo como 7 ou 14 anos. Se fosse possível este tipo de redução na área útil oferecida às famílias estabelecidas em determinada fazenda, a decisão racional seria no sentido de ampliar o número de lotes, incorporando um maior número de cidadãos ao conjunto de beneficiários da reforma agrária e reduzindo o universo de pessoas que vivem sob as lonas pretas, em beiras de estradas, aguardando o momento de serem assentadas.

Entretanto, com a atratividade da propaganda desenvolvida pelo "programa de poupança florestal", e dadas as carências históricas da metade sul, existem lotes onde, estimulados por interesses contrários aos defendidos pelo INCRA, alguns agricultores cultivaram até 50% da área útil com eucaliptos.

Estes agricultores estão sofrendo processos administrativos que, no limite, podem levar ao cancelamento dos contratos, situação onde aquelas famílias podem perder o lote, sendo substituídas por agricultores sem terra dos muitos que estão acampados, esperando avanços do programa de reforma agrária.

Cabe relatar, neste ponto, uma experiência emblemática que merece ser divulgada. O INCRA recebeu da Secretaria de Patrimônio da União, em doação[165], estabelecimento rural com 170,59 hectares de dimensão, em área remanescente de exploração com plantio de eucalipto, na localidade de Monte Bonito, estrada Passo do Pilão, município de Pelotas. A "Área dos Tocos", situada a 16 Km da cidade de Pelotas, estava avaliada em R$ 454.358,86 (Terra) mais R$ 22.666,82 em benfeitorias, e nela foram assentadas 10 famílias. Estas famílias, após alguns meses, desistiram do lote e retornaram ao acampamento em beira de estrada[166].

Esta decisão, surpreendente e inédita no contexto da reforma agrária gaúcha, se deveu ao fato de que a maior parte daquela área (cerca de 160 hectares) estava ocupada por tocos de eucalipto que impediam trabalhos mecanizados, dificultavam o trabalho manual, e cujos rebrotes não possuíam valor comercial. A dificuldade

---

[165] Processo de doação formalizado em 18 de setembro de 2006, pelo Procurador chefe da Fazenda Nacional no RS, José Diogo Cyrillo da Silva e Mozar Artur Dietrich, Superintendente do INCRA, e publicado no DOU em 20/09/06.

[166] Posteriormente a mesma área foi oferecida a dez famílias acampadas em Uruguaina, que não aceitaram e continuam aguardando, ainda hoje, oportunidade de assentamento.

para obter renda mínima compatível com suas necessidades, determinante na decisão daquelas famílias, impactou de forma decisiva sobre a visão dos técnicos do INCRA, relativamente ao programa de fomento florestal divulgado pelas papeleiras.

Levantamentos realizados com vistas à recuperação da "Área dos Tocos" mostraram que os custos da destoca e do enleiramento alcançariam (valor médio, considerando duas tomadas de preço[167]) R$ 385.660,94, aos quais deveriam ser acrescidos R$ 156.000 (custo mínimo) para retirada do material.

Portanto, mesmo sem levar em conta investimentos em recuperação da estrutura e fertilidade do solo, constatava-se que os resíduos das lavouras de eucalipto descaracterizam a tal ponto a área explorada por aquela atividade que sua recuperação exigia investimentos superiores ao valor de aquisição da terra. A inviabilidade desta medida levou o INCRA a formar convicção a respeito das implicações de longo prazo embutidas no plantio de eucaliptos.

[167] Orçamentos obtidos no município de Pelotas, com J.A . Silveira (R$ 3132/hectare) e João Mário Amaral (R$ 1.800/hectare).

Atualmente aquelas famílias estão assentadas em Livramento e a "Área dos Tocos" permanece desocupada, destinada a reserva legal, como compensação em relação a carências observadas em outros assentamentos.

Custo de recuperação da fertilidade - não dimensionado

O fato de que as lavouras de eucalipto deixarão uma herança extremamente danosa, que não pode ser admitida em áreas adquiridas para Reforma Agrária, não significa que a planta do eucalipto deva ser "demonizada". Ao contrário. Sua importância como fornecedora de madeira, postes e lenha é reconhecida, e seu plantio é estimulado em pequenos talhões e quebra-ventos. Entretanto, este reconhecimento se restringe a variedades adequadas para produção de madeira, ricas em lignina, distintas daquelas utilizadas para produção de pasta de celulose. Também se restringe a plantio em áreas inaptas para culturas anuais, e à necessidade de madeira para consumo da família, que não alcança sequer um hectare, considerando as várias espécies alternativas.

Uma outra interface do INCRA com a expansão do plantio de eucaliptos no Estado, diz respeito às áreas de fronteira. Assumindo responsabilidade constitucional com a gestão e o controle

do território, cabe ao INCRA opinar sobre aquisição de terras por estrangeiros, em áreas de fronteira. A autorização propriamente dita depende de decisão do Conselho de Defesa Nacional (CDN), que também leva em conta pareceres de outros órgãos públicos.

Ocorre que, no RS, empresas estrangeiras adquiriram terras em áreas de fronteira, desprezando a lei. Em alguns casos, para driblar os procedimentos legais, fizeram aquisições em nome de terceiros, e em outros casos já registraram os negócios em cartório. A irregularidade é tão flagrante, que o Ministério Público Federal abriu processo contra estas aquisições, que não têm validade legal. Naturalmente o INCRA vem se posicionando de acordo com o parecer do MPF, ou seja, contrariamente à aquisição de terras por empresas estrangeiras nas regiões onde estas aquisições são vedadas pela constituição. Observa-se que, para resolver o problema, está em andamento discussão que, paradoxalmente, visa reduzir a área de fronteira, de maneira a validar as irregularidades tornando inócuas a resistência do INCRA e a opinião do Ministério Público. As discussões a respeito deste tema também contam com apoio de formadores de opinião, que argumentam pela redução de 150 Km para 50 Km ou mesmo para 10 Km, pois sua manutenção restringiria investimentos e impediria o desenvolvimento daqueles ambientes que, por estes motivos, apresentariam a condição de estagnação observada na metade sul. Ignoram que a região rica do Noroeste gaúcho, situada na mesma faixa de fronteira, teve seu desenvolvimento impulsionado pela desconcentração fundiária.

Investimentos e custos sociais

A expansão das monoculturas associa -se à concentração de terras e enfraquece o tecido social, implicando em desperd ício e desativa ção de investimentos consolidados .

Finalmente, cabe lembrar que com o avanço das lavouras de eucalipto, processos de êxodo forçado reduzirão a efetividade e talvez mesmo inviabilizem equipamentos de uso coletivo, resultantes de investimentos públicos dimensionados para condições típicas das áreas de agricultura familiar e suas necessidades.

Como serão mantidas e recuperadas as estradas, as pontes, os bueiros, e toda a infra-estrutura construída com recursos públicos[168], para atendimento das necessidades da agricultura familiar, em torno dos assentamentos, quando as cargas de eucaliptos estiverem transitando por aqueles caminhos? Sob responsabilidade de quem, e com recursos provenientes de que fonte?

[168]As estradas, bueiros e pontes construídos com recursos do INCRA não se limitam aos espaços interiores às áreas adquiridas, expandindo-se em anéis viários que interligam os assentamentos, em melhorias de estradas municipais e intermunicipais, na constituição de rotas de leite, na formação de patrulhas mecanizadas e em outros bens de uso coletivo que não resistirão à pressão de caminhões carregados com toras de eucalipto.

O desenvolvimento territorial depende de uma agricultura familiar multifuncional, que estabeleça relacionamento simbiótico com o ambiente.

A agricultura familiar é avessa à monocultura porque precisa ocupar plenamente a mão de obra familiar e minimizar riscos de falência, em situações de crise climática ou de oscilações bruscas nos preços de mercado. Para tanto, os produtores de pequeno porte necessitam desenvolver, simultâneamente, grande variedade de atividades produtivas, privilegiando o detalhe e não a escala.

Esta é uma forma de relacionamento quase intuitiva, copiada da natureza polimorfa, onde não se observa o surgimento de monoculturas porque estas sub-utilizam o território, deixando de aproveitar aquelas potencialidades que lhes são indiferentes.

No Pampa, assim como nas florestas tropicais, o bioma depende da inter-relação entre muitas atividades complementares, e evolui a partir da construção de relações de reciprocidade positiva, capazes de permitir ganhos coletivos que qualificam o ambiente, no interesse de todos. Estas relações sinérgicas eliminam espécies que apresentam dificuldade de convivência em grupo e é por isso que uma lavoura de eucalipto não pode ser chamada de floresta nem pode substituir, com vantagens, a policultura.

A monocultura é necessariamente uma condição artificial. Restringindo os ganhos a uma pequena parcela dos interessados, e implicando na potencialização dos riscos, que ameaçam a todos, as monoculturas contrariam o próprio conceito de desenvolvimento. Basta pensar no impacto que a ferrugem asiática pode causar sobre a economia gaúcha, ou lembrar das crises associadas aos surtos de febre suína e aftosa, para entender o grau de risco que ameaça a economia de regiões especializadas em uma única atividade produtiva.

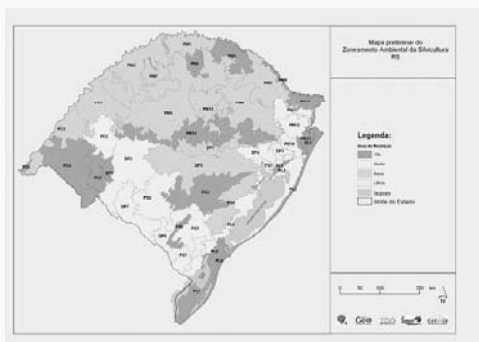
Incêndio em Lavoura de Eucaliptos, no município de Eldorado, 2007.

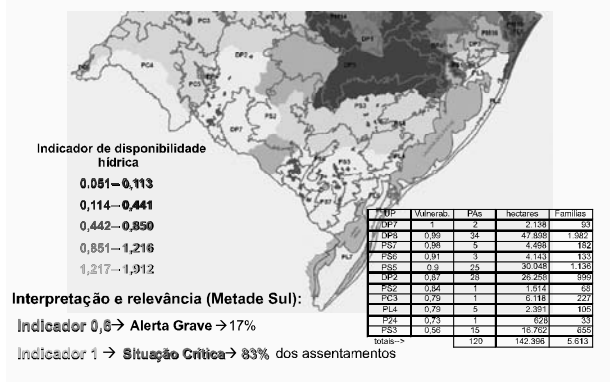
Não é exagerado supor que poderemos nos defrontar com a maior tragédia da história gaúcha se, como é comum no verão, daqui a alguns anos motoristas descuidados jogarem tocos de cigarro pela janela do carro, num Pampa coberto de eucaliptos.

Outros argumentos, relativamente à questão ambiental

O Zoneamento para a Silvicultura, elaborado pela SEMA-FEPAM evidenciou que a Metade Sul, onde se concentra boa parte dos assentamentos, não é adequada ao plantio de grandes blocos com essências florestais. Aquele documento coincidia com importante estudo[169] apresentado à sociedade gaúcha pelo professor Ludwig Buckup (ver www.igre.org.br), mostrando que os eucaliptos, na forma proposta, agravarão a escassez de água no Pampa. O referido estudo relaciona o plantio de eucaliptos com reduções importantes na disponibilidade e na qualidade da água (salinização e acidificação elevados) e no fluxo fluvial (de até 227 milímetros por ano - 52% dos casos), informando que as lavouras de árvores determina-

169 Trading Water for Carbon with Biological Carbon Sequestration; Science vol.310, 23/12/2005, p. 1944-1947.

ram que 13% dos rios examinados secassem completamente durante no mínimo um ano.

Esta circunstância é particularmente preocupante para a política de Reforma Agrária porque, conforme o Zoneamento produzido pela equipe de especialistas do Estado, 83% dos assentamentos situam-se em zonas onde a disponibilidade de água apresenta-se crítica, mesmo antes da presença do programa de fomento florestal. Na figura a seguir as manchas vermelhas correspondem a áreas incorporadas à reforma agrária.

UP	Vulnerab.	PAs	hectares	Familias
DP7	1	2	2.138	93
DP8	0,99	34	47.898	1.982
PS7	0,98	5	4.498	182
PS6	0,91	3	4.143	133
PS5	0.9	25	30.048	1.136
DP2	0,87	28	26.258	999
PS2	0,84	1	1.514	68
PC3	0,79	1	6.118	227
PL4	0,79	5	2.391	105
P24	0,73	1	628	33
PS3	0,56	15	16.762	655
totais-->		120	142.396	5.613

A redução nas oportunidades de trabalho também traz preocupações importantes, pois se lavouras de árvores forem implantadas em áreas próximas aos assentamentos, atuarão no sentido de comprometer a construção de redes de parceria e sinergias com vistas ao desenvolvimento.

O que fariam as pessoas, em áreas cobertas por eucalipto? Que tipo de emprego seria gerado e que tipo de renda poderia ser esperada em atividades que, após o controle da formiga nos primeiros anos, todo o trabalho tende a ser mecanizado?

A propósito, estudo desenvolvido no Uruguai, examinando o avanço das papeleiras naquele país, indica que para cada mil hectares cultivados com eucaliptos são gerados apenas 5 empregos permanentes. Em mil hectares, na Campanha, a Reforma Agrária cria entre 30 e cinqüenta unidade familiares de produção, gerando entre 120 e duzentas ocupações produtivas permanentes, diretas. Considerando aqueles desdobramentos já mencionados, este número tende a se expandir exponencialmente.

Com o esvaziamento do campo, decorrência lógica do avanço das lavouras de eucalipto, equipamentos de uso social serão desvalorizados e tendem a ser desativados. As experiências do Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo são ilustrativas. Menos alunos, fechamento de escolas, sumiço de pequenas vendas e mercados, des-

aparecimento de agroindústrias familiares, empobrecimento de vilas e assim por diante.

A monocultura do eucalipto não admite parcerias.

Ela tem dificuldades para conviver com outras espécies.

O papel da agricultura familiar para o desenvolvimento do território

O Estado poderia formular e implementar políticas visando expandir a articulação entre grupos de interesses locais, apoiando-se em particularidades do ambiente, nos recursos e na história das comunidades, com vistas ao mercado interno, de maneira a consolidar espaços para a agricultura familiar?

A resposta é positiva, desde que estabelecendo prioridades corretas. Não são raros os exemplos de regiões onde a questão do desenvolvimento tem sido trabalhada, com sucesso, nesta perspectiva territorial, focalizando sistemas locais de produção e valorizando

a história das comunidades. Embora a Itália forneça os exemplos clássicos, o PAC-Regional[170], constituído na Metade Sul do Rio Grande do Sul permite ilustrar as possibilidades inerentes a esta abordagem.

Fruto de ações no âmbito da Reforma Agrária, com a intervenção da comunidade, o PAC[171] acabou evoluindo de um processo de investimentos autogeridos, com vistas à consolidação de assentamentos individualizados, para uma política de desenvolvimento regional que articula ações conduzidas por diversos agentes privados e públicos, com inserções federais, estaduais e municipais. A autogestão levou ao estabelecimento de prioridades a partir de assembléias públicas envolvendo cerca de três mil famílias, e onde existem comissões para licitação e monitoramento de obras e investimentos públicos financiados pelo Governo Federal através do INCRA/MDA (as prefeituras e os próprios agricultores respondem por contrapartidas em serviços).

Esta perspectiva contempla uma inversão nas práticas tradicionais, com transferência gradativa de responsabilidades decisórias, descentralização e redução do papel do Estado. Através da participação, da co-gestão e do apoio à autonomia, busca-se expandir a capacidade de intervenção dos atores locais, reduzindo, em paralelo, relações e redes de clientelismo envolvendo agentes públicos.

A prática revela que políticas de desenvolvimento territorial com este tipo de viés adquirem maior efetividade do que suas congêneres (que recomendavam indução do desenvolvimento por meio de investimentos centralizados em empresas-pólo ou monoculturas) porque estas, contrariamente àquelas, levam os agentes locais a perceber o desenvolvimento como um processo dependente da ampliação da sua capacidade de organização e interferência. O prêmio do desenvolvimento, nesta ótica, supera indicadores de renda e PIB,

---

170 Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária focalizado no território compreendido pelos municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra, envolvendo dois mil agricultores distribuídos em 54 assentamentos, além de aproximadamente mil famílias de agricultores e pecuaristas de pequeno porte (INCRA/RS – Relatório de Gestão 2005).

171 O Programa resulta de acordo firmado entre o BID e o Governo Federal, com recursos da ordem de US$ 85 milhões. Opera em 12 Estados da federação, abrangendo 12 mil famílias, em 75 assentamentos. No Rio Grande do Sul participam 845 famílias distribuídas em 11 assentamentos (INCRA/RS – Relatório de Gestão 2005).

pois resulta na expansão da capacidade de influência da comunidade sobre políticas que incidem em seu território, num contexto onde existirão conflitos alimentados por atores com projetos divergentes.

Comparar a alternativa de desenvolvimento territorial apoiada pelo fortalecimento da agricultura familiar com a expansão das lavouras de eucalipto, equivale a cotejar a hipótese de adotar uma alternativa "superior", que justifica ocupação de centenas de milhares hectares com clones de um mesmo indivíduo de uma única espécie daquela planta, com a alternativa de ocupar a mesma área com espécies variadas, buscando atender simultaneamente sistemas que interagem em função de seus múltiplos objetivos.

A biologia, assim como a sociologia e a história, mostram que quando um sistema é apoiado em redes de relações, ele possui maior capacidade de regeneração, e mesmo perdendo parte de seus componentes (desde que limiares críticos para o conjunto não se façam ultrapassar), pode recuperar a pujança anterior, pois a produtividade global está associada à diversidade e não à expansão numérica de unidades privilegiadas sob uma perspectiva ou interesse determinado.

Agricultura Familiar e Reforma Agrária X Monocultivos Florestais
Contribuições para o Desenvolvimento do Estado

Fkogpuùgu	Pgeguukf cf gu
Geqpõo kec	**1 - Maior produção de Alimentos para consumo Interno** **2 - Geração de Divisas por Exportações** **3 - Impulso ao Desenvolvimento Agroindustrial**
Uqekcn	**1 - Geração de ocupações produtivas no Meio Rural** **2 - Segurança Alimentar (Autoabastecimento)** **3 - Meio de Vida para parcela relevante da população**
Co dkgpvcn	**1 - Conservação de Recursos Naturais (em especial solo, água e recursos genéticos)** **2 - Potencial Econômico para novos produtos derivados da biodiversidade** **3 - Novos Serviços Ambientais**

Cf cr vcf q"f g""KEC."4224⁄ Q"r cr gn"guvcvêi kеq"f c"Kpqxcèçq"Vgepqmôi kec"pc"r tqo qèçq"f c"r tqur gtkf cf g"twtcn

Considerando as dimensões Ambiental, Econômica e Social, que inferências podem ser estabelecidas, comparando políticas de desenvolvimento centradas na monocultura e na policultura?

Na dimensão econômica, comparando o leite com o eucalipto

As atividades produtivas geram diferentes tipos de efeitos sobre o sistema econômico local. Existem **efeitos diretos**, associados à ocupação de mão obra e à expansão da renda dos produtores, pela venda dos produtos. A estes se somam **efeitos indiretos**, resultantes de impactos daquela produção à montante (compra de insumos e atividades associadas à produção dos insumos) e à jusante da cadeia produtiva (transformação e revenda do produto, transporte, embalagens, e seus desdobramentos). Finalmente, existirão **efeitos induzidos**, relacionados a novos empregos e rendas, estimulados pelos primeiros e que induzirão demandas de outros produtos, expandindo a renda, e a capacidade de compra dos grupos envolvidos.

Estes desdobramentos sugerem que a sociedade gaúcha teria ganhos mais expressivos com uma política de suporte à produção de leite, envolvendo todo o universo de agricultores familiares, ou com o apoio oferecido às três empresas interessadas nas lavouras de eucalipto?

Naturalmente o horizonte de impactos (sobre a economia) da policultura será superior àquele gerado pela monocultura, embora esta mobilize maior volume de recursos em um determinado momento. Ademais, como já vimos, as lavouras de eucaliptos deixarão atrás de si áreas com limitadas perspectivas de uso, exigindo investimentos enormes em destoca e recuperação, enquanto a policultura tende a ampliar a capacidade de uso e a produtividade do solo.

O fato é que a otimização no uso dos recursos decorre da complexidade de relações estabelecidas em função de sua mobilização. São as articulações (e não o lucro concentrado) que potencializam os resultados individuais e levam ao desenvolvimento do território.

O Desenvolvimento Humano depende de parcerias, sinergias, articulações e compromissos de reciprocidade positiva.

As possibilidades de desenvolvimento humano associadas à monocultura e ao agronegócio se mostram claramente insatisfatórias. O modelo priorizado pelos países desenvolvidos e reproduzido, neste caso, pela expansão das lavouras de eucalipto, implica em riscos inaceitáveis. Diversos analistas recomendam urgência para sua reconversão em direção a outros processos, menos dependentes de energias fósseis, motores de combustão e adubos químicos[172]. São fartas as informações a este respeito, existindo inclusive teses que afirmam que este modelo já superou a capacidade de regeneração do planeta e que a crise global é inevitável[173].

---

[172] Ver SACHS (2005), entre outros.

[173] "Pela Hipótese Gaia, qualquer organismo que afeta o ambiente de maneira negativa acabará por ser eliminado. Como o aquecimento global foi provocado pelo homem, está claro que corremos o risco de ser extintos. Até o fim do século, é provável que cerca de 80% da população humana desapareça. Os 20% restantes vão viver no Ártico e em alguns poucos oásis em outros continentes, onde

Estudo recente[174] aponta uma queda de 30% na saúde dos ecossistemas globais entre 1970 e 2003, enfatizando que, desde 1980, a Pegada Ecológica[175] já supera em 25% a biocapacidade do Planeta. Em outras palavras, a capacidade regenerativa da Terra já não consegue acompanhar as exigências da humanidade, que persiste em rota de desenvolvimento que contraria as possibilidades e interesses da humanidade.

A Figura a seguir ilustra esta assertiva.

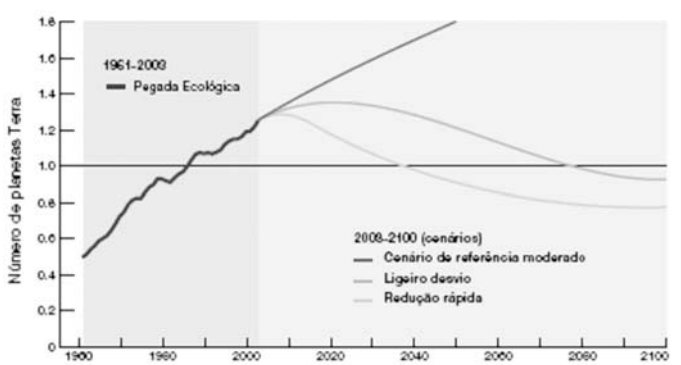



Figura 2 – Três Cenários para a Pegada Ecológica 1961- 2100 Fonte- WWF – Relatório Planeta Vivo, 2006.

Para alguns especialistas, a expectativa de inversão na curva é demasiado otimista porque exigiria ações objetivas de países como

as temperaturas forem mais baixas e houver um pouco de chuva. Na América Latina, por exemplo, esses refúgios vão se concentrar na Cordilheira dos Andes e em outros lugares altos. O Canadá, a Sibéria, o Japão, a Noruega e a Suécia provavelmente continuarão habitáveis. A maioria das regiões tropicais, incluindo praticamente todo o território brasileiro, será demasiadamente quente e seca para ser habitada. O mesmo ocorrerá na maior parte dos Estados Unidos, da China, da Austrália e da Europa. Não será um mundo agradável. As condições de sobrevivência no futuro serão muito difíceis. Essa é a vingança de Gaia." James Lovelock, em entrevista à Revista Veja, 24/10/06.

174 Relatório Planeta Vivo 2006 (WWF 2006). Maiores detalhes sobre o tema podem ser obtidos na Rede Global da Pegada Ecológica (www.footprintnetwork.org) .

175 Índice que determina a exigência humana sobre a natureza, no que respeita à área terrestre e aquática biologicamente produtiva, necessária para a disponibilização de recursos ecológicos, serviços e absorção do dióxido de carbono (CO_2) emitido pela queima de combustíveis fósseis. Maiores detalhes sobre o tema podem ser obtidos na Rede Global da Pegada Ecológica (www.footprintnetwork.org) .

os Estados Unidos, a China e a Índia, que alegam razões econômicas para não adotá-las[176]. A questão é controversa, como pode ser depreendido de notícias afirmando que o governo britânico produziu relatório prevendo que o aquecimento global deverá causar prejuízos da ordem de 20% do PIB mundial[177]

O impacto de diferentes modelos de desenvolvimento adotados de forma predominante em alguns países do mundo e sua relação com a Pegada Ecológica podem ser observados no Quadro 1, onde são destacados os 12 países que apresentaram os valores mais elevados, em avaliação global relativa ao ano de 2003.

Quadro 1 – Procura e Oferta Ecológica em Países selecionados, 2003

	Pegada Ecológica Total (milhões de ha global 2003)	Pegada Ecológica ***per capita*** (ha global 2003/pessoa)	Biocapacidade (ha global/ pessoa)	Reserva ecológica ÷ déficit (-) (ha global/pessoa)
Mundo	14.073	2,2	1,8	-0,4
EUA	2.819	9,6	4,7	-4,8
China	2.152	1,6	0,8	-0,9
Índia	802	0,8	0,4	-0,4
Rússia	631	4,4	6,9	+2,5
Japão	556	4,4	0,7	-3,6
Brasil	383	2,1	9,9	+7,8
Alemanha	375	4,5	1,7	-2,8
França	339	5,6	3,0	-2,6
Reino Unido	333	5,6	1,6	-4,0
México	265	2,6	1,7	-0,9
Canadá	240	7,6	14,5	+6,9
Itália	239	4,2	1,0	-3,1

Fonte- WWF – Relatório Planeta Vivo, 2006, p.3.

---

[176] Conforme manifestação do Ministério das Relações Exteriores do Japão, em debate sobre as regras climáticas pós-Kyoto, EUA, China e Índia, que não ratificaram o Protocolo, respondem por cerca de 70% das emissões mundiais de gases causadores do efeito estufa, e deveriam reduzi-las em pelo menos 25%. O Protocolo de Kioto, que reúne países responsáveis por apenas um terço das emissões globais, recomenda redução de 5%, até 2012. http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=29100.

[177] Magazine/ O Globo, 07/11, pg 12-15 – Carlos Albuquerque; Caderno Dez/ A Tarde, 21/11, pg 8 e 9 – Danilo Fraga

Constata-se que, já em 2003, o modelo de vida norte americano exigia, para cada habitante dos EUA, cerca de 4,8 hectares[178] preservados em algum outro local do planeta. De outro lado, no Brasil ainda havia uma reserva de 7,8 hectares por pessoa, além das necessidades daquele momento (estimadas em cerca de 2,1 hectares *per capita*). Uma vez que o modelo agroexportador brasileiro é uma cópia menor do norte americano, é possível supor que este balanço apenas se mantém favorável, em nosso caso, devido à fronteira agrícola remanescente e à dramática persistência da agricultura familiar.

Evitando esta discussão mais ampla e considerando apenas o papel da agricultura familiar de base agroecológica para a retomada do desenvolvimento, podemos citar informação distribuída pela Agência Envolverde[179] (mencionando pesquisas realizadas na Pensilvânia, EUA, pelo Instituto Rondale[180]), segundo a qual a conversão de dez mil estabelecimentos agrícolas de tamanho médio nos Estados Unidos, para a produção orgânica, levaria a um armazenamento de carbono, no solo, em volume tal que os resultados práticos sobre o aquecimento global seriam equivalentes à retirada de circulação de mais de um milhão de automóveis.

Trata-se de estimular a agricultura familiar e a multifuncionalidade, que só emergem "quando as paisagens estão dominadas por centenas de sítios pequenos e biodiversos, que, como os estudiosos demonstram, podem produzir entre duas e dez vezes mais por unidade de área do que as fazendas de grande escala. Nos Estados Unidos os agricultores sustentáveis, em sua maioria pequenos e médios agricultores, geram uma produção total maior que os monocultivos extensivos, e fazem isso reduzindo a erosão e conservando melhor a biodiversidade. As comunidades rodeadas por pequenos sítios apresentam menos problemas sociais (alcoolismo, droga-

---

178 A Pegada Ecológica trabalha com o conceito de hectare global, interpretado como a área necessária para produzir os recursos que um indivíduo de uma dada população consome e para absorver os resíduos liberados pelo seu modelo tecnológico dominante, relativamente à média global. Considera, portanto, uma situação média regional e a compara com a produtividade biológica média mundial. Os cálculos utilizam fatores de produção que levam em conta as diferenças nacionais de produtividade, as proporções entre área de cultivo nos diferentes tipos de solo, as áreas de reserva florestal, entre outros, e são atualizados anualmente pela Rede Global da Pegada Ecológica. Detalhamentos a respeito dos processos metodológicos podem ser obtidos em www.footprintnetwork.org.
179 http://www.semapirs.com.br/semapi2005/site/index.php?inc=mostra_noticia&f_cod_noticia=1392
180 http://www.rodaleinstitute.org/

dição, violência familiar, etc.) e economias mais saudáveis que comunidades rodeadas por fazendas grandes e mecanizadas. No estado de São Paulo, no Brasil, cidades rodeadas por grandes extensões de cana-de-açúcar são mais quentes do que cidades rodeadas por propriedades médias e diversificadas. Deveria ser óbvio, então, para os consumidores urbanos, que comer constitui ao mesmo tempo um ato ecológico e político, pois ao comprar alimentos em mercados locais ou feiras de agricultores, há um retorno a um modelo de agricultura adequada para a era pós-petroleira, enquanto ao comprar nas grandes redes de supermercados, perpetua-se o modelo agrícola não sustentável"[181]

Políticas públicas recentes, que vêm transformando a vida das populações de baixa renda e expandindo o mercado de produtos alimentares a elas destinados permitem otimismo com relação às possibilidades da agricultura familiar. Consideremos, neste caso avaliação do economista Ricardo Paes de Barros, do IPEA. Em sua interpretação, a renda *per capita* dos brasileiros mais pobres (20% da população) apresentou um ganho de 12%[182] no período recente (FSP 05/06/2006). Com isto, a participação daquele grupo, na renda total, evoluiu de 2,2% para 2,7%. Embora pareça quase irrelevante, este acréscimo determinou uma queda de 4% na concentração global da renda nacional.

O impacto desta mudança sobre o comércio de produtos agrícolas voltados ao mercado interno pode ser avaliado a partir da Pesquisa Mensal do Comércio divulgada pelo IBGE em 17/11/2006[183]: crescimento de 10,10% nas vendas a varejo (comparando setembro de 2006 com setembro de 2005). Nos produtos alimentícios, bebidas e fumo (setor de hiper e supermercados), o avanço alcançou 11,04%.

---

181 Miguel A. Altieri é professor na Universidade da Califórnia (Berkeley) e membro da Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (Socla). Tradução de Naila Freitas / Verso Tradutores. Publicado na Carta Maior. (Carta Maior/EcoAgência*) http://mail-a.uol.com.br/cgi-bin/webmail*

182 Contra um crescimento médio, da renda nacional, da ordem de 3%.

183 Segundo o economista Nilo Lopes, "Houve um ganho muito expressivo de renda, principalmente para aquelas camadas de menor poder aquisitivo. Como há uma demanda reprimida pelo consumo produtos básicos e alimentos ainda bastante acentuada, então qualquer aumento de renda as pessoas correm e começam a comprar, passam a se alimentar melhor". No período a renda cresceu 2,7%, e o emprego formal com carteira assinada 5,6% (IBGE).

Portanto, apesar da crise, pequena modificação na renda dos mais pobres pode resultar em vasta expansão na demanda de produtos oriundos da agricultura familiar.

E se os ganhos de renda forem superiores e mais generalizados? E se houver uma política agrícola voltada à expansão na oferta de produtos "limpos"? Que resultados podem ser esperados, seja em termos de opções de mercado, seja em termos de saúde pública?

Não temos informações a este respeito. Entretanto, percebe-se que políticas sociais recentes[184] vêm gerando de forma persistente este tipo de impacto diferenciado, onde a renda dos mais pobres cresce de forma mais acentuada que a renda média. Este fato (Figura a seguir) é no mínimo estimulante no que diz respeito às possibilidades de expansão do mercado interno de alimentos populares, abastecido pela agricultura familiar.

Levando em conta apenas o grupo sob insegurança alimentar moderada e grave[185] (IBGE) estaremos diante de um mercado envolvendo 39,5 milhões de pessoas[186]. As possibilidades concretas de uma política pública estabelecida a partir desta premissa poderiam ser dimensionadas a partir da cesta básica e viabilizadas por intermédio do PRONAF, da ASBRAER e da CONAB.

---

[184] Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro. Publicação da FGV - Centro de Políticas sociais (www.fgv.br/cps) e do International Poverty Centre, United Nations Development Programme (www.pnud.org.br), autoria de Nanak Kakwani (do UNDP), Marcelo Neri (FGV, CPS/IBRE e EPGE) e Hyun H. Son (UNDP). O texto em inglês pode ser obtido em http://www.undp-povertycentre.org/newsletters/WorkingPaper26.pdf.

[185] Inclui pessoas que se manifestaram preocupadas em não ter alimentos e pessoas que efetivamente passaram fome.

[186] Suplemento sobre Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 2004.

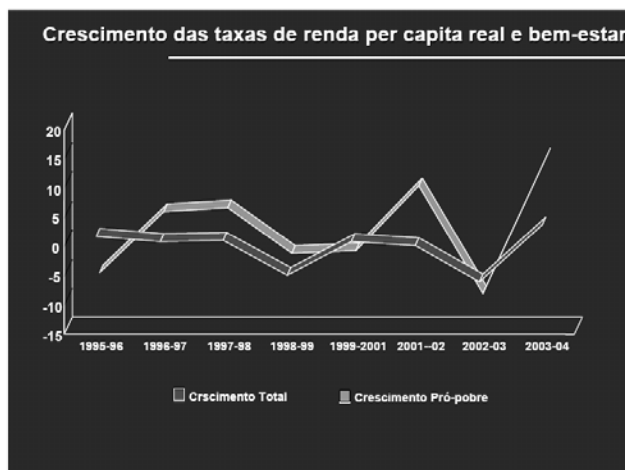



Figura 3 – Efeito das Políticas sociais sobre a renda dos mais pobres.
Fonte: Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro. FGV, 2005.

Se esta situação pode ser interpretada como permanente, e na medida em que a desigualdade social observada no Brasil assegura vasto campo para crescimento no consumo de alimentos, temos aí um enorme mercado para a produção da agricultura familiar.

Concluindo

A história do homem reflete a trajetória de co-evoluções, onde as relações mais antagônicas sempre são superadas pelas relações mais harmônicas, e onde nunca há UM grande vencedor. Também na natureza, predominam os arranjos e as etapas que se sucedem como estágios de aprendizagem gradativa, até que os sistemas alcancem uma espécie de estabilidade terminal, dinâmica. No caso dos ecossistemas, por exemplo, a evolução se dá até o momento em que é alcançado o máximo (possível) de biomassa, considerando a entrada de energia e os recursos físicos do meio. Quando isto ocorre, percebe-se que as relações predominantes são, invariavelmente, simbióticas. Ou seja, as relações negativas - que sempre

surgem - terminam suplantadas pelo conjunto, que privilegia e busca articulações de benefício mútuo, envolvendo parcerias.

Esta figura ainda se aplica às sociedades e à economia. Também ali a evolução (o desenvolvimento) segue formas adaptativas, onde as rupturas - que se dão pela força ou pelo privilégio a algum sub-sistema - sempre são corrigidas pela exclusão da anomalia, de maneira que os sistemas terminam alcançando alguma forma de equilíbrio dinâmico, onde as crises são superadas em decorrência das complexas relações estabelecidas. Este equilíbrio será dinâmico e necessariamente multifacetado, porque na vida não há espaço para estabilizações terminais, padronizadas.

Na natureza, a regra aponta para a existência de flutuações permanentes, definindo processos de ajuste em torno de situações evolutivas. Estas são formadas pela relação entre pequenas oscilações positivas ou negativas, que podem desestabilizar temporariamente o conjunto, mas que a própria dinâmica interna (via interações) trata de corrigir, assegurando a retomada de um novo equilíbrio, em um ponto não muito distante do anterior.

A evolução da categoria social "agricultura familiar" é compatível com esta leitura de evolução do mundo natural porque ambas pressupõem uma conexão e trocas permanentes, entre os componentes que interagem em determinado espaço.

Esta compatibilidade é ainda maior quando se considera a perspectiva do desenvolvimento territorial, incorporando aspectos históricos e geográficos ao embasamento das políticas voltadas ao uso sustentável dos recursos locais.

No caso dos vários grupos de agricultores "criados" pela reforma agrária, observam-se flutuações típicas dos fenômenos anteriormente citados, pois as comunidade se alteram, modificando suas composição e formas de relacionamento, até que o conjunto se estabiliza, com geração, adaptação e aprimoramento de alternativas crescentemente qualificadas em relação ao uso do ambiente comum.

De uma forma geral, os homens fazem sua história através destas relações. Quando elas seguem a lógica das conexões, aqui observada com base no conceito de resiliência estabelecido pelos fundamentos da agroecologia, tendem a ser estáveis no longo prazo.

Caso contrário, tendem a ser superadas. As exceções sempre exigem algum tipo de estímulo ou sustentáculo artificial, e desaparecem após a supressão daquele suporte externo.

No curto prazo a história revela nossa relativa impotência, no sentido da consecução de um anseio tão natural e antigo quanto a consciência humana: **o desejo de moldar o ambiente que nos cerca, segundo nossas expectativas e necessidades**. Entretanto, coletivamente, a sociedade se revela capaz de realizar transformações cada vez mais dramáticas e espetaculares, sobre o ambiente e na própria história.

Fazemos isto através das políticas públicas. Elas constituem a maneira mais organizada com que as sociedades democráticas tratam de moldar o mundo de acordo com a vontade da maioria de seus componentes. Elas respondem, como já vimos, a arranjos estabelecidos entre os diferentes grupos de interesse e suas capacidades de interferência junto aos gestores do Estado, sendo que os mais influentes conseguem fazer com que seus interesses predominem.

Considerando o desenvolvimento como expansão da qualidade de vida e da capacidade de reprodução das famílias estabelecidas em determinado território, torna-se evidente que alcançar esta condição depende da capacidade de mobilização de diversos atores, estabelecidos em diferentes esferas de decisão, bem como de suas percepções a respeito do relacionamento entre as demandas coletivas e seus próprios interesses.

O Estado corresponde a um dos atores que busca acumular poder, e o faz através de políticas direcionadas, que via de regra privilegiam aqueles grupos com que os gestores do Estado se percebem mais bem articulados e mais profundamente comprometidos.

Neste sentido, o envolvimento da população com as políticas públicas, que é associado à difusão de conhecimentos e de compromissos para com interesses coletivos, bem como a participação popular, o empoderamento e a ativação de redes locais constituem deveres do Estado Democrático. Neste, as políticas públicas devem estar comprometidas com a cidadania e devem ser desenvolvidas com uma perspectiva de crescente transparência e mobilização social.

Cabe lembrar, aqui, a escassa influência que a agricultura familiar desorganizada consegue exercer, em defesa de suas necessidades e interesses.

Referências Bibliográficas

Agroecologia – agricultura orgânica pode reduzir efeitos da mudança climática e aliviar a fome. Boletim do SEMAPI , 5 /01/ 2007.http://www.semapirs.com.br/

Altieri, Miguel – A Falência de um Modelo. Carta Maior/Ecoagência. Abril de 2008. *http://mail-a.uol.com.br/cgi-bin/webmail;* www.ecoagencia.com.br (24/04/2008)

Bacha, C.J. C. O uso sustentável de florestas: o caso Klabin. In Lopes, I. V. et al. (org.) Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.p.95-123. In Diesel et al., 2006. p. 125

Bilenca, D. & Miñarro, F. Identificación de areas valiosas de paztisal en las pampas y campos de Argentina, Uruguay y Sur del Brasil. Buenos Aires. Fund. Vida Silvestre Argentina, 2004.

Caporal, Francisco Roberto e Ramos, Ladjane de Fátima – Da Extensão Rural convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: enfrentar desafios para romper a Inércia. Brasília 2006, n.p.

Da Ros, César Augusto- as Políticas Agraárias durante o governo Olívio Dutra e os Embates sociais em torno da Questão Agrária gaúcha 91999-2002) – Tese de doutorado – Instituto de Ciências Humanas e Sociais- Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2006.

Diesel, Vivien; Froehlich, José M.; Neumann, Pedro S.; Rodrigues, Ivone e de Freitas, Luis Antonio dos S. – Os impactos sociais dos programas de fomento florestal – Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR- UFSM -Extensão Rural – Série Estudos Rurais: Ano XIII – Jan/Dez 2006.

ETC Group – Concentración de la industria global de semillas – 2005. Comuniqué n. 90. www.etcgroup.org

Hasenack, H. (org) Mapeamento da Cobertura Vegetal do Bioma Pampa. In: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Sumário Executivo do Mapeamento da Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros: MMA/SBF. 2006.

INCRA/RS – Relatório de Gestão 2005. Porto Alegre, s.d.

Kengen, S. Estudo de caso de integração vertical: programa de fomento florestal da Aracruz Celulose S.A.- Brasil. In Diesel et al., 2006. p. 125

Kakwani, Nanak ; Néri, Marcelo e Son, Hyun H. - Ligações entre Crescimento Pró-Pobre, Programas Sociais e Mercado de Trabalho: A recente experiência brasileira. FGV - Centro de Políticas sociais (www.fgv.br/cps) e do International Poverty Centre, United Nations Development Programme, s.d. (www.pnud.org.br),

Lisita, Frederico Olivieri. A Importância da agropecuária familiar na economia nacional - Portal do Agronegócio,28/10/05http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&&idT=23

Lovelock, James - A vingança de Gaia . Revista Veja, S.Paulo 24/10/06

Mayers, J. Company – Community forestry partnerships: a growing phenomenon. Unsaylva, n. 200. In Diesel et al., 2006. p. 125

Mazoyer, Marcel –Defendiendo al campesinato em um contexto de globalizacion. FAO, 2001

Melgarejo, Leonardo. O Desenvolvimento e o Desenvolvimento Rural. Boletim do Semapi. Sindicato, 6/01/07. Disponível em http://www.semapirs.com.br/semapi2005/site/index.php?inc=mostra_noticia&f_cod_noticia=1401

Nabinger, C.; Moraes, A. ; Maraschin, G. Campos in Southern Brazil. In: Lemaire et al. (ed) Grassland Ecophysiology and Grazing Ecology. Wallingford: Cabi Publishing.2000. p.355-376.

Pelaez. Victor - A Firma Face à Regulamentação da Tecnologia: A experiência da Monsanto. UFPR - Departamento de Economia,. Texto apresentado no V Congresso Brasileiro de História Econômica. Setembro 2003

Pengue, Walter A . Impactos de la expansión de la soya em Argentina. Biodiversidad n.29. julio 2001

Transparência Brasil – ASCLARAS – Quem financiou as eleições 2002. Informações disponíveis em http://e2002.asclaras.org.br/html/index.html acesso em 6 de janeiro de 2007

Sachs, Ignacy – Questão Energética – Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. – USP - Estudos Avançados, 19 (55) 2005.

Weissheimer, Marco O MAPA DO EUCALIPTO - Blog RS Urgente, 20/12/2006 (http://rsurgente.zip.net/index.html)

WWF – Relatório Planeta Vivo. Global Footprint Network e ZSL Living Conservation, 2006 (www.panda.org , www.footprintnetwork.org, http://www.zoo.cam.ac.uk/ioz).

Zarth, Paulo Afonso . Do Arcaico ao Moderno: As Transformações no Rio Grande do Sul Rural do Século XIX . Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. RJ, 1994.

Leonardo Melgarejo

Engenheiro Agrônomo, MsC em Economia Rural (UFRGS) e doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Trabalha na área de Planejamento do INCRA/RS e é representante do MDA junto à CTNBio.
(l.melgarejo@uol.com.br)

Integração lavoura-pecuária, tradição e inovação Aspectos político-econômicos, sociais e ambientais

João Carlos Costa Gomes
Waldir Stumpf

O desenvolvimento regional constitui um dos cinco megaobjetivos estratégicos do governo federal, requerendo um padrão de intervenção de natureza transversal que deve envolver o conjunto **das Políticas Públicas**. Com base nesta orientação foi criada a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, sob a presidência da Casa Civil da Presidência da República. A Câmara foi instalada com a apresentação da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, representando um marco para a retomada do planejamento estratégico **focado no desenvolvimento territorial.**

O Comitê Executivo da Câmara definiu as diretrizes e os critérios básicos para a seleção das sub-regiões e para as ações transversais, priorizando as mesorregiões nas quais se observa um elevado nível de organização social e de formulação de ações endógenas de desenvolvimento.

Atualmente o governo federal possui uma atuação vinculada à dinamização econômica e ao estímulo à organização social (constituição de fóruns locais, projetos sub-regionais, cooperativas, associações de produtores, etc.) em doze mesorregiões diferenciadas brasileiras. Dentre essas mesorregiões destacam-se a *Grande Fronteira do MERCOSUL (PR, SC e RS)* e a *Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS).*

Estas mesorregiões têm em comum, em graus distintos e institucionalidade variada, uma certa homogeneidade histórica e cultural, de base produtiva e social, permitindo subsidiar processos endógenos de desenvolvimento numa escala sub-regional média (menor do que as macrorregiões e superior às delimitações municipais ou microrregionais) que envolve diferentes unidades da federação e/ou potencial de articulação transfronteiriças com países sulamericanos.

A região sul, mesmo apresentando uma expressiva área geográfica e uma produção agropecuária significativa mostra marcantes desigualdades, com uma expressiva variabilidade nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). De forma contraditória observam-se, de um lado, elevados índices de produtividade agropecuária e renda *per capita*, semelhantes e mesmo superiores aos observados em países desenvolvidos e, por outro lado, bolsões de pobreza, onde vem sendo observados baixos índices de desenvolvimento humano.

Na região co-existem sistemas intensivos e extensivos de produção com outros característicos da agricultura familiar baseados em diferentes estratégias tecnológicas. Sistemas inadequados de manejo do solo e extensas áreas de monocultura têm acarretado problemas de degradação ambiental com reflexos negativos sobre a produção e qualidade dos alimentos.

A metade sul, onde predomina o ecossistema *terras baixas,* apresenta na integração lavoura & pecuária uma tradição histórica marcada pela lavoura arrozeira irrigada, fruto da abundância de fontes naturais de água, e na criação de bovinos, com predominância de raças européias.

A cadeia produtiva do arroz é expressiva e responsável por mais de 60% da produção nacional envolvendo em torno de doze mil produtores rurais. O parque agroindustrial desta cadeia produtiva é o maior da América Latina.

A região apresenta tradição na atividade pecuária onde a bovinocultura de corte e de leite são fontes de emprego e renda. As características regionais de clima e solo permitem o desenvolvimento de uma bovinocultura diferenciada com a utilização de animais e forrageiras nativas e adaptadas à região temperada. A utilização de

raças européias e alimentos de elevada qualidade permitem a obtenção de índices de produtividade e qualidade superiores às demais regiões do país.

Biomas – fonte de diferenciação & oportunidade de inclusão

No Rio Grande do Sul destacam-se dois importantes biomas nacionais, a Mata Atlântica e o Pampa.

A Mata Atlântica é um mosaico de vegetação composta de uma grande variedade de formações vegetais. Apesar da devastação acentuada, o bioma ainda possui uma parcela significativa de diversidade biológica do Brasil, de riqueza extraordinária e alto grau de endemismo. Dos 420 mil km^2 originais do bioma nos três estados do sul, restam 8,93% no Paraná, 17,41% em Santa Catarina e 2,69% no Rio Grande do Sul.

O bioma Pampa abrange a metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul e constitui a porção brasileira dos pampas sul-americanos que se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina. Ocupa 176 mil km^2 e representa 63% da área do Estado do Rio Grande do Sul. Tem como característica marcante a tipologia vegetal herbáceo/arbustiva que recobre superfícies com formas de relevo aplainadas ou suave onduladas. As formações florestais, pouco expressivas neste bioma, restringem-se à vertente leste do Planalto Sul-Rio-Grandense e às margens dos principais rios e afluentes da Depressão Central.

O bioma Pampa, que se delimita apenas com o bioma Mata Atlântica, é formado por quatro conjuntos principais de fitofisionomias campestres naturais: *Planalto da Campanha, Depressão Central, Planalto Sul-Rio-Grandense* e *Planície Costeira*. Se, por um lado, apresenta uma grande diversidade de espécies gramíneas e leguminosas com alto potencial forrageiro (cerca de 850 espécies), por outro constitui-se um bioma sensível às ações antrópicas como a introdução de espécies exóticas e intensificação e manejo inadequado de sistemas de produção.

É importante salientar as profundas transformações econômicas, sociais e ambientais observadas na região sul com o advento dos assentamentos da reforma agrária. Inseridos em regiões de baixa densidade demográfica, onde predominavam sistemas produtivos pouco diversificados, os assentamentos estão modificando a estrutura fundiária e a matriz produtiva o que demanda um novo olhar e a formatação de tecnologias apropriadas a essa nova realidade.

Mesmo considerando a antropização observada nos biomas, estes apresentam uma biodiversidade extremamente rica e diversificada e trazem em seu contexto uma cultura e um conhecimento tradicional acumulado que os qualificam e criam possibilidades únicas de diferenciação. Ações pertinentes neste sentido possibilitarão a valoração e valorização destas características em vários segmentos culturais e produtivos locais, **a partir de qualidades socialmente construídas.**

Espaço territorial - tradição & inovação

O estado da arte da inovação está diretamente vinculado aos movimentos da sociedade, em todas as suas dimensões. Uma percepção mais próxima e clara destes movimentos e suas tendências permitem à sociedade visualizar suas ações e readequar seu planejamento estratégico como forma de manter sua contemporaneidade e prever ações de futuro.

A importância do agronegócio e da agricultura familiar na formação da renda nacional e regional, com permanentes ganhos de produção e de qualidade, têm permitido o abastecimento interno e a geração de excedentes para a exportação, decorrente do elevado grau de competitividade do segmento.

Cabe às instituições locais, de forma organizada, desempenharem papel estratégico na elaboração de propostas que estimulem a criação, a execução e o monitorando de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento regional. É fundamental nesse processo o estímulo à geração de tecnologias para a garantia da diversificação e

qualidade da agricultura regional, contribuindo para a geração de emprego e renda.

Uma questão central e que coloca em risco a sustentabilidade dos sistemas vivos diz respeito às mudanças climáticas globais. O aquecimento global resultante de ações antrópicas vem alterando o equilíbrio dos agroecossistemas e ameaça a segurança alimentar e ambiental do planeta. Processos decorrentes e causais deste fenômeno desafiam o modelo de desenvolvimento atual e provocam a busca de soluções alternativas que permitam conservar a capacidade de adaptação dos sistemas de produção agrícola.

O modelo de desenvolvimento econômico mundial centrado em fontes não renováveis de energia (como o petróleo e o carvão) e em insumos sintéticos (agroquímicos) para uso na agricultura intensiva, dita "moderna", e que teve sua intensificação a partir da revolução verde, além de acentuar as distorções sociais, ameaça a sustentabilidade dos sistemas de produção e da vida. A gestão adequada dos recursos naturais e da biodiversidade, neste contexto, é fundamental para a segurança alimentar e ambiental das gerações futuras.

As perspectivas para os próximos anos apontam para o aproveitamento sustentável e inovador da biodiversidade, considerando-se as características regionais e locais das condições climáticas e dos recursos naturais necessários para a produção de produtos diferenciados, com maior valor agregado. O reconhecimento dos saberes locais, a preocupação ambiental, a diversificação da matriz produtiva, a adaptação de culturas e de sistemas de produção aos estresses bióticos e abióticos, o aprofundamento dos estudos de minimização de riscos via o zoneamento pedoclimático das principais culturas regionais, a consolidação de bases científicas para a transição de formatos tecnológicos, o desenvolvimento de novas rotas para a produção de insumos são temas atuais e que deverão permear os fóruns locais e regionais de discussão.

Manter-se na vanguarda do conhecimento científico faz parte do contexto como estratégia para promoção de avanços tecnológicos e da inovação. Da mesma forma, o uso de ferramentas de biotecnologia avançada permite desenvolver um trabalho de quali-

dade e inovador, por exemplo: na síntese de novos produtos e insumos alternativos; nos processos de transformação; na identificação e caracterização de espécies e de atributos desejáveis para orientação aos programas de melhoramento genético; na identificação de componentes e funcionalidade de alimentos e; na identificação de novas doenças que coloquem em risco a sustentabilidade dos sistemas de produção e a qualidade dos alimentos.

Além da busca de soluções tecnológicas a estas questões que dizem respeito à sustentabilidade dos agroecossistemas e à produção competitiva de alimentos seguros, deve-se contemplar ações de cidadania. O compromisso com a inclusão social e a construção de uma agenda que atenda de forma plural à sociedade deve estar na pauta de todas as ações regionais como forma de minimizar os desequilíbrios sociais. A identificação de demandas, a construção de propostas e o compartilhamento de resultados comprometem ações de parceria entre os segmentos organizados da sociedade.

A diversidade cultural representada pelas várias etnias e comunidades, associada às questões ambientais e à biodiversidade regional, propiciou a formação dos saberes locais que caracterizam, de forma marcante, o desenvolvimento socioeconômico da região de clima temperado. A sistematização e o compartilhamento de conhecimentos e de experiências entre os saberes tácito e explícito qualificam e potencializam o processo de inserção social das tecnologias geradas.

A integração entre a cultura do arroz e a pecuária, principalmente para produção de carne a partir da criação de raças européias faz parte da história e da cultura da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Apesar de tradicionais, estas atividades vêm experimentando e ainda têm espaço para grandes evoluções. No caso do arroz, a pesquisa agropecuária vem desenvolvendo tecnologias que permitiram substanciais ganhos em produtividade com correspondente diminuição de impactos ambientais.

Uma das riquezas da região são suas reservas de água, representada por rios, barragens, lagoas, açudes... A água é o principal insumo da produção do arroz irrigado, portanto, a manutenção ou melhoria de sua qualidade é chave para a manutenção da própria

atividade. Variedades de ciclo curto e médio, racionalização no uso de insumos e tecnologias de precisão, como o uso de referencial "graus-dia" para realização de adubações nitrogenadas são exemplos de soluções tecnológicas que contribuem significativamente para a redução dos impactos ambientais com aumento da produtividade.

No caso da pecuária, no Bioma Pampa, juntamente com os países vizinhos temos, talvez, as melhores condições ambientais do planeta para produção de carne, leite e derivados de alta qualidade.

O sistema de criação, baseado na fertilidade natural e na diversidade de espécies presentes nos "campos nativos" não apresenta os riscos de surgimento de problemas graves como é o caso da doença da "vaca louca", que ocorre em sistemas intensivos, com a utilização de ração concentrada e altamente artificializados, dominantes em outros países e regiões. Este "estilo" de produção é considerado por muitos como um processo de produção ecológica por contingência, já que sua "ecologização" não foi intencional, mas proporcionada pela natureza. O incremento tecnológico, mantendo suas características históricas e naturais, representa ótima oportunidade para a região, com vantagens comparativas que contribuem para que o País tenha ocupado o primeiro lugar na exportação de carne bovina.

Metade Sul do Rio Grande do Sul - nova fronteira agrícola e novos atores sociais

Quando se falava em novas fronteiras agrícolas, há alguns anos, a imagem dominante era a de um gaúcho ou catarinense, de "mala e cuia", migrando para ocupar o oeste do Paraná, ou o Mato Grosso, ou Rondônia, ou Tocantins ou algum outro estado do centro ou do norte do País.

Recentemente, percebemos que "aqui ao lado", quase "embaixo de nossos olhos", numa região considerada "atrasada" ou com perfil de recursos naturais menos aptos à agricultura mais intensiva, se consolida uma nova área de expansão de atividades agrárias, com algumas novidades. Alguns exemplos: a "fruticultura de

caroço" (pêssego, ameixa e nectarina), migram da região colonial da encosta da Serra do Sudeste (Pelotas, Morro Redondo e Canguçu, principalmente) para as regiões da Campanha e do Centro do Estado. Bagé, São Gabriel e Santiago são exemplos de novos municípios produtores destas espécies.

Outra novidade na região é o cultivo de citrus, principalmente com o uso de cultivares "sem-semente", introduzidos do Uruguai e da Espanha. São Gabriel é um exemplo desta mudança no perfil da matriz produtiva com a introdução da citricultura.

A região de Bagé, incluindo Pinheiro Machado, transformou-se num pólo produtor de uvas viníferas. Condições climáticas, como o gradiente térmico (diferença de temperatura entre o dia e noite), aliado à topografia favorável, têm permitido colheitas com qualidade superior a das tradicionais regiões produtoras da serra gaúcha.

Outros exemplos de expansão da produção de frutas não tradicionais na região sul são a maçã, hoje produzida em Morro Redondo, Arroio do Padre e Encruzilhada do Sul; a melancia e o melão, produzidos desde o Capão do Leão até Santana do Livramento, passando por Jaguarão, Arroio Grande, Candiota e Hulha Negra, entre outros.

Ainda no campo da fruticultura, podem ser citados como importantes na região as chamadas pequenas frutas (morango, mirtilo e amora-preta), bem como as culturas do caqui, do figo e da pêra.

A região além de ser considerada referência na produção de frutas de clima temperado, que representam um segmento econômico expressivo na geração de emprego e renda, abastece os mercados regionais e nacional. A melhoria da qualidade dos sistemas de produção e de tecnologias de pós-colheita têm proporcionado a inserção de frutas *in natura* em mercados internacionais. Mais recentemente foram iniciados plantios com a cultura da oliveira como forma de diversificação da matriz produtiva.

Investimentos de empresas ligadas ao setor laticinista irão triplicar a capacidade de recepção e beneficiamento do produto nos

próximos três anos aumentando a participação da região sul na produção nacional.

A produção de alimentos na região apresenta uma matriz diversificada sendo a agricultura de base familiar sua principal fonte. A partir da auto-suficiência alimentar são gerados excedentes para o abastecimento dos mercados locais e exportação. Uma estruturada produção de hortaliças, milho, trigo, soja, feijão, mandioca, batata, batata-doce, suínos e aves fortalece a diversificação da matriz produtiva. Este contexto é qualificado por uma rede de movimentos sociais organizados em associações, cooperativas e ações solidárias de armazenamento, beneficiamento e distribuição aos grandes centros urbanos nacionais e internacionais.

Modificações no formato tecnológico dos sistemas de produção regionais vêm sendo implementadas como forma de readequar os processos produtivos. Diversificação da matriz produtiva, insumos alternativos menos impactantes às pessoas e ao ambiente, minimização da dependência externa e a busca de uma produção mais limpa com minimização de impactos ambientais e qualidade dos alimentos são exigências da sociedade.

Também são recentes as aquisições de áreas rurais por grandes empresas e/ou contratadas junto a proprietários de todos os tamanhos, dedicados ao monocultivo de espécies produtoras de madeira, objeto de tratamento em outros capítulos.

Ainda cabe destacar a gradativa mudança no perfil sóciocultural da região, com novos atores sociais que vêm assumindo papel protagonista no cenário da metade Sul.

Além de expressivo número de assentamentos de reforma agrária, outros eventos merecem destaque. A consolidação do pólo naval em Rio Grande tem exigido mobilização e qualificação da capacidade de trabalho, incluindo novos empreendimentos no setor energético, tanto a partir do carvão como da produção de biocombustíveis. Além das oportunidades econômicas, têm havido movimentações sociais tanto no espaço geográfico, com a inclusão de novos atores, assim como o surgimento de outras oportunidades para as populações locais.

A presença de novas universidades na região, UNIPAMPA, URCAMP e UERGS, juntamente com as tradicionais UFPel, UCPel, CEFET, FURG, entre outras, tem enfrentado o desafio, com o aumento do número de vagas e a criação de novos cursos, adaptados a novas realidades.

Desafios em PD&I

Esta breve resenha aponta para a necessidade de construção-consolidação de um modelo de desenvolvimento pluralista a partir das potencialidades e da tradição existente na região. Sem pretender ser "autárquico" deve ser endógeno. Sem abrir mão das tradições deve ser moderno, contemporâneo. A sustentabilidade a ser buscada não deve ser econômica, onde o surgimento da crise como a que ocorre no momento é o único motivo para o cancelamento ou adiamento de iniciativas e empreendimentos. A sustentabilidade é multidimensional econômica, social, ambiental, cultural, institucional, e pressupõe princípios éticos.

Programas de PD&I coerentes com esta realidade devem ser pautados pelo princípio da precaução: ciência e tecnologia não devem ser instrumentos para a afirmação de interesses exclusivos de alguns segmentos, aplastando ou anulando os da sociedade de forma mais ampla.

A pauta de pequenos projetos evoluiu da visão disciplinar para a temática, multi ou pluridisciplinar. Questões como diversidade da matriz produtiva, diminuição da dependência de insumos externos, inclusão social, sustentabilidade dos agrossistemas, zoneamentos agroecológicos, planejamento ambiental, conservação e a valoração da agrobiodiversidade, regionalização de sistemas de produção, a qualificação de sistemas misto de produção, desenvolvimento de base científica para a agricultura de base ecológica, entre outros, fazem parte e são a sustentação de instituições públicas de PD&I comprometidas com o chamado desenvolvimento sustentável.

João Carlos Costa Gomes

Engenheiro Agrônomo pela UFPel - 1975
Pesquisador da Embrapa desde 1976
Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria em 1981
De julho de 1993 até outubro de 1996 exerceu cargos de chefia adjunta de Desenvolvimento, de apoio técnico e substituto da chefia geral da Embrapa Clima Temperado
Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável pela Universidad de Córdoba, Espanha
Chefe-geral da Embrapa Clima Temperado de julho de 2003 até janeiro de 2008. Atualmente, Chefe Adjunto de Comunicação e Negócios.
Professor colaborador da disciplina Epistemologia aplicada à transição de formatos tecnológicos, Programa de Pós-graduação em Agronomia/Produção Vegetal - UFPel, desde 2000
Representante da Embrapa na Plataforma Tecnológica em Agricultura Familiar (EMBRAPA-PROCISUR)
Professor do Programa de Pós-graduação em Agroecologia, das Universidades Integradas de Andaluzia e Universidade de Córdoba, coordenando o modulo Metodologias Agroecologicas.
Agraciado com o Prêmio Frederico de Menezes Veiga, em 2003

Waldyr Stumpf Junior

Em 1975, graduado Engenheiro Agrônomo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Em 1979, graduado Mestrado em Zootecnia, pela Escola Superior de Agricultura de Lavras, ESAL.
1978-1986, Coordenador do Centro de Fomento da Companhia Riograndense de Lacticínios e Correlatos-CORLAC.
Em 1992, graduou-se Doutor em Zootecnia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.
Em 1980, iniciou sua atividade como pesquisa da Embrapa.
Em 1996, Supervisor geral da Estação Experimental de Terras Baixas.
Em 2003, assumiu o cargo de Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Clima Temperado.
Representante da Embrapa Clima Temperado junto ao Colegiado de Pós-graduação em Zootecnia da Universidade Federal de Pelotas.
Membro da Comissão de Avaliação Estratégica (CAE) do Plano Diretor da Unidade (PDU).
Em 2008, assume o cargo de Chefe-Geral da Embrapa Clima Temperado.

Anexos

A “Carta de São Sepé”

Althen Teixeira Filho

Como foi citado anteriormente, iniciamos nossas primeiras atividades em busca de informações sobre a “silvicultura”, logo no início de 2006. De pronto, ficou óbvia a necessidade de que este assunto fosse profundamente debatido, e o conseqüente desenvolvimento de ações que limitassem a desenfreada implantação do projeto; necessitávamos de precaução.

Ao que se sabe, no RS temos várias centenas de ONG’s ambientalistas. Por conta disto, entendíamos que a criação de outra organização não estaria contribuindo para a solução do problema, pelo contrário, dividiria ainda mais.

Em 2007, fomos convidados para falar num grupo que se reunia em Porto Alegre e também debatia este problema dos eucaliptais. Mais tarde, veio denominar-se “Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente – MoGDeMA”, que não tem por objetivo ser mais uma ONG, mas tão somente um grupo apartidário, que busca unir e congregar todos os que defendam o nosso RS, respeitando e mantendo suas particularidades e individualidades.

Em Pelotas, com o nosso afastamento do “Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia” da ADUFPel, continuamos reunindo-nos, agora compondo uma parcela do MoGDeMA e insistíamos que estas atividades não poderiam ficar restritas à capital. Propusemos e realizamos uma primeira ação de “interiorização” deste grupo, que aconteceu em Pelotas.

Efetivou-se um debate na UFPel, no anfiteatro da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Com público composto fundamentalmente por alunos, mas também com pessoas vindas inclusive da cidade de Rio Grande, falaram os professores Ludwig Buckup (UFRGS) e os professores da UFPel Wilson Alves de Oliveira (aposentado, cujo anfiteatro leva o seu nome) e Tânia Beatriz Gamboa Araújo Morselli, Diretora da Faculdade de Agronomia.

O evento seguinte de interiorização ocorreu na cidade de São Sepé, cuja organização coube à ONG ECOLAJE – Ação Lajeado do Moinho.

Ao final, e com base na experiência vivida, elaboramos a "Carta de São Sepé", que compõe um importante anexo deste livro.

"Carta de São Sepé

Nós, da comunidade sepeense, ONG's (Ecolaje, Ingá, Movimento Gaúcho em defesa do Meio Ambiente - MOGDeMa), associações, assim como professores e estudantes das Universidade Federal de Pelotas, de Santa Maria e de Porto Alegre, reunimo-nos no dia 27/09/08 na cidade de São Sepé, onde debatemos o projeto equivocadamente denominado de "florestamento" do Pampa. Pela manhã observamos "*in loco*" alguns dos eucaliptais plantados na região, pela empresa Aracruz. Foi possível registrar, fotograficamente, que esses imensos e inéditos plantios isolam capões de mato e imensas araucárias, não respeitam nascentes e atrativos naturais representados pelos afloramentos rochosos, que abrigam plantas raras e ornamentais e, nas encostas, alongam-se sem, nem ao menos, a exigida "curva de nível". Outro fato é a utilização de alta carga de agrotóxicos, principalmente formicidas, em áreas próximas de nascentes. Importante salientar que a empresa não apresentou o EIA-RIMA destas plantações à comunidade de São Sepé, mais um desrespeito às exigências constitucionais.

Pela tarde, desenvolvemos debate com a participação de mais de cem pessoas, na Câmara de Vereadores de São Sepé, refe-

rente aos mega-projetos de silvicultura, após falas que abordaram uma análise das implicações sócio-econômicas da "silvicultura", assim como de alternativas produtivas e de apoio para os pequenos produtores rurais da região. Restou-nos evidente que estes empreendimentos aprofundarão os problemas já existentes na região. Ainda, ficou claro que as lavouras de árvores já existentes não beneficiaram em nada o município. A atividade é, eminentemente, mecanizada e traz, para o plantio, trabalhadores temporários fora do município, especialmente da RMPA.

Vários pequenos produtores rurais do entorno de São Sepé colocaram suas dificuldades de sustentabilidade econômica, diariamente vividas, literalmente abandonados pelo poder público. Cada vez mais cercados e envolvidos por imensos eucaliptais, vêem sua paisagem pampeana e a policultura desaparecerem, seus vizinhos distanciarem-se, os mananciais de água, que lhes servem, diminuírem e receberem agrotóxicos, ficando assim acuados, no isolamento. Particularmente emblemática foi a citação de um produtor de leite que recebe míseros R$ 0,32 por litro, mas que hoje não tem sequer para quem vender sua produção. Nenhum apoio governamental é dado a estes produtores, senão o aceno por entregarem suas terras às monoculturas das empresas, mal denominadas de "reflorestamento".

É fundamental que os futuros prefeitos e os demais governantes e políticos

desenvolvam um trabalho sério que estimule o desenvolvimento com a vocação local, endógeno, que respeite a biodiversidade, a cultura e a história daqueles que defenderam nosso Torrão, como Sepé Tiaraju. Projetos como esse, das mega-empresas de celulose, vão manter o projeto de um "Brasil Colônia", com maior concentração de terras, simplesmente mantendo a exportação de produtos com baixo valor agregado e com baixa empregabilidade, como no caso dos milhões de toneladas de pasta de celulose para o fabrico de papel no exterior. Os países do primeiro mundo que receberem esta celulose ganharão três vezes, ou mais, em sua conversão em papel e, ainda por cima, serão premiados por não ter que conviver com estas monoculturas, nem com a enorme poluição da água e do ar decorrente das gigantes indústrias de celulose.

Cumprimos uma tarefa de identificar problemas e apontar soluções, frente a esta avalanche de investimentos em monoculturas que corroem os pilares da vida, ou seja, a ameaça à nossa **SOCIO-BIODIVERSIDADE.** Mas a tarefa não se esgota neste ato.

Continuaremos cobrando com seriedade e firmeza nossos administradores, responsáveis por dar retorno às necessidades da população, desvinculando a atual e perversa dependência das políticas públicas dos financiamentos oriundos dessas mega-empresas que, cada vez mais, tomam conta dos nossos destinos e de nossa terra.

Nossa tarefa não tem início, mas sim continuidade em São Sepé. Nossa tarefa é a busca constante de um Rio Grande que preze, verdadeiramente, por um desenvolvimento que respeite o Povo Gaúcho, fundamentalmente os pequenos, nossas vocações naturais e as raízes e valores socioambientais do Pampa. Não existe desenvolvimento sem respeito a estes princípios.

É hora de reunirmos esforços do campo e da cidade para a defesa do interesse da sociedade do Rio Grande.

"Esta Terra tem dono!", já dizia Sepé Tiaraju.

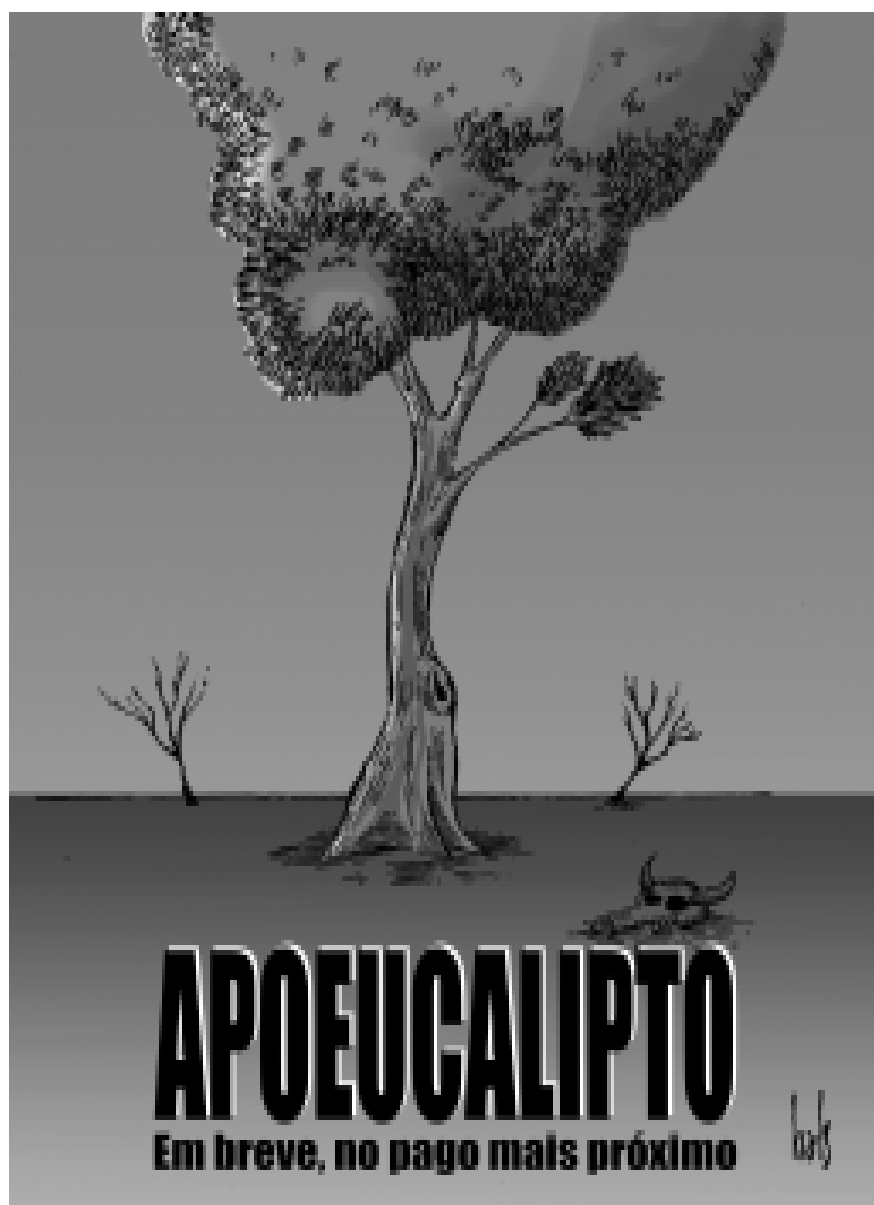
Ecolaje

Moradores do campo e da cidade de São Sepé

MoGDeMA

Ingá – Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais

Estudantes e professores das universidades UFPEL, UFSM, UFRGS"

APOEUCALIPTO
Em breve, no pago mais próximo

Apresentação

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetuer adipiscing elit. Duis ipsum sapien, fringilla non, cursus ac, iaculis pharetra, ante. Nulla faucibus, neque in elementum lacinia, tortor justo elementum nulla, non luctus nibh mi id felis. Duis id sapien. In ut velit sed quam accumsan accumsan. In hac habitasse platea dictumst. Etiam rhoncus vestibulum nisi. Fusce nibh. Cras dapibus auctor odio. Nullam ullamcorper lectus eget libero. In vehicula, sapien euismod varius varius, felis urna sagittis mi, ac iaculis erat arcu a sem. Nulla quam. Sed elit nulla, consectetuer eget, fermentum vitae, pellentesque ut, augue. Nulla facilisi. Mauris sapien orci, elementum et, fermentum id, vestibulum at, tellus. Fusce ut velit. Cras molestie interdum nunc. Quisque placerat massa a quam.

Donec turpis urna, accumsan id, vestibulum eget, facilisis a, sapien. Maecenas imperdiet. In aliquam. Sed faucibus tincidunt enim. Ut sed metus. Nulla imperdiet. Sed ligula mi, pharetra a, ornare a, lobortis at, nulla. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Duis tristique pulvinar purus. Suspendisse tristique. Fusce sit amet magna ac risus vehicula mattis. Ut faucibus eros sit amet enim. Phasellus volutpat, mi sed condimentum venenatis, nibh nisl varius erat, sit amet suscipit ipsum tortor viverra lacus. Praesent interdum malesuada lectus. Donec dapibus sapien id magna.

Fusce congue mauris quis urna. Duis vehicula metus at justo. Aliquam interdum. Aliquam facilisis purus sed turpis placerat lacinia. Ut quam pede, gravida eu, consequat eget, mattis aliquam, tellus. Etiam rhoncus fringilla sapien. Nulla sit amet arcu. Nam enim dui, tincidunt nec, ullamcorper eget, porta ut, justo. Integer nisl odio, laoreet vel, suscipit eget, ultricies sed, elit. Ut hendrerit tortor id elit. Ut mi orci, lacinia id, facilisis sed, dictum ut, risus. In elementum egestas mi.

EUCALIPTO

ESTE EUCALIPTO
E O ÚLTIMO ARBOL
QUE FICOU
PARA A TURMA!

ANTONIO

"ESPAÇO"!
DÁ LICENÇA!
BIRA

JOÃOZINHO! CONJUGUE O VERBO SUGAR NO TEMPO PRESENTE.
EU CALIPTO
TU CALIPTAS
ELE CALIPTA
NÓS...

EIA...! EIA...!

Essa floresta
de eucalipto
nunca acaba.

A ASSEMBLÉIA TEM QUE SABER QUE DINHEIRO NÃO DÁ EM ÁRVORE!
BEM, A MENOS QUE A ÁRVORE SEJA UM EUCALIPTO, QUE É UMA ÁRVORE QUE DÁ MUITO DINHEIRO E QUE VAI SALVAR O RIO GRANDE E BLABLABLÁ...
KAYSER

NAQUELE INSTITUTO DE "PESQUISA"...
JÁ USEI TODAS AS ALTERNATIVAS, TODAS AS VARIÁVEIS, TODOS OS CENÁRIOS POSSÍVEIS. JÁ USEI O FATOR X12 + #@ + ** + 6X + O CUBO DA RAIZ DE 427 X 584 + ###, MAIS O SOMATÓRIO DO TRIPLO DA REBIMBOLETA DA CATRATOPÉIA, CONVERTIDA PARA A SEGUNDA REDUÇÃO ELIPSONÂNTICA DA MANDINGA DA REZA FORTE DA GROTA-DA-BOCA-BRABA, MAIS UM DESVIO TETRAPIROGÊNICO PARA MENOS NA DEVASTAÇÃO DO PAMPA. AGORA, COM A AJUDA DA MÍDIA E MUITA MANIPULAÇÃO, É SÓ ESPERAR QUE OS GAÚCHOS CAIAM COMO UNS PATINHOS E ACREDITEM QUE OS EUCALIPTOS SEJAM A SALVAÇÃO DO RS.
INPULHA
INSTITUTO DE PESQUISA DA MÍDIA CANALHA

ARARACRUZ
VIVEIRO DE EUCALIPTOS
AGORA VOU MOSTRAR COM QUANTOS PAUS DE EUCALIPTO SE FAZ UMA CANOA FURADA.

MAS O QUE É ISSO AÍ COMPADRE?
É UM CHAVEIRINHO QUE GANHEI DE BRINDE DA EMPRESA QUE ME DEU AS MUDAS DE EUCALIPTO.

...E ESTAS ÁRVORES
FORAM ASSASSINADAS
PELOS EUCALIPTOS!

STORACRUZIUS S.A.
E PENSAR
QUE O PAPEL SAI DALI
BEM BRANQUINHO...

AFINAL O OCALITO É OU NÃO É UM BEBARRÃO?

EU CALIPTO,
TU CALIPTO,
NÓS CAPITULAMOS.

QUILOMBOLA
É BEM MELHOR
DE CHUTAR!
JÔ

EUCALIPTO, É VERDADE QUE VOCÊ BEBE MUITA ÁGUA?
E TOMAR AQUELAS IMUNDÍCIES QUE AS PAPELEIRAS JOGAM NOS RIOS? TÁ LOUCO?

A YEDA DISSE QUE QUEM NÃO TEM VIRTUDES ACABA POR SER ESCRAVO.
DE QUEM? DAS PAPELEIRAS?

COM O NEGÓCIO DO EUCALIPTO TOMANDO CONTA DO PASTO.. MANDEI VIR UM LOTE DESSE BICHO DA AUSTRÁLIA!
E A LÃ, É BUENA?
VBERTI

Papeleiras

A ASSEMBLÉIA TEM QUE SABER QUE DINHEIRO NÃO DÁ EM ÁRVORE!
NEM EM EUCALIPTO?

MAS AFINAL QUAL É O PAPEL DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE NO TEU GOVERNO?
SÃO TRÊS! O DA VOTORANTIM, O DA ARACRUZ E O DA STORA ENSO!

OLHA PAI, O BOB ESPONJA
É QUASE ISTO, FILHO!

MEU FILHO, NOSSO RINCÃO TÁ FICANDO CADA DIA MAIS SECO. PRECISAMOS ECONOMIZAR ÁGUA...
...SENÃO, O QUE É QUE OS EUCALIPTOS VÃO BEBER?

MAS ERA SÓ O QUE ME FALTAVA...
KOOSTELLA

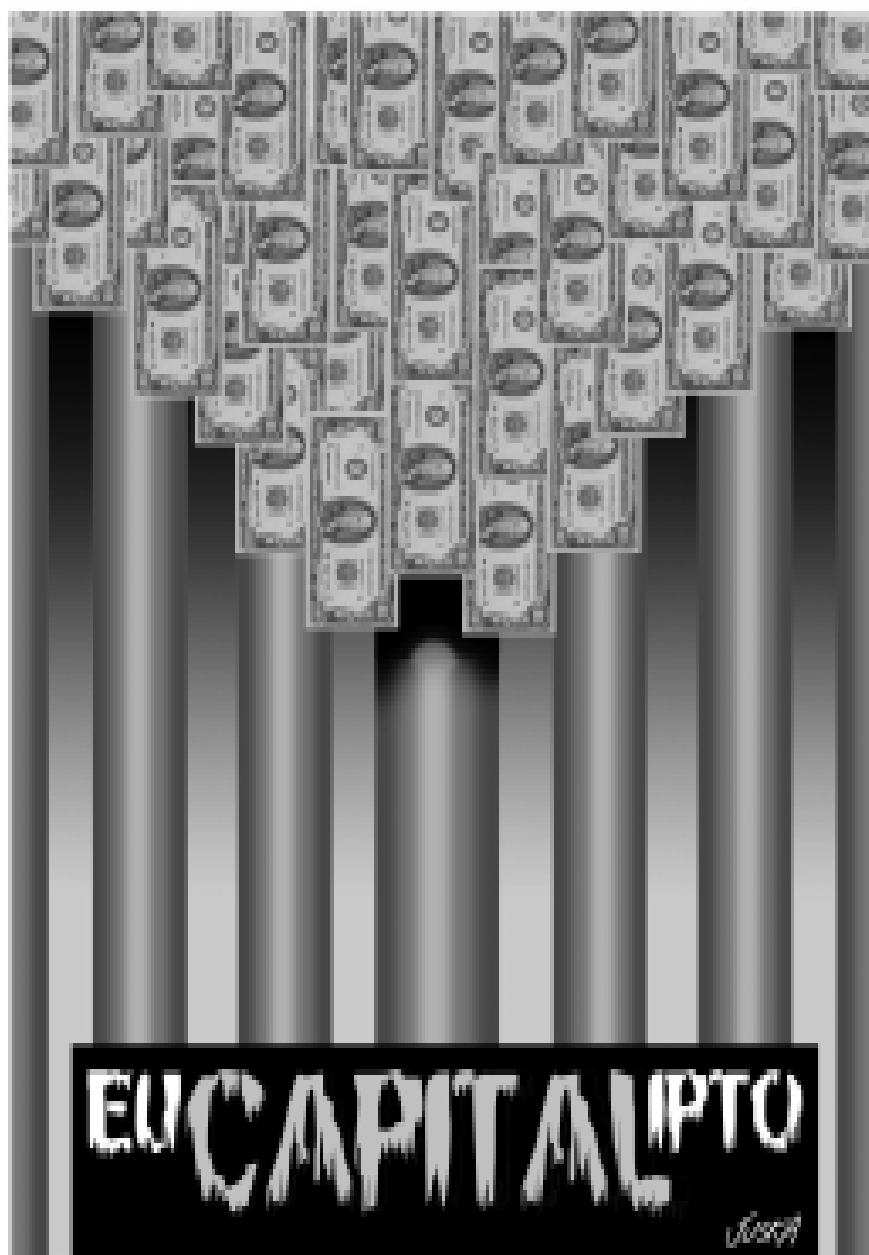
LICENCIAMENTO AMBIENTAL AGILIZADO:

OH! DÁ LICENÇA AÍ, MANÉ!

TÁ RUIM DE ENTENDER! NA AMAZÔNIA ELES DESTROEM A FLORESTA PRA FAZER CAMPO E NO SUL DESTROEM O CAMPO PRA FAZER FLORESTA!

DO DIA
PACOTE DE CARNAVAL
COM SHOW DE ROBERTO ET.
VISITE
TERRA
CONHEÇA ANTES QUE ACABE!
COSMOTUR

EUCAPITALIPTO

JUSKA

YEDA NO SEU MELHOR PAPEL EM
"A FARSA DAS PAPELEIRAS E A MÍDIA".

ESSE QUE É O LENDÁRIO CENTAURO DOS PAMPAS?
DEPOIS QUE ACEITARAM TROCAR O PAMPA POR EUCALIPTOS!

¡ADIÓS PAMPA MIA!

INVASÃO DE TERRAS
FAZENDA DE CELULOSE
PROPRIEDADE PARTICULAR

AGORA SOMOS BABÁ DE EUCALIPTOS NESSE CALORÃO!
E O PIOR É QUE NÃO TEM MAIS ÁGUA, OS EUCALIPTOS SECARAM AS FONTES.

SEMANA FARROUPILHA
ANO 2018
SALVE O 20 DE SETEMBRO
NESTE MOMENTO DESFILA O PERSONAGEM TÍPICO DO RIO GRANDE: O BERRADOR DE EUCALIPTO!
CTG VAQUEANOS

NÃO FORAM SÓ OS EUCALIPTOS QUE ELES TROUXERAM DE FORA.
EUGÊNIO NEVES 060807

GRANDES FLORESTAS PARA CELULOSE NA METADE SUL
ENTÃO O SENHOR É O FAMOSO "CENTAURO DOS PAMPAS"?
POR ENQUANTO: LOGO VOU SER O "CENTAURO DOS EUCALIPTOS"!

E TEMOS ESSE NOVO PACOTE RECÉM LANÇADO!
CONHEÇA
O PAMPA GAÚCHO
ANTES QUE ACABE!
AS GRANDES PLANTAÇÕES DE EUCALIPTOS PARA CELULOSE VÃO TOMAR O LUGAR DO TAPETE VERDE DAS COXILHAS PAMPEANAS!
EMBRATUR

DROGA! TÔ SEMPRE COM ESSA SEDE!
CALMA...
AFINAL ESTAMOS EM CIMA DO AQUÍFERO GUARANI!

E O ZONEAMENTO FLORESTAL DA YEDA?
UMA ZONA!

EU
X
EUCALIPTO

PAMPA
É
CIRCUNS-
TÂNCIA
É O ÚNICO CAMPO QUE NÃO VIROU PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO PRA ESTAS BANDAS!
ALUGAMOS ESTA RESERVA DE PAMPA GAÚCHO PARA POETAS NATIVISTAS BUSCAREM INSPIRAÇÃO

Eucalipto?
Tá mais parecendo
nabo ensacado!

Cartunistas participantes

Alisson Affonso - Alisson Affonso nasceu em Rio Grande no dia 23 de Abril de 1979. Cursou a Escola de Belas Artes Heitor de Lemos e o Curso Seqüencial de História das Artes Visuais da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). Participa de várias publicações e edita o Jornal de Humor e Quadrinhos *Peixe Frito*, produz animações em parceria do cartunista Wagner Passos e atua como professor de Desenho e Serigrafia no projeto *Artestação nos trilhos da cultura* Rio Grande – Cassino.

Anibal Bendati - Anibal Bendati nascido em Bragado, el 11 de setembro de 1930, naturalizado brasileiro desde 64. Com 17 anos, começou a desenhar na revista Mundo Boquence, depois em Pobre Diablo, Argentores, Hechos en el Mundo, e outras. Em 1956, foi convidado para ser secretário de redação de uma nova revista semanal humorística, Picardia Universal. No dia sete de agosto de 1957, chegou ao Rio de Janeiro, trabalhou naÚltima Hora e, em fevereiro de 60 veio, com seis colegas, para a UH gaúcha. Com o fechamento do jornal, fundou a Zero Hora. Posteriormente, trabalhou na Caldas Júnior até 74, quando começou a lecionar na Famecos, e logo apos, na Fabico até 92, onde se aposentou.

Antonio Motti - Antonio Motti Vasques da Silva (Porto Alegre/RS, 1991). Ilustrador, cartunista, quadrinista e programador visual. Trabalhos como ilustrador: livros "Verdade ou Conseqüência?" de Ana Carolina Pinheiro (WS Editor, P.Alegre/RS, 2005); "O Detetive Sentimental" de Tabajara Ruas (Ed. Record, S.Paulo/SP, 2008, com Edgar Vasques). Como ilustrador e programador visual: "Caminhos da Leitura e da Escrita" de Jane Mari de Souza (org.) (P.Alegre/RS, 2008). Atualmente trabalha nas ilustrações da novela gráfica "Cyberpunk", c/ roteiro de Matheus Iparraguirre.

Cado Botega - Ricardo Garcia Bottega, portoalegrense da gema, nascido nos anos 60 é publicitário e professor, acumulando as funções de caricaturista, cartunista, ilustrador, artista plástico e músico. Premiado em vários salões de humor nacionais e alguns

internacionais, já publicou em vários periódicos nacionais como Pasquim, Revista Quatro Rodas e Duas Rodas, Jornal do Comércio, entre outros. É um dos idealizadores da Grafar – Grafistas Associados do RS, da qual já foi presidente e atualmente é o segundo secretário. Participou de várias publicações sobre humor com outros artistas gráficos: Chiste, Made in Brasil, Por Humores Nunca Dante Navegados, Davos Tô Fórum além de várias exposições coletivas. Como publicitário conquistou a maior premiação mundial da categoria em 2000, o Leão de Cannes no Festival Internacional de Publicidade. Nas artes plásticas tem individuais em São Paulo, Porto Alegre e mostras coletivas por todo o estado do RS.

Bier - Augusto Franke Bier, ou Augusto Bier, ou Bier mesmo. E, para provar que de fato existo, declaro que vim ao mundo num hospital de Santa Maria, fui domesticado (há controvérsias!) em Santo Ângelo, passei rapidamente por um internato de São Leopoldo, saí graduado em jornalismo pela PUCRS em 1985, percorri uma pós em Educação na Unijuí, entre 1992 e 1993, e encerrei um mestrado em Comunicação e Informação na UFRGS em 2002. O que coincidiu com minha passagem pela direção do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Para mostrar que ainda tenho cabeça dura, atuo na assessoria de imprensa do Sindicato dos Bancá-rios de Porto Alegre e Região, também sem muito reconhecimento. Por outro lado, levantei alguns prêmios de humor no Brasil e fora dele. Junto com outros parceiros do ramo, fiz algumas viagens ao exterior, representando o país como cartunista de amostra. Fora isso, tem muito mais, só que aí vou ficar mais chato ainda.

Bira - Ubiratan Libanio Dantas de Araújo. Vive em Campinas/SP. Trabalha com ilustrações e charges desde 1979. Foi desenhista da revista em quadrinhos “Os Trapalhões” (Bloch) de 1980 a 82 e intercalador de desenho animado no Estúdio Briquet (Bond Boca) em 85, quando fez parte da AQC (Associação dos Quadrinhistas e Caricaturistas de SP). Colaborou em revistas como Pântano, Tralha, Porrada, Megazine, Bundas, Em Ação (Caterpillar), EATON, IBM, 3M, Rockwell Fumagalli, Anglo e jornais como Retrato do Brasil, Folha da Tarde (SP), Diário do Povo (Campinas), Pasquim21 e

jornais Sindicais. Ilustrei livros pra Ed. Atual (O Caderno de Perguntas de Rebecca) e pra Ática (Curso de Inglês) através da Agência de Design e Editoração Grafos. Participei de livros cooperativados da Editora Virgo como "Brasil, 500 anos", "Fome de ver estrelas", "Tiras de Letras", entre outros. É professor de charge, cartum e caricatura na Escola de Arte Pandora, em Campinas. Atualmente é contratado pelo Sinergia e Sindipetro. Publica suas charges nos sites www.chargeonline.com.br e www.ccqhumor.com.br. Tem uma revista virtual (Bira, 20 anos de HQ) no site www.nonaarte.com.br. Fez tiras em quadrinhos (Sigmóide Frund) em parceria com o cartunista Moretti

Donga - Nasceu no calor de 1963, mais precisamente no dia 10 de janeiro. Foi lhe dado o nome de Ricardo Freitas da Silva e alcunhado como DONGA,,para dar seguimento à dinastia. Nascido e malcriado em Arroio Grande-RS, onde reside e trabalha até hoje. Desde guri riscava as calçadas e adolescente, pichava os muros, até começar a rabiscar em folhas de papel e publicar suas charges em jornais locais. Hoje, elas podem ser vistas no jornal *A Evolução Regional* de Arroio Grande e em *A Folha* de Jaguarão. Colabora também com o site www.arroiogrande.com. É muito supersticioso. Não passa embaixo de gato preto, e nem cruza na frente de escada. É colorado, tem um cachorro, três filhos e vários cabelos brancos.

Dóro - Leandro Malósi Dóro é nascido passo-fundense em 25 de outubro de 1975. Foi funcionário na fundação do Museu de Artes Visuais Ruth Schneider. Dois meses depois já era repórter do jornal Diário da Manhã, onde entrevistou Luis Fernando Veríssimo, Ziraldo, Ana Maria Machado, Carlos Heitor Cony, Mia Couto e vários outros artistas. Aos 25 mudou-se para Porto Alegre. Lançou a revista infantil Gauchinho, distribuída na rede Comercial Zaffari. Atualmente trabalha com assessoria de imprensa.

Edgar Vasques - Artista gráfico na acepção da palavra, atua como caricatutista, chargista, cartunista, ilustrador, quadrinista e desenhista gráfico. Iniciou sua carreira na imprensa em 1968, quando o Correio do Povo publica seus desenhos realizados durante uma

viagem à Europa. Atuou na Folha da Manhã, Coojornal, Pasquim, Playboy, Diário do Sul e em várias outras publicações nacionais. Juntamente com Luis Fernando Veríssimo criou o Analista de Bagé. Criador do Rango, um dos personagens mais conhecidos da HQ nacional, com vários ábuns editados.

Eugênio Neves - Eugênio de Faria Neves (Corvo), 51 anos, iniciou suas atividades profissionais como artista gráfico em 1974, numa fábrica de embalagens plásticas. Posteriormente, trabalhou como programador visual, publicitário e como ilustrador editorial no Coojornal, Diário do Sul e na "grande" imprensa de Porto Alegre. Paralelamente a esta atividade gráfica, atuou como bonequeiro, tendo criado e apresentado as peças A Cigarra e a Formiga e S.O.S Selva. Desenvolveu, também, vários trabalhos comerciais para televisão tais como: confecção de bonecos, criação de cenários, efeitos e direção de arte. Atualmente, trabalha como ilustrador autônomo, prestando serviços para publicações de empresas, jornais de sindicatos, boletins, etc. Também ocupa o cargo de Secretário da GRAFAR - Grafistas Associados do Rio Grande do Sul - entidade que reúne os cartunistas, chargistas, quadrinistas e ilustradores do estado. Produziu e participou de vários eventos, entre eles, as exposições do Fórum Social Mundial e do Dessinateurs Brésiliens dans le 24éme Salon International de la Caricature du Dessin de Presse et d'Humour , em outubro 2005, na cidade de Saint Just Le Martel, França, junto a outros artistas brasileiros.

Hals - Leandro Bierhals, ou simplesmente Hals, é chargista, cartunista, ilustrador, designer gráfico e artista plástico. É formado em Publicidade e Propaganda pela PUC/RS e, com sua identidade secreta, coordena o Núcleo de Editoração Eletrônica do Instituto de Letras da UFRGS. Cursou a oficina de Litografia no Atelier Livre, em Porto Alegre. Participou de vários salões de humor no Brasil e exterior. Colaborou com o jornal O PASQUIM21 e, atualmente, faz parte do time de chargistas do jornal O Sul. Como ilustrador, desenvolve trabalhos na área publicitária e editorial. Trabalha com arte-educação, ministrando oficinas de charge e cartum para crianças, adolescentes e adultos. Coordenou, juntamente com Wagner

Passos, a exposição Dessinateurs Brésiliens dans le 24éme Salon International de la Caricature du Dessin de Presse et d'Humour , em outubro 2005, na cidade de Saint Just Le Martel, França. É o atual Presidente da GRAFAR - Grafistas Associados do Rio Grande do Sul.

Juska - Francisco Juska Filho, nascido em 1956. Mantem um estúdio em Porto Alegre, onde passa os dias desenhando, desenhando e redesenhando. Desde mascotes, quadrinhos, cartuns, animações, ilustrações para livros, ilustrações de produtos, etc. Tudo aquilo que envolve desenho, enfim. Já trabalhou em diversas agências de propaganda, já foi premiado em alguns salões de cartum e já foi co-autor de alguns livros do gênero. Foi co-editor da revista de quadrinhos "MEGA ZINE".

Jô - Nascido Joacir Dias Xavier dia 17 de agosto de 1953 em Cacequi-RS, trabalhando em Propaganda por mais de 30 anos. Um quase Técnico Agrícola, quase acadêmico de Jornalismo, quase acadêmico de Desenho Industrial. Já participou de vários Salões de Humor : Salão de Piracicaba, Volta redonda, Salão Carioca de Humor, Salão da Univates-Lajeado/RS, Salão de Desenho para Imprensa-Porto Alegre e ultimamente participou, juntamente com cartunistas brasileiros de uma exposição na Sérvia Montenegro. Caricaturista, chargista, cartunista, a lista é grande.

Kayser - Luciano Kayser Vargas nasceu em 22 de outubro de 1970 em Porto Alegre. Prova cabal de que é porto-alegrense, embora o Edgar Vasques insista em dizer que ele é canoense. Essa calúnia decorre do fato de Kayser ter vivido em Canoas pelo breve período de 32 anos. Foi naquela cidade que se tornou cartunista profissional em 1991. Desde então, ganhou prêmios em vários salões de humor no Brasil e no exterior, alguns deles com o Bagassauro. Atualmente, é chargista do Jornal do Comércio (Porto Alegre), de O Timoneiro (Canoas) e do Jornal do Vale (Lajeado). É ainda o pai coruja do Lucas, marido da Fátima e engenheiro agrônomo com doutorado em Ciência do Solo. Mas não trabalha com minhocas, outra calúnia do Edgar Vasques.

Koostella - Koostella nasceu em Curitiba no dias das bruxas de 1979. Filho de pai catarinense e mãe gaúcha, teve que viver por muitos anos em Florianópolis, onde se sentia ilhado. Por algum tempo, ministrou oficinas de cartum até resolver abandonar o curso de História da UFSC e partir de mala e cuia para Porto Alegre, onde não ganhou dinheiro, mas teve tempo para desenvolver projetos como o livro de tirinhas Quem é Toniolo, começar a publicar seus cartuns em algum lugar que prestasse e participar de salões de humor, que também já o premiaram algumas vezes. Depois de um ano e meio tomando cerveja com a GRAFAR, Koostella resolveu ir de vez pra Alemanha, onde a cerveja é melhor e, logo no primeiro ano, já organizou 3 exposições de cartuns, e passou a publicar seu trabalho periodicamente na Suíça, Áustria e Alemanha.

Lancast - Na minha infância, sempre teve três coisas: Cachorro, Gato e Imaginação. Tudo junto na maior bagunça e alegria. Uma infância bem divertida e colorida. Mas aí a gente cresce, muda de casa, de cidade, fica adulto e não tem mais tempo para fazer coisas divertidas. Arranja-se cada vez mais compromissos. Ser adulto também tem coisa legal: ter filhos. Tenho duas, e isso é o mais legal de tudo. Também tenho um cachorro e um pouco de imaginação. Para voltar à infância, só me falta um gato!

Maumau - Maurício Rodrigues Gonçalves é publicitário e desenhista industrial, mas antes de tudo, ilustrador. Ex-vegetariano convicto, hoje não nega um belo assado de tiras ou um vazio malpassado. Nascido em 13 de dezembro 1979 – nos últimos suspiros da década de setenta – em Pelotas / RS, teve sua principal formação como desenhista entre pilhas de edições do antigo Pasquim, Almanaques do Gibi e antigos livros de arte e anatomia, tudo isso graças a um pai que estimulou a prática com tintas e pincéis desde cedo. Com quase 10 anos de experiência na área gráfica, teve apenas uma infeliz pausa de dois anos, trabalhando no Banco do Brasil, onde, nas horas vagas, foi responsável pelo projeto gráfico (além das charges, ilustrações, e algumas matérias e entrevistas) de um informativo da Sala de Agronegócios. Trabalhou em serigrafias e

agências de publicidade e de endomarketing como diretor de arte, redator, ilustrador e diretor de criação. Já participou de alguns salões de humor, como o de Piracicaba. Hoje, aos 27 anos, mora em Porto Alegre, onde desempenha um trabalho de free-lancer nas áreas de design, ilustração, animação, webdesign e o que aparecer pela frente.

Ricardo Machado - Meu nome: Ricardo. Meu sobrenome: Machado. Meu nome do meio: Machado também. Juntando tudo fica: Ricardo Machado de Machado. Muito prazer. Nasci: em Porto Alegre - Rio Grande do Sul/Brasil. Dia do rebento: 4 de dezembro de 1968. Cor: pardo (pêlo duro). Calço: 41. Calça: 48 (tá bom, 50 e não se fala mais nisso). Peso: um monte de kilos em 1 metro e 72 centímetros de altura. Profissão: ilustrador. A seguir, para fechar a cota mínima de linhas para cada participante do livro se apresentar: tenho uma sobrancelha grossa e única que enfeita (ou enfeia) minha testa e me faz parecer mais sério do que sou. Mais nada a declarar. Mais informações, só na presença do meu advogado. Há braço(s).

Ronaldo Cunha Dias - Ronaldo Cunha Dias, o médico cirurgião, e o Ronaldo, o cartunista, são a mesma pessoa. Nasceu em Vacaria, Rio Grande do Sul, onde atua como médico cirurgião há 25 anos. Desde sua infância, gostou de desenhar, paixão que o acompanha até hoje. Sempre diz que o cartunismo é apenas um passatempo, um hobby que lhe dá imenso prazer e que tudo começou, quando, em 1985, ganhou o primeiro prêmio Revista Playboy procura novos humoristas. Incentivado por este prêmio e convidado para colaborar com a revista , não parou mais. Ganhou inúmeros prêmios no país e exterior e, hoje, é considerado um dos cartunistas brasileiros mais premiados em salões de humor. Com várias mostras coletivas e individuais, é autor de três livros: O homem que ri, Editora Tchê, 1987; Posso rir agora, doutor?, Aldeia Sul Editora, 1995; Sorria, você está em extinção, Editora AGE, 2000, e de várias coletâneas com outros autores. Foi jurado do 35ste International Cartoonfestival Knokke-Heist e curador da Mostra Brasil nesta mesma cidade da Bélgica. Desde 1995, é chargista do jornal Pionei-

ro de Caxias do Sul, RS, colaborador de Zero Hora, Porto Alegre, RS. Publica seus desenhos nos EUA, através do Cartoonist & Writers Syndicate e na Europa, pelo Joker Feature Service-Holland e Cartoonstock-England. Citado no livro Caricatura, a linguagem gráfica do humor, Joaquim Fonseca, editora Artes e Ofícios 1999, e Cartoonometer, Joe Szabo, editor de Witty World. Autor de vários projetos publicitários, foi convidado a participar da publicação dos 80 anos do jornal Le Canard Enchanté e da exposição The paths of freedom, Museu do Louvre, França. É membro do NCS (National Cartoonist Society – USA).

Ruben Castillo - Ruben Eduardo Castillo, nascido em Colonia del Sacramento, Uruguay em dezembro de 1970. Começa a trabalhar como chargista e ilustrador em publicações locais e mais tarde em Montevidéu, onde estuda diferentes técnicas de animação. Desde 2002, mora em Porto Alegre, tendo trabalhado na área de ilustração, caricaturas, charges e desenho animado.

Santiago - Neltair Rebés Abreu, o Santiago, nasceu em 1950 na cidade de Santiago do Boqueirão, da qual tomou seu codinome. Iniciou sua vida profissional na Folha da Tarde. Atuou também no Correio do Povo, O Estado de São Paulo, Pasquim e outras publicações nacionais. Atualmente, é chargista no Jornal do Comércio de Porto Alegre. O trabalho de Santiago é reconhecido internacionalmente com premiações em diversos salões. Conquistou um dos prêmios mais cobiçados, o Grand Prix, em 1989 no 11th Yomiuri International Cartoon Contest. Criador do Macanudo Taurino, seu principal personagem, com vários álbuns editados.

Silvio Ayala - Silvio Ayala. Natural de Porto Alegre, RS. Criado do jornal Bobo da Corte, da editora Libertina e dos fanzines Doutor Libério, Dor a Granel e Jorro Quente. Pesquisador, agitador cultural, jornalista e comunicador, publicou o álbum de HQ As Primeira Tragadas do Dia (Edições Mini-Tonto). Grafiteiro, capoeira e anarquista.

Simch - Eduardo Augusto Simch da Silva, 19/09/1960, natural de POA/RS/Brasil. Bacharel em Artes Plásticas pela UFRGS (1987 - 1994) e pós-graduado em Desenho na Universidade de Brasília, UNB (1994 – 1995). É artista plástico, ilustrador, cartunista, arte-educador . Tem em seu currículo exposições de pinturas, gravuras, participou de bienais e ministrou oficinas. Atualmente é professor de desenho, ilustrador e colaborador de veículos de mídia digital.

Vilanova - Vilanova , Paulo Volmar Mattos, 35 , Porto Alegre (RS). Ex- carteiro, ilustrador,cartunista, começou desenhando no Atelier Livre e SENAC de Porto Alegre. Aprimorou o traço nos cursos com Edgar Vasques e Vayá, tem vários prêmios e menções: 1ª prêmio na 3ª Edição Prêmio Novello 2005 Comune di Codogno (Itália)
* 2ª lugar charge Salão Humor de Caratinga 2004 (Brasil). Prêmio especial Ibero América de Haifa 2004 (Israel). Menção Honrosa no V Porto Cartoon World Festival 2003 (Portugal). Cartum premiado 3ª Riso Latino (Itália) e outros. Publicou em vários veículos, como O Interior, revista Ecos, Jornal Extra Classe, O Pinhão, O Parceiro e Jornal Estado de Direito.

Wagner Passos - Nasceu em outubro de 1979 na Cidade do Rio Grande, por conseqüência de um intercâmbio sexual da Dona Célia e do Seu Ivonei. Desde pequeno, desenvolveu o dom de incomodar os outros. Seu primeiro concurso de desenho foi na 6º série e teve seu prêmio confiscado em CPI, pois o júri acreditava que o Homem Aranha havia sido feito na técnica do "passar por cima". Mesmo apresentando provas, não conseguiu o prêmio de volta, entrando num perído de frustrações em sua carreira, recuperada, em 2005 , quando ganhou Menção Honrosa e Prêmio do Júri Popular na 8º Mostra Maranhense de Humor. O guri cresceu, entrou na faculdade de Ciências Contábeis e aí descambou para a orgia. Era tão bom na contabilidade, que se transformou num chargista diário. Teve a feliz idéia de convidar alguns companheiros de traço e criar o Vagão do Humor (www.vagaodohumor.com), recuperando, assim, a auto-estima de vários aposentados da Antiga Viação

Férrea e estimulando outros desenhistas a produzir e encarar o desenho como profissão. Além de trabalhar com desenho, é também Estivador no Porto do Rio Grande, Contador e estudante de Administração de Empresas. É o verdadeiro bombril, no entanto, odeia lavar a louça e arear panelas. Coordenou, juntamente com Hals, a exposição Dessinateurs Brésiliens dans le 24éme Salon International de la Caricature du Dessin de Presse et d'Humour , em outubro 2005, na cidade de Saint Just Le Martel, França. Contato: wagnerpassos@vagaodohumor.com

Transposição do Rio São Francisco[187]

Dom Frei Luiz Flávio Cappio

Brasília, 14 de fevereiro de 2008 – Audiência sobre a Transposição de águas do São Francisco no Senado Federal.

Cumprimento o Senhor Presidente desta Casa e todas as senhoras e senhores que participam deste importante momento cidadão.

Estou aqui representando um coletivo, o povo do Rio São Francisco, nações indígenas, comunidades quilombolas, brasileiras e brasileiros que se preocupam com a vida. Este é o meu fórum. Em nome deles é que vos falo.

A água se tornou o tema principal de todas as agendas que se preocupam com o meio ambiente e com o futuro do Planeta Terra.

A escassez de água no mundo preocupa a todos. Cresce a consciência do valor da água de boa qualidade, a necessidade de preservar suas fontes, racionalizar o seu uso e promover a recuperação dos mananciais danificados.

---

[187] Pronunciamento no Senado Federal

Hoje, com todo processo de degradação da água disponível e considerando a realidade de 1,2 bilhões de seres humanos sem acesso à água potável no planeta, dado da ONU, e 45 milhões aqui no Brasil, dado do Ministério das Cidades, exige-se uma nova concepção na gestão da água, de cuidado e aproveitamento de cada gota de água disponível.

O projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco representa um modo retrógrado de gestão das águas. É uma obra na contramão da história e que não representa o desenvolvimento que desejamos para o nordeste brasileiro.

É consenso mundial que a prioridade no uso das águas deve ser o abastecimento humano e animal, e a garantia da biodiversidade.

No semi-árido brasileiro temos 2,2 milhões de famílias espalhadas no meio rural, aproximadamente 10 milhões de pessoas, a chamada população difusa. Essa população não tem acesso à água com segurança biológica. Segurança biológica significa dois litros de água por pessoa, por dia; e nem segurança doméstica. Segurança doméstica significa 40 litros de água por pessoa, por dia.

Do ponto de vista ético essa é a população prioritária no investimento público na questão da água. O Projeto de Transposição de águas do Rio São Francisco não prioriza o abastecimento humano e animal como o Governo Federal divulga afirmando ser o objetivo do projeto, porque se esse fosse o objetivo do Projeto de Transposição nós seríamos a seu favor.

O povo já se acostumou em ouvir: "Um caneco d'água para quem tem sede". "Quem tem sede apóia o projeto". Isto não é verdadeiro. É uma propaganda enganosa, antiética que se aproveita da boa-fé do povo e sua necessidade para impor um projeto cuja prioridade não é o povo. Na verdade, as águas transportadas destinam-se à irrigação, criação de camarão em cativeiro, usos industriais, enfim, o uso econômico, invertendo a prioridade do acesso à água e da utilização dos recursos públicos.

A abrangência espacial da obra é insignificante no contexto do semi-árido. O Projeto de Transposição, segundo consta no

RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, deverá abranger no máximo a área de 7% do semi-árido. Assim, mais de 90% do território do semi-árido, com suas populações, continuarão na mesma situação de abandono e de indigência em que se encontram hoje. A população difusa continuará marginalizada do acesso à água. Eu moro na cidade de Barra, na beira do Rio São Francisco. Se eu caminhar 500 ou 1000 metros na direção da caatinga eu vou encontrar comunidades que não têm acesso à água. As populações difusas dos estados por onde o rio passa, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, não são servidas de água. E as populações difusas dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, ricos em açudes (só o Açude do Castanhão no Ceará é três vezes maior que a Baía da Guanabara) não são e continuarão não sendo servidas de água.

Água temos em abundância. O que nos falta é uma justa, eqüitativa distribuição dessa água, a democratização da água.

Hoje, no Nordeste, não se cobra pela água bruta. Os custos da água para uso agrícola dizem respeito ao bombeamento da fonte de suprimento até a área agrícola. Com a transposição vai se pagar muito caro pelo uso da água transposta. Esse fato deverá restringir bastante a inserção dos produtos hidro-agrícolas das bacias receptoras no mercado globalizado extremamente competitivo. Nesse sentido, é um projeto economicamente inviável. Para assegurar o uso econômico da água, o projeto supõe o mecanismo de subsídio cruzado, pelo qual as populações urbanas vão garantir o pagamento do seu elevado custo. As comunidades já tão carentes e necessitadas deverão assumir os custos do uso econômico das águas. De novo é o pobre colocando a mesa para o rico. É a história que se repete.

O Projeto de Transposição privilegia os grandes em detrimento dos pequenos. O Governo alega que 12 milhões de pessoas, população das bacias receptoras serão beneficiadas pela transposição. Entretanto, na prática, as pessoas dessas bacias já poderiam estar sendo atendidas pelas águas que lá existem.

Atualmente ¾ dessa população mora em cidades que são assistidas por sistemas públicos de água com cobertura superior a 90%. Gostaria de dar um dado, por sinal muito interessante e intrigante: A região metropolitana de São Paulo possui 18 milhões e

meio de habitantes. Lá a disponibilidade hídrica para cada habitante da região metropolitana de São Paulo é de 201 m^3 por habitante ao ano. A região metropolitana de Fortaleza possui 3 milhões de habitantes aproximadamente. A disponibilidade hídrica por habitante na Grande Fortaleza é de 242 m^3 por habitante ao ano. Cada habitante de Fortaleza possui 41 m^3 de água por ano a mais que cada habitante da Grande São Paulo.

A infra-estrutura atual na região terá capacidade para distribuir a água transposta para apenas ¼ dessa população. A rota da água no Projeto de Transposição passará dezenas e até centenas de quilômetros das regiões mais necessitadas.

O Projeto de Transposição viola direitos das populações tradicionais. Os estudos de impacto ambiental do projeto desconsideram a existência dos 34 povos indígenas, 156 comunidades quilombolas e um sem número de populações ribeirinhas, ignorando a sua interação com a bacia do São Francisco, sua cultura e sua história de respeito pela natureza. Diante disso, a Constituição Federal de 1988 assegura aos mesmos, no artigo 231, o direito de serem ouvidos formalmente em caso de utilização de recursos naturais em suas terras. Ainda a Constituição prevê no art. 49, parágrafo 16, a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a utilização de recursos hídricos em terras indígenas. O Congresso Nacional não foi chamado a falar sobre o assunto.

O projeto de Transposição vem sendo conduzido arbitrariamente. Um projeto dessa magnitude exige a participação da Sociedade Civil. O diálogo do Governo Federal com a Sociedade Civil nunca existiu. O Governo se dirige à população da bacia ou a qualquer brasileiro que tenha críticas à transposição como egoístas, mentirosos, desinformados, opositores políticos, não sendo respeitado qualquer posicionamento contrário.

O projeto contraria a Legislação de recursos hídricos, pois a lei 9433/97 determina que a gestão dos recursos hídricos deva ser descentralizada e os usos da água estabelecidos no plano de bacia e aprovados pelo Comitê de Bacias. O Comitê de Bacia do São Francisco decidiu no plano decenal pelo seu uso em casos de abastecimento humano e animal, comprovada a escassez.

Por que não os projetos alternativos de abastecimento hídrico? A Agência Nacional de Águas (ANA) lançou o "Atlas do Nordeste", apresentando o abastecimento hídrico para as populações urbanas do Nordeste e Norte de Minas. A Articulação do Semi-Árido (ASA) prevê alternativas de abastecimento hídrico em áreas rurais.

Enquanto o projeto do governo prevê o abastecimento para apenas 12 milhões de pessoas, pela metade dos vales do Projeto de Transposição, o Projeto Alternativo de abastecimento hídrico atenderá 44 milhões de seres humanos.

Enquanto o projeto do governo atende apenas 397 municípios, pela metade dos valores os projetos alternativos atenderão 1346 municípios.

Enquanto o projeto do governo atende apenas quatro estados da federação (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), os projetos alternativos, pela metade dos valore, atenderão 10 estados da federação (Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão).

O governo insiste em dizer que as alternativas são ações complementares ao grande Projeto de Transposição. E eu perguntaria: Por que não inverter a afirmação? Primeiro vamos realizar os projetos alternativos que são economicamente mais abrangentes, ecologicamente sustentáveis, socialmente justos e eticamente corretos, por respeitarem a sagrada vocação da água de ser um bem essencial à vida, e atender um direito humano fundamental, isto é, a dessedentação humana e animal?

Agradeço aos senhores e senhoras Senadores, na pessoa do Senador Eduardo Suplicy, a possibilidade de realizarmos aquilo que como Sociedade Civil brasileira tanto desejamos, dialogar sobre os destinos de nossa nação e os grandes projetos que dizem respeito à vida de nosso povo.

Muito obrigado.